

Novembro de 2023

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri Internacional
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Executivo prevê reduzir a taxa de desemprego em 25 por cento	1
1.2	Redistribuição da renda nacional	2
1.3	“Fixação do salário mínimo não é competência exclusiva do Executivo”	2
1.4	Mais de 11 mil Bilhetes de Identidade estão à espera dos requerentes há anos	3
1.5	Estamos mais pobres	4
1.6	Oposição considera «irrisório» percentual definido para aumento dos salários na função pública	4
1.7	Empresas sem capacidade de pagar o salário mínimo devem reportar a situação financeira ao Estado	5
1.8	Os intelectuais adoçam, os políticos agitam-se e o povo aguarda pelas Autarquias Locais	6
1.9	Cartoon	8

2. MICROFINANÇA

2.1	Lucros da banca disparam 71% para 527 mil milhões kz nos primeiros nove meses do ano	9
2.2	Decisão poderá traduzir-se em menos crédito para a economia	10

3. MERCADO INFORMAL

3.1	Falta de actividade de "crédito milionário" força paralização de obras de cines e mercado em Benguela	12
3.2	Vendedores ambulantes estão melhor acomodados	13
3.3	Formalizar o garimbo para aumentar as receitas fiscais do estado	13
3.4	Negócio informal de levantamento de dinheiro via TPA - o regime jurídico	14
3.5	Zungueiras trocam passeios por negócios às escondidas atrás dos prédios	15
3.6	Vendedores informais rejeitam moedas metálicas	16
3.7	Doze horas de intenso trabalho no mercado dos Kwanzas	17
3.8	Aplicação de multas à pesca ilegal na costa marítima rende seis mil milhões	21
3.9	Angola e RDC empenhadas no combate ao comércio ilegal nas fronteiras	22
3.10	PRODESI longe dos objectivos abriu caminho a créditos congolezes	23
3.11	Bancadas externas e micheiros fora das medidas de segurança dos correios	25
3.12	Congolenses com extintores vazios	25
3.13	Impacto da política de concorrência na reconversão do mercado informal em formal	26
3.14	Incêndios devastam sete mercados em nove anos	27
3.15	Manuel Homem repete em Viana «fórmula de governação» que o aproximou da comunidade do paraíso	28
3.16	Mistura perigosa no mercado da chapada	30
3.17	Preços no informal aumentam 22% desde início da desvalorização cambial	31
3.18	"São Paulo é exemplo" diz administrador	32

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Proposta de OGE 2024 prevê aumento de salários e estímulos à produção	33
4.2	OGE 2024 Perspectivas	35
4.3	Orçamento Geral do Estado prevê receitas e despesas de 24,7 bilhões	36
4.4	Salário de 100 mil kwazas ganham aumento de 126 mil ao ano	37
4.5	Defendida acções concreta para garantir taxas de crescimento real	37
4.6	Política e sociedade civil "exigem" acção concretas e mudanças nos modelos de gestão	38

4.7	O Orçamento Geral do Estado Finanças Públicas	40
4.8	FMI elogia determinação de Angola na retirada do subsídio aos combustíveis	42
4.9	OGE 2024 Perspectivas	42
4.10	Previsões de crescimento económico e as incidências do OGE/2024	43
4.11	Orçamento Geral do Estado prevê crescimento de 2,8 por cento do PIB	45
4.12	As receitas e despesas do Orçamento Geral do Estado para 2024	46
4.13	Parlamento inaugura hoje discussão para aprovação do OGE 2024	47
4.14	Vera Daves defende racionalização das despesas para a sustentabilidade do Orçamento de 2024	48
4.15	Estamos mais pobres	49
4.16	Assembleia Nacional aprova OGE 2024 na generalidade, discussão segue para especialidade	49
4.17	Executiva reserva 49 mil milhões de kwanzas para preparação e implementação das autarquias	50
4.18	Impacto da redução dos subsídios aos combustíveis	51
4.19	OGE/2024 centrado no sector social com peso de 20 por cento	52
4.20	Oposição considera «irrisório» percentual definido para aumento dos salários na função pública	53
4.21	Quem gere quanto do Orçamento Geral do Estado 2024	54
4.22	Taxa do IVA passa para 5,0 por cento	54
4.23	Imposto nas transferências suscita dúvidas	55
4.24	Finanças falam em OGE superavitário e com foco na estabilidade das famílias	56
4.25	Impacto da redução dos subsídios aos combustíveis	56
4.26	O OGE; Aqui chegado, só um milagre	57
4.27	Alterações fiscais no OGE tornam mais difícil "apagar" dívidas fiscais	58
4.28	OGE/2024 propõe mais de 13 mil milhões em merenda	60
4.29	O OGE; Aqui chegado, só um milagre	60
4.30	Orçamento Geral do Estado grandes números	62
4.31	Executivo vai apresentar Plano Anual de Endividamento	63

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 65

5.1	“As soluções dos problemas políticos, económicos, sociais e culturais estão na academia”	65
5.2	As autarquias	67
5.3	Executiva reserva 49 mil milhões de kwanzas para preparação e implementação das autarquias	68
5.4	Lançado projecto sobre divulgação do pacote legislativo autárquico	69
5.5	Executivo quer transformar os municípios no núcleo do desenvolvimento nacional	70

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 72

6.1	Vizinhos da linha férrea cadastrados na Baía para novos destinos	72
6.2	Presidente da República aguardado amanhã na província do Bengo	73
6.3	PR anuncia saída do governo na construção de centralidades	74
6.4	Novo Aeroporto: um projecto de desenvolvimento ou um Elefante Branco	75
6.5	Campus Universitário da UAN está a ser "engolido" por casas e condomínios	76
6.6	Quando vão deixar a minha casa	77
6.7	Zango ganha três novos acessos	78
6.8	Governo Provincial de Cabinda entrega casas para 70 cidadãos	78
6.9	“Existe um plano estratégico de intervenção para os edifícios com mais de cinquenta anos”	79
6.10	Dedução de imposto na construção de infra-estruturas	84
6.11	Huíla abre Concurso Público para o sorteio de 700 casas	84

7. TERRA 85

7.1	Executivo central desdobra-se na prevenção	85
7.2	GPL consciente dos riscos, mas sem condições para alojar as famílias	85
7.3	O drama das mil e 774 famílias que arriscam a vida nos morros de Luanda	86
7.4	Os morros da Boavista que 'escondem' criminalidade e miséria	87
7.5	PGR alertava há nove anos sobre os perigos	88

7.6	Vizinhos da linha férrea cadastrados na Baía para novos destinos	88
7.7	Realojamento da população da “Ilha Seca” com dias contados	89
7.8	Governo provincial trabalha na legalização de terrenos dos municípios de Luanda	90
7.9	«A população tomou de assalto as áreas de exploração do ouro»	91
7.10	O precioso mineral que atrai milhares de garimpeiros ao M'bave	92
7.11	Provedora de Justiça propõe regime legal para resolver conflitos de terras	94
7.12	Ocupação ilegal de terrenos	94

8. SERVIÇOS BÁSICOS 96

8.1	RECLIMA leva água a um milhão de pessoas	96
8.2	Milhares de habitantes de Nancova contam com mais água potável	97
8.3	As culpas próprias de uma nova crise de água em Benguela	99
8.4	Mucari aposta no reforço do abastecimento de água	100
8.5	Luanda vai contar com mais sistemas de abastecimento de água à população	100
8.6	“Garimpo” de água causa danos de 250 milhões de kz	101
8.7	Centralidade do Kilamba vai ter contadores de água pré-pagos	101
8.8	Mais de 70 “cisternas calçadão” em construção na Huíla e Cunene	102
8.9	ENDE diz que PTs privados não são para vender energia na comunidade	103
8.10	Falta de urinóis na cidade de Luanda transforma espaços públicos em mictórios	104

9. GÉNERO E VIOLENCIA 105

9.1	Congresso de Direito da Família realça a figura de Maria do Carmo Medina	105
9.2	As culpas próprias de uma nova crise de água em Benguela	105
9.3	Mulheres podem reformas nas políticas dos governos para inclusão do género	107

10. AMBIENTE 108

10.1	Executivo central desdobra-se na prevenção	108
10.2	GPL consciente dos riscos, mas sem condições para alojar as famílias	108
10.3	Municípios do Cuando Cubango vão beneficiar de energia eléctrica limpa	108
10.4	O drama das mil e 774 famílias que arriscam a vida nos morros de Luanda	109
10.5	Os morros da Boavista que 'escondem' criminalidade e miséria	111
10.6	PGR alertava há nove anos sobre os perigos	111
10.7	Ravinas travam avanço das obras de terraplanagem na província do Uíge	112
10.8	Mais de duas mil pessoas são formadas em Gestão Florestal	112
10.9	Angola vai investir 11,7 mil milhões de dólares em energias renováveis	113
10.10	Angola aposta no Plano de Adaptação aos Efeitos das Alterações Climáticas	113
10.11	Equipas técnicas mobilizadas para acudir vítimas da chuva	115
10.12	Bombeiros continuam buscas por cidadão que caiu em vala de drenagem	116
10.13	Campanhas florestais produzem 506.273 m3 de madeira	116
10.14	Chuvas matam perto de 60 pessoas só em Novembro	117
10.15	Vítimas da chuva solicitam apoios	118
10.16	Descarga eléctrica mata seis pessoas no Bailundo	119
10.17	Famílias em situação de vulnerabilidade beneficiam de material de construção	119
10.18	Milhares de famílias estão desalojadas em consequência de chuvas intensas	120
10.19	Recomendações em casos de inundação	120
10.20	Investimento no sector da madeira pode criar 300 mil empregos	121
10.21	Chuva causa transtornos na rua Beto carneiro e deixa moradores aflitos	121
10.22	Fúria das águas em Luanda	122
10.23	Chuva e sinistralidade rodoviária	123
10.24	Dez mil pessoas afectadas pelas chuvas registadas na província de Luanda	124

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

127

11.1	“Os investidores chineses mostraram interesse no sector das pescas”	127
11.2	Maior agência de notícias da China apronta acordo com Edições Novembro	128
11.3	China pode retrair crescimento de países da África Subsaariana	129
11.4	Primeiras 19 mil toneladas de ferro gusa exportadas para China e Estados Unidos	130
11.5	" O modelo da China não e de cooperação é de exploração pura e dura"	131

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Executivo prevê reduzir a taxa de desemprego em 25 por cento

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2023

Texto: Edivaldo Cristóvão

De acordo com o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, a taxa actual de desemprego está na ordem dos 30 por cento, por esta razão, vai ser incrementado mais de 480 mil milhões de kwanzas, para o alcance desta meta.

Pedro Filipe falava, ontem, durante o Briefing do MAPTSS, realizado no auditório do Centro de Imprensa da Presidência da República de Angola (CIPRA).

O encontro com os jornalistas serviu para abordar temas relacionados com os indicadores globais do INSS, actividades realizadas pela Inspeção Geral do Trabalho (IGT), Programa de Estágios Profissionais, Formação Profissional e o ponto de situação do Instituto Nacional de Qualificações (INQ).

O governante explicou que a Agenda Nacional do Emprego vai colocar na mesma plataforma todos os organismos públicos e privados que garantam emprego, e será coordenado pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano.

O secretário de Estado do MAPTSS garantiu que a Agenda vai aumentar as políticas activas do mercado de trabalho, fortalecer a governança da administração do trabalho, canalizar as micro e pequenas empresas e melhorar o acesso ao emprego.

O dirigente fez referência que a taxa de desemprego é de 29,6 por cento, com uma população que vem crescendo, anualmente, sendo que todos os anos 906.164 cidadãos maiores de 15 anos estão disponíveis para trabalhar.

Os dados referem ainda que anualmente 596.621 cidadãos encontram emprego no mercado formal e informal, 309.543 não encontram emprego, 10.589 cidadãos passam a estar indisponíveis para trabalhar, a população em idade activa cresce 5,39 por cento ao

ano e a escassez de empregos produtivos é de 87 por cento da população activa.

Dados do emprego

Pedro Filipe anunciou que, desde Janeiro até Setembro deste ano, foram gerados na economia formal 141.007 postos de trabalho líquidos, dos quais 53.054 no terceiro trimestre deste ano.

Os centros de emprego registaram 44.128 candidatos à procura de emprego, 27.835 ofertas de emprego pelas empresas e efectuaram 27.139 colocações.

Os empregos gerados na economia formal durante o ano de 2023, com recurso aos dados dos trabalhadores inscritos na Protecção Social Obrigatória, foi possível registar 149.128 postos de trabalho formais, dos quais 57.354 no terceiro trimestre de 2023. No mesmo período, foram extintos 6.534 postos de trabalho formais.

O aumento da capacidade formativa foi possível com a inauguração de mais três centros de formação profissional: no Namibe, Uíge, Bié e em breve será inaugurado o Cinfotec Huambo, considerado o maior centro de formação tecnológico do país.

Até ao terceiro trimestre deste ano foram capacitados 26.851 cidadãos, nos 160 centros.

O Programa de Estágios Profissionais beneficiou até ao momento 6.889 cidadãos.

Objectivos da Agenda

A criação da Agenda Nacional do Emprego destina-se à redução da taxa de desemprego na economia nacional e a colmatar o desequilíbrio entre a procura e a oferta de trabalho, assim como promover a melhoria da redistribuição da renda nacional e a redução das assimetrias regionais.

A Agenda é de grande relevância para o combate à pobreza, a fixação das populações nas localidades de origem e é resultado de um processo de auscultação, com base no diagnóstico efectuado sobre a situação e perspectivas de desenvolvimento do emprego em Angola.

O Executivo informou que o documento recebeu contribuições que foram sistematizadas em recomendações dos participantes, entre os quais uma confederação de associações juvenis, algumas associações juvenis político-partidárias, associações representativas dos trabalhadores e de empresários, da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA) e dos governadores provinciais.

Importa referir que o Briefing é um exercício realizado periodicamente, com o objectivo de comunicar mais e melhor os serviços desenvolvidos nos diversos sectores do MAPTSS.

1.2 Redistribuição da renda nacional

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2023

Uma das novidades, anunciadas nesta terça-feira, aquando da entrega ao Parlamento da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2024, pelo ministro de Estado para Coordenação Económica, é a previsão de aumento salarial na Função Pública em cerca de 5%.

Se entendermos que o processo que antecede a elaboração do OGE envolve concertação entre o Executivo e os parceiros, a todos os níveis, podemos aqui, extensivamente, interpretar que o aumento anunciado é, também, fruto da participação de todos.

Obviamente, que em condições normais todos gostaríamos de ver acrescido valores percentuais que reflectem a aspiração generalizada da população, traduzida num aumento que corresponda aos níveis de perda do poder de compra, à inflação e desvalorização da moeda.

Mas não basta pensarmos nos aumentos salariais, embora desejáveis, naturalmente, na medida em que o ideal é, seguramente, encaminhar-nos para o aumento dos postos de trabalho, para o sentido de compromisso, uma vez obtido o emprego, e a dedicação. Apenas com trabalho árduo seremos capazes de inverter o quadro, acompanhado de políticas públicas consentâneas com a realidade do país.

Na verdade, o pleno emprego e o crescimento económico sustentado são as melhores variáveis que intervêm na valorização dos salários, uma realidade que fazemos votos de que se efective na economia angolana à medida que as políticas públicas direccionem o país nesta senda.

Tal como fez referência o ministro Massano, fazendo previsão sobre o desempenho do OGE 2024, espera-se que o principal documento legal de execução económica do Estado dê resposta aos grandes investimentos e crie espaço para o recrutamento de novos profissionais para os sectores da Agricultura, Educação e Saúde, acrescentou José de Lima Massano.

Realçar, igualmente, o facto de o aumento salarial visar todos os segmentos e na mesma proporção,

além do limiar da isenção do pagamento do Imposto de Rendimento do Trabalho (IRT) abranger, doravante, salários até 100 mil kwanzas.

Acreditamos que há, da parte do Executivo, estratégia e esforço no sentido melhorar o ambiente de empregabilidade, promover o quadro em que funcionam as empresas para gerar crescimento económico e riqueza para redistribuição, cada vez mais, equitativa de Cabinda ao Cunene.

1.3 “Fixação do salário mínimo não é competência exclusiva do Executivo”

Jornal de Angola

2 De Novembro de 2023

Texto: Paulo Caculo

O secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, afirmou, terça-feira, em Luanda, que não compete exclusivamente ao Executivo a decisão sobre a fixação do salário mínimo nacional.

O governante, que respondia aos jornalistas sobre o caderno reivindicativo das comissões sindicais, que exigem do Governo a definição de um salário mínimo nacional único na ordem dos 245 mil kwanzas e um aumento de salário da função pública de 250 por cento, esclareceu que para a definição do salário mínimo (actualmente na ordem dos 33 mil kwanzas), é observado um conjunto de procedimentos que corresponde a três fases.

O Grupo Técnico para determinação do salário mínimo, disse, integra representantes do Executivo directamente envolvidos no processo, nomeadamente o Ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS); das Finanças; e da Economia e Planeamento, além de representantes da UNTA, CGSILA, Força Sindical, AIA, Câmara do Comércio e Indústria e do Grupo Técnico Empresarial.

Segundo ainda o secretário de Estado, este Grupo Técnico, de que fazem parte as três organizações sindicais mais representativas, produz um relatório anual, com base no apuramento que faz, sobre o preço da cesta básica, número de trabalhadores, número de empresas e uma série de variáveis de que se socorre, antes de recomendar o ajustamento ou não do salário mínimo nacional e passar para o Conselho Nacional de Concertação Social.

"A fixação do salário mínimo nacional não é uma competência exclusiva do Executivo. Pressupõe a concertação social e a sensibilidade suficiente para

medir aquilo que são as propostas dos sindicatos e dos patrões e, depois, encontrar-se um meio-termo para, na base daquilo que são as bases dos poderes e a responsabilidade do Executivo, fixar-se o salário mínimo nacional”, disse.

Na fase derradeira do processo, realçou o secretário de Estado, a plataforma de concertação, com a intervenção de todos os sindicatos e organizações patronais acima referidas, incluindo as ordens profissionais, algumas organizações religiosas e as mais diversas sensibilidades do Estado, faz uma recomendação concreta ao Presidente da República, que, por sua vez, fixa o salário mínimo nacional.

"O último ajustamento foi feito em 2021, altura em que terá havido um incremento na ordem dos 50 por cento em relação ao salário anterior e o penúltimo feito em 2019, com um ajustamento na ordem dos 35%", lembrou. Segundo Pedro Filipe, os ajustes ao salário mínimo nacional devem ter em conta a capacidade produtiva das empresas, sob pena de muitas serem obrigadas a fechar por incapacidade de cumprimento.

O caderno reivindicativo apresentado pelas comissões sindicais já está nas mãos do Executivo, que diz estar a estudar o documento para ver se haverá ou não sustentabilidade para a sua aplicação.

As centrais sindicais dão até Dezembro como prazo para o Governo tomar um posicionamento, não destacando, em caso contrário, a possibilidade de uma paralisação geral.

Violação da LGT

Pedro Filipe admitiu, por outro lado, haver empresas que violam os direitos dos trabalhadores, as normas laborais e da Lei Geral do Trabalho (LGT), tendo assegurado que estas violações fazem parte da pauta de preocupação do Executivo, concretamente do MAPTSS, enquanto departamento ministerial incumbido de tratar da matéria.

De formas a inverter o quadro, reforçou o secretário de Estado, o MAPTSS tem estado a "inspeccionar as empresas" e fazer um "trabalho pedagógico", reservando-se, diante de reincidentes, aplicar as medidas que se impõem, para evitar que trabalhadores estejam submetidos a situações de injustiça.

O secretário de Estado adiantou que existem empresas nacionais e estrangeiras cumpridoras, bem como admitiu haver casos de infracções em relação a empresas nacionais e estrangeiras. "Também temos muitos bons exemplos", assegurou.

I.4 Mais de 11 mil Bilhetes de Identidade estão à espera dos requerentes há anos

Jornal de Angola

10 De Novembro de 2023

Texto: Nicolau Vasco

O governador do Cuando Cubango, José Martins, manifestou-se preocupado com os mais de 11 mil Bilhetes de Identidade que estão, há vários anos, no Posto de Identificação de Menongue, à espera dos requerentes, para o levantamento.

José Martins mostrou esta inquietação, terça-feira, no final da visita que efectuou a distintos departamentos pertencentes à Direcção Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos, tendo acrescentado que a atitude dos requerentes que não levantam os documentos é reprovável, uma vez que muitos Bilhetes de Identidade chegam a caducar nos postos de identificação.

O governador defendeu a necessidade de se trabalhar no plano de distribuição comunitária, devendo os funcionários do sector da Justiça deslocarem-se às aldeias para fazer chegar os Bilhetes de Identidade aos proprietários.

Segundo José Martins, o abandono de Bilhetes de Identidade nos postos de identificação deve-se, principalmente, ao desleixo e ao facto de alguns cidadãos, na maioria camponeses, viverem em áreas longínquas e de difícil acesso.

O Governo Provincial, garantiu, vai apoiar o processo de distribuição dos Bilhetes de Identidade, com a criação de condições logísticas e de transporte para que os técnicos da Justiça possam se deslocar em vários bairros, comunas e aldeias, para que os documentos cheguem o mais rápido possível aos proprietários.

Acrescentou que esta empreitada vai contar com o apoio directo das administrações municipais, comunais, autoridades tradicionais e religiosas, entre outros parceiros sociais, para que os mais de 11 mil Bilhetes de Identidade que estão abandonados no Posto de Identificação de Menongue cheguem aos donos.

José Martins defende que alguns sectores da Administração Pública e não só deixem de atender cidadãos que não apresentem Bilhetes de Identidade, sobretudo para terem acesso ao emprego, programas ou projectos sociais, emissão de documentos e serviços bancários. O governador do Cuando Cubango sublinhou que a flexibilidade que se regista

em vários sectores públicos e privados tem contribuído para que alguns utentes deixem de se preocupar em tratar ou levantar os documentos.

No quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, sublinhou, as Administrações Municipais devem assegurar a situação da cidadania da população, através da operacionalização dos serviços do sector da Justiça.

1.5 Estamos mais pobres

Jornal Expansão

17 De Novembro de 2023

Defender que o OGE 2024 “presta uma atenção especial à redução das desigualdades sociais e à protecção do rendimento das famílias e dos trabalhadores” quando propõe um aumento de 5% nos ordenados dos funcionários num ano que vai fechar com uma inflação superior a 18% é, no mínimo, caricato. Em termos práticos, as famílias perdem no mínimo 13% do poder de compra-. Se juntarmos a isto a desvalorização de 40% do kwanza e o impacto que significa nas poupanças das famílias, rapidamente concluímos que a quase totalidade dos angolanos está mais pobre. Muito mais pobre.

Claro que há uma pequena faixa de cidadãos que tem como fonte dos seus rendimentos algumas instituições públicas, onde na verdade as chefias acabaram por ser compensadas com o aumento de subsídios e prémios, o que lhes permitiu manter o nível de vida. Mas na sua generalidade, os cidadãos que vivem do seu trabalho, sem recorrer a desvios e ‘gasosas’, perderam poder de compra, vivem com mais dificuldade, e a situação não vai melhorar no próximo ano. Por isso é que vimos partir muitos dos nossos jovens quadros qualificados para outros países.

O OGE 2024, como já explicámos em várias peças que temos feitos, ‘continua a privilegiar a Defesa e Segurança, o pagamento da dívida, além de prever o recurso a muito mais dívida, que terá que ser paga pelas gerações futuras. Mas se formos analisar a execução do Orçamento de 2023, a situação é ainda mais preocupante. Os cortes foram feitos fundamentalmente nos sectores Social e Económico, que significa piores condições para a população e mais dificuldade em alavancar o crescimento do País.

Os cidadãos estão a empobrecer, a população está a viver pior, e é com esta realidade sempre presente que devem ser tomadas as tais medidas estruturantes. Não devemos olhar para fora, mas para dentro. Temos que nesta fase construir o País a partir de

dentro, e na verdade têm sido anunciadas algumas medidas para protecção da actividade económica nacional, curiosamente todas com aplicação a partir de 2024, mas também temos de olhar para os salários. Para os rendimentos dos que cá estão e que guardam as suas poupanças no País, porque é a única forma de criar um consumo interno capaz de suportar o desenvolvimento económico e a redistribuição da riqueza. Ter 10 milhões de pessoas com 500 mil Kz não é mesma coisa que ter 9 milhões com 50 mil Kz e 1 milhão com 4,55 milhões Kz. Embora estatisticamente seja o mesmo.

E o efeito na economia é também muito diferente. Porque estes 9 milhões vão ter de utilizar outros esquemas e rendimentos para sobreviver, e o outro milhão vai exportar as poupanças para fora, comprar casas e roupas caras no estrangeiro, e retirar o dinheiro da nossa economia. Não podemos continuar a alimentar este enorme fosso entre uns, poucos, que estão cada vez mais ricos e a quase totalidade dos angolanos, que está cada vez mais pobre. E ter como medida-bandeira para promover a justiça social, aumentar os ordenados em 5%. Francamente...

1.6 Oposição considera «irrisório» percentual definido para aumento dos salários na função pública

Novo Jornal

17 De Novembro de 2023

Texto: Sebastião António & Jorge

Batalha

Dois dos três grupos parlamentares na oposição, ao Novo Jornal, reagiram a uma proposta apresentada pelo Executivo de João Lourenço, que prevê, até Janeiro de 2024, um aumento de 5% nos salários da função pública, considerando, no entanto, tratar-se de um percentual supostamente irrisório, tendo em conta o valor da moeda nacional e a subida do custo de vida.

Trata-se do Grupo Parlamentar Misto, composto pelo PRS e pela FNLA, bem como a sua congénere, a UNITA (GPU), liderada por Liberty Shiyaka, que contrariam a percepção do Executivo sobre a previsão de aumento de 5% no salário da função pública.

Por exemplo, para o Executivo, que é o proponente, o aumento dos salários na ordem dos 5% deverá permitir que, no próximo exercício económico, os sectores da Saúde, Educação e Agricultura, supostamente, possam continuar a criar espaço para o

recrutamento de mais profissionais, uma visão contrária à do Grupo Parlamentar da UNITA.

Para o ‘grosso’ que tem Liberty Shiyaka ao leme, a medida avançada pelo Executivo “não” se ajusta ao contexto económico do País. Para além disso, Liberty Shiyaka entende que a previsão do gráfico da inflação para o próximo exercício económico, conforme apresentado pelo Executivo, não corresponde à realidade.

“Para o ano 2023, o Governo previa que a inflação seria de 11%, mas a inflação real é de 18%. Para 2024, afirma que a inflação vai ficar nos 15,3%. Ninguém acredita que a inflação vai descer dos actuais para 15,3%. Com base na previsão do valor da inflação, o mínimo de aumento devia ser de 18%”, explica o parlamentar, questionando, para concluir, o critério utilizado pelo Executivo para definir 5% como valor de aumento do salário na função pública.

“Se os preços vão subir e os salários da função pública só vão aumentar 5%, estamos diante de uma medida irrisória, insuficiente e, do ponto de vista económico e social, não concorre para a estabilização da vida das famílias”, finalizou Liberty Shiyaka.

Aliás, igual posição é assumida pelo Grupo Parlamentar Misto, que se faz representar pelo deputado Benedito Daniel, que preside aquele ‘grosso’. Para o parlamentar, tendo em conta o valor da moeda nacional, o recomendável era que o Executivo, a pensar na percentagem que propôs, não anunciasse tal medida.

“Pelos anos que passaram, pela desvalorização do Kwanza, pela inflação que existe no País e pela inflação que se prevê, 5% não é nenhum aumento, nem sequer podemos considerá-lo reajuste. Achamos que é insignificante para qualquer trabalhador. E, neste momento que se propala esse reajuste, as coisas já estão a subir”, explica Benedito Daniel, adivinhando que, quando o aumento começar a reflectir-se nos salários dos funcionários públicos, a subida dos preços deverá disparar numa velocidade maior.

“Razão pela qual achamos que o Governo não devia anunciar este aumento de 5%, porque não estimula ninguém. Pensamos no esforço que o Governo queria fazer, mas podia fazer mais. Esses 5% vão resultar em mais prejuízos para o trabalhador”, entende o parlamentar.

À margem das críticas sobre o aumento dos 5% no salário da função pública, Benedito Daniel apontou,

também, a redução do IVA e a sua implicação na vida dos cidadãos, precisamente no poder compra.

“Estas soluções todas estão a ser gizadas. Mas, ainda que o IVA possa descer na totalidade, vamos falar aqui do IVA zero, não vai contribuir para os preços dos produtos da cesta básica, porque esse é um problema conjuntural que envolve vários indicadores, outras coisas e outros cenários que não seja simplesmente o IVA ou o IRT. O esforço está a ser feito no sentido de minimizar. Mas não é para termos resultados imediatos quando se trata da baixa dos produtos da cesta básica. É um esforço. É compensativo quando o trabalhador acha ou vai ouvir que o seu Governo fez algum esforço para que ele pudesse ter o poder de compras. Mas, infelizmente, não conseguiu, não resolve”, finaliza o parlamentar.

I.7 Empresas sem capacidade de pagar o salário mínimo devem reportar a situação financeira ao Estado

Jornal de Angola

23 De Novembro de 2023

Texto: Sampaio Júnior

As empresas sem capacidade para pagar o Salário Mínimo Nacional aos seus trabalhadores devem recorrer ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), para reportar a situação financeira e evitar que sejam multadas por incumprir com a legislação laboral.

A medida foi avançada pelo chefe dos serviços da Inspeção Geral do Trabalho (IGT), Leandro Cardoso, durante o 13º Encontro Metodológico, realizado no município do Lobito, em Benguela.

O inspector revelou que a lei prevê que cada instituição deve pagar por sector económico e aquelas sem capacidade de cumprir com o salário mínimo, por razões financeiras, devem escrever ao MAPTSS, para provar a incapacidade.

Leandro Cardoso falava sobre a situação do salário depois da conclusão de um programa específico, desenvolvido pela IGT em Malanje, voltado às empresas de segurança patrimonial e instituições de ensino privado, de modo a verificar o grau de incumprimento ao pagamento do Salário Mínimo Nacional.

Durante este trabalho, realçou, foi verificado que muitos colégios pagam apenas 7.000 kwanzas aos

professores e 20.000 aos directores, acto condenável, a todos os níveis da legislação laboral.

O inspector revelou que as empresas incumpridoras demonstram interesse em colaborar, apesar de algumas alegarem desconhecer as normas. "Por sermos um órgão pedagógico, estamos a sensibilizar para que todos adoptem a lei. Os que foram multados já começaram a contribuir", garantiu. Leandro Cardoso informou que a IGT em Malanje tem entre as infracções mais cometidas, ao longo dos anos, a falta de pagamento à Segurança Social e o não fornecimento de equipamentos para protecção individual dos trabalhadores.

Mais de 42 mil visitas até 2027

O inspetor-geral Vassili Agostinho anunciou, durante o Encontro Metodológico, que a IGT pretende realizar, até 2027, em todo o país, mais de 42.500 visitas inspectivas, 1.000 palestras por ano e admitir no seu quadro 350 inspectores.

A instituição prevê ainda modernizar de forma gradual os serviços, dependendo da disponibilidade orçamental.

Aos inspectores recomendou a darem mais soluções do que problemas, face à acção inspectiva, principalmente, aos recém-nomeados, de forma a mostrar maior rigor e dedicação no exercício da missão.

O inspector recomendou ainda a uniformização dos modelos e procedimentos relativos à investigação e comunicação dos acidentes de trabalho, assim como a criação de Comissões de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

Vassili Agostinho propôs a alteração do Estatuto Orgânico da IGT, referente à tramitação dos autos de notícia para o pagamento coercivo, com os organismos competentes, como a Procuradoria Geral da República.

Para o inspector-geral é preciso também prolongar o prazo de pagamento dos autos de notícia para mais de 20 dias, e criar mecanismo para estes serem pagos de forma parcelada. O inspector-geral levantou a necessidade de capacitar os técnicos, com formações contínuas e especializadas, de modo a fazer face aos múltiplos desafios do exercício das funções.

Metas

Durante o encontro, foram definidas as metas para os trimestres do ano de 2024, entre as quais a realização de visitas inspectivas em simultâneo, em todo o país.

O encontro serviu também para fazer o balanço das actividades no decurso do presente ano civil e programar as actividades de 2024, assim como massificar as acções inspectivas em prol a prevenção e erradicação do trabalho infantil, fiscalização do trabalho de menores no sector formal, alinhamento dos procedimentos para o levantamento da Referencia Única de Pagamento ao Estado (RUPE) e melhoria na articulação entre a IGT e os o Ministério Público.

1.8 Os intelectuais adoçam, os políticos agitam-se e o povo aguarda pelas Autarquias Locais

Novo Jornal

24 De Novembro de 2023

Mirando para o II Congresso Angolano de Direito Constitucional, realizado em Luanda, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, ocorrido de 7 a 9 de Novembro de 2013, marcou uma viragem e mostrou a necessidade de os intelectuais continuarem a apontar soluções viáveis para contrariar a situação de pobreza extrema, ajudar a classe política, diante dos impertinentes desafios de governação e das falhas reiteradas do mercado que afectam as políticas traçadas, que podiam concorrer para o crescimento e desenvolvimento sustentável do País.

O congresso apontou um fenómeno interessante, que se resume na citação seguinte: "Os Intelectuais adoçaram, os Políticos agitaram-se e o Povo aguarda pelas Autarquias Locais (AL)". O povo espera e devemos estar conscientes de que não se pode resistir às Mudanças; de mudanças que apontam para a justiça e concórdia. Os académicos devem envolver-se mais pela causa do povo, procurando soluções com objectividade, trazendo ideias desapaixonadas com ideologias políticas.

Um dos temas que estiveram na forja prende-se com a Organização da Administração Local, com enfoque sobre as Autarquias Locais, que se quer para já e, na opinião de muitos, em todo o território nacional.

Essa situação faz lembrar a expressão do escritor angolano Manuel Rui (1982): "Quem me dera ser onda", nas suas memórias de uma sociedade alienada pelo sistema colonial e dos tempos de convívio em plena harmonia dos angolanos. É essa harmonia que se deve buscar.

Revisitando alguns Momentos de vida dos angolanos, de 1975 a 1991 experimentou-se o sistema socialista. No intervalo de quase uma década e meia foram

feitas algumas reformas, com destaque para o Programa de Reformas, denominado “Saneamento Económico e Financeiro” (SEF), em 1987, cujas mudanças profundas conduziriam à democracia representativa e com a aprovação da Lei n.º

17/90, de 20 de Outubro, sobre os Princípios a observar pela Administração Pública. Em 1992 foi promulgada a Lei n.º 23/92, de 16 de Setembro, Lei de Revisão Constitucional, em razão das alterações introduzidas à Lei Constitucional em Março de 1991, através da Lei n.º 12/91, destinando-se à criação das premissas necessárias à implementação da democracia multipartidária, a ampliação do reconhecimento e das garantias dos direitos, liberdades fundamentais dos cidadãos e a consagração de princípios basilares da economia de mercado.

Olhando para o cenário internacional, a ideologia nazista de Adolfo Hitler também criou as AL, na vigência do nazismo, considerado como um subtipo do Estado moderno, característico do nosso século, isto é, o Estado Constitucional do século XX.

Verdade, porém, o nazismo foi uma verdadeira camuflagem. Sendo o nazismo um subtipo do Estado Constitucional, nem mesmo conseguiu concretizar os aspectos políticos principais caracterizadores do Estado Constitucional, como: a aclamação do princípio da legalidade. Na verdade, o nazismo tornou-se num dirigismo, tendo o Estado assumido vastas funções de empresário económico público, apropriando-se dos meios de produção colectivos. Nesse tipo de Estado, pensamos nós, devia prevalecer a Constituição, mas o Estado Constitucional nem sempre é sinónimo de limitação do poder, porque, muitas vezes, se transforma numa forma de legitimação do arbítrio estatal.

O que não se pretende em Angola é a implementação de AL que seja uma miragem e, -do exposto acima, tira- -se a ilação de que, se podia criá-las na vigência do Regime Socialista, que se implementou atrevidamente naquela fase. Por felicidade, na Lei de 1992, estava, de igual modo, prevista a institucionalização das Autarquias Locais.

Porém, de 1992 a 2002, os angolanos continuaram a viver um estado de guerra e, nesse período, não se podia falar de Autarquias Locais. Em 2010, foi aprovada a Constituição da República de Angola (CRA), e decorridos mais 10 anos não foram implementadas as AL.

Lembrem-se de que, alguma vez na história da humanidade, o poder estava nas mãos da Igreja, depois passou para o

de AL que seja uma miragem e, do exposto acima, tira-se a ilação de que, se podia criá-las na vigência do Regime Socialista, que se implementou atrevidamente naquela fase. Por felicidade, na Lei de 1992, estava, de igual modo, prevista a institucionalização das Autarquias Locais.

Porém, de 1992 a 2002, os angolanos continuaram a viver um estado de guerra e, nesse período, não se podia falar de Autarquias Locais. Em 2010, foi aprovada a Constituição da República de Angola (CRA), e decorridos mais 10 anos não foram implementadas as AL.

Podiam ter sido criadas, mesmo em condições de Partido único, Estado centralizado e poder concentrado, quando não existiam entidades públicas autónomas face ao Governo Central, com uma burocracia estatal e inexistência de direitos fundamentais dos cidadãos, oponíveis ao Estado, entre outros aspectos. Presentemente, seria apenas uma adequação às condições do multipartidarismo.

O que faltou? É simplesmente uma questão de contextos e, se calhar, de visão estratégica, de planos devidamente desenhados a médio ou a longo prazo, relativamente à desconcentração e descentralização administrativas.

Logo, até 2017 existiram várias iniciativas que apontavam para as políticas de transferências monetárias e de competências das províncias para os municípios, em forma de ensaios. Por analogia, pode-se deduzir que, ser e dever ser, estar ou saber estar são colocações diferentes, assim como a verdade formal se difere da verdade material e da sua concretização.

Assim como é defensável dizer que, quer nos sistemas socialista ou capitalista, em democracia ou não, podem ocorrer melhorias, aliás o demonstraram os factos em alguns Estados a nível global. É uma questão de visão estadual, de previsão política e de execução da própria política escolhida. Não obstante a vigência do Constitucionalismo, até hodiernamente, em muitos casos assiste-se a uma verdadeira ilusão e continua a sê- -lo em vários países de África. Daí ser útil o adágio de que, “por vezes na boca do lobo é onde se está melhor”, visto que nem mesmo nas democracias actuais estamos todos seguros.

Lembrem-se de que, alguma vez na história da humanidade, o poder estava nas mãos da Igreja, depois passou para o Imperador, a seguir transpôs-se para o Povo, com a ascensão do Estado Romano. Presentemente, em pleno século XXI, a natureza sofre com as acções humanas. De forma descontrolada, o mundo sangra com guerras

incessantes, com a miséria e conspirações entre Estados. Lamentavelmente, tal ocorre igualmente nos denominados Estados de Direito e Democráticos.

Por várias razões e com liberdade, o povo questiona-se: se em período de economia centralizada não foram criadas as AL, com o regime de economia aberta, certamente as mesmas serão criadas - mas o que nos garante que com elas estaremos melhor!? A população, igualmente, vaticina e indaga-se dizendo: “no contexto actual, o poder reside afinal em quem?” Se se atender que até as Nações Unidas não conseguem impor-se, as instituições regionais e a União Africana quase que não se fazem sentir? Diante do dilema, convém repensarmos que democracia se pretende instaurar. Não adianta imitarmos, devendo evitar-se improvisações.

É consensual que a institucionalização das AL encontre conforto no sistema de economia aberta, em Estado Democrático e de Direito, conforme estabelece o artigo 2.º da CRA, pelas razões diversas - o Estado democrático é profundamente descentralizador e desconcentrado, respeitador das autonomias locais e outras de índole corporativa.

Outrossim, o Estado Democrático vela pelas garantias individuais contra os abusos do poder, fornece mais instrumentos jurídicos de protecção, destacando-se, além do intervencionismo económico, a acção cultural e social do Estado, a defesa do ambiente, da natureza, da qualidade de vida, entre outras vantagens.

Tudo isso depende da consciência do homem, do capital humano, do político, da existência de instituições fortes, de uma gestão responsável da coisa pública, do comportamento ético e de uma nova consciência dos líderes, isto é, de verdadeiros líderes que actuam nos vários sectores da vida pública e privada.

Se nada for feito nesse sentido, as Autarquias Locais em nada contribuirão, continuará em Angola a imperar a arrogância, a falta de integridade, a existência de uma classe de intelectuais que pensa para si e não para o futuro e para o bem-estar dos cidadãos.

Almeja-se por mudanças nas políticas concretizáveis e inclusivas para atenuar as assimetrias, novo posicionamento dos grupos de interesses, a contribuição de todos os stakeholders, isto é, maior espaço para a participação de todos os intervenientes na melhoria das condições sociais e económicas das classes mais vulneráveis.

Precisamos de um poder local autárquico liderado por indivíduos comprometidos com o povo, compliance e accountability, cientes do seu dever e preparados para fazer acontecer as inovações, criando um ambiente onde o cidadão não pode ter medo de buscar apoio nas administrações públicas.

Em suma., o sucesso, o crescimento e o desenvolvimento de Angola não dependem unicamente das AL, pois não constituem elas a causa da miséria do povo angolano.

Devem, sim, ser repensadas as nossas políticas ou medidas e que devem ser tomadas dentro de um sistema, com a mobilização da sociedade para os desafios da Nação e das respectivas circunscrições territoriais. Os académicos vão-se envolvendo com as suas ideias, norteados por um pensamento honesto e comprometidos apenas com a justa causa pública.

Nada é novo, os programas de governação contemplam tudo. Basta a ousadia, dando oportunidade a todos, valorizando o papel de cada angolano em democracia e na construção do Estado-Nação.

Docente na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

1.9 Cartoon

Novo Jornal

24 De Novembro de 2023

Por: Sérgio Picarra



2. MICROFINANÇA

2.1 Lucros da banca disparam 71% para 527 mil milhões kz nos primeiros nove meses do ano

Jornal Expansão

17 De Novembro de 2023

Texto: Henrique Kaniaki

Os 20 bancos comerciais que apresentaram até esta terça-feira os balancetes do III trimestre deste ano contabilizaram um lucro acumulado de 523,2 mil milhões Kz, o que representa um crescimento de 71% face aos 306,1 mil milhões registados no mesmo período de 2022.

Os resultados foram influenciados pela melhoria dos activos, devido aos ganhos com a margem financeira, onde se verificou o crescimento dos investimentos em títulos de dívida pública, já que estes cresceram 33% para cerca de 7,0 biliões Kz, e representa 34% dos activos da banca, bem como aumento das aplicações que os bancos fazem junto do BNA, mais especificamente a repos (acordos de recompra). Isto associa-se a depreciação cambial, que valorizou significativamente os activos em moeda estrangeira e aumentou resultados cambiais, já que o kwana depreciou cerca de 40% desde o início do ano face ao euro e ao dólar.

Para o economista Wilson Chimoco, a depreciação cambial foi fundamental para este desempenho, mas continua a ser a margem financeira a ser a principal razão dos ganhos dos bancos. "Os bancos têm sabido tirar proveito da desorganização das Finanças Públicas e fizeram investimentos inteligentes na dívida pública ao mesmo tempo que se tem financiado a taxas muito baixas, muito por conta da baixa literacia da longa base de clientes bancários, E os resultados tem-se mostrado positivos", disse o economista.

E há que acrescentar, que segundo o economista Heitor Carvalho, o aumento dos lucros nos primeiros nove meses do ano se deve também ao aumento de crédito ao Governo. "Houve o recurso a crédito de tesouraria por parte do Governo a taxas muito elevadas", disse.

"O crédito ao Estado (títulos e crédito contratual) e a exposição cambial da banca permitem-lhes manter boas rentabilidades, com pouco risco de crédito e de liquidez. Contudo, alguns bancos mais pequenos poderão estar a começar a enfrentar algumas dificuldades e a confrontar-se com a necessidade de

escolher entre manter os clientes ou continuar a deter uma boa parte do activo em moeda externa", explica o economista.

Assim, o BAI foi o banco que mais contribuiu para o crescimento agregado dos lucros da banca. O banco liderado por Luís Lelis viu os resultados dispararem 146% para 146,7 mil milhões Kz, acomodando assim, o título de campeão dos lucros, destronando o BFA, que durante muitos anos foi o banco que mais lucrou. Segue-se, precisamente, o BFA liderado por Luís Gonçalves, que registou um crescimento de 24% dos lucros para 131,0 mil milhões Kz. Juntos, representam mais de metade (53%) do lucro total da banca nos primeiros meses do ano.

Já o BPC voltou a acumular lucros no III trimestre, ao passar de prejuízos para lucros de 1,4 mil milhões Kz, após vários anos com contas no 'vermelho'.

Se os grandes bancos tiveram bom desempenho, os pequenos viram os lucros caírem. O Finibanco, Yetu, Valor, Banco da China e o BCH registaram quedas dos lucros. E dois bancos registaram prejuízos, nomeadamente o VTB África e o BNI, com resultados negativos de 2,7 mil milhões Kz e 3,8 mil milhões, respectivamente (ver pág. 4).

Dos 22 bancos comerciais, dois estão de fora destas contas, nomeadamente, o Económico e o Standard Chartered Bank, que até esta terça-feira ainda não tinham publicado os balancetes trimestrais, embora ainda estejam dentro do prazo estabelecido pelo regulador.

Rácio de transformação de apenas 26%

Até Setembro, o conjunto de 20 bancos registou um aumento de 34% no stock de crédito para quase 4,1 biliões Kz, mais 1,0 biliões se comparado com mesmo período do ano passado. Como de costume, o BIC mantém-se como campeão deste ranking, com 740,9 mil milhões Kz, um crescimento de 32%. Segue-se o BFA com 531,8 mil milhões Kz e o ATLÂNTICO com 466,2 mil milhões Kz fecha o pódio. Por sua vez, os depósitos aumentaram 31 %, passando de 12,0 biliões Kz para 15,7biliões.

Contas feitas, o rácio de transformação do conjunto de 20 vinte bancos e de 26%, um valor consideravelmente baixo face ao que acontece em economias mais desenvolvidas, o que demonstra que o crédito não é uma prioridade para a banca, ao contrário do que acontece com a dívida titulada.

Segundo Heitor Carvalho, aparentemente, temos um bom I trimestre, um II trimestre "provavelmente fraco" tendo em conta a inflação efectiva e o efeito cambial. E um III trimestre muito deprimido, em

termos reais. "Usando a informação do BNA, o crescimento trimestral do stock de crédito a produção (excluindo o crédito a particulares e a instituições internacionais) cresceu 7% no I Trimestre (um crescimento interessante), 14% no IIº Trimestre (não conhecemos o efeito da variação cambial e a inflação efectiva neste trimestre - não a reconhecida pelo INE - praticamente anulou este crescimento) e apenas 0,6% no IIIº trimestre", sustentou.

Já Wilson Chimoco entende que os bancos ainda não estão a fazer o seu verdadeiro trabalho. "E pelos resultados que o sector apresenta, a conclusão mais simples e que temos um sector rentista e com pouca exposição as necessidades económicas e sociais do País, o que é um sinal claro de potenciais e elevado nível de instabilidade no sector no médio prazo", diz Wilson Chimoco.

Assim, para Wilson Chimoco a instabilidade com a taxa de inflação, o difícil acesso as divisas e os desafios com as finanças públicas são os grandes desafios da banca nacional. "Se os bancos não os conseguirem gerir, poderemos assistir a novas consolidações, novas fusões, aquisições e encerramentos de bancos, no sector, proximamente", rematou.

2.2 Decisão poderá traduzir-se em menos crédito para a economia

Jornal Economia e Finanças
24 De Novembro de 2023

O economista e docente universitário Wilson Chimoco indica seis nuances da sua avaliação as medidas recentes do CPM/BNA:

1. A decisão de aumentar as taxas de juro de referência poderão se traduzir em menos crédito a economia e às empresas no médio prazo. Mas no curto prazo, poderá ser fundamental para corrigir as expectativas de depreciação cambial e ajudar que as taxas de juro do Mercado Monetário Interbancário voltem a estar dentro do corredor da Política Monetária, o que é fundamental para efectividade da Política Monetária, para o cumprimento de inflação de um dígito no médio prazo.

2. Para 2024, deve se esperar mais agravamento da Política Monetária por parte do BNA, muito por conta da elevada pressão inflacionista prevista para 2024 - O FMI estima inflação de 25,6%, enquanto o Governo estima 15,6% -, liderada pelo ajuste dos preços dos combustíveis, perspectiva de depreciação cambial e elevado nível execução da dívida pública, o que deverá elevar a oferta monetária para níveis perto

ou acima dos níveis verificados antes de 2020, acima de 30% do PIB. Nesta conformidade, as taxas de referências e os Coeficiente de Reservas Obrigatórias em Moeda Nacional podem vir a se fixar acima dos 20%, para reduzir as possibilidades da inflação se intensificar por conta da componente monetária.

3. É importante destacar que a Política Monetária tem de ser, acima de tudo, previsível. E essa previsibilidade é estatutária e legal, isto é, a Lei do BNA define que o objectivo primário do BNA é a estabilidade do preço. E objectivo secundária e a estabilidade financeira. E quando a inflação estiver a acelerar, o Comité de Política Monetária tem de se apegar a todos os instrumentos de Política Monetária que o Quadro Operacional da Política Monetária dispõe para garantir que os preços estabilizem. E é isso que o BNA procurou fazer na última decisão. E deve ser isso que o BNA deve continuar a fazer enquanto a pressão inflacionista prevalecer. Não podemos pedir ao BNA que impulse o crescimento da economia ou a criação de emprego. Não é essa a missão do BNA. Essa é missão do Governo. Temos de começar a ser rigorosos e coerente nas nossas críticas, para não exigir do BNA aquilo que é da responsabilidade do Governo.

4. Debate-se muito sobre o alcance da Política Monetária restritiva para conter a inflação em Angola, que é, manifestamente, uma inflação de oferta. Devemos lembrar que o mecanismo de transmissão da política monetária do BNA não é apenas sobre o consumo e o investimento privado. É também sobre as importações e gastos públicos, ou seja, se o BNA conseguir reduzir a liquidez com o agravamento da Política Monetária, indirectamente, o BNA vai conseguir, pelo mercado e não pela via administrativa, conter as expectativas de depreciação cambial e, por arrasto, o custo dos produtos importados. E por aí, estaremos a garantir que os preços entrem para o mercado nacional com custos mais baixos, o que se vai traduzir em menos inflação. Por outra, a decisão deverá reduzir a apetência do Estado se endividar para fazer despesas acima das suas capacidades de se financiar, o que reduz a pressão na procura interna e, por arrasto, na pressão sobre a reduzida oferta de produtos.

5. Relativamente ao custo do crédito se traduzir em menos produção nacional. É importante lembrar que, actualmente, mais de 90% dos novos crédito a economia real estão a vir pela via do Aviso 10 que tem taxas de juro fixas de 7,5%. Logo, não são afectados pelo actual agravamento das taxas de juro de referência. Melhor, até existe a possibilidade de que os montantes de crédito por via do Aviso 10 aumentem, uma vez que o montante de Reservas Obrigatórias do Banco Comerciais cativado pelo

BNA, deverá aumentar com o aumento do Coeficiente de Reservas Obrigatórias em Moeda Nacional de 17% para 18%, isto é, os bancos terão mais incentivos para conceder crédito ao abrigo do Aviso 10, pois lhes vai permitir libertar mais liquidez.

6. Por fim, a medida deverá ser lida como uma indicação daquilo que está por vir, que é mais depreciação cambial. E o BNA ao tomar a decisão de reduzir a liquidez em Kwanza no mercado, estará a dar indicações que sim, existe espaço para mais depreciação cambial, mas não está disponível para a sustentar essa mesma depreciação. E retirar os Kwanza a disposição dos bancos pode ajudar a atenuar a depreciação nos leilões de divisas, pois, quanto menos Kwanzas os bancos tiverem, menor a capacidade dos Bancos Comerciais em aceitarem comprar as dívidas com taxas de câmbio mais elevadas junto nos ofertantes de divisas, o que por arrasto, se traduz em menos depreciação cambial e menos expectativa de inflação.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Falta de actividade de "crédito milionário" força paralização de obras de cines e mercado em Benguela

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

O Governo viu-se obrigado a paralisar as obras de requalificação dos cines (Flaming no Lobito, e Monumental, em Benguela) e do mercado de Chapanguele, também na cidade dos flamingos, por insuficiências de verbas, uma vez que os 415 milhões de euros aindanao estão activados pelo Ministério das Finanças.

Os referidos cines encontravam-se em estado de total abandono e tal cenário teria preocupado o governador de Benguela, que se encarregou de os incluir na lista de infra-estruturas por reabilitar urgentemente, a que chamou de "Plano Integrado de Infra-estruturas Emergênciais" para, como tern sublinhado Luís Nunes, conferir melhor qualidade de vida a população local.

Em relação ao Chapanguele, está a ser construído um mercado de raiz, que vai atender a milhares de feirantes, invertendo a prática de venda a beira da Estrada Nacional 100 e em outros locais de risco para os vendedores. O novo mercado, cujas obras estão paradas, conforme constatou este jornal, vai contar com áreas de conservação de produtos, áreas de jardinagem, lancelagem, arborização e iluminação pública.

Em virtude de insuficiência de verbas, o Governo diz ter concentrado a sua atenção nas principais avenidas, nomeadamente a 10 de Fevereiro e a 31 de Janeiro, esta última liga a da praia Morena. Por uma questão de mobilidade urbana, segundo o vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas, Adilson Dellany Gonçalves, o governo local tudo fez para que as intervenções nas principais avenidas não fossem afectadas, estando já concluídos os trabalhos de macro drenagem.

Pois, para além do canal do Coringe, não havia, em Benguela, um canal de colecta de água para as restantes partes da cidade.

Em seu entender, aquando da sua conclusão, essa infra-estrutura vai contribuir para escoamento de águas residuais.

Empresários "juntam-se" a Luís Nunes no clamor pela Uberalização do dinheiro.

A primeira vez que se soube da inactivação dos 415 milhões de dolares, financiamento britânico, foi em Maio deste ano, num encontro que o governador provincial de Benguela, Luis Nunes, manteve com jornalistas, no Palácio da Praia Morena.

Alguns empresários, em Benguela, juntam-se a Luis Nunes no apelo ao Ministério das Finanças para activação dos 415 milhões de euros, de modo a recuperar o ritmo de algumas obras circunscritas no Plano de Infra-estruturas Integradas e Emergenciais. Parte considerável dessas encontrase parada e só arrancou porque a construtora Omatapalo tinha avançado com fundos próprios, segundo as autoridades.

Em meados de Outubro, a margem da visita do ministro da Administração do Território, Dionísio Manuel da Fonseca, o governador de Benguela endereçou recados a Luanda e falou dos riscos que representava aquele estado de coisas para as obras nesta provincia.

Em declarações ao jornal O PAÍS, empresários afirmaram que, quando concluídas, as obras delineadas por Luis Nunes, tão logo assumiu as redes de Benguela, vão mudar significativamente a imagem da provincia, daí que se afigure importante o retomar do ritmo dos projectos.

Por outro lado, voltaram a colocar o acento tónico na questão relativa a falta de oportunidade de alguns empresarios. Felix Kibeka clama por mais oportunidades, porque, na sua opinião, há um grupo de empresários privilegiados.

Entretanto, para Luís Nunes, essa construtora a ir atrás do financiamento britânico, há, de resto, "oportunidades para todos".

Sem nunca ter perdido de vista a questão da crise económica que assola o país, o empresário Pedro Ngala prefere dar o benefício da duvida ao governo central, sublinhando, porém, que "o Ministério das Finanças tem estado a fazer um aperto de cinto financeiro", convencido de que se trate apenas de um período e, não tarda, Benguela há de ter os recursos de que precisa para dar seguimento as obras.

"As obras estão paradas, sim, tem que se ter paciência de esperar, o Governo esta ciente disto".

Segundo realçou, as obras tem mesmo de arrancar, porque está em causa a imagem de Benguela e a expectativa gerada na população local.

Ngala salienta que as obras do Plano Emergencial ganharam aquele ímpeto, não obstante as apertes financeiros do país, devido a qualidade de governante empresário de Luis Nunes. "E um governante e também e um negociante, com visão", sublinha.

Por sua vez, o empresário Evanir Coelho lembra, porém, que o contexto económico não está a favor do Governo de Benguela, manifestando-se esperançado no dinamismo de Luis Nunes, para se retomar o ritmo inicial de grande parte das obras.

"O crédito e de âmbito central, não depende nós, cabe-nos esperar. O tipo de obras que estão a ser feito não é benéfico só para a província, mas também para turistas, para sentirem que temos uma cidade boa" urbanizada, com esgoto, enfim", resume.

Recentemente, em declarações à imprensa, o governador de Benguela, Luis Nunes, afirmou ter recebido garantias do Ministério das Finanças da activação dos 415 milhões de euros para este mês de Novembro.

Em papel, tal como tinha noticiado este jornal, Luis Nunes tem mais de mil milhões de dólares em projectos para virar Benguela de patas para o ar', segundo o governante. Aos 415 milhões sobre ditos junta-se um segundo crédito aprovado na ordem dos 482 milhões de dólares a cujo horizonte temporal da sua activação dificilmente as autoridades se referem.

3.2 Vendedores ambulantes estão melhor acomodados

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2023

Texto: Maximiano Filipe

Paula Marisa fez saber que os vendedores foram integrados nos mercados 4 de Abril, Precisaria, das frutas, Graça, Massangarala e do Cassoco.

Explicou que o processo de cadastramento continua, para que mais vendedores exerçam a actividade em locais apropriados.

Segundo Paula Marisa, decorre um processo de reorganização da venda em ruas da cidade das Acácias Rubras, tendo adiantado que aos poucos

Benguela terá a actividade de venda ambulante organizada.

Reconheceu que ainda se tem notado alguns vendedores que violam as normas administrativas que estão regulamentadas.

"Ainda assistimos a pessoas que colocam os seus negócios em qualquer local da cidade, incorrendo, em muitos casos, em infracção administrativa", disse, garantindo que as autoridades vão continuar a actuar em conformidade com a Lei.

Relativamente à actuação dos fiscais, face à actividade das zungeiras na via pública e não só, a administradora admitiu ter havido, em alguns casos, excesso, situação que tem sido analisada com profundidade, visando a tomada de medidas adequadas.

Arrecadação de receitas

Entre 16 e 17 milhões de kwanzas são arrecadados mensalmente no mercado informal 4 de Abril, em Benguela, contra os anteriores cinco milhões, informou a administradora municipal.

Segundo Paula Marisa, o valor resulta da organização do mercado e é encaminhado à Conta Única do Tesouro (CUT), revertendo-se em questões sociais.

No sector da Agricultura, acrescentou, foram distribuídos 41 kits de fomento à produção a 180 famílias. Prevê-se a entrega de mais kits, em igual número de beneficiários, durante este mês.

A limpeza das valas do Coringe consta entre as acções executadas, mensalmente, visto que a população continua a depositar resíduos em locais impróprios. "Em função do final de ano, que se avizinha, o processo será reforçado com barcas, visto que Benguela produz muito lixo doméstico".

3.3 Formalizar o garimbo para aumentar as receitas fiscais do estado

Jornal Expansão

10 De Novembro de 2023

Na semana passada, foi notícia a ida do ministro de Estado para a Coordenação Económica à Assembleia Nacional, para fazer entrega da proposta de OGE para 2024. O destaque nesta proposta e o facto de o Executivo assumir, em moeda externa, que vai adquirir menos bens e serviços do que na proposta de 2023. Este facto suscitou em nos a necessidade de, mais uma vez, apresentarmos neste espaço uma

alternativa viável para que o Estado possa aumentar as suas receitas e assim satisfazer as suas despesas.

No nosso último texto relembramos a promessa feita pelo Presidente João Lourenço, na sua mensagem sobre o Estado da Nação de 2019, onde dizia haver necessidade de se proceder a "reorganização e legalização das cooperativas de diamantes, visando a sua transformação em empresas de exploração semi-industriais". Porém, de lá para cá, quase nada foi feito já que continuamos a ler relatos sobre a exploração informal, especialmente de diamantes, um pouco por todo o país (ex. Bie, Cunene, Malanje). Hoje não se sabe ao certo se as receitas desta actividade estão (ou não) a financiar actividades ilícitas (ex. o terrorismo) dentro e/ou fora de Angola.

Claramente que a solução para este fenómeno não é criminalizar esta actividade, como tem sido feito até a data. O actual Código Mineiro (Lei 31/11 de 23 de Setembro) no artigo 170.º (Integração Económica) diz, e passamos a citar, que "o ministério da tutela deve criar condições para a integração dos mineiros artesanais em cooperativas ou outras formas organizadas de actuação, que resultem num melhor aproveitamento dos recursos naturais em benefícios das populações, de harmonia com a política do Poder Executivo para o sector mineiro." Daí a questão: Por que razão a criação de cooperativas não acontece de forma natural e continua? A quem interessa manter o sector no estado de 'confusão' que se encontra (para depois surgirem operações especiais)? o artigo 173.º, no seu ponto 2, diz, e passamos a citar, que "As áreas consideradas adequadas para a mineração artesanal são apenas aquelas cujas características geológicas não permitam a realização da actividade mineira em escala industrial." Isto mostra que não há razão objectiva para haver os conflitos que hoje assistimos. Como indicamos no nosso último texto, as grandes mineradoras mundiais que actuam em Angola estão mais interessadas nos grandes projectos, que, apesar de serem lucrativos, não podem absorver toda a mão-de-obra disponível no mercado. Daí a necessidade de se promover de forma natural e continua a concessão de espaços para actividade mineira artesanal, tal como já está legislado.

Notem que o legislador até foi mais longe, já que o Código Mineiro diz, e passamos a citar o artigo 175.º ponto 1, que "A dimensão das áreas para a mineração artesanal não pode exceder 5 Km, devendo ser demarcado nos mesmos termos da demarcação das áreas de produção industrial." Para os diamantes, o artigo 283.º ponto 2 diz que "A área autorizada por cada senha mineira para o exercício de exploração artesanal e de até um hectare, devidamente delimitada e demarcada." Como podemos ver, não há razão para se continuar a criminalizar a actividade de garimpo,

que a luz da legislação em vigor os garimpeiros devem ser tratados como operadores artesanais, com direitos e deveres nos marcos da lei.

O Código Mineiro define que esta actividade de mineração artesanal está sujeita a fiscalização (artigo 182.º) e deve assegurar a protecção do meio ambiente (artigo 183.º). O artigo 177.º (Requisitos de acesso a mineração artesanal) no seu ponto 1 define que "Os direitos mineiros para a produção artesanal apenas podem ser atribuídos a cidadãos nacionais maiores de dezoito anos." Se assim é, por que razão vemos, na prática, vários estrangeiros envolvidos nesta actividade? Por isso estar a acontecer, contra o que define a lei, verificamos a existência de muita contestação das populações que vivem nas áreas onde se regista a presença destes minerais. Em nosso entender, isso é uma situação perfeitamente evitável desde que a governação em Angola cumpra com o seu papel.

Sabendo que grande parte da população que deseja participar na exploração artesanal, o faz sem o mínimo de condições, i.e., sem o devido equipamento de segurança e higiene no local de trabalho ou sem seguir as normas de protecção ambiental, acreditamos ser necessário o Estado incentivar a criação de um mecanismo de financiamento inicial desta actividade, bem como disponibilizar a devida formação técnico-profissional. Como parte desta formação, deveriam os operadores artesanais ter noções de literacia financeira por forma a investirem parte dos seus proveitos em outros sectores da economia, e desta forma terem uma fonte de renda alternativa.

É ponto assente que o garimpo provoca instabilidade social, comprometendo a segurança nacional. Pelo que, entendemos ser desejável que João Lourenço, enquanto Titular do Poder Executivo, assegure que o ministério da tutela cumpra com o que, até já, está definido no Código Mineiro.

3.4 Negócio informal de levantamento de dinheiro via TPA - o regime jurídico

Jornal Expansão

10 De Novembro de 2023

O dinheiro serve essencialmente para quantificar bens e serviços e, segundo Alfredo Becker (Becker; 2018), é o meio geral de satisfação das prestações do dever jurídico. O sistema financeiro angolano é caracterizado pelo peso e importância que tem o mercado monetário. Assiste-se hoje, um pouco por todo o país, ao fenómeno do levantamento de dinheiro, via TPA, isto é, bombas de combustível,

frente aos ATM's e nas cantinas/Iojas, sendo que na maioria das vezes com o desconto no mínimo de 10% sobre o valor global. E, diga-se que, atendendo a época do mês, o desconto no cartão multicaixa pode ser superior a esta percentagem. Ora, qual é o enquadramento jurídico que podemos fazer desta nova realidade?

Começemos com as normas emanadas pelo órgão regulador /supervisor do mercado monetário, o Banco Nacional de Angola (BNA). Segundo a Constituição da República de Angola (CRA) e a Lei do BNA - Lei 24/21 de 28 de Outubro, como banco central e emissor, tem como missão principal garantir a estabilidade de preços, de forma a assegurar a preservação do valor da moeda nacional, nos termos da Constituição e da lei e, como missão secundária, assegurar a estabilidade do sistema financeiro. Dito de outro modo, e o BNA tem um ente administrativo com poderes e missão de assegurar a estabilidade do sistema financeiro, definir políticas cambiais e monetárias, bem como desempenhar o papel de principal supervisor/regulador do sistema financeiro Angolano.

Se no início o negócio era efectuado de forma tirnida, na tentativa de regulamentação do fenómeno, o BNA emitiu o Instrutivo N° 12/2021 de 14 de Setembro, que veio determinar a autorização do Levantamento de Numerário em Terminal de Pagamento Automático (TPA), que, para além dos bancos comerciais, aplica-se igualmente aos comerciantes que contrataram Terminais de Pagamento Automático-vulgo TPA. O Instrutivo determina que esta operação pode ser realizada via cartão multicaixa ou referência do multicaixa Express, caixa Automático e Homebanking. Quanto as taxas, com ou sem cartão, deve ser cobrada uma comissão de service ao cliente de 1% do valor do levantamento, com um mínimo de 50,00 Kz. o instrutivo determina igualmente que os comerciantes não podem acrescentar o valor da comissão no momento do processamento da operação no TPA, ou seja, cobrar mais que 1 % e proibido.

A verdade é que, apesar da orientação do BNA, verifica-se exactamente o contrário: os comerciantes detentores dos TPA's, quer os que ficam defrente aos ATM's e nas cantinas/Iojas e bombas de combustíveis, em regra, exigem um desconto no mínimo de 10%. Ou seja, se o cidadão quiser 10.000 mil kz, devera riscar no seu cartão 11.000 kz e, assim, por diante. O fenómeno agudiza-se especialmente em épocas de pagamento de salários e nas regiões onde não existem services bancários suficientes, contrariando o disposto no Aviso n° 18/22 de 11 de Outubro que determina o alargamento/expansão de

todos os serviços bancários por parte dos bancos comerciais.

Enquanto se aguarda uma solução para o fenómeno, recorde-se que o incumprimento das disposicoes do instrutivo e passível de aplicação de sanções previstas na Lei n° 40/20 de 16 de Dezembro - Lei do Sistema de Pagamentos de Angola e na Lei n. ° 14/21 de 19 de Maio- Lei do Regime Geral das Instituições Financeira, que determinam que cabe ao BNA instaurar e instruir os processos por contraventos o, bem como aplicar as correspondentes sanes. E, de outro lado, o código Penal Angolano, no capítulo referente aos crimes contra o consumidor, mercado e economia, especificamente nos crimes de Especu-

lacao (447.º), Actividade Economica Proibida (462.º) e Comercio Illegal de Moeda (466.º) mostram-se claramente desajustados e nao aplicáveis a esta nova realidade que ganhou contornos apos a publicacao do mesmo diploma, sobretudo em homenagem aos canones do direito penal moderno, mormente os princpios da Legalidade, Aplicação Última, Subsidiariedade e da Necessidade da Intervenção do Direito Penal, hoje, garantisticamente assumidos pelo Legislador Penal Angolano.

3.5 Zungueiras trocam passeios por negócios às escondidas atrás dos prédios

Jornal Expansão

10 De Novembro de 2023

Texto: Horacio Bapolo

Seis meses depois do encerramento de lojas e arrazens no São Paulo, medida tomada pelo Governo Provincial de Luanda (GPL) através do programa de "Reordenamento do Comércio" que visa organizar as ruas e as zonas com maior fluxo de comércio desordenado, melhorou a fluidez do trânsito, as ruas ficaram mais limpas e acabou a confusão que havia na zona, para alívio dos moradores. Apesar disso, a venda informal continua. Mas agora é feita as escondidas.

Por causa da fiscalização do GPL que se intensificou nas imediações, as zungueiras arranjaram outra forma de comercializar os seus produtos: guardam os negocios por detras dos predios, nos becos, quintais e casotas de seguranças.

Depois 'instalarn-se' debaixo dos prédios, das arvores, nos passeios, nas entradas das lojas a retalho, or ate mesmo no meio das ruas, onde vão interpellando pessoas anunciando os produtos que tem a venda.

Se o possível comprador mostrar interesse, e convidado a acompanhá-las aos locais onde tern guardados os produtos e onde é concluída a negociação. "Amigo temos t-shirts, calças, calçados, relógios e perfumes, que está a procura?", dizia uma das vendedoras ao Expansão durante uma ronda pelo bairro.

Até as viaturas não escapam aos assobios das vendedoras. Tudo acontece aos olhos da fiscalização que se ve incapaz de agir. "Não é ilegal que elas fiquem aqui de pé. Ilegal é elas ficarem aqui com os seus negócios", disse um fiscal ao Expansão.

Nota-se um claro acto de resistencia por parte das zungueiras em trocarem as ruas do Sao Paulo pelos mercados que existem em Luanda. "Depois do encerramento dos armazéns perdemos muitos clientes. Se antes vendiamos 50 mil Kz/dia, hoje para vender 15 mil Kz e uma luta", afirmou uma das vendedoras, que se identificou apenas por Rosária.

Mas o GPL já tinha avisado. "Os vendedores que persistirem em colocar os seus negócios ali onde foram removidos, verão a mão pesada da Lei", avisava ao Expansão, Dorivaldo Adão, director do Gabinete para o Desenvolvimento Economico Integrado do GPL.

, Apesar das alterações que se registam nas ruas do Sfo Paulo, muitas famílias residentes na zona, ficaram com a condição económica mais fragilizada, Algumas perderem a base do sustento porque, além de ganharem dinheiro com o aluguer das suas lojas e dos armazéns, aproveitavam o fluxo de gente que havia na zona para fazerem outros negócios na entrada das suas residências.

"Agora está melhor porque acabou a confusão e as ruas estão limpas e mais abertas para piões e automoveis. Mas, por outro, lado está difícil sobreviver nestas coridicoes porque com o encerramento destas lojas acabaram os nossos negócios a porta de casa", comentava Selmira Guerra, moradora na Rua arreiou-arreiou.

"Teriho duas filhas que tiveram de deixar de frequentar a universidade porque era o armazem que arrendavarnos aos chineses que garantia as propinas e também parte do sustento familiar", lamentou Quintino Lazaro, morador na rua da Gajajeira, revelando que tinha uma renda mensal de 400 mil Kz pelo seu estabelecimento.

Mas a generalidade dos moradores aplaude a aparente organização que hoje vive a zona. "Antes não tinhamos paz, o barulho começava as 4 da manhã, As vendedoras não respeitavam os moradores, eramos

obrigados a deixar os nossos carros na estrada principal e se tivesse um doente em casa, para ir ao hospital tinhamos que leva-lo as costas", comentava uma moradora da conhecida rua Arreiou- Arreiou, identificando-se apenas por Bela, tendo acrescentado que se houvesse obito, pedido ou casamento não tinham qualquer hipotese de os realizar nas suas residências.

Quem também ficou prejudicado com a medida do GPL são os seguranças da zona. Ao Expansão contaram que era naquela confusão que procuravam melhorar os baixos salários que auferem, através dos pequenos negócios que faziam. "Aproveitavamos para vender sacolas, bebidas, e muitas vezes os compradores pediam-nos para guardar ou controlar os seus negócios e depois deixavam-nos alguma coisa que, se juntar até ao final do mes, era muito mais do que ganhamos nas nossas empresas", relataram ao Expansão dois seguranças de empresas privadas que controlam armazéns encerrados na conhecida rua da policia, revelando que auferem 20 mil Kz/mês.

3.6 Vendedores informais rejeitam moedas metálicas

Jornal de Angola

12 De Novembro de 2023

Texto: Victor Mayala

As moedas metálicas de menor valor facial continuam a ser rejeitadas no município do Soyo, província do Zaire.

Numa ronda aos mercados efectuada, sexta-feira, o Jornal de Angola, constatou "in loco" a contravenção, situação que se arrasta desde o ano passado.

Os agentes económicos no Soyo rejeitam pagamentos com moedas metálicas de 5, 10 e 20 kwanzas.

Esta situação tem dificultado a vida dos habitantes locais, detentores de moedas.

Nos mercados informais do Soyo, nomeadamente "Paulo Gomes" e "Kitona".

Um vendedor ambulante, que não se quis identificar, no mercado "Paulo Gomes", localizado no bairro Nkungu-Yengele, confessou que tem rejeitado as moedas metálicas, porque os clientes também assim o fazem. Segundo afirmou, este comportamento pode se constatar nas distintas localidades do município do Soyo.

Augusto Isabel, vendedor de 29 anos, disse rejeitar as moedas metálicas pelo facto de perderem com facilidade e serem pesadas, logo difícil de transportá-las quando em grandes quantidades.

Todavia, João Augusto, 32 anos, um outro comerciante, este proprietário de uma cantina, no bairro 1º de Maio, reconheceu a importância das moedas metálicas nas transacções comerciais, sobretudo na facilitação de trocos.

Alguns municípios mostraram-se insatisfeitos pela recusa das referidas moedas metálicas por parte dos comerciantes e prestadores de serviços, por considerarem as moedas de grande utilidade na regulação dos preços nos mercados informais, onde a tendência inflacionista tem sido recorrente nos últimos tempos.

Emiliano Sebastião Víctor, 27 anos, entende que os bancos comerciais que operam na região deviam jogar um papel crucial na passagem da mensagem aos clientes sobre a importância da introdução, pelo Banco Nacional de Angola (BNA), destas moedas de menor valor (5, 10 e 20) no circuito monetário do país. Revelou que, por conta desta rejeição, muitas pessoas acumularam grandes quantidades de moedas metálicas, aguardando que o quadro seja revertido para as poderem escoar para o mercado.

"Pelo que eu saiba, o BNA não retirou nenhuma moeda em circulação. Pelo que, esta rejeição, por parte dos comerciantes e clientes, não faz sentido", lembrou.

O director do Departamento de Meio Circulante do Banco Nacional de Angola (BNA), Sebastião Banganga, que trabalhou, recentemente, no Soyo, lembrou à imprensa que a rejeição, além de constituir crime, provoca o aumento de preços.

"A rejeição das moedas constitui contravenção. Mas, vamos, através da área do BNA dedicada à inclusão financeira, fazer mais campanhas de sensibilização no sentido de persuadir a população, porque a não-aceitação das moedas pode, também, permitir com que os preços sejam arredondados por excesso", frisou.

Por seu turno, a administrador municipal-adjunto do Soyo, Adelino Kai, manifestou-se, igualmente, preocupado com a situação e garante que a Administração vai convocar os responsáveis da direcção local do Desenvolvimento Económico Integrado, fiscalização e os comerciantes para traçar medidas que visam reverter o quadro.

3.7 Doze horas de intenso trabalho no mercado dos Kwanzas

Jornal de Angola

28 De Novembro de 2023

Logo à entrada vislumbra-se um cenário agitado. Vários vendedores procuram chamar atenção dos clientes para os seus produtos: "Arreiou, arreiou! Amiga pergunta, é de qualidade e a bom preço!".

No meio da multidão era possível ouvir o som de buzinas, quer de taxistas como de mototaxistas, músicas de origem congoleza e do famoso estilo "Kuduro" e gritos dos lotadores a chamarem pelos passageiros.

No interior do mercado encontram-se cidadãos provenientes de quase todas as províncias, mas há predominância de pessoas provenientes da República Democrática do Congo (RDC) e das províncias do Uíge e Cuanza-Sul.

O ponteiro do relógio marcava 12 horas. A movimentação da população aumentava cada vez mais. Na fila dos alimentos era visível as vendedeiras de peixe escamarem uma quantidade elevada de peixe para os clientes, outras a embalar tomate, pesando quilos de fuba e outros produtos.

Enquanto alguns comerciantes facturavam alegres, uma mulher lamenta por não ter conseguido vender os produtos. "Desde às 6 horas não tenho quase nada. Espero que o dia melhore para poder comprar, pelo menos, o jantar. Nos dias bons até às 13 horas já tenho o negócio quase todo despachado", argumentava com as colegas.

Filhos formados com os lucros das vendas

Linda André, uma das vendedoras mais antigas do mercado dos Kwanzas, conta que conseguiu formar os filhos com os lucros das vendas. "É com este dinheiro que consegui formar os meus filhos e montar um empreendimento", disse, com simpatia, enquanto atendia os clientes.

Vendedora de roupa usada há mais de seis anos, acrescentou que com as vendas garante o sustento da família, abriu um salão de beleza e construiu uma casa. "É possível viver do comércio. Tudo que tenho hoje é fruto deste trabalho. Inclusive a formação dos meus filhos", sublinhou.

O trajecto de Linda André, do Zango III para o mercado começa às 5 horas da manhã. A sua actividade laboral arranca às 7 horas, com a organização dos produtos para receber os primeiros clientes.

Apesar da distância, continua a vender no mercado sem sobressaltos. "Antes de ir para o Zango, eu vivia na Petrangol. Mas como já tenho muitos clientes e uma boa convivência com as colegas, por isso não vou para outro mercado", acrescentou, reconhecendo que o local oferece condições para os vendedores.

"O meu sonho é de continuar a expandir o meu negócio, me tornar numa empresária de sucesso e gerar mais postos de trabalho para outras pessoas", disse, orgulhosa.

Mestre "Manequim"

À volta da bancada de Pedro Canga, uma fila de pessoas espera que o técnico termine de consertar os seus aparelhos electrónicos. "Ele é bom no que faz, por isso não me importo de esperar", comenta um dos clientes.

Mestre "Manequim", como é conhecido, é natural do Zaire e vendedor no mercado há 23 anos. Sempre se dedicou a reparar aparelhos electrónicos, de onde obtém o dinheiro para sustentar a família.

Pai de oito filhos, diz que tem paixão no que faz e não pretende trocar de profissão. "Penso em dar continuidade da minha formação e obter mais conhecimentos na área em que trabalho", garantiu.

"Nesta profissão estou muito bem. Já consegui comprar seis carros e construir a minha própria casa. O objectivo agora é dar seguimento a minha formação para melhorar o meu trabalho e continuar a exercê-lo com maior qualidade e satisfazer os meus clientes", salientou.

Nzunzi Madalena, vendedora de medicamentos tradicionais, natural da província do Uíge, conta que começou a ir com a mãe, no antigo mercado do Roque Santeiro, quando tinha apenas 12 anos, por falta de quem cuidasse dela e da irmã.

A técnica média de Enfermagem disse que ganhou gosto pelo negócio aos 18 anos e passou a substituir a mãe no mercado dos Kwanzas. "Sou vendedora há 12 anos. Aprendi a gostar o que faço. Com o dinheiro que ganho das vendas consigo dar o sustento aos meus seis filhos".

Ganhar a vida com a venda de jóias

Makondanbuta José e Miguel Sungany, ambos originários da província do Uíge, comercializam jóias de ouro e prata, demonstram boa relação enquanto companheiros de trabalho.

Makondanbuta José, solteiro, técnico médio de Electricidade, reside no bairro Hoji-Ya-Henda e é vendedor do mercado há oito anos.

Diz que o negócio de jóias foi uma escolha perfeita para mudar de vida. "Através deste negócio consegui comprar um terreno e dois carros. Um dos veículos coloquei para fazer serviço de táxi e é uma outra fonte de renda para garantir o sustento da família que está numa outra província", revelou.

Ao contrário de Makondanbuta José, Miguel Sungany é casado, pai de uma filha e vende no mercado há cinco anos. Disse que apesar dos riscos na cidade, sai de casa às 5 horas e chega no local às 6 horas. A jornada laboral termina às 16 horas.

"O negócio é rentável. Por dia consigo vender 50 a 100 mil kwanzas nos dias em que há muita clientela", acrescentou. Informou que desde que começou a vender, conseguiu obter a casa própria e realizar o seu casamento.

Aconselha os jovens a nunca terem vergonha de vender no mercado. "O importante é ter uma fonte de renda. O segredo é ter uma boa visão e não ilusão, fazer poupança e ter desejo de continuar a crescer", sublinhou.

Engraxar sapatos para ajudar a mãe a ter um negócio

Oswaldo Pinto, 12 anos, deixou de estudar por não ter quem pudesse custear os seus estudos. "Desde então, tenho me dedicado a engraxar sapatos aqui, no mercado dos Kwanzas, com o objectivo de juntar dinheiro e comprar um negócio para a minha mãe", conta.

Com um calção de cor preta, t-shirt preta, chinelas quase desgastadas, uma mochila nas costas e a caixa de ferramentas de trabalho nas mãos, Oswaldo Pinto revela maturidade de um adulto. Começa a abordar os clientes, demonstrando vontade de ganhar o dia.

Oswaldo Pinto vive no Belo Monte, no bairro Ângelo, com a mãe, o padrasto, ambos desempregados, e com a irmã de apenas oito anos.

"O meu padraço vive de biscates e o dinheiro que ganha não chega para custear as despesas de casa. Então decidi, por livre vontade, engraxar e ajudar a minha mãe a conseguir um negócio", conta.

Acorda às 6 horas e trabalha até às 16 horas. Enquanto engraxava os sapatos castanhos de um cliente, de repente Osvaldo ficou tímido. "Fala para poderem te ajudar", gritou-lhe uma senhora ao lado, com uma banheira de laranja na cabeça.

Por dia, explicou, consegue levar para casa, contando com as gorjetas, o suficiente para o jantar e poupar para comprar o negócio para a mãe.

Com um sorriso nos lábios e brilho nos olhos, Osvaldo Pinto revelou que o seu maior sonho é voltar a estudar, formar-se e dar uma vida condigna para a irmã e a mãe. "Sei que o sacrifício de hoje vai gerar frutos amanhã", declarou.

Preços baixos atraem clientes

Além da diversidade de produtos, organização, e serviços prestados pelos técnicos que reparam aparelhos electrónicos, preços acessíveis é o que tem atraído os clientes.

"Gosto de vir neste mercado por ser bem organizado. Tem áreas de frutas, frescos, materiais de construção, bebidas que pedem no alambamento, roupas, técnicos que consertam telefones, televisores, entre outros", disse Margarida Paciência.

Outra vantagem, acrescentou, é que não precisa girar muito. Isso ajuda e permite que os clientes façam compras em curto espaço de tempo.

Para Magda Mafuta, o baixo custo dos produtos é o que a faz ir ao mercado dos Kwanzas. "Prefiro vir aqui porque os preços são acessíveis e sempre encontro tudo o que preciso", afirmou.

Mais movimento no final do mês

Mateus Frederico carrega produtos das pessoas que vão fazer compras no mercado. Faz o trabalho vulgarmente chamado de roboteiro. Diz que o final do mês vem carregado de alegria, por ser o tempo que a maioria das pessoas recebe os salários. "No princípio de cada mês, o mercado tem mais movimento, as pessoas fazem muitas compras e consigo ter lucros consideráveis", referiu.

Mateus Frederico, que trabalha há cinco anos como roboteiro, inicia a sua jornada laboral às 8 horas e cobra entre 500 e 1000 Kz por cada carregamento, dependendo do peso da carga. Diariamente consegue entre três e cinco mil kwanzas.

Mateus Frederico conta que com o dinheiro que ganha paga a renda de casa, a energia eléctrica e o sustento da família. "Tenho três filhos e é com esse dinheiro que pago a escola dos meninos de 8 e 6 anos", disse.

Pavimentação de todo mercado

O secretário do mercado dos Kwanzas, Michel Vemba, disse que um dos projectos em carteira é a pavimentação de todo o mercado. "Queremos melhorar o estado da praça, principalmente por causa da chuvas", sublinhou.

O responsável referiu que cerca de duas mil bancadas devem ser preenchidas com vendedeiras. Reforça que o mercado apresenta uma organização salutar. Há uma equipa que faz a limpeza todas as semanas e às segundas-feiras faz-se a limpeza geral.

"Temos dois tanques de água de 23 mil litros, porque ainda não temos água corrente no bairro. A reserva que fazemos serve para atender a demanda", indicou.

Michel Vemba informou que as vendedeiras pagam uma taxa que varia entre 150 a 300 Kz/dia e uma outra de 100 Kz/dia, para a segurança das mercadorias. Os valores das taxas, acrescentou, são depositados na conta da Administração Municipal.

"Os produtos são guardados dentro do mercado. As pessoas que não pagam as quotas de segurança levam os produtos para casa. O pagamento da taxa às segundas-feiras é metade do valor pago nos outros dias, porque as vendedeiras não fazem vendas mas sim limpeza", explicou.

O secretário esclareceu que para o uso dos banheiros paga-se 50 a 100 Kz, sendo entregue uma ficha para o uso diário.

Aulas de alfabetização

Michel Vemba informou que dentro do mercado existe uma sala de alfabetização. "Para além de ensinar os vendedores, damos algumas dicas sobre civismo e como evitar conflitos entre colegas", disse, acrescentando que são igualmente dadas noções de educação financeira às vendedoras.

A parte interna do mercado, explicou, tem várias seguranças para manterem as devidas precauções no que diz respeito a eventuais desavenças.

Lotador de táxi sentia vergonha no início

No mercado dos Kwanzas encontramos lotadores de táxi, taxistas, moto taxistas, roboteiros (carregadores)

e tantos outros profissionais que estão na luta para levar o sustento para casa.

É o caso de Aurélio da Rocha, lotador de táxi. Junto ao táxi "azul e branco", de marca Jin Bei, chama os passageiros para a Cuca até ao São Paulo.

Aurélio da Rocha explica que começa a trabalhar a partir das 6 horas e há dias que fica muito fraco(pouco ganho).

Diariamente, conta, consegue três mil kwanzas, que serve para comprar o jantar e uma parte para a reserva. "Nos dias normais consigo guardar 1.500kzs e quando não tem muito movimento reservo 1000kzs e no final do mês posso conseguir ter 30.000kzs", disse.

Aurélio da Rocha referiu que o valor que arrecada mensalmente serve para pagar a energia eléctrica, renda de casa e ajudar a pagar as despesas da filha. "Tenho uma filha de dois anos e para além de dar dinheiro à mãe dela, para ajudar com algumas despesas, pago também a formação para mim. Ainda não vivo com a mãe da minha filha, porque estou a fazer um esforço e criar as condições para a realização da apresentação e o alambamento", garantiu.

Antes de ser lotador, disse, trabalhava na construção civil como ajudante de canalização. Com a falta de obras, foi convidado por um amigo para fazer parte de uma "placa" e passar a lotar para se ocupar com uma actividade.

Aurélio diz que depois de perder os pais, viu o sonho de estar formado adiado, encerrando o ciclo académico com a 9ª classe por falta de dinheiro. "Os meus pais pagavam a minha formação. Depois de morrerem, não apareceu mais ninguém para continuar a custear os meus estudos. Desejo continuar a estudar e sonho ter um emprego mais digno, mas as condições ainda não são das melhores", admitiu.

Aurélio da Rocha conta que começou a trabalhar como lotador há três anos. No princípio, lembra, sentia vergonha, mas hoje ganha o dinheiro de forma digna.

Outro lotador é José da Fonseca, de 30 anos, e exerce a actividade há seis meses. Diz que o trabalho que faz é para sobreviver. "Antigamente trabalhava como serralheiro. Abandonei o serviço porque me stressavam muito no chefe. Mas aqui na placa tive que me acostumar com o stress e entender os colegas", salientou.

Sendo novo na actividade, José da Fonseca reconhece que os colegas têm ajudado bastante a manter firme. O dinheiro que faz é entregue aos companheiros, que fazem a partilha para beneficiar todos.

Diferente de Aurélio da Rocha, José vive com os tios, no Cazenga. Tem um filho, que vive em Malanje, com a mãe. "Conheci ela em Malanje e, depois de perder a minha mãe, tive que vir para Luanda para conseguir um trabalho, mas as oportunidades não foram das melhores", lamentou.

A convivência com os colegas, disse, tem sido boa. "Procuramos nos compreender uns aos outros. As complicações no trabalho sempre existiram mas evitamos nos stressar e cada um faz o seu trabalho", sublinhou.

Na estrada a partir das 4 horas da manhã

Quatro da manhã é a hora que Daniel Luciano sai de casa para ganhar o pão, sem olhar para os riscos que corre, para dar o sustento à família. É motorista há mais de dez anos.

"Tenho um chefe e presto contas a ele semanalmente, no valor de 75.000 Kz. Neste todo tempo de trabalho não tenho tido a sorte de ficar com um veículo um ano, o máximo é seis meses que fico com as viaturas. Por esta razão, não consigo ter o meu próprio carro".

Reconhece que os desafios são enormes mas o objectivo é o sustento da família. "Dos valores que arrecado como taxista, consegui adquirir um terreno e construir a minha casa", acrescentou Daniel Luciano, que faz um duplo trabalho como motorista e cobrador.

"Quando estou sem carro para conduzir, faço o trabalho de cobrador. Como filho de camponês, quando não tenho nem veículo para labutar, vou para o campo", disse.

Daniel Luciano contou que parou a formação académica na 7ª classe e começou a trabalhar como taxista com 27 anos. "A formação é um dos objectivos. Quando as condições melhorarem, vou continuar a estudar", garante Daniel Luciano, que está com 37 anos, tem duas mulheres e cinco filhos.

"As minhas esposas fazem negócio e são boas gestoras. Com o dinheiro que ganho do táxi consigo sustentar as duas famílias. Perdi a minha primeira mulher com quem tive uma filha, mas tenho duas actualmente", revelou.

Mototaxistas pedem uma paragem fixa

Sentado na motorizada, esperando por passageiros, António Manuel, mototaxista do mercado dos Kwanzas, conta que diariamente consegue três a cinco mil Kwanzas. "Para além dos três mil Kz, que é o dinheiro do patrão, se eu conseguir fazer mais os outros valores, este será o meu lucro. Presto contas semanalmente ao dono da motorizada de 15.000 Kz", salientou.

António Manuel garante com o dinheiro que ganha consegue ajudar em casa. "Conservo sempre algum dinheiro. Vivo com os meus pais e tenho que ajudar na alimentação da família e uma parte jogo kixikila para poder ter uma outra fonte de renda", informou António Manuel, que não estuda por falta de condições.

"Parei na 8ª classe, mas agora, com esse trabalho que faço, vou voltar a estudar, no período pós-laboral, de modo a conseguir um trabalho melhor", prometeu.

Jaime Pereira, outro mototaxista, que para além das viagens normais cobre distâncias mais cobrando entre 1.500 e 2.000 Kz por viagem, refere que os dias com mais rendimentos são os do final do mês.

Com esposa e cinco filhos, o desafio de Jaime tem sido maior do que do colega António Manuel. Jaime Pereira conta que com o dinheiro que ganha paga a renda de casa, sustenta a família e paga a formação dos filhos.

"Temos o sábado como o nosso dia, mas que também não compensa. Enfrentamos grandes desafios durante o dia. Graças a Deus tenho um patrão que entende as dificuldades que encontro ao exercer o trabalho".

Durante o dia paga a ficha diária no valor de 200 Kz. "Muitas vezes não compensa porque o local onde estacionamos as motorizadas nunca são apropriadas e temos que remover sempre por causa da passagem dos outros veículos", lamentou.

"Pedimos à administração do mercado para nos dar um lugar fixo para as nossas paragens. Onde estamos agora não é um lugar apropriado. Muitas vezes temos que tirar as motos por causa do congestionamento dos outros veículos", apelou.

Jaime Pereira lembrou que a convivência entre os colegas tem sido salutar e demonstram união. "Não temos motivos de queixa, conseguimos nos entender a todos", garante.

3.8 Aplicação de multas à pesca ilegal na costa marítima rende seis mil milhões

Jornal Economia e Finanças

3 De Novembro de 2023

Texto: João Upale

Um total de 6 mil milhões, 234 milhões 780 mil duzentos e quarenta e três kwanzas foi. O montante arrecadado pelo Ministério das Pescas e Recursos Marinhos no decurso deste ano, resultante da cobrança de multas aplicadas pela Fiscalização Marítima Nacional, a várias infracções durante a actividade da pesca ilegal na costa marítima angolana, revelou a titular da pasta.

A ministra Cármen do Sacramento Neto que procedeu a abertura da reunião de Alto Nível dos Ministros Integrantes do Grupo Multisectorial de Vigilância e Segurança/Fiscalização Marítima (GMVFM), com palco no Salão Nobre da Administração Municipal de Moçâmedes (Namibe), referiu que vários são os factores que impulsionaram esta análise que suscitou a concertação de ideias para que esta reunião fosse um facto.

Destacou "relatos de aproveitamento da actividade piscatória para exercício de práticas ilícitas, e o exercício de actividade piscatório águas territoriais angolanas por embarcações de bandeiras estrangeiras desautorizadas".

A segurança alimentar, os relatos do aumento da fraude e evasão fiscal, o fomento da economia azul que representa um compromisso de actuação concertada de todos os órgãos intervenientes no mar,

com foco para a auto-sustentabilidade dos recursos marinhos; quer vivos quer não vivos, também, fazem parte dos factores que impulsionaram a realização deste encontro no Namibe, uma das províncias visadas com o contrabando da pesca ilegal.

Adicionalmente a isto, segundo Cármen Santos, foram, ainda, identificadas outras razões, como a detenção de infracções no exercício da actividade piscatória, por exemplo, embarcações que tem utilizado de entre outros utensílios inadequados, o desligar dos equipamentos de controlo, a falsificação de documentos para balneação, a pesca em zonas não autorizadas, etc., para quem perante estes factos,

exige-se que o Ministério das Pescas e Recursos Marinhos afine mecanismos de colaboração activa e institucional, o acompanhamento das actividades do grupo operativo multisectorial de vigilância e fiscalização marítima, com o fito de garantir que, condições e instrumentos para este cumprimento estejam alinhados com os objectivos para os quais este grupo multisectorial foi criado.

A ministra assegurou que a reunião visou cumprir fazer uma avaliação ao exercício das diversas actividades marítimas que se realizam ao longo da costa, no âmbito da defesa e segurança da gestão dos recursos marinhos, das finanças públicas, do ambiente, da saúde e dos recursos minerais.

No final do encontro, Cármen do Sacramento Neto assegurou a imprensa que tem (o grupo) a missão cumprida, que lhe foi confiada por Presidente da República, João Lourenço, para que "nós tivéssemos em atenção e levássemos para a análise de todas as nossas estruturas as actividades que tem ocorrido no mar e a sua fiscalização, com vista a organizarmos medidas de segurança que são necessárias para o desenvolvimento sustentável do nosso país", relativamente ao mar, aos oceanos, que banham a costa de Angola, que é o Oceano Atlântico.

3.9 Angola e RDC empenhadas no combate ao comércio ilegal nas fronteiras

Jornal Expansão

17 De Novembro de 2023

Texto: Estevão Martins

Os governantes de Angola e da RDC concordaram esta semana, em Luanda, que é necessário promover as oportunidades de negócio formal entre os empresários dos dois países com a simplificação de procedimentos administrativos, facilidades de estabelecimento e reforço dos acordos de dupla tributação, harmonizando o sistema financeiro dos dois países, de forma que existam relações fáceis e fluídas entre as instituições financeiras dos dois lados da fronteira.

Todos estão de acordo que a balança comercial oficial entre Angola e a RDC está muito longe da realidade, uma vez que muitas das transacções comerciais entre os dois países não estão reflectidas nas estatísticas e continuam a ser feitas de forma informal. O ministro da Indústria e Comércio, Rui Miguéns disse na cimeira que para alterar esta situação "implica criarmos condições para que todas as transacções entre os dois países não representem apenas fluxos

de mercadorias, mas também fluxos financeiros que possam ocorrer e aparecer, transparentemente, nos nossos sistemas monetários".

Em termos práticos, é necessário que existam relações entre os bancos comerciais dos dois países, que os cidadãos tenham acesso nas agências ao câmbio das respectivas moedas, que de forma simples possam fazer transacções financeiras. As instituições financeiras são fundamentais para formalizar as transacções comerciais entre Angola e a RDC, sendo que é necessário que os respectivos governos tomem medidas concretas para "obrigar" a que os "seus" bancos estabeleçam relações de proximidade, sabendo-se que hoje estas são praticamente inexistentes.

Esta cimeira acontece numa altura em que cresce o comércio na fronteira, sobretudo no Posto Fronteiriço do Luvo, além do tráfico e contrabando de mercadorias que ninguém ao certo quanto vale. Números da Administração Geral Tributária (AGT) indicam que o Posto Aduaneiro do Luvo tem registado de forma oficial uma média diária de 40 camiões com mercadorias diversas que cruzam aquela fronteira entre os dois países, transportando uma média de 600 a 800 toneladas de produtos diversos.

Na fronteira do Luvo encontra-se, também, um grande mercado a céu aberto que junta vendedores, compradores e cidadãos em trânsito de muitos países da SADC para trocas comerciais, feito na sua maioria de forma informal e sem controlo por parte das autoridades.

A informalidade e a falta de fiscalização têm causado inúmeras perdas financeiras para os dois lados, impedindo a tributação justa do comércio entre os operadores dos respectivos países. Por exemplo, o contrabando de combustível mantém-se em níveis preocupantes, sendo que apesar do aumento verificado, a gasolina em Angola custa 0,35 USD e do outro lado da fronteira custa 1,5 USD.

Não bastam Intenções

O comunicado final do Fórum de Luanda, assinado pelo ministro da Economia e Planeamento de Angola, Mário Caetano João, e o vice-primeiro ministro e ministro da Economia Nacional da RDC, Vital Kamerhe Lwa Kanyiginyi Nkingi, está repleto de intenções, com destaque para realização de operações conjuntas de fiscalização e controlo das fronteiras comuns, combater a fraude nas importações e exportações nas fronteiras comuns, bem como cooperar para eliminar o contrabando, a fim de desencorajar a entrada ilegal, através das fronteiras.

Os dois países acordaram igualmente em levarem a cabo acções conjuntas dentro do quadro da implementação de medidas e políticas de segurança, que visam a celeridade da cadeia de abastecimento e a facilitação do comércio a nível regional e internacional. Concordaram ainda em facilitar a concessão de vistos aos operadores económicos nos postos fronteiriços como parte do processo de implementação dos acordos comerciais existentes entre os dois Estados.

É necessário passar a prática todos estes aspectos, formalizando acordos e produzindo legislação similar dos dois lados da fronteira, o que ainda não foi feito. Por exemplo, o acordo de transporte rodoviário transfronteiriço entre Angola e a RDC assinado em Janeiro de 2015, ainda não foi implementado. Também só agora é que se "arrancou" para a harmonização de direitos e taxas de importação, a redução dos custos administrativos nos percursos Luvo-Cabinda e Noqui Cabinda, e vice-versa, por forma a facilitar o comércio transfronteiriço legal.

3.10 PRODESI longe dos objectivos abriu caminho a créditos congolezes

Jornal Expansão

17 De Novembro de 2023

Texto: Martins Chambassuco

Cinco anos depois do lançamento do Programa de Diversificação da Economia e Substituição das Importações (PRODESI), empresários e especialistas do sector produtivo afirmam que este mecanismo criado para impulsionar a produção nacional esta longe de cumprir os objectivos para os quais foi criado, já que os produtores não conseguem escoar os seus produtos no mercado nacional e encontraram alternativas lucrativas nos mercados transfronteiriços como o Congo. Só assim alguns estão a conseguir pagar os créditos concedidos pela banca no âmbito do Aviso 10 do BNA para financiamento ao PRODESI.

Hoje, o Congo acaba por comprar a produção dos maiores produtores e acaba também por financiar e comprar a produção aos mais pequenos.

Muitos acreditam que algo mudou em relação ao conceito de produção no País, já que é hoje notório um aumento da produção nacional, sobretudo ao nível da indústria transformadora, mas admitem que o País perdeu uma grande oportunidade para potenciar os operadores do sector primário, de forma a fornecerem a indústria, que continua altamente

dependente da importação de matérias-primas e de bens intermédios.

É uma realidade que se vive no mercado angolano, onde os bancos deixaram de acreditar nos empresários devido ao fraco retorno dos financiamentos já realizados. "O risco é cada vez maior com os financiamentos ao sector produtivo. Os níveis de retorno dos financiamentos são muito baixos e os bancos recusam-se a conceder crédito", disse um bancário ao Expansão.

Esta recusa da banca comercial, segundo fontes do Expansão, abriu caminho para a informalidade do crédito e a entrada, no País, de 'credores' (comerciantes) congolezes cujo objectivo é mais do que evidente: chegar aos produtores nacionais com limitações financeiras e com dificuldades de contrair financiamentos na banca comercial angolana.

"Muita produção nacional é vendida ainda antes da colheita e os créditos dos congolezes muitas vezes são pagos pela produção, sobretudo de cereais, como o feijão e o milho", admite uma fonte do Expansão.

O engenheiro agrónomo Fernando Pacheco diz que o fenómeno da entrada e saída de 'credores' (comerciantes) congolezes em Angola não é novo e reconhece que esta forma de financiamento ao sector produtivo nacional tem ajudado muitos produtores angolanos, na ausência dos apoios da banca comercial que exige garantias reais.

Lamenta, por outro lado, o facto de as autoridades não terem criado mecanismos de apoio aos angolanos que fossem ao encontro das suas necessidades, como fazem os congolezes. "Os congolezes estão a ir ao encontro das necessidades dos produtores angolanos e isto, não é problema", disse Fernando Pacheco.

Lembra, todavia, que a presença constante dos congolezes nas zonas de produção, como o Cuanza SuI, Huambo e Bié, tem vindo a ajudar os produtores nacionais que tem dificuldades em aceder ao crédito da banca comercial angolana. Apesar de não estar a par das garantias destes créditos informais, reconhece que "numa economia de mercado os produtores são livres de negociar a sua produção desde que haja retorno do investimento."

Apesar de esta realidade não abonar a iniciativa do Governo, Fernando Pacheco diz estar satisfeito que "o PRODESI esteja vivo". Lembra, por outro lado, que já assistimos a muitos programas de apoio a produção interna, que morreram logo a nascença, mas a grande preocupação do agrónomo e a insistente forma de exigir garantias reais aos

empresários que não conseguem apresentar projectos viáveis para o seu financiamento.

Reconhece, ainda, que o PRODESI serviu de catalisador para relançamento da produção interna e com este programa, embora não vislumbrasse um futuro risonho, os angolanos conseguiram ter a consciência de que é preciso apostar no mercado interno. "O PRODESI não teve sucesso, como o desejado, porque foi mal projectado", disse Fernando Pacheco, lembrando que o sucesso do PRODESI dependia da eficiência das empresas angolanas. "O País tem um número reduzido de empresas com eficiência para absorver a produção interna", disse. E essas empresas não são eficazes por falta de financiamentos.

Pacheco entende, também, que a solução passa por criar mecanismos que utilizem o método dos congolese, que consiste em auscultar as necessidades dos produtores e, em função disso, conceder crédito. "Não sei quais as taxas de juros, mas entendo que este deveria ser o caminho, ao invés da exigência de garantias. Temos de encontrar uma fórmula de crédito para os produtores nacionais", disse.

Já o empresário Felisberto Capamba, um dos maiores produtores de trigo em Angola, reconhece que em terrenos de consciencialização e abrangência na mobilização para a produção nacional houve um ampliar de mobilização, mas efectivamente pouco ou nada mudou com o PRODESI.

"Os bancos continuam a solicitar garantias reais e efectivas acima da capacidade do empresariado, o desvio de propósitos dos créditos anteriormente concedido reforçou a desconfiança da banca, que prefere estar sujeita as multas do BNA do que arriscar", lembrou o empresário.

Quanto aos créditos do empresariado do país vizinho, Felisberto Capamba garante que "é o resultado da falta de crédito formal na banca angolana que deixou em aberto uma oportunidade aos investidores informais congolese, que face a procura de produtos como o feijão, acabam por investir nos produtores agrícolas angolanos. Para os produtores locais é uma mais-valia que ajuda a suprir as dificuldades de tesouraria e é bom para a nossa economia", admite.

Olhando mais para o PRODESI em si, o empresário é categórico em afirmar que não está em causa a estratégia. "A estratégia é boa, mas a sua efectividade precisa de abertura dos bancos a cedência de crédito. O PRODESI ainda não está perto de atingir os objectivos para o qual foi criado", disse.

Quanto ao sucesso do programa, entende que "os projectos têm prazos, dentro dos quais, devem apresentar resultados, e quando passam os prazos, mesmo que estes venham a chegar aos números desejados, para além dos prazos predefinidos, acabam no insucesso."

Felisberto Capamba revela que recurso ao mercado congolês é um escape a excessiva depreciação do Kwanza. "É um artifício para salvaguardar o património líquido dos comerciantes, ou produtores, em divisas", concluiu.

Para o presidente da Associação Agropecuária de Angola (APPA), Wanderley Ribeiro, o crescimento do sector produtivo é muito tímido. Apesar dos indicadores apontarem um caminho positivo, ainda não tem um impacto significativo no PIB e a nível da geração de empregos. Aponta, por outro lado, que a agricultura empresarial tem crescido. "Estamos num momento em que os holofotes estão virados para a agricultura, mas esta não brilha. Porque não nos consegue dar os resultados desejados. Assistimos ao aumento das importações e quando há quebra na importação não é por causa da oferta interna, mas pela falta de divisas, ou pelo baixo poder de compra da população", disse, acrescentando que o baixo poder de compra dos angolanos, permitiu a entrada dos congolese no mercado nacional.

"Com facilidade de negociar em dólares, os congolese estão a comprar aos produtores nacionais cereais, nomeadamente o feijão", referiu, assegurando que é preciso que se tirem lições. E aponta a banca que vai perdendo espaço para um mecanismo de financiamento de mercado e alerta que não poderemos reclamar quando os instrumentos oficiais não dão resposta aquilo que são as necessidades dos produtores. É preciso que tanto os instrumentos de financiamento, como os de política agrícola do País, possam olhar para as características internas e garantir que eles satisfazem as necessidades dos produtores, admite.

O presidente da APPA reconhece, como outros especialistas, que a entrada dos congolese no mercado angolano não pode ser vista como um problema. "Isto é mais uma oportunidade de negócio e não uma ameaça", sublinha.

Quanto ao PRODESI, Wanderley Ribeiro indicar ser um instrumento para alavancar o sector da agricultura. Reconhece, no entanto, que os bancos continuam a fugir ao financiamento da agricultura e a isto acresce-se também a problemática da burocracia institucional.

"O PRODESI não está a dar os resultados que a nossa economia espera receber da agricultura, porque o seu grau de intervenção é muito limitado às empresas. É preciso que as empresas se profissionalizem. Precisam de recursos humanos qualificados", reconhece.

3.11 Bancadas externas e micheiros fora das medidas de segurança dos correios

Jornal O PAÍS

24 De Novembro de 2023

Já no Mercado dos Correios, no Golfe-I, o processo de reabilitação que sofreu, recentemente, contemplou apenas o interior do espaço que comporta 1.040 (mil e quarenta) lugares. O seu director, Alberto Ricardo, disse que a unidade dispõe de 10 extintores, mangueiras e bocas de incêndios espalhados por todo o peri-

metro, o que configura uma maior segurança aos utentes.

Já a parte externa, que regista o maior número de comerciantes e clientes, sobretudo devido a procura de peças e acessórios de viaturas, não está equipada com nenhum instrumento de prevenção e combate contra incêndios. O incorrimento das normas de segurança contra incêndios facilitou a rápida propagação da combustão de grandes proporções que, em 2019, danificou um armazém nos Correios.

Entre as normas específicas de segurança contra incêndios, os bombeiros deparam-se com a falta de condições no exterior do estabelecimento, isolamento, de evacuação, equipamentos de sistema de segurança e auto protecção.

Quatro anos depois, continua a inobservância das normas de segurança na parte externa dos Correios, sobretudo com a atuação dos chamados "micheiros" que, a todo instante, manuseiam fogo e outros produtos inflamáveis, configurando assim autêntico perigo aos presentes no perímetro.

Tomas Pedro, legista da parte externado mercado, disse que a maior preocupação no local são os 'micheiros' que desrespeitam as normas em troca de dinheiro rápido, referindo-se aos jovens que fazem trabalhos rápidos nas cercanias do mercado.

"Por exemplo, nos, aqui na nossa loja, temos extintores. Mas ficamos preocupados porque os micheiros trabalham sem nenhuma noção de

segurança e acabam metendo as nossas vidas em risco", lamentou.

O mesmo diapasão alinha Baza Mateus, também logista, que defendeu a necessidade de uma maior atuação das autoridades no sentido de retirar ou reorganizar os referidos jovens, que, no seu entender, aponta como sendo "os principais desordeiros das normas".

"Um dia poderemos ter aqui uma desgraça se os micheiros continuarem a fazer o que lhes apetece. O Mercado

dos Correios e um local de muito movimento e tinha de estar mais organizado. Mas infelizmente não", deplorou.

3.12 Congolenses com extintores vazios

Jornal O PAÍS

24 De Novembro de 2023

Já no Mercado dos Congolenses, no Distrito Urbano do Rangel, os extintores, que são as únicas ferramentas que o espaço dispõe de combate aos incêndios, estão há muito tempo vazios e com a data de caducidade vencida.

A semelhança de outros espaços visitados pela reportagem de OPALS, nos Congolenses também não existem bocas de água, mangueiras e outros equipamentos capazes de socorrer as mil e 500 vendedores que ali vendem e os milhares de utentes que diariamente escalam o local para a compra de diversos produtos.

A administradora do espaço, Carla Lobato, reconhece o problema e diz já estar em marcha um plano financeiro para o enchimento dos extintores junto do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. "Como sabe, não é nada barato o preenchimento dos extintores. Estamos a falar de valores entre 35 e 50 mil kwanzas por cada preenchimento. Mas é uma preocupação que vamos procurar resolver o mais breve possível", garantiu.

Em 2015, o mercado foi deflagrado por um incêndio que afectou nove lojas, tendo causado um prejuízo de sete milhões e 752 mil kwanzas.

Para prevenir eventuais cenários devastadores, a administradora do mercado disse que a sua gestão tem estado a investir na sensibilização constante em colaboração com os Bombeiros.

"Por exemplo, enquanto não temos reunidos todos os factores de segurança, proibimos o uso de gás butano dentro do mercado. E, semanalmente, efectuamos limpezas e cortes de cabos anárquicos que podem provocar curto-circuito", apontou.

3.13 Impacto da política de concorrência na reconversão do mercado informal em formal

Jornal Expansão

24 De Novembro de 2023

Texto: Lourenço Tchilulu

A concorrência, enquanto política pública e princípio fundamental da organização económica, deve ser encarada como um instrumento essencial para o desenvolvimento económico, uma vez que a sua aplicação visa a garantia de existência de condições de competição, inovação e qualidade nos mercados, preservando e estimulando a formação de ambientes competitivos, de modo a propiciar eficiência económica e a salvaguarda dos interesses dos consumidores.

Assim, augurando o alcance de tal desiderato, o Executivo angolano aprovou, em 2018, a Lei da Concorrência (LdC), Lei n.º 5/18, de 10 de Maio, e instituiu a Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC), por via do Decreto Presidencial n.º 313/18, de 21 de Dezembro, para assegurar a efectiva aplicação da referida Lei, bem como a observância e o respeito pelas regras da concorrência nos sectores público, privado, cooperativo e associativo.

Um dos maiores desafios que se coloca aos países em desenvolvimento, em particular os países africanos, é a procura de soluções funcionais e inovadoras que facilitem a sua ascensão a patamares cada vez mais elevados de desenvolvimento, especialmente no que se refere aos índices de desenvolvimento humano e ao bem-estar social das suas populações.

Outrossim, a estrutura das economias dos países em desenvolvimento apresenta uma certa predominância do sector informal, por razões históricas, políticas, económicas e sociais.

Em Angola o cenário não é diferente, pois verifica-se na economia nacional uma estrutura dualista, coexistindo um predominante sector informal com um sector formal mais restrito e com deficiências de articulação com o primeiro, provocando, igualmente, um dualismo social. Tal nível de informalidade encontra sustentabilidade nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), que aponta que, no IV trimestre de 2022, o mercado informal absorveu

cerca de 80,5% da força de trabalho, ocupando maior percentagem das actividades económicas do país em vários sectores da economia nacional.

Neste contexto, torna-se evidente que em Angola a actividade informal constitui um factor fundamental na esfera económica, política e social, por constituir a principal fonte de rendimento da maior parte das famílias.

Não obstante esse facto, subjazem alguns efeitos negativos derivados do mercado informal, tais como: (i) o não pagamento dos impostos previstos; (ii) condições de venda de bens e prestação de serviços precários; (iii) não contribuição para a reforma; (iv) fraca tendência para a inovação e modernização; (v) reduzida escala e capacidade de poupança e investimento; e, acima de tudo, (vi) falta de legalização e registo da actividade comercial junto das entidades competentes.

Tais efeitos revestem-se de certa preocupação, na medida em que geram ineficiência e desigualdade, constituindo, essencialmente, uma ameaça ao bom funcionamento do mercado, pela ausência ou reduzido controlo das respectivas actividades económicas.

Ademais, as actividades realizadas no sector informal colocam problemas à consistência da informação estatística e à avaliação económica, resultando na deficiente quantificação das variáveis macroeconómicas (PIB, Rendimento Disponível, Inflação, Taxa de Desemprego) com consequências negativas na orientação das políticas públicas.

Existem vários factores que podem contribuir para o surgimento do mercado informal, tais como: (i) encargos fiscais altos; (ii) excesso de regulação na economia formal; (iii) desemprego; (iv) baixo nível de literacia; (v) inflação; e (vi) barreiras de diversas ordens, a entrada nos mercados formais. Tendo em conta os efeitos perniciosos (como os acima aludidos) que a informalidade transmite à economia, torna-se necessário elaborar políticas/programas para mitigá-los, abrandá-los ou quiçá eliminá-los.

Em Angola, diversos programas já foram gizados como objectivo de combater a informalidade, destacando-se o "Programa de Reconversão da Economia Informal (PRED", no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, para promover, no país, a transição de economia informal para a formal; a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, Lei n.º 30/11, de 13 de Setembro, o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio-PROAPEN (BUE), o Programa BANKITA, etc. A informalidade é, por conseguinte, um fenómeno

complexo que não pode ser analisado, apenas, sob uma única perspectiva. No campo da concorrência, a sua avaliação torna-se difícil e desafiante, desde logo pela ausência de registos das actividades.

De grosso modo, existem dois tipos de políticas para o combate a informalidade, (i) Políticas Directas ou Activas e (ii) Políticas Indirectas. As Activas são aquelas que têm como objectivo imediato o combate a informalidade, ou seja, actuam de forma directa no mercado informal, como é o caso do PREI. Por outro lado, existem as Políticas Indirectas, que são aquelas que não tem como finalidade imediata o combate a informalidade, mas que de forma indirecta impactam o sector informal. É nesta última que se enquadra a Política de Defesa e Promoção da Concorrência.

No âmbito do PREI, de acordo com os dados publicados pelo Ministério da Economia e Planeamento (MEP), desde 2021 até Março de 2022, foram formalizados 132.092 operadores informais.

A Política de Defesa e Promoção da Concorrência, dentre outras finalidades, busca reprimir as práticas que limitam ou falseiam a concorrência, sendo que as empresas que incorrem em tais práticas prejudicam o processo competitivo e geram ineficiências económicas, bem como fomentam o surgimento ou alargamento do mercado informal.

As barreiras à entrada, uma das causas do surgimento do sector informal, são obstáculos naturais, estruturais ou legais, que dificultam, em certo grau, a entrada de empresas no mercado formal. Neste sentido, a política de concorrência contribui para a remoção ou redução de tais barreiras, ao estabelecer regras que limitam a conduta das empresas com predominância no mercado e auxiliar os decisores de políticas públicas a exararem normas que não dificultem/desincentivem a livre entrada de empresas no mercado formal, promovendo melhores práticas concorrenciais.

Portanto, a observância dos princípios de defesa e promoção da concorrência, em Angola, impacta positivamente na reconversão da economia informal para a formal, na medida em que esta visa prevenir e combater as práticas anti concorrenciais, principalmente os abusos de posição dominante e de dependência económica, os cartéis e outros acordos colectivos restritivos, garantindo, assim, um funcionamento eficiente dos mercados, traduzindo-se no bem-estar da sociedade.

3.14 Incêndios devastam sete mercados em nove anos

Jornal O PAÍS

24 De Novembro de 2023

O investimento de 10 milhões de kwanzas que Ventura André aplicou no negócio de roupas, calçados e bijuteria hoje se resumem em cinzas que sobraram do Incêndio que consumiu 32 lojas no mercado do Asa Branca, no município do Cazenga, em Luanda.

Ventura é um dos proprietários de uma das lojas que arderam com fogo que deflagrou na madrugada do último Sábado. Com o incêndio, perdeu avultada soma financeira e toda uma vida construída, como disse, com "muito sacrifício" há mais de 15 anos de venda.

Com dívidas por pagar, medo de encarar o amanhecer, ansiedade e uma angústia que o apoderou desde a ocorrência, Ventura André diz sentir-se apavorado por não saber onde recomeçar a vida, sobretudo no actual contexto em que tudo anda muito difícil.

O mais inquietante ainda é que parte dos 10 milhões teve de conseguir com empréstimos e que não sabe agora como pagar, porque não sobrou nenhum tostão para recomeçar a vida.

"Todo dinheiro que tinha investi no negócio, justamente a pensar na quadra festiva. Como nessa fase as coisas ficam difíceis, aproveitei fazer as coisas com antecedência. Mas, infelizmente, o azar bateu-me a porta", lamentou.

Jorge Francisco também é outro comerciante que viu, na madrugada de Sábado, tudo que construiu a desmoronar por conta do incêndio no mercado do Asa Branca.

No início de conversa com o OPALS, Jorge tentou travar as lágrimas, para demonstrar ser corajoso, mas estas foram mais fortes que a sua coragem, tendo-se, de seguida, rendido as lamentações de uma vida de incertezas que terá de enfrentar nos próximos tempos.

Contas feitas, diz ter perdido, igualmente, 4 milhões e 500 mil kwanzas com o total do negócio que tinha em stock e que ardeu com as chamas.

"Fazer o quê? Agora é só lamentar, porque daqui para frente nem sei como recomeçar a minha vida. Vivo há mais de dez anos vendendo roupas e calçados, mas agora a desgraça aconteceu", desabafou.

Mercados sob perigo

Ventura e Jorge foram vítimas do incêndio que devastou as 32 lojas no mercado do Asa Branca. Eles acreditam que, se o espaço tivesse munido de equipamentos de prevenção e combate contra incêndios, talvez hoje não constassem na estatística pelas piores razões.

Assim como no Asa Branca, a grande maioria dos mercados públicos em Luanda não dispõem de condições e equipamentos de combate aos incêndios, apesar das constantes chamadas, alertas e até mesmo muitas passadas pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. Entretanto, a falta de equipamentos e inobservância técnica dos equipamentos coloca os principais mercados da capital do país na linha do perigo de incêndios.

Apesar destes espaços concentrarem, na sua maioria, milhares de pessoas entre vendedores, trabalhadores e clientes, encontram-se despreparados para quaisquer ocorrências em situação de emergência.

As chamas, que na semana finda devastaram as lojas no Mercado do Asa Branca, acenderam um alerta sobre a vulnerabilidade ao perigo destes espaços. O Mercado do Asa Branca, apesar de registar três incêndios num período célere de nove anos, nomeadamente em 2014, 2018 e agora 2023, mesmo assim segue despreparado.

O espaço, que alberga um total de 3 mil e 500 lugares e 146 lojas, não dispõe de extintores, mangueiras, bocas de incêndios, tão pouco de um reservatório de água para atender a qualquer caso. O que deixa a infra-estrutura completamente vulnerável.

Mãos a palmatória

Ezequiel Doceba é o coordenador adjunto da comissão de gestão daquele mercado. Reconhece o perigo e diz que, agora com o terceiro incêndio, se vai iniciar um desdobramento para o reforço das questões de segurança que, neste momento, está "aberto aos riscos".

"Na área administrativa do mercado temos dois extintores, mas também não sei se ainda funcionam porque já passou o prazo de validade. Mas reconhecemos o nosso erro e vamos aprender com ele", apontou.

Como gesto, de reconhecimento das falhas, a direcção do mercado comprometeu-se a reabilitar, por sua conta, as 32 lojas devoradas pelo incêndio, promessas que Lopes Canganjo e Gonçalves Dala esperam sair da teoria para a prática. Os dois tiveram as suas lojas queimadas, sem a possibilidade de recuperação de qualquer produto.

Agora aguardam pelos resultados das investigações que continuam a decorrer e que, preliminarmente, já descartou a possibilidade de fogo posto, embora os lojistas alinhem neste entendimento. "Vamos esperar que eles cumpram a promessa. Mas, para nós, ainda é tudo muito estranho acreditar no que aconteceu, por isso mesmo é que acreditamos que alguém tenha posto fogo nas lojas", frisou Lopes Canganjo.

3.15 Manuel Homem repete em Viana «fórmula de governação» que o aproximou da comunidade do paraíso

Novo Jornal

24 Novembro de 2023

Texto: Euclides Seia

Sete meses depois de estar no Paraíso, bairro de Cacuaco temido pelos altos níveis de criminalidade e delinquência, o governador de Luanda, mais uma vez, deixou o conforto do 'Palácio da Matamba' e instalou-se, por dois dias, no município satélite de Viana.

Com os olhos fixos no desenvolvimento social, Manuel Homem e seu staff auscultaram as preocupações dos mais de três milhões de habitantes representados por coordenadores dos conselhos de moradores dos distintos bairros de Viana.

Exibindo um ar de simpatia, o governante, que se apresentou vestido de camisa de riscas, calças cinzentas e sapatilhas pretas, chegou a Administração Municipal de Viana pontualmente às 8h30, quinta-feira, 16.

Acompanhado por uma caravana composta pelos vice-governadores e directores de diversos gabinetes, o número um da província levou a que Viana, pouco habituada a tal, assistisse a um frenético desfile de viaturas top de gama, além de miniautocarros com timbres do GPL e ambulância para emergências médicas, todas elas 'escortadas' por um enorme aparato policial, entre efectivos devidamente fardados e outros a apaisana.

No primeiro dia de trabalho, Manuel Homem começou por reunir com os representantes dos partidos políticos situados no município. Neste encontro, o acento tónico recaiu para a necessidade de se dialogar mais para o bem das comunidades. Seguiram-se diálogos com representantes das organizações juvenis, filiadas no Conselho Nacional da Juventude, que apresentaram as preocupações que, em bom rigor, não são exclusivas de Viana: desemprego, consumo de drogas, criação de mais locais para lazer, necessidade de biblioteca, habitação e outros anseios.

Ainda no salão Nobre da Administração de Viana, o governador interagiu com os membros do Comité Técnico do Orçamento Participativo e os presidentes dos Conselhos de Moradores, tendo ouvido queixas sobre a falta de água potável e de energia eléctrica. No final das reuniões, com duração de cerca de 40 minutos para cada grupo, o número um do 'Palácio da Mutamba' posicionava-se a porta e saudava um a um dos participantes dos encontros.

Numa espécie de balanço provisório dos três primeiros encontros, Manuel Homem, em tom de confiança, revelou que a maioria dos intervenientes solicitou que o actual administrador de Viana, Demétrio de Sepúlveda, continuasse em funções, o que levou ao governador a fazer um comentário público que arrancou risos entre os presentes: "Parece que nos viemos aqui para exonerar o administrador", atirou o governante, antes de sublinhar, agora num tom mais serio, que o pedido dos munícipes demonstrava que o administrador "tem feito bom trabalho".

Em hospitais e empresas da ZEE

Dinamismo no andar e precisão nas orientações, o governador visitou por alguns minutos o Hospital Materno Infantil Mãe Jacinta Paulino, que esta em obras de reabilitação e ampliação, mas atende por dia quase 700 pacientes, em consultas externas, e realiza mais de 20 partos diariamente. Apercebendo-se da situação de superlotação derivada, em parte, da pressão das obras, Manuel Homem orientou o director do Gabinete Provincial da Saúde a remeter por escrito as dificuldades da unidade para a mesa do governador, para que este último, então, interceda junto da ministra da saúde, visando a transferência temporária dos serviços e recursos humanos do referido materno-infantil para a infra-estrutura onde funcionava o hospital dos queimados no Zango-1.

Antes de se retirar da unidade sanitária, as 12h00, Manuel Homem ofereceu bens materiais e medicamentos. Por volta das 13h00 de quinta-feira, 16, a caravana do GPL deixou o hospital e rumou

para a Zona Especial Económica (ZEE), onde visitou duas indústrias, uma de refrigerantes e outra de garrafas. De seguida, partiu para o distrito da Baía, que tem o posto de saúde em obras. Já no zango, o governador pode confirmar o funcionamento de uma estrutura surgida no âmbito da sua ambiciosa e algo polémica campanha de reordenamento do comércio: o Posto Comando Unificado, que atende questões do reordenamento comercial e situações de ocupação ilegal de terrenos, juntando num único escritório agentes da Polícia e da fiscalização.

O almoço e visita a badalada Dira

Não houve buracos ou engarrafamento que travasse a caravana com mais de 20 viaturas, entre carros de altos responsáveis do GPL, Administração Municipal de Viana, Polícia Nacional (PN) e órgãos de comunicação social. Por exemplo, no complexo trânsito da Avenida Deolinda Rodrigues e da estrada que liga o Zango ao Calumbo, o grupo 'serviu-se' das cirenes das motorizadas dos agentes da PN, os chamados 'batedores', e dos carros da patrulha para ir abrindo caminho, em meio ao olhar curioso de populares pouco habituados aquele tipo de movimentação na zona.

Já com aspecto de cansaço e o semblante a acusar o jejum forçado pela correria do trabalho de campo, por volta das 19h00, a caravana de Manuel Homem chegava ao Centro Cultural de Viana, localizado no bairro zango-II, onde se serviu uma refeição diversificada, porém, insuficiente para a quantidade de pessoas que se juntaram a MH, com destaque para alguns jornalistas, que viram as cubas se esvaziarem enquanto esperavam pela sua vez de servir.

Depois do almoço, servido/degustado a hora de jantar, Manuel Homem voltou aos trabalhos para cumprir as duas últimas etapas da agenda do dia. No auditório do Centro Cultural, e nas vestes de mestre cerimónia e moderador, o governador acompanhou a apresentação das vias que serão intervencionadas no âmbito do plano Integrado de intervenção de Luanda (PIIL) e o grau de execução das 1500 residências autorizadas em Decreto Presidencial.

O adaptado mestre de cerimónia, enquanto moderava a apresentação, feita por altos dirigentes do GPL e de quadros do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, contava algumas piadas que atrancavam o sorriso e aplausos da vasta plateia. Foi também nesta etapa que subiram ao palco alguns entes públicos que falaram de tem as como a problemática do consumo de drogas e a prostituição infantil no Zango, além da questão sobre a invasão de

terras e a situação de segurança pública, que foi descrita como sendo alegadamente "estável".

Visivelmente curioso para conhecer a famosa rua da Dira, no Zango-III, onde o movimento é 24h/24h e a prostituição infantil tem ganhado corpo, Manuel Homem e a sua comitiva deixaram por volta das 22h50 o Centro Cultural e 'aterraram' numa rua em que uma reportagem do NJ, publicada em Outubro de 2022, descreveu como 'Sodoma e Gomorra' de Luanda. Na Dira, contudo, houve uma quebra de expectativa, porque muitos estabelecimentos estavam fechados, observando-se um movimento calmo comparativamente aos dias normais. Era como se alguém tivesse alertado que o GPL haveria de aparecer no local.

Foi, portanto, uma rua da Dira menos agitada a que o inquilino do Palácio da Mutamba percorreu a pé, interagindo com os moradores e comerciantes, a quem pediu colaboração para o bem de Luanda. Em tom mais de ordem do que de apelo, a administração local, o governador recomendou o exercício da autoridade do Estado para regular a actividade comercial na zona.

No segundo e último dia de visita, sexta-feira, 17, Manuel Homem presidiu a XI sessão Ordinária do GPL, no salão Nobre de um complexo turístico localizado no distrito do Kikuxi, em Viana, na qual, entre vários temas abordados, o destaque recaiu para os programas sociais de intervenção nas comunidades, o combate a fome e a pobreza, além do plano de contingências das chuvas.

Convidados pelo GPL, jornalistas foram 'atirados' a própria sorte

Jornalistas de diversos órgãos de comunicação social que acompanhavam Manuel Homem ficaram sem almoçar e jantar no primeiro dia de trabalhos. Na quinta-feira, 16, depois da visita noturna a rua da Dira, no Zango-III, os jornalistas foram levados, às 23h30, para um complexo turístico para passarem a noite. No local, foi negado aos profissionais o jantar pelo responsável do restaurante do complexo, que alegava falta de pagamento do GPL.

Redactores, técnicos de imagem e locutores, com o estômago vazio, porque uma grande parte nem tinha almoçado, tiveram de recorrer aos frutos de uma mangueira para minimizar a fome. Para dormir, também houve makas, pois, inicialmente, elementos afecto ao GPL e a Administração de Viana sugeriam que os profissionais passassem a noite em sofás ou então partilhassem a cama com até três pessoas, por alegada falta de quartos.

Foi já depois da manifestação de descontentamento por parte dos jornalistas pelo tratamento que o GPL lhes estava a dar, contrariando as promessas de garantia de transporte, alimentação e dormitório, aquando da formulação do convite para a cobertura da jornada de campo, que se alterou o cenário. Passava já da 1h00, quando o protocolo disponibilizou quartos. Pela manhã, ao início do segundo dia de trabalhos, surgiu um novo problema, relacionado com a alimentação, com o pessoal da cozinha a 'policiar' que quantidade de comida poderia ou não um jornalista servir.

3.16 Mistura perigosa no mercado da chapada

Jornal O PAÍS

24 De Novembro de 2023

Anda no Rangel, os responsáveis do conhecido Mercado da Chapada também seguem desrespeitando as normas de segurança. No interior daquele espaço, preparado para albergar 450 vendedoras, o perigo anda a solta devido a confluência de vários produtos que são comercializados na unidade localizada no interior do bairro.

No espaço são comercializados produtos alimentares, roupas, cabas eléctricos, calçados e dispõe ainda de pequenas cozinhas onde são confeccionados alimentos, a que obriga ao uso e manuseamento constante de fogo.

Apesar desta mistura, a unidade não dispõe, igualmente, de nenhuma medida contra incêndio, a que deixa espaço vulnerável ao perigo.

Em declarações a OPALS, Benjamim Saba, responsável pela fiscalização, disse que a processo de reabilitação que a unidade sofreu, recentemente, não contemplou a parte preventiva de combate a incêndios, embora reconheça como sendo uma preocupação seria.

"Qualquer coisa terem os mesmos de recorrer aos bombeiros, porque aqui não temos nenhum instrumento de segurança ou de combate contra os incêndios, e realmente uma preocupação, mas não temos a que fazer neste momento", reconheceu.

3.17 Preços no informal aumentam 22% desde início da desvalorização cambial

Jornal Expansão

24 De Novembro de 2024

Texto: Teresa Gando

Desde o início da desvalorização cambial em Maio deste ano, os preços de alguns produtos da cesta básica no mercado informal aumentaram em média 22%, apurou o Expansão com base na comparação dos preços levantados em 19 de Maio e 21 de Novembro. Estes dados contrariam as informações do Instituto Nacional de Estatística (INE) que aponta para um crescimento de apenas 11% nos preços (apesar de incluírem outras variáveis, além da alimentação que nem é a que mais cresceu).

Passados seis meses desde o início da desvalorização cambial, a moeda nacional já desvalorizou cerca de 40% face ao dólar e ao euro, e os preços dos produtos alimentares tem acompanhado esta evolução que levou a uma grande perda do poder de compra das famílias.

Durante o período em análise, os preços foram oscilando em função do comportamento da taxa de câmbio, que influencia directamente os preços, principalmente dos produtos importados.

Por exemplo, de Julho a Agosto verificou-se um abrandamento no crescimento dos preços e até uma redução em alguns produtos, justificada pela estabilização cambial durante o mês de Julho.

Por outro lado, existe também factor especulação de preços que leva a aumentos exagerados. De Agosto a Setembro, mesmo com a estagnação da taxa de câmbio que se arrastava por um período de mais ou menos dois meses, os preços continuaram a registar aumentos mesmo que ligeiros e com casos de diminuição em alguns produtos.

Dos produtos seleccionados no levantamento realizado nos mercados do Asa Branca e Catinton, desde Maio, o preço do açúcar com aumentos contínuos ao longo dos seis meses foi o que verificou o maior aumento com uma média de 137%. Já a batata rena foi dos poucos que viu o preço baixar, mas, segundo o que foi constatado no local, com o monte consideravelmente reduzido, como acontece com muitos produtos que mantiveram os preços mas as quantidades reduziram significativamente (ver tabela).

Preços do óleo e açúcar preocupam famílias

Francisco, chefe de família, durante a reportagem realizada no mercado do Catinton, reclamou imediatamente dos preços do óleo e do açúcar que, segundo conta, "estão a ser medidos em colheres de sopa". "Não percebo o motivo, mas é um facto que o açúcar e óleo são os alimentos mais raros actualmente e o que preocupa o povo é que são bens que não podemos substituir. Precisamos para o consumo diário", lamentou.

Já Helena, dona de casa, relatou que os preços estão, a cada dia, mais sufocantes. Contou que o peixe ou o frango são alimentos que já não constam na dieta da sua família, porque não os consegue comprar. Durante o mês, com a renda disponível, consegue adquirir um saco de fuba que garante o funge. Para acompanhar, refugia-se nas verduras e noutros alimentos mais acessíveis nos mercados. Com as outras despesas, como a educação dos filhos, luz, água e outros, está muito difícil gerir as contas, desabafou.

A mulher referiu ainda que os preços do açúcar e do óleo estão assustadores e teme que venham a aumentar muito mais com a chegada do Natal. "Não sei se começo já a comprar algumas coisas para guardar em casa, se agora está assim não sei se consigo aguentar a subida dos preços na quadra festiva", confessou.

Com quadra festiva a espreita preços sobem

Ainda de acordo com o levantamento do Expansão, registou-se entre 25 de Setembro e 21 de Novembro um aumento médio de 22% nos preços do mercado formal e 3% no informal. Numa altura em que se aproxima a época festiva, espera-se que os preços venham a aumentar ainda mais.

No mercado formal, verificou-se um aumento em quase todos os produtos seleccionados com excepção da massa esparguete Garcia 400g, que sofreu uma redução de 8%. Entre os que verificaram aumentos está o arroz branco Alimo 1 Kg (18%), azeite Serra 750 MI (68%), leite Nido em pó 1,8 Kg (8%), manteiga Mimosa 250g (15%), óleo Fula 1,5litros (16%), ovos 30 unidades (19%), sal grosso Alimo 1Kg (20%), e o açúcar, este último foi o que mais cresceu com 100% a sair de 1.095 Kz para 2.190 Kz. Já no mercado informal, entre aumentos e reduções, a fuba de bombó registou o maior crescimento no preço com 100%, seguido do sal grosso com 50%, e o feijão com 47%. No outro extremo, a batata rena e

a batata-doce registaram as maiores reduções com-50% e -40% respectivamente, lembrando que os montes também reduziram.

Já o quilo de arroz, o saco de arroz de 25 kg, a farinha musseque e a fuba de milho mantiveram os preços desde o último levantamento feito pelo Expansão.

3.18 "São Paulo é exemplo" diz administrador

Jornal O PAÍS

24 De Novembro de 2023

O Mercado do São Paulo, no distrito urbano do Samizanga, afigura-se como um exemplo no que a segurança contra incêndios diz respeito. Nurna visita ao espaço, orientado pelo seu coordenador da comissão de gesta e, Emílio Marcolino, foi possível observar nível de investimento efectuado nos factores de segurança, 0 que garante preparação a todos os níveis para qualquer eventualidade que possa por em perigo os vendedores, seus bens e clientes. Quer nos pavilhões, zonas das bancadas, área administrativa e parte externa do mercado, 0 espaço esta equipa do com extintores, sistema de alerta contra incêndios, mangueiras e bocas de incêndios.

O mercado, reabilitado e equipado recentemente, dispõe ainda de reservatórios de águas para extinguir incêndios de pequenas e medias proporções. Segundo Emílio Marcolino, com todo este "arsenal" de segurança, 0 mercado esta preparado para dar resposta em casos de incêndios, tendo em conta que, inclusive, existem técnicos especializados que estão acantonados no espaço para atender a quaisquer pedidos de socorro dos que frequentam e trabalham no espaço.

"Já estivemos piores. Mas, por forçado processo de reabilitação, hoje temos as nossas instalações seguras e preparadas para qualquer situação que ocorrer. Portanto, podemos dizer, sem medo de errar, que 0 São Paulo e um exemplo de segurança", notou.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Proposta de OGE 2024 prevê aumento de salários e estímulos à produção

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2023

Texto: Yara Simão

José de Lima Massano disse que, dentro deste pacote, deixou-se, também, a reserva para que no próximo exercício os sectores da Saúde, Educação e Agricultura possam continuar a criar espaços para o recrutamento de mais profissionais.

Em relação ao sector Produtivo, informou que vai continuar a criar as políticas certas para que haja uma mobilização de meios, incluindo conhecimento, tecnologia, capacidade financeira, não apenas do Estado, mas de toda a sociedade, daqueles que, mesmo estando em outras geografias, acreditam no potencial de Angola. "Nós temos de estar focados nas políticas, não estamos mais no regime em que o Estado de forma directa intervém na economia, criando empresas ou algo do tipo", frisou.

O ministro de Estado para a Coordenação Económica esclareceu que, neste conjunto de políticas e estímulos, da proposta de orçamento para 2024, estão a ser ponderados perto de 500 mil milhões de kwanzas em recursos, para a capitalização do BDA, do FACRA, do Fundo de Capital de Risco, do Fundo de Garantia de Crédito, e, também, para a emissão de garantias soberanas a favor de projectos que sejam de interesse nacional.

Esses projectos, explicou a governante, é que aumentará a capacidade produtiva e permitirá o recrutamento de mais pessoas, o que adiciona a oferta de trabalho: "Temos esta consideração no orçamento. Não será como nos outros sectores, onde há uma dedicação. Temos de recrutar professores e médicos. No domínio da Economia, temos de ter as políticas certas e instrumentos de apoio para que possamos mobilizar o sector Privado".

De acordo com José de Lima Massano, o exercício da melhoria de negócios é absoluta prioridade e em 2024 vai dar continuidade. Acrescentou que essas medidas

e propostas para o orçamento se juntam às anunciadas pelo Executivo, relacionadas à potenciação da economia. "São medidas complementares que obrigam o enquadramento do ponto de vista legislativo com esta natureza. Vamos precisar de uma Lei. Aquelas iniciativas que bastava um acto ou Decreto do Presidente da República, já estão a ser executadas", disse.

O ministro de Estado fez saber que o orçamento para 2024, enquanto proposta que engloba uma factura orçamental de cerca de 24.7 bilhões de kwanzas, é um orçamento que é equilibrado, mas que procura atender os objectivos e metas constantes do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN).

O Plano, esclareceu o governante, leva ao contínuo investimento do capital humano, por isso vão dar seguimento aos investimentos no domínio da Saúde, da Educação, no geral, do bem-estar social, tendo presente a necessidade de que ao conferir sustentabilidade no conjunto de políticas sociais ter-se-á uma economia mais vigorosa e robusta.

Segurança alimentar

José de Lima Massano disse que existem, na proposta do OGE 2024, políticas que vão permitir continuar um percurso do estímulo, particularmente a produção na-

cional, sobretudo, na segurança alimentar. Por isso, dentro do orçamento traz-se, como proposta, uma permissão para que os produtores agrícolas e agentes agropecuárias possam, em sede de Imposto Industrial, recuperar os investimentos que vão sendo realizados em algumas infra-estruturas que poderiam ou deveriam ser realizadas por investimentos públicos.

A título de exemplo, destacou as zonas de produção, transmissão de energia, estações de tratamento de água, necessárias para o desenvolvimento da actividade agrícola e agropecuária, que em muitos casos são realizados com custo pelos próprios promotores, e custos que não são fiscalmente recuperáveis.

"Para este orçamento de 2024, esta é uma alteração profunda que fazemos, no sentido de continuarmos a estimular e proteger a nossa produção e aqueles que acreditam em Angola, para continuar a desenvolver a actividade económica", observou José de Lima Massano.

O ministro de Estado assegurou que o OGE, enquanto proposta para 2024, vai dar continuidade aos grandes investimentos nos mais variados

domínios, mas todos eles com o propósito de melhorar as condições de vida dos cidadãos.

Parceiros do Corredor do Lobito acreditam em Angola

O ministro de Estado para a Coordenação Económica falou do Corredor do Lobito e referiu que em Bruxelas, a União Europeia (UE) e as autoridades norte-americanas reconheceram Angola como um parceiro confiável, de segurança, para priorizarem parte das suas atenções do ponto de vista de investimento em infra-estruturas.

José de Lima Massano disse que o Governo norte-americano e a UE anunciaram a disponibilização de cerca de seiscentos mil milhões de dólares, para apoiar os países menos desenvolvidos e Angola faz parte deste primeiro leque.

O responsável explicou que, durante o evento, houve várias observações e reparos muito positivos, sobre o que vai ocorrer com Angola, do ponto de vista das reformas que têm sido desencadeadas para uma economia mais aberta, junta e uma sociedade, também, mais equilibrada, e o Corredor do Lobito foi um dos seleccionados.

Este projecto, continuou José de Lima Massano, vai entrar para uma fase de estudos mais detalhados, para estabelecer uma nova ligação ferroviária directa com a República Zâmbia, mas, por outro lado, vai desenvolver o Corredor, no sentido de ao longo da linha-férrea ter actividade económica activa, particularmente, no domínio da Produção Alimentar.

"Esta é a nossa forte aposta compreendida pelos parceiros da UE e os norte-americanos. Teremos ao longo do Corredor conhecimento e padrões trazidos pelos parceiros. Ou seja, poderemos desenvolver a actividade agrícola já em linha com os padrões europeus e americanos. As infra-estruturas a serem desenvolvidas também terão o mesmo padrão", explicou o governante.

Segundo José de Lima Massano, o Executivo terá todas as condições de continuar a fazer o percurso de desenvolvimento, com esta nova janela de oportunidade que se abre. Mas, advertiu, não se trata de empréstimo ao Governo de Angola, mas de um apoio que será prestado com enfoque muito grande na iniciativa privada.

Acrescentou que vai ter a mobilização de agentes económicos locais, mas também de outras geografias como a UE e os EUA. Este memorando, continuou, para além de ter alto patrocínio das entidades mencionadas, conta com as contribuições do Banco Africano de Desenvolvimento, da Agência Financeira

Africana e dos Governos da Zâmbia e da República Democrática do Congo.

Quanto às dívidas, o ministro de Estado para a Coordenação Económica sublinhou que, para o próximo ano, tem no global cerca de 10 bilhões de kwanzas, necessários para continuar a honrar os compromissos, quer com credores nacionais quer com os estrangeiros.

Ordenados até 100 mil kwanzas isentos do IRT

A ministra das Finanças, Vera Daves, afirmou, ontem, que na proposta do OGE 2024 quem ganha 100 mil kwanzas estará isento do Imposto de Rendimento de Trabalho (IRT), no sentido de, por via desta medida de natureza fiscal, dar algum alívio às famílias.

Segundo a governante, o limiar de isenção (actual está em 70 mil kwanzas) proposto não é apenas para os funcionários públicos, mas para todo o cidadão com um emprego formal, embora reconheça que o ideal seria mais animador, o que implicaria ter menos receitas e pouca capacidade de endereçar os desafios que se apresentam no domínio Social.

"Procuramos equilibrar a equação, dando alguns passos pela via do alívio fiscal e alguns passos pela via do alívio do ajuste na remuneração de cinco por cento dos funcionários públicos. Mas ter, ainda assim, receitas para endereçar o que ainda temos de fazer do ponto de vista de novas contratações, especialmente no sector Social, de promoções e graduações na carreira dos funcionários públicos que já estão a trabalhar", explicou.

Outra via, apresentada por Vera Daves, está relacionada ao orçamento do Ministério da Agricultura que procurou reforçar este ano, comparativamente ao passado. Teve um aumento de cerca de 80% no orçamento, sinal forte do agronegócio e da segurança alimentar.

A ministra argumentou que, sem prejuízo disso, também, se prevê capitalizar as instituições financeiras públicas em torno de 147 mil milhões de kwanzas, a serem repartidos entre o BDA, o Fundo de Garantia de Crédito, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário e o FACRA, numa lógica de apoiar as iniciativas do agronegócio, olhando não apenas para a agricultura comercial, mas a familiar.

Agora, de acordo com a ministra, o plafond disponível para a emissão de garantias soberanas tem um limite de 100 mil milhões de kwanzas, frisando que, na proposta, se está a prever cerca de 330 mil milhões de kwanzas, justamente para sinalizar o sector Privado, que sempre que precisar do conforto

do Estado pode vir e investir, nos negócios estratégicos.

"A mensagem que passamos para o sector Privado é que dimensionem os seus negócios de forma a permitir que esse plafond seja usado para maior número de iniciativas possíveis. Se os projectos forem sobre dimensionados, rapidamente, este plafond vai ser consumido e não vamos conseguir tocar tantas iniciativas quanto gostaríamos", explicou Vera Daves.

A ministra das Finanças informou que pretende continuar a dar atenção ao Kwenda e melhorar a ponte entre o apoio financeiro e a produção que decorra da implementação do programa.

Produção petrolífera

A ministra explicou que, na preparação da proposta do OGE, se assumiu um conjunto de pressuposto capaz de considerar o mais próximo possível uma perspectiva com um misto de realismo e conservadorismo, no que diz respeito à produção petrolífera (um milhão e sessenta mil barris).

Segundo a governante, o objectivo de assumir esses pressupostos realistas e, ao mesmo tempo conservadores, é justamente para proteger tanto quanto possível a proposta do orçamento de possíveis choques, eventuais derrapagens na produção e no preço, que depois inviabilizam a execução e levam as cativações e a uma execução orçamental abaixo das expectativas.

4.2 OGE 2024 Perspectivas

Jornal Economia e Finanças
3 De Novembro de 2023

O contexto conjuntural como a Pandemia da Covid - 19, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, os conflitos no médio oriente impactaram e ainda impactarão a economia mundial. O PIB mundial baixará para um crescimento de 2,9 por cento em 2024 comparativamente ao crescimento de 2023 de 3,0 por cento.

Para a economia angolana perspectiva-se a descida da inflação actual de 17,8% para 15,3 por cento para o ano de 2024 que ainda assim é uma inflação bastante alta, porque o custo de bens e serviços continuarão altos, a cesta básica e o custo de vida manter-se-ão altos.

Apesar de se perspectivar um crescimento do sector não petrolífero na ordem dos 4,6 por cento é imperioso que se diversifique de forma pragmática

para então estarmos prontos para as oscilações que poderão surgir nos mercados internacionais e não só. O OGE 2024 está estimado em 24,7 bilhões de Kwanzas representando um aumento de perto de 22,9 por cento comparativamente ao OGE do ano de 2023, mas sem grandes impactos devido a absorção dos custos relacionados a dívida pública que incluindo juros fica em torno de 57 por cento. É uma percentagem muito alta que de certa forma prejudica a materialização de projectos sociais (educação e saúde), investimentos públicos, vetando assim os bons ventos de crescimento e desenvolvimento económico quando pensamos que apenas serão canalizados 43 por cento para o efeito.

De acordo os números 2024 será um ano que não dá muitas perspectivas de alegria porque boa parte da receita estimada será para pagar dívidas. O custo de vida continuará alto e não há grandes medidas animadoras para a diversificação económica de facto.

O que podemos fazer?

É em tempos de dificuldades que aparecem os heróis, nesta ordem de ideias:

CIDADÃOS: As pessoas de uma forma geral precisam de construir uma mente de poupança bem assertiva, ter o domínio básico de educação financeira para então puderem racionalizar e rentabilizar aquilo que conseguirem;

EMPRESAS: As empresas precisam desenvolver planos de contingência bem apurados, planeamento estratégico para poderem entender e compreender que diante de crises também se podem encontrar oportunidades, ajudara a perceber também o ciclo de vida dos seus produtos e a desenvolverem estratégias funcionais;

GOVERNO: Quanto ao governo precisa abrir uma bolsa de oportunidades que se podem materializar por certas facilidades a fim de proporcionarem maiores motivações aos empreendedores e empresários. Direcionar a medicação certa para os doentes, por exemplo ao abrir uma linha de financiamento para determinado segmento da economia identifica os agentes que já trabalham no sector, visitar-lhes e que estes sejam a prioridade, assim ganharemos eficiência e facilmente a diversificação se fará sentir, bem como também reduzirá bastante a saída de cérebros no país para o exterior. Outro factor que inibira a imigração de quadros e dar espaço aos especialistas nacionais a fim de contribuir com os seus conhecimentos para melhoria do cenário económico e social pois que muitos destes dominam a economia real e sentem na pele as dores.

4.3 Orçamento Geral do Estado prevê receitas e despesas de 24,7 bilhões

Jornal Economia e Finanças

Texto: Regina Handa

3 De Novembro de 2023

Realista. É a palavra utilizada por muitos analistas ao olharem para o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2024 entregue pelo Governo, esta semana, em Luanda, ao Parlamento, com receitas e despesas estimadas em 24,7 bilhões de kwanzas.

O valor ainda assim reflecte optimismo quando comparado aos 20,1 bilhões de kwanzas do OGE ainda em curso, pois cresce em mais de 20 por cento.

Sobre o preço de referência do barril de petróleo Brent, a principal fonte de receita, a proposta de 2024 vai para 65 dólares, menos 10 dólares em relação aos 75 dólares da actual. A produção cai de 1,18 para 1,06 milhão de barris/dia.

Já em relação a inflação prevista, o Governo lança um indicador de 16,6 por cento e um crescimento do Produto Interno Bruto (PI B) de 2,8 por cento sustentado pelo sector não petrolífero.

Na proposta, o Sector Social representa o sector de maior peso sobre o OGE 2024, correspondendo a 20,1 por cento da despesa total e a 49,0 por cento da despesa fiscal. Importa destacar que o mesmo regista um aumento de 2,9 por cento relativamente ao OGE 2023, destacando a Educação, Saúde, Habitação e Serviços Comunitários e Protecção Ambiental, com pesos de 15,5; 13,5; 10,3 e 0,1 por cento na despesa fiscal primária, respectivamente.

Já o sector Económico absorverá 11,9 por cento da despesa fiscal primária e 4,9 por cento da despesa total, o que corresponde a uma redução de 38,2 por cento comparativamente a dotação orçamental atribuída no OGE anterior. Assim, verifica-se um peso dos sectores da Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça (1,6 por cento), Transportes e Combustíveis (5,4 por cento) e Energia (2,7 por cento), respectivamente.

O sector Económico contará ainda com recursos igualmente previstos para apoio a iniciativa privada, visando dinamizar-se a economia, através de um pacote financeiro no valor de Kz 477,26 mil milhões, dos quais 147,26 mil milhões para capitalização do BDA, FGC e FADA e 330 mil milhões para a emissão de garantias soberanas de promoção de investimento privado. Já o sector da Defesa, Segurança e Ordem Pública. Regista um peso de 17,2

por cento da despesa fiscal primária e um aumento de 1,2 por cento face ao OGE 2023. Assim, o sector devera representar 7,1 por cento da despesa total. O Ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, entregou a proposta a presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, em obediência ao primado da lei.

Orçamento prevê 500 mil milhões de kwanzas para a capitalização do BDA e fundos públicos

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e os fundos Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) e o de Garantia de Crédito (FGC) vão beneficiar de 500 mil milhões de kwanzas para a concessão de créditos e outros apoios aos projectos no Orçamento Geral de Estado (OGE/2024).

Este mesmo valor servirá também para as emissões de garantias soberanas a favor de projectos privados que sejam de interesse nacional.

Conforme explicou o ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, os projectos em projecção deverão resultar no aumento da capacidade produtiva e muitos permitirão o recrutamento de mais pessoas, o que adicionará a oferta de trabalho.

"Temos esta consideração no orçamento. Não será como nos outros sectores, onde há uma dedicação. Temos de recrutar professores e médicos. No domínio da Economia, temos de ter as políticas certas e instrumentos de apoio para que possamos mobilizar o sector Privado", disse.

De acordo com José de Lima Massano, o exercício da melhoria de negócios e absoluta prioridade e em 2024 vai dar continuidade. Acrescentou que essas medidas e propostas para o orçamento se juntam as anunciadas pelo Executivo, relacionadas a potenciação da economia. "São medidas complementares que obrigam o enquadramento do ponto de vista legislativo com esta natureza. Vamos precisar de uma Lei. Aquelas iniciativas que bastava um acto ou Decreto do Presidente da República, já estão a ser executadas", disse.

O ministro de Estado fez saber que o orçamento para 2024, enquanto proposta que engloba uma factura orçamental de cerca de 24,7 bilhões de kwanzas, e um orçamento que é equilibrado, mas que procura atender os objectivos e metas constantes do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN).

José de Lima Massano afirmou que o Plano leva ao contínuo investimento do capital humano, por isso vão dar seguimento aos investimentos no domínio da Saúde, da Educação, no geral, do bem-estar social,

tendo presente a necessidade de que ao conferir sustentabilidade no conjunto de políticas sociais ter-se-á uma economia mais vigorosa e robusta.

4.4 Salário de 100 mil kwanzas ganham aumento de 126 mil ao ano

Jornal Economia e Finanças

3 De Novembro de 2023

Texto: Regina Handa e Isaque Lourenço

Quem ganha, até ao momento, 100 mil kwanzas paga em Imposto sobre o Rendimento de Trabalho

(IRT) 2805 kwanzas mais 2 700 do excesso, que totaliza 5 505 kwanzas em termos efectivos.

Se considerar um aumento de 5,0 por cento a base de 100 mil kwanzas (5 000,00), também previsto para 2024, o ganho real do funcionário público chega aos 10.500 kwanzas/ano. No ano, o acumulado chega aos 126 mil kwanzas, segundo cálculos do Jornal de Economia e Finanças,

De acordo com a proposta do Governo no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2024, os salários até 100 mil kwanzas deixam de estar obrigados a descontar o Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT), a partir de 2024.

O anúncio foi feito esta semana, em Luanda, pela ministra das Finanças.

Vera Daves de Sousa integrou a equipa do ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, que entregou no dia 31 de Outubro, conforme previsto na Lei a proposta do Governo à Assembleia Nacional.

Esta medida de extensão da base de isenção evolui assim a anterior que já abrangia salários até 70 mil kwanzas.

Em termos concretos, de acordo com a tabela do Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) em vigor, salários de 70 a 100 mil kwanzas pagam 2805 kwanzas de taxa fixa e mais 9,0 por cento do excesso (29 999 kwanzas).

Garantias efetivas

A Televisão Pública de Angola, a ministra das finanças, Vera Daves de Sousa, realçou ainda que o Executivo prevê também continuar a colocar a depender os rendimentos das famílias e o poder de compra das mesmas.

Sobre o aumento salarial e se haverá margem para mais, Vera Daves de Sousa explicou que a proposta foi feita com a consciência de que este é o que o Governo está em condições de pagar, de modo que considerada todas as variáveis disponíveis este é o compromisso que o Executivo está em condições de assumir.

Conforme disse, o orçamento foi preparado considerando também espaço para novas contratações. "Temos em reserva orçamental 50 mil milhões de kwanzas para isso", afirmou.

Avançou ainda que o Executivo tem privilegiado o sector social, educação, sai de bem como o em sino superior e agricultura e tem este valor reservado para isso que deverão ser cobertos com recurso a receitas fiscais sem necessidade de ter que recorrer à dívida.

Banco Mundial

A ministra realçou que o Executivo vai continuar a apoiar os projectos de infra-estruturas e que o Banco Mundial tem estado a fazer a sua parte de continuar a colocar recursos para continuidade do KWENDA e a sua ponte com a inclusão produtiva.

Por outro lado, a governante fez saber que se pretende enviar sinais fortes para continuidade do estímulo da produção nacional; dar-se espaço ao sector privado de ter um ambiente fiscal favorável para conseguir competir com os produtos importados e ter flexibilidade naquilo que é a importação das matérias-primas, equipamentos e naquilo que é o faseamento possível para cumprir com as responsabilidades tributárias sem importar equipamentos e matérias-primas, além de colocar dinheiro nas instituições financeiras do Estado.

4.5 Defendida acção concreta para garantir taxas de crescimento real

Jornal Economia e Finanças

3 De Novembro de 2023

Texto: Massaxi Paxe

O docente do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED), Luís Reis Cuanga, defendeu, em Luanda, a necessidade da implementação de acções concretas para garantir a taxa de crescimento real no país.

Luís Reis Cuanga que falava durante uma entrevista ao Jornal Economia & Finanças sobre a previsão do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2024 que prevê um crescimento na economia nacional na ordem dos 3,3 por cento, esclareceu que o Executivo angolano ao apresentar estes dados fez um estudo de contexto que determinou a cifra anunciada.

O académico admite que, com uma estabilidade macroeconómica cambial e monetária que se alinha a médio e longo prazos, e com as reformas necessárias que estão a ser realizadas para atrair mais investimentos, a economia angolana poderá apresentar um bom ritmo de crescimento económico nos sectores pretendidos desde de 2018.

Para o especialista, devido a crise económica e financeira que Angola consentiu, nos últimos nove anos, os vários segmentos económicos sofreram um impacto negativo muito forte.

Actualmente, o país vive um período de reajustamento dessas variáveis, através de políticas monetárias e cambiais mais restritivas, com o objectivo de controlar os níveis de inflação.

Contudo, reforçou, ainda vive-se com níveis de inflação alta e uma política cambial que se traduz numa depreciação gradual da moeda local face as moedas internacionais. Naturalmente, estas políticas têm alguns riscos, nomeadamente quando se refere aos níveis do poder de compra da população, que se encontram muito baixos actualmente e que perigam o nível de actividade das empresas.

"Sabe-se que o OGE é sempre uma previsão, tanto pode crescer ou decrescer atendendo a dinâmica mundial. Hoje existem muitas crises a nível do planeta e elas podem afectar positiva ou negativamente, mas devemos crer que o Executivo tenha o domínio de todas as variáveis que lhe permita apresentar previsão de crescimento económico neste valor", disse.

Ainda de acordo com Luís Reis Cuanga, o país está num rumo certo no plano de diversificação da economia.

Nos últimos anos, apontou, o sector económico nacional tem vindo a dar indicações no sentido de haver mais apostas na produção local, em áreas como agropecuária, Indústrias transformadoras, tecnologia e noutros sectores fora do ramo petrolífero.

Neste sentido, Angola deve continuar a explorar outras áreas que se tem como potencialidades para colmatar o investimento mundial em energias fósseis.

4.6 Política e sociedade civil "exigem" acção concretas e mudanças nos modelos de gestão

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

Texto: Neusa Filipe

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE-2024) para o exercício económico a se encontra na Assembleia Nacional para discussão na especialidade em sede das comissões de trabalho especializadas, até a sua aprovação final.

O OGE está avaliado em cerca de 24,7 biliões de kwanzas, comportando um total de despesa fiscal de 14,7 biliões Kz, correspondente a 59,4 por cento do orçamento, e de despesa financeira de 10,0 biliões Kz, concentrando 40,6 por cento do orçamento total, relacionada como reembolso da dívida num montante de 9,7 biliões Kz e capitalizações no montante de 300,4 mil milhões Kz.

A referida proposta orçamental traduz um aumento de 22,9 por cento relativamente ao OGE-2023, que foi de 20,1 biliões de kwanzas.

Pela primeira vez, o Executivo propôs um Orçamento Geral do Estado que eleva a fasquia para os sectores da saúde, educação e habitação. Na presente proposta, o sector social representa a área de maior peso sobre o OGE-2024, correspondendo a 20,1 por cento da despesa total e a 49,0 por cento da despesa fiscal.

Importa destacar que regista um aumento de 2,9 por cento relativamente ao OGE-2023, destacando a educação, saúde, habitação e ser vices comunitários e protecção ambiental, com pesos de 15,5 por cento, 13,5 por cento, 10,3 por cento e 0,1 por cento, na despesa fiscal primaria, respectivamente.

Políticos enaltecem medida do Executivo

o deputado do Grupo Parlamentar do MPLA e vice-presidente da 5ª comissão da Assembleia Nacional, João Mpilamosi, considera que é um orçamento possível e equilibrado, tendo em conta o contexto macroeconómico do país.

Disse tratar-se de um orçamento que resulta de consultas que o Governo vem fazendo no âmbito da deslocação dos próprios deputados às províncias, bem como das consultas que tem sido feitas no âmbito do orçamento participativo.

"Na verdade, nos estamos satisfeitos, estamos conformados, alias, tem sido as recomendações que resultaram do OGE- 2023, na medida em que devíamos aumentar a quota financeira quer do sector da saude, como da educacao", disse.

O deputado referiu, por outra, que e necessario ter consciência de que os recursos sao limitados, visto que o pais se encontra num contexto macroeconómico nao muito abonatório, que afecta não somente Angola, como também a propria conjuntura internacional, garantindo que ainda assim, esforços estão a ser feitos para que se possa dar resposta, fundamentalmente no sector da saude, da educacao e da agricultura.

"Estamos expectantes, vamos submeter o OGE a discussão as comissões técnicas especializadas. Portanto, e uma proposta que o Governo aprovou, submeteu a Assembleia Nacional, de certeza que nao vai sair tal como entrou, onde acharmos que devemos, de alguma forma, propôr o remanejamento de verbas ou acrescentar um pouco mais, claro que os deputados vão debater-se nesse sentido", sublinhou.

UNITA quer esperar para ver a secretário-geral da UNITA, Alvaro Daniel, referiu que os deputados do seugrupo parlamentar não tiveram ainda contacto com o documento, porém garantiu que a ideia do aumento tem sido a batalha do seu partido.

"A batalha da UNITA tem sido o incremento no sector social, porquanta ele deterrnina o resto da vida do país. Portanto, nós queremos aferir se por acaso, desta vez, o Governo foi de facto sensível a este clamor do povo, se é de facto um passo dado ou e um marketing que esta a ser feito antes que o documento seja debatidopelos deputados", disse, avancando que o partido vai analisar o documento para urna melhor opinião.

Já o secretário-geral da FNLA, Aguiar Laurindo, considera a medida do Executivo uma necessidade e prioridade que ja devia ter sido concretizada há muito tempo na política orçamental do Governo.

O político defende que investir na educação e garantir um futuro melhor, não só para os próprios cidadãos, mas para o país.

"Cada ano verificamos a dificuldade em aceder aos sistemas de ensino (pre-escolar, secundário, médio e

universidade), e, resultado desta situacao, ficam sem estudar muitos cidadaos em todo o território nacional. Seja no público ou no privado, os preços para pagar as mensalidades continuam a ficar fora do alcance de todos os encarregados que estão desempregados", disse Aguiar Laurindo.

O secretário-geral do Bloco Democrático, Mwata Sebastião, considera paliativo o referido acréscimo no sector social, se comparado com os níveis apresentados nos outros sectores, como o da Defesa Nacional, cuja diferença alega que continua abismal.

O responsável sublinhou que alguns sectores sociais, como e caso da educação, tem que ter orçamento igual ou aproximado aos acordos internacionais assumidopelo país. No caso da educação, por exemplo, lembrou que existem acordos a nível da Região da Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC,) que tem a ver com o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e que deve servir de modelo para todos.

"Esse acrescimo e interessante, sim, mas não pode ser um acrescimo de console, tem que ser um acrescimo de concretização real das políticas públicas ligadas ao sector social. Portanto, para nós e ainda Infimo e paliativo", considerou.

Salientou que os crescimentos que ocorrem no OGE para o sector social, só não tem reflectido ainda na vida dos cidadãos, porque não tem sido resultados de uma consulta seria e adequada.

Sociedade civil defende melhorias dos modelos de gestão o coordenador da Associação Construindo Comunidades (ACC, Padre Pio Wakussanga, considera benéfico que esse passo tenha sido dado, porem defendeu, por outra, que nao basta haver aumento de dois digitos, e necessario mudar modelo de gestae.

"Essa tem sido a nossa luta, a de um Governo que faça com as pessoas nao para as pessoas. Apesar das contribuicoes dos diferentes grupos sociais no enriquecimento da elaboracao orcamental, a nível dos municipios a quota e sempre a mesma, mas vamos esperar para ver se haverá de facto uma mudança qualitativa", disse o Padre Pio.

Para o coordenador da Associação de Apoio as Iniciativas Colectivas e Individuais (AAACIC), André Augusto, as projecoes orçamentais tem uma incidencia muito grande nas comunidades, considerando assertiva a medida do Governo em crescer a verba para os sectores sociais.

"Apesar de não responder cabalmente a todos os problemas, pelo menos é um sinal de que o Governo está interessado em melhorar as rubricas orçamentais no OGE, nas questões sociais como a habitação e a função pública. Isto para nós é um sinal positivo, apesar de não corresponder à expectativa. Mas é um sinal positivo, que demonstra que há alguma vontade por parte do Executivo em melhorar a área social", disse.

Andre Augusto defendeu a importância de o Governo fazer agora um levantamento exaustivo capaz de garantir que este melhoramento que se fez no OGE corresponda realmente às necessidades das populações.

4.7 O Orçamento Geral do Estado Finanças Públicas

Jornal Economia e Finanças

3 De Novembro de 2023

Um Orçamento Geral do Estado (OGE) é um documento legal ou jurídico, político, económico, financeiro, com vertente social e acima de tudo uma ferramenta de gestão de prioridades, com objectivos e metas, que será aplicado por uma equipa a que se designa Governo.

Como principal instrumento de política social, económica e financeira do Estado angolano, demonstra sob a forma de um documento jurídico constituído por secções e artigos, montantes previstos ou estimados para cada rubrica do Plano de Contas Orçamental, seja do lado da Receita ou da Despesa Públicas. Trata-se, pois de um Plano Previsional com as acções a desenvolver num período de um ano (está prevista a possibilidade de termos OGEs plurianuais ou OGEs de dois ou mais anos num só documento), no qual determina as fontes de arrecadação e os vários destinatários da Despesa.

Estamos na última semana completa do mês de Outubro de 2023 e ainda se desconhece a proposta de OGE para o ano económico de 2024, pelo que os prazos cada vez ficam mais apertados para cumprimento de um conjunto de diplomas legais que compõem o Enquadramento Orçamental de Angola:

Artigo 104 da Constituição da República de Angola;

Lei do Orçamento Geral do Estado (nº 15110, de 14 de Julho com alterações introduzidas pelas leis nº 24/12, de 22 de Agosto e 12/13, de 11 de Dezembro);

Lei nº 37/20, de 30 de Outubro (Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas);

Regulamento do Processo de Preparação, Execução e Acompanhamento do PIP (Decreto Presidencial nº 31/10, de 12 de Abril);

Elaboração e Gestão dos Quadros de Pessoal (Decreto Presidencial nº 104/11, de 23 de Maio);

Decreto Presidencial que aprova as Instruções para a Elaboração do Orçamento. Neste caso de 2023;

Decreto Presidencial nº 21/16, de 29 de Dezembro - Autorização à cativação e descativação dos créditos orçamentais iniciais;

Decreto Presidencial nº 164/18, de 12 de Julho (Diploma que vem regulamentar a Lei nº 21/16, de 29 de Dezembro, as definições complementares que devem obedecer à negociação, contratação, emissão de gestão da Dívida Pública Directa e Indirecta);

No dia 26 de Julho do corrente ano, realizou-se o Conselho de Ministros que aprovou o diploma que contém as instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2024, durante a 6ª Sessão Ordinária, sob orientação do Presidente da República, João Lourenço.

Esse documento já foi enviado à Assembleia Nacional, visa estabelecer os princípios, as regras e os procedimentos a observar pelas unidades orçamentais e órgãos dependentes, no processo de preparação e elaboração da Proposta de Lei Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2024 e do Quadro de Despesa de Médio Prazo para o período 2023-2027. Segundo a ministra das finanças públicas: Dra. Vera Daves de Sousa sobre este documento, explicou aos jornalistas: "Temos olhado para as despesas numa lógica anual e queremos passar a olhar numa lógica plurianual, para também nos organizarmos financeiramente na mobilização de receitas necessárias para financiar essas despesas que sejam identificadas e estabilizadas numa lógica plurianual. De modo que, o quadro de despesa de médio prazo é uma novidade nessas instruções". A ministra das Finanças enfatizou a importância de priorizar a finalização de projectos já iniciados, em detrimento de iniciar novos projectos continuamente."

Há aqui essa indicação expressa de priorizarmos a finalização de projecto já iniciado, passando do ponto, se me permitem a expressão, na mobilização de recursos financeiros para projectos novos do mesmo sector, que tenham projectos por concluir", reforçou.

Outra medida relevante é a redução de subsídios operacionais para empresas públicas, tendo em conta

a necessidade de haver maior eficiência e rentabilidade nessas empresas.

A fim de impulsionar a economia local, a ministra recomendou aos órgãos públicos a priorização da aquisição de bens e serviços locais, evitando importações de produtos disponíveis no mercado nacional. Essa recomendação visa fortalecer a produção local e incentivar o desenvolvimento económico interno. “Os órgãos públicos, as empresas públicas, devem ser os primeiros a darem exemplos naquilo que é aquisição de bens e serviços de produção local”, apelou.

Uma mudança significativa na gestão de projectos de pequena e média dimensão também foi proposta. De acordo com o diploma aprovado, a responsabilidade pela execução desses projectos será transferida dos órgãos da Administração Central do Estado para os governos provinciais e administrações municipais.

Outra medida já conhecida é sobre a necessidade de restrição nas despesas do Governo, indicando que não haverá renovação de frotas protocolares para aquisição ou aluguer de imóveis para fins residenciais no país ou no exterior, como parte das medidas que serão incorporadas na elaboração do OGE para 2024.

Ao nível sabemos que o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) terá uma redução de 14 para 7% nos produtos alimentares e para 5% os produtos da cesta básica, Além disso, sabemos que as empresas que importem máquinas, equipamentos para a indústria, agricultura, por exemplo, poderão deduzir até doze (12) meses o IVA de importação.

Vamos conhecer o OGE 2024 em Novembro, mais do que provavelmente na próxima Terça ou Quarta-feira, no final do mês de Outubro, já a 'queimar' os prazos para entrega, mas especialmente, para análise deste tão importante documento e que culmina com a aprovação global final até dia 15 de Dezembro de 2023. Nestes dias que antecedem a entrega desta 'ferramenta' na Assembleia Nacional, aprovado primeiro na Comissão Económica do Conselho de Ministros. Este tempo alimenta expectativas com as novidades que o novo ano pode trazer para as famílias e para as empresas. Este ano não é excepção.

Curiosamente, a efectiva execução dos orçamentos passa quase sempre a margem da bolha mediática, quando apresentada é apresentada e discutida no Parlamento. De facto, é espantoso que a Conta Geral do Estado, que nos revela o que foi verdadeiramente feito e executado do Orçamento do Estado, mereça tão pouca atenção tenha, quando é - de resto - bem mais fidedigno do que as meras intenções e

proclamações que vão sendo feitas durante a discussão orçamental.

É através da Conta Geral do Estando que se sabe, por exemplo, que no ano de 2022 houve Despesa Pública por executar, em que sectores, projectos, etc. Seria manifestamente relevante que se desse a devida importância a discutir o que foram as execuções dos orçamentos, pelo menos, com o mesmo grau de atenção mediática com que se discutem as propostas de orçamento.

Um segundo aspecto que me parece importante destacar é o resultado concreto das opções feitas. Por muito que seja relevante a discussão de medidas pontuais, e da mais elementar importância olhar para o que tem sido o produto das escolhas feitas até aqui.

Um dos exemplos mais paradigmáticos é a área da Saúde. Ainda que as Despesas para a área social tenha vindo a crescer nos últimos seis anos, que contempla despesas também na Educação, contudo, quando verificamos aonde e realizada a despesa com mais percentagem da previsão no OGE, geralmente é feita nos ministérios do Interior e no ministério da Defesa Nacional. A título de exemplo, nos primeiros seis meses do ano, a área da ordem pública e da defesa, a 30 de Junho, já consumiram 75% da receita prevista.

Por sua vez, nas áreas da Saúde e da Educação, apenas 38% no mesmo período. Aqui tudo indica que os ministérios da Defesa e Ordem e dada uma dotação orçamental abaixo das suas reais necessidades e há sempre mais a frente no tempo dotação orçamental suplementar.

Uma das áreas que me preocupa, a Saúde, no discurso do Presidente da República na Assembleia Nacional, no dia 16 de Outubro, por conta da Sessão Solene de Abertura do Ano Parlamentar com a leitura do Discurso do Estado da Nação, o Presidente comunicou que Angola tem 3.335 infraestruturas de Saúde em todas as províncias.

Será que temos um Sistema Nacional de Saúde (SNS) Com o aumento da fatia do OGE para a Saúde não se traduz na existência formal de um SNS no país. Não se traduz na vida dos angolanos o reforço orçamental na Saúde. Não há outra conclusão a tirar que não seja a de que há problemas sérios de gestão, que sem reformas adequadas (exemplo: a criação de um SNS). Precisamos de tratar da 'saúde' da Saúde, principalmente na humanização de todos os profissionais do sector e construir infraestruturas para albergar as famílias que passam o dia e noite à beira das unidades de saúde.

Há muito a fazer por esta área social da nossa população e o OGE tem um papel fundamental. Em todas as áreas, mas dando primazia ao sector privado e os OGEs são prova viva para uma nova identidade nesta economia que se quer mais economia de mercado, com mais empresários e menos Estado.

4.8 FMI elogia determinação de Angola na retirada do subsídio aos combustíveis

Jornal Economia e Finanças
3 De Novembro de 2023

O representante do FMI para Angola elogiou a determinação do Governo angolano no processo de retirada do subsídio aos combustíveis, apesar da sua complexidade.

Victor Duarte Lledo referiu que o sucesso desse processo passa pela adopção de medidas de mitigação, que no caso de Angola é basicamente a expansão do sistema de transferências directas do Kwenda, programa do Executivo angolano que visa criar políticas de apoio as famílias mais pobres e em situação de vulnerabilidade.

"É muito importante que esse processo continue, que seja abrangente, que inclua comunidades como também comunidades urbanas", salientou o responsável, defendendo que a distribuição abranja as camadas mais vulneráveis da população.

Por sua vez, a directora-adjunta do departamento africano do FMI, Cathy Pattillo, destacou a comunicação, a transparência "e convencer as pessoas de que o dinheiro poupado vai ser usado com algo que as beneficie" como principais factores de sucesso para o processo.

O Governo angolano retirou, em Junho passado, o subsídio a gasolina, um processo cuja implementação será gradual, com o Presidente de Angola, João Lourenço, a reafirmar que vai continuar "de forma suave e gradual", porque a situação é "incomportável para qualquer economia".

Cathy Patillo sublinhou que esta é uma reforma política complexa, salientando que alguns países decidem retirar repentinamente e outros optam por um processo mais gradual.

"Uma coisa que é comum nessas reformas é olhar para os vários produtos de forma diferente, atacar produtos consumidos pelas famílias, primeiro, e outros produtos, como o petróleo iluminante, faz-se mais tarde e certifica-se que se faz tudo para que as

transferências monetárias sejam efetuadas para de facto compensar a retirada desses subsídios, portanto, o ritmo depende muito do produto", salientou.

Já o chefe de Divisão de Estudos Regionais do Departamento Africano do FMI, Luc Eyroud, reforçou que o conselho da instituição financeira não é só como implementar, mas que seja feito quando estiver garantido o sistema de protecção social.

Segundo Victor Duarte Lledo, no caso específico de Angola, o processo deve ser gradual, porque há necessidade de se colocar "o sistema de protecção social a funcionar bem".

"Uma coisa que é muito importante nas próximas fases é uma boa comunicação também. É super importante seguir comunicando ao público de uma forma geral o por que da eliminação, quão custoso são os subsídios aos combustíveis, pelo espaço fiscal que tiram da área social-em Angola o subsídio está acima da educação e saúde -, isso é uma coisa que tem que ser enfatizada", declarou.

Relativamente ao crescimento económico angolano para 2024, cujas perspectivas governamentais apontam para 2,8 por cento, Victor Duarte Lledo disse que está em reavaliação, lembrando que 2023 não foi muito fácil devido a quebra de expectativas da produção petrolífera nacional, "que se prolongou um pouco mais do que se esperava", com efeitos em 2023.

"Desde o nosso artigo quatro já revisamos para baixa o crescimento de 2023. A nossa expectativa é que em 2024 - como essa é uma economia em que o petróleo faz uma força muito grande e tem impacto não só sobre o sector petrolífero como também sobre o PIB não petrolífero a normalização da produção doméstica [petrolífera] irá ajudar a retomada do crescimento, tanto no sector petrolífero quanto no não petrolífero", sublinhou o responsável, que preferiu não adiantar um número específico.

4.9 OGE 2024 Perspectivas

Jornal Economia e Finanças
3 De Novembro de 2023

O contexto conjuntural como a Pandemia da Covid - 19, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, os conflitos no médio oriente impactaram e ainda impactarão a economia mundial. O PIB mundial baixará para um crescimento de 2,9 por cento em 2024 comparativamente ao crescimento de 2023 de 3,0 por cento.

Para a economia angolana perspectiva-se a descida da inflação actual de 17,8% para 15,3 por cento para o ano de 2024 que ainda assim é uma inflação bastante alta, porque o custo de bens e serviços continuarão altos, a cesta básica e o custo de vida manter-se-ão altos.

Apesar de se perspectivar um crescimento do sector não petrolífero na ordem dos 4,6 por cento é imperioso que se diversifique de forma pragmática para então estarmos prontos para as oscilações que poderão surgir nos mercados internacionais e não só. O OGE 2024 está estimado em 24,7 bilhões de Kwanzas representando um aumento de perto de 22,9 por cento comparativamente ao OGE do ano de 2023, mas sem grandes impactos devido a absorção dos custos relacionados a dívida pública que incluindo juros fica em torno de 57 por cento. É uma percentagem muito alta que de certa forma prejudica a materialização de projectos sociais (educação e saúde), investimentos públicos, vetando assim os bons ventos de crescimento e desenvolvimento económico quando pensamos que apenas serão canalizados 43 por cento para o efeito.

De acordo os números 2024 será um ano que não dá muitas perspectivas de alegria porque boa parte da receita estimada será para pagar dívidas. O custo de vida continuará alto e não há grandes medidas animadoras para a diversificação económica de facto.

O que podemos fazer?

É em tempos de dificuldades que aparecem os heróis, nesta ordem de ideias:

CIDADÃOS: As pessoas de uma forma geral precisam de construir uma mente de poupança bem assertiva, ter o domínio básico de educação financeira para então puderem racionalizar e rentabilizar aquilo que conseguirem;

EMPRESAS: As empresas precisam desenvolver planos de contingência bem apurados, planeamento estratégico para puderem entender e compreender que diante de crises também se podem encontrar oportunidades, ajudara a perceber também o ciclo de vida dos seus produtos e a desenvolverem estratégias funcionais;

GOVERNO: Quanto ao governo precisa abrir uma bolsa de oportunidades que se podem materializar por certas facilidades a fim de proporcionarem maiores motivações aos empreendedores e empresários. Direcionar a medicação certa para os doentes, por exemplo ao abrir uma linha de financiamento para determinado segmento da economia identifica os agentes que já trabalham no

sector, visitar-lhes e que estes sejam a prioridade, assim ganharemos eficiência e facilmente a diversificação se fará sentir, bem como também reduzirá bastante a saída de cérebros no país para o exterior. Outro factor que inibira a imigração de quadros e dar espaço aos especialistas nacionais a fim de contribuírem com os seus conhecimentos para melhoria do cenário económico e social pois que muitos destes dominam a economia real e sentem na pele as dores.

4.10 Previsões de crescimento económico e as incidências do OGE/2024

Jornal de Angola

5 De Novembro de 2023

Texto: Waldina de Lassalet e Isaque Lourenço

Nesta perspectiva, os economistas Pedro Kuassa, decano da Faculdade de Economia da Universidade Lusíada de Angola, bem como Redento Maia, decano da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, partilharam a sua visão em torno das previsões apresentadas. O economista Abraão Hungulo foi ouvido em torno da proposta de OGE submetida pelo Governo à Assembleia Nacional.

OGE 2024: O que fazer?!...

Abraão Hungulo

O contexto conjuntural como a pandemia da Covid - 19; a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e os conflitos no Médio Oriente impactaram e ainda impactarão a economia mundial. O PIB mundial baixará para um crescimento de 2,9 por cento em 2024 comparativamente ao crescimento de 2023 de 3,0 por cento.

Para a economia angolana perspectiva-se a descida da inflação actual de 17,8 por cento para 15,3 por cento para o ano de 2024, que ainda assim é uma inflação bastante alta, porque o custo de bens e serviços continuarão altos, a cesta básica e o custo de vida manter-se-ão altos.

Apesar de se perspectivar-se um crescimento do sector não petrolífero na ordem dos 4,6 por cento, é imperioso que se diversifique de forma pragmática para então estarmos prontos para as oscilações que poderão surgir nos mercados internacionais e não só.

O OGE /2024 está estimado em 24, 7 bilhões de kwanzas, representando um aumento de perto de 22,9 por cento comparativamente ao OGE do ano de

2023, mas sem grandes impactos devido à absorção dos custos relacionados à dívida pública, que incluindo juros fica em torno de 57 por cento. É uma percentagem muito alta que de certa forma prejudica a materialização de projectos sociais (Educação e Saúde), investimentos públicos, vetando assim os bons ventos de crescimento e desenvolvimento económico quando pensamos que apenas serão canalizados 43 por cento para o efeito.

De acordo com os números, 2024 será um ano que não dá muitas perspectivas de alegria, porque boa parte da receita estimada será para pagar dívidas. O custo de vida continuará alto e não há grandes medidas animadoras para a diversificação económica de facto.

O que podemos fazer?

É em tempos de dificuldades que aparecem os heróis, nesta ordem de ideias:

CIDADÃOS: As pessoas de uma forma geral precisam de construir uma mente de poupança bem assertiva; ter o domínio básico de educação financeira para então poderem racionalizar e rentabilizar aquilo que conseguirem;

EMPRESAS: As empresas precisam desenvolver planos de contingência bem apurados, planeamento estratégico para poderem entender e compreender que diante de crises também se podem encontrar oportunidades, ajudar a perceber também o ciclo de vida dos seus produtos e a desenvolverem estratégias funcionais;

GOVERNO: Quanto ao Governo, precisa abrir uma bolsa de oportunidades que se podem materializar por certas facilidades a fim de proporcionarem maiores motivações aos empreendedores e empresários. Direcção a medicação certa para os doentes, por exemplo ao abrir uma linha de financiamento para determinado segmento da economia, identificar os agentes que já trabalham no sector, visitar-lhes e que estes sejam a prioridade. Assim, ganharemos eficiência e, facilmente, a diversificação se fará sentir, bem como também reduzirá bastante a saída de cérebros no país para o exterior.

Outro factor que inibirá a imigração de quadros é dar espaço aos especialistas nacionais a fim de contribuírem com os seus conhecimentos para a melhoria do cenário económico e social, pois muitos destes dominam a economia real e sentem na pele as dores do dia-a-dia. *Economista e consultor em Gestão Empresarial.

"É necessário haver uma combinação de políticas no campo fiscal"

Pedro Kuassa*

Quando se fala de projecções de crescimento tanto da desaceleração do nível de actividade económica no contexto da economia em Angola, fala-se fundamentalmente da actividade da indústria de petróleo, mas, acredito que a previsão foi feita pensando na economia como um todo. Para que se possa alcançar o crescimento é necessário a promoção de questões associadas ao consumo. Falar que a economia deve crescer em 2024, estamos a falar de uma projecção em curto prazo e o crescimento económico em curto prazo é promovido por questões associadas fundamentalmente à demanda, ou seja, é preciso aquecer o consumo e até ao momento o Governo tem vindo a tomar medidas boas no sentido de tentar reaquecer o consumo e consequentemente a demanda agregada. Vimos recentemente a proposta do Governo que visa reduzir o IVA sobre os produtos da cesta de consumo, de 14 para 7 por cento, espera-se que isso possa se reflectir na redução dos preços e consequentemente no aumento do consumo e da economia como um todo.

Olhando para a conjuntura actual, para que se possa acelerar a economia é necessário haver uma combinação de políticas, no campo fiscal. Já existem medidas como a redução mencionada acima. Entretanto, é necessário haver uma combinação no campo da política monetária e aqui entramos na questão da taxa de câmbio que em Angola é instável.

O estágio que o país se encontra é de fraco desenvolvimento produtivo o que faz com que a cesta de consumo do país seja composta fundamentalmente de produtos importados, fazendo com que o nível de preços lá fora tenha muito impacto com os preços internamente. Vamos ver que é necessário o Banco Central estabilizar a taxa de câmbio.

Pode ser feito de várias maneiras, é preciso repensarmos em que medida o regime cambial flutuante que usamos é adequado para seguirmos trabalhando com este regime ou então adoptarmos uma taxa de câmbio não fixa, não flutuante, mas uma taxa de câmbio de bandas onde o Banco Central estabeleceria uma faixa de oscilação de câmbio para mais e para menos.

Decano da Faculdade de Economia da Universidade Lusíada de Angola

"Temos condições de acelerar o crescimento no sentido que haja de facto produção na economia"

Redento Maia

Falar de crescimento económico e de desenvolvimento tem a ver com o aumento da produção e o aumento de emprego. E, para isso, é preciso fazerem-se investimentos em todos os sectores da actividade económica para que esses investimentos possam gerar rendimentos.

Para que se alcance a previsão do FMI, o Governo deve, rapidamente, aumentar os investimentos às pequenas e grandes produções internas para a diversificação da economia. Se continuarmos com a exportação de um único produto, não vamos alcançar grandes resultados.

A situação actual que o país vive é reflexo do contexto internacional, mas temos condições de acelerar o crescimento no sentido que haja de facto produção na economia nacional.

Digo, existe produção em todo o território, a agricultura está presente, talvez esteja a morrer devido à situação das divisas, mas temos muitos sectores da economia, sobretudo a agricultura que garante o sustento nacional. Podemos viver apenas com produtos da agricultura, não precisamos de muitas coisas para ir além se conseguirmos estimular a economia, os pequenos produtores e sobretudo a agricultura.

As previsões de crescimento para 2024 são previsões muito teóricas. Com a situação económica em que o país vive agora, não podemos de maneira nenhuma augurar que em um ano possamos ultrapassar rapidamente a situação.

Devemos apostar, estimular a produção e o Governo tem essa função exactamente de criar condições para que haja crescimento, diversificação da economia começando pela agricultura e depois usar os rendimentos do petróleo para poder fornecer recursos para os outros sectores da economia.

Decano da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto

4.11 Orçamento Geral do Estado prevê crescimento de 2,8 por cento do PIB

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2023

Texto: Edna Dala

No documento, a ser apreciado pelos deputados da 5ª Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, o Executivo projecta que a economia angolana recupere o seu crescimento em 2024, apesar do contexto internacional ainda difícil, caracterizado pela prevalência de incertezas geopolíticas e geoeconómicas, bem como por uma política monetária ainda restritiva dos principais bancos centrais.

As projecções económicas para o próximo ano foram preparadas na base de um preço médio do barril do petróleo de 65 dólares e uma produção petrolífera média diária de 1 milhão e 600 mil barris de petróleo.

O Executivo prevê que o crescimento do PIB assente "única e exclusivamente no sector não petrolífero", com uma evolução de 4,6 por cento, enquanto a produção petrolífera deve registar uma queda de 2,6 por cento.

Entregue ao Parlamento a semana passada, pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, a proposta comporta receitas e despesas estimadas em 24,7 biliões de kwanzas. Do valor global previsto no Orçamento Geral do Estado, 40 por cento serão encaminhados para o pagamento da dívida, ficando o sector social com 20 por cento do montante. O instrumento, que entra agora na fase de discussão, assegura a inclusão do género, revelando um montante de 11,53 mil milhões de kwanzas para garantir a inclusão económica e social das mulheres.

O Governo considera o OGE para o exercício económico 2024 equilibrado que procura atender os objectivos e metas constantes do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN). O mesmo contempla políticas que vão permitir prosseguir um percurso do estímulo, particularmente a produção nacional, sobretudo, na segurança alimentar.

4.13 Parlamento inaugura hoje discussão para aprovação do OGE 2024

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2023

Texto: Paulo Caculo

A Assembleia Nacional dá hoje início, às 9 horas, na Sala do Plenário, às sessões de discussão e votação, na generalidade, da Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE), para o Exercício Económico de 2024.

A sessão parlamentar enquadra-se na 1ª Reunião Plenária Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da V Legislatura da Assembleia Nacional, devendo ser precedida das habituais declarações políticas.

Com receitas estimadas em 24 biliões de kwanzas e despesas fixadas em igual montante, a proposta do OGE para 2024 prevê, entre outros, um aumento salarial na Função Pública na ordem de 5 por cento.

As projecções económicas para o próximo exercício económico foram calculadas na base de um preço médio do barril de petróleo de 65 dólares e uma produção petrolífera média diária de 1 milhão e 60 mil barris.

Relatório Parecer do IVA

O Parlamento aprovou, ontem, com 27 votos a favor, oito abstenções e nenhum contra, o Relatório Parecer Conjunto, que autoriza a Proposta de Lei, que altera o Código de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

O diploma, submetido à análise e votação na especialidade, pela 1ª e 5ª Comissões, antes da votação final global, agendada para amanhã, introduz ajustes substanciais, que perseguem como objectivos congregar num único documento toda a legislação dispersa que versa sobre o IVA, com realce para os inúmeros instrumentos jurídicos de eficácia interna.

A principal novidade do documento prende-se com a redução de 14 para 5% da taxa de incidência do IVA, em todos os bens alimentares, com excepção da província de Cabinda, que passa a ter uma taxa única de incidência do IVA, na ordem de 1%, tendo em conta, o Regime Especial em vigor na respectiva região.

De igual modo, o diploma compreende a introdução de um conjunto de procedimentos que visam conferir maior flexibilidade, eficiência e justiça ao imposto, no

âmbito do processo de liquidação, declaração, pagamento e reembolso dos créditos do IVA.

Reembolso do IVA

No que ao reembolso do IVA diz respeito, o documento esclarece que serve, única e exclusivamente, para assegurar os pagamentos correspondentes aos pedidos de reembolsos legalmente autorizados, não podendo ser usada para fins diversos, sendo a criação e gestão da conta de reembolso de competência da Administração Geral Tributária.

Os saldos ociosos podem ser aplicados em instrumentos financeiros, sem riscos de racionalidade económica e financeira, de-vendo os juros resultantes reverterem a favor da própria conta de reembolso.

A falta ou atraso na submissão electrónica da declaração mensal exigível implica, para o infractor, o pagamento de coima no valor de 600.000.00 (seiscentos mil kwanzas) por cada infracção, devendo a coima prevista ser elevada ao dobro, em cada três meses, sempre que a declaração em falta não for submetida.

A falta de liquidação, liquidação inferior à devida ou liquidação indevida do imposto em factura, bem como a falta de entrega, total ou parcial, do imposto devido, segundo o diploma, aplica-se à penalidade prevista no Código Geral Tributário, referente à falta de pagamento de tributo.

O disposto, lê-se ainda no documento, aplica-se, igualmente, aos casos de atraso ou falta de entrega do imposto cativo ou que não tenha sido cativo, bem como à falta de declaração do imposto a favor do Estado e aos casos de dedução indevida.

Declaração de voto

A UNITA absteve-se da votação do Relatório Parecer Conjunto que aprova o Projecto de Lei de alteração do Código do IVA. O deputado Manuel da Fonseca justificou o posicionamento, com o facto de o partido não ter visto acolhida a sua proposta de redução para IVA zero.

"Gostávamos que os produtos essenciais que fazem parte da cesta básica fossem zerados em termos de Imposto de Valor Acrescentado", disse, lamentando a rejeição do Executivo.

"A UNITA clarificou o seu voto com a abstenção. A nossa proposta é uma medida patriótica, porque, realmente, o país está num momento de crise e as famílias fazem um tremendo esforço, e era muito

bom se o IVA estivesse a zero para os produtos de primeira necessidade”, sustentou.

A deputada do MPLA, Aia-Eza da Silva Troso, esclareceu que os parlamentares afectos ao partido maioritário acolheram a proposta do Executivo, em virtude de concordarem com as justificativas avançadas no Parlamento pela ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa.

De acordo com a também presidente da 5ª Comissão da Assembleia Nacional, em termos de sustentabilidade de finanças públicas, "taxar zero a produtos de grande consumo vai significar que esta receita não entre para as contas públicas", sublinhando que, em consequência disso, "menos dinheiro vai ter o Estado para poder fazer a despesa que lhe compete". Numa altura em que a principal receita pública, que é a petrolífera, tem grande instabilidade, acrescentou Aia-Eza da Silva Troso, é "muito perigoso" estar a reduzir a receita não petrolífera.

4.14 Vera Daves defende racionalização das despesas para a sustentabilidade do Orçamento de 2024

Jornal de Angola

16 De Novembro de 2023

Texto: Garrido Fragoso

Ao apresentar aos deputados a Proposta do OGE para o exercício económico do próximo ano, Vera Daves referiu-se, também, à necessidade de se racionalizar subsídios e suspender alguns direitos e regalias, cujos encargos são suportados com recursos ordinários do Tesouro. Ainda na perspectiva de se investir, cada vez mais, na economia e nas empresas, a ministra defendeu a redução dos custos com consultorias externas e o reforço da actuação da gestão activa da dívida.

Aos parlamentares, a ministra lembrou sobre a necessidade de se assegurar que os "filtros" do Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN) funcionem em estreita articulação com o Ministério da Economia e Planeamento, sobretudo no capítulo da priorização da inclusão de projectos na carteira de investimentos públicos.

"Queremos fazer uma forte aposta na produção nacional visando o reforço da segurança alimentar", declarou a ministra das Finanças, ao anunciar a libertação de liquidez para os fornecedores do Estado com um montante previsto de 238 mil milhões de

kwanzas, direccionados, sobretudo, ao pagamento da dívida interna atrasada, constituída entre 2013-2019. Sublinhou que toda a dívida interna atrasada, constituída a partir de 2020, deverá ser regularizada com orçamento corrente das unidades orçamentais.

Vera Daves lembrou, a propósito, que os projectos com execução física concluída e financeira por concluir devem, também, ser pagos com recurso ao orçamento corrente das unidades orçamentais. Anunciou, ainda, a pretensão de capitalizar os "veículos" públicos de financiamento à economia com 147.26 mil milhões de kwanzas e as iniciativas empresariais privadas com 330 mil milhões. Esta última visa a emissão de garantia soberana para estimular o crescimento económico.

Para fortalecer o rendimento dos funcionários e melhorar a condição social dos cidadãos, Vera Daves anunciou o aumento dos salários brutos dos funcionários públicos à ordem de 5 por cento, a isenção do IRT nos salários dos cidadãos que auferem até 100 mil kwanzas, a criação do Fundo Nacional de Emprego, com uma capitalização inicial de 10 mil milhões de Kwanzas, bem como a contínua aposta em programas sociais como Kwenda.

Orçamento equilibrado e superavitário

Vera Daves considerou o OGE-2024 "equilibrado e ligeiramente superavitário", acrescentando que a previsão é encerrar 2024 com um rácio das dívidas governamental de 69,2 por cento e pública de 72,6 por cento.

A ministra das Finanças apontou a volatilidade do preço do barril de petróleo, a queda da produção petrolífera, mal crescimento do PIB, depreciação cambial, as tensões geopolíticas e o baixo acesso ao financiamento externo, como alguns dos principais riscos à execução do OGE-2024.

A governante disse prever um crescimento negativo do sector petrolífero, mas que deverá ser compensado pelo aumento positivo do sector não-petrolífero. Informou que a taxa aguardada de crescimento do PIB é de 2,8 por cento.

Segundo a titular da pasta das Finanças, o orçamento para o próximo ano foi elaborado ao preço de referência de 65 dólares o barril e na base de uma produção petrolífera diária à ordem de 1 milhão e 60 mil barris, salientando a antevisão para o fecho do exercício a uma taxa de inflação de 15,3 por cento.

As despesas do OGE-2024 são estimadas em 24.7 biliões de Kwanzas. No capítulo da distribuição funcional das mesmas, cabe ao sector social 4.9 biliões de kwanzas; serviços públicos gerais 2.2

biliões; defesa, segurança e ordem pública 1.7 biliões, enquanto ao sector económico foram cabimentados 1.2 biliões de Kwanzas.

As despesas com o pessoal, bens e serviços, transferências, capital, e juros da dívida são de 3, 2.6, 1.8, 2.6 e 4.5 biliões de Kwanzas, respectivamente.

4.15 Estamos mais pobres

Jornal Expansão

17 De Novembro de 2023

Defender que o OGE 2024 "presta uma atenção especial redução das desigualdades sociais e à protecção do rendimento das famílias e dos trabalhadores" quando próprios e um aumento de 5% nos ordenados dos funcionários num ano que vai fechar com uma inflação superior a 18% e, no mínimo, carícatos. Em termos práticos, as famílias perdem no mínimo 13% do poder de compra. Se juntarmos a isto a desvalorização de 40% do kwanza e o impacto que significa nas poupanças das famílias, rapidamente concluímos que a quase totalidade dos angolanos estão mais pobres. Muito mais pobre.

Claro que há uma pequena faixa de cidadãos que tem como fonte dos seus rendimentos algumas instituições públicas, onde na verdade as chefias acabaram por ser compensadas com o aumento de subsídios e prémios, o que lhes permitiu manter o nível de vida. Mas na sua generalidade, os cidadãos que vivem do seu trabalho, sem recorrer a desvios e 'gasosas', perderam poder de compra, vivem com mais dificuldade, e a situação não vai melhorar no próximo ano. Por isso é que vimos partir muitos dos nossos jovens quadros qualificados para outros países.

O OGE 2024, como já explicamos em várias vezes que temos feitos, continua a privilegiar a Defesa e Segurança, o pagamento da dívida, além de prever o recurso a muito mais dívida, que tem que ser paga pelas gerações futuras. Mas se formos analisar a executiva do Orçamento de 2023, a situação é ainda mais preocupante. Os cortes foram feitos fundamentalmente nos sectores Social e Económico, que significa piores condições para a população e mais dificuldade em alavancar o crescimento do País.

Os cidadãos estão a empobrecer, a população está a viver pior, e com esta realidade sempre presente que devem ser tomadas as tais medidas estruturantes. Não devemos olhar para fora, mas para dentro. Temos que nesta fase construir o País a partir de dentro, e na verdade tem sido anunciadas algumas medidas para a protecção da actividade económica nacional,

curiosamente todas com aplicações a partir de 2024, mas também temos de olhar para os salários. Para os rendimentos dos que o estado e que guardam as suas poupanças no País, porque é a única forma de criar um consumo interno capaz de suportar o desenvolvimento económico e a redistribuição da riqueza. Ter 10 milhões de pessoas com 500 mil Kz não é a mesma coisa que ter 9 milhões com 50 mil Kz e 1 milhão com 4,55 milhões Kz. Embora estatisticamente seja o mesmo.

É o efeito na economia e também muito diferente. Porque estes 9 milhões vão ter de utilizar outros esquemas e rendimentos para sobreviver, e o outro milhão vai exportar as poupanças para fora, comprar casas e roupas caras no estrangeiro, e retirar o dinheiro da nossa economia. Não podemos continuar a alimentar este enorme fosso entre uns, poucos, que estão cada vez mais ricos e a quase totalidade dos angolanos, que estão cada vez mais pobres. É ter como medida-bandeira para promover justiça social, aumentar os ordenados em 5%. Francamente ...

4.16 Assembleia Nacional aprova OGE 2024 na generalidade, discussão segue para especialidade

Jornal Expansão

17 De Novembro de 2023

Parlamento aprovou esta quarta-feira, na globalidade, a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2024.

Sem abstenções, o OGE foi aprovado com III a favor do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Partido de Renovação Social (PRS) e Partido Humanista de Angola (PHA), e 74 votos contra da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

A proposta de OGE segue agora para discussão na especialidade. Neste âmbito, nesta sexta-feira, acontecem os encontros, separados, entre as dez Comissões de trabalho especializadas e os parceiros sociais para a recolha de contribuições, com vista a melhoria do documento do Executivo, segundo a notícia divulgada no site da Assembleia Nacional.

O Grupo Parlamentar do MPLA justifica o voto favorável por considerarem que a proposta do OGE contém as bases para a harmonização política, democrática, económica e social, factores fundamentais que se pretendem para Angola em

construção, uma declaração feita pela deputada do MPLA Susana Melo.

"O Grupo Parlamentar do MPLA votou a favor porque tem o compromisso com o povo que nos elegeu. A direcção da UNITA vem demonstrando ódio pelo povo angolano", afirmou Susana Melo. Por sua a UNITA votou argumenta que contra porque "com este OGE, a vida dos angolanos vai piorar" e "os que roubam vão continuar a roubar".

"O Grupo Parlamentar da UNITA não vai dar o seu voto institucional a um OGE que vai prejudicar a população", disse a deputada Mihaela Webba que leu a declaração do Grupo Parlamentar da UNITA.

O maior instrumento de gestão macroeconómica do País foi elaborado ao preço médio ponderado do barril de petróleo de 65 USD, uma produção petrolífera média diária de um milhão e 60 barris e uma taxa de inflação de 1,5,3%.

O documento prevê despesas e receitas de 24,7 biliões Kz, em que 14,7 biliões Kz correspondem ao pagamento de amortizações e juros da dívida pública. Apresenta um Saldo Fiscal Global Superavitário de 17,4 mil milhões Kz, correspondente a 0,02% do Produto Interno Bruto (PIB) e aponta a um saldo primário (resultado das contas públicas excluindo os juros) positivo na ordem dos 6,2% do PIB.

Dívida pública Insustentável

Assim, para a UNITA, o "círculo vicioso" da dívida "insustentável para financiar prioridades erradas" está a levar o país "ao abismo". O Orçamento do próximo ano "é perigoso", porque "não se baseia na realidade e na sua execução, como tem sido prático, não vai obedecer aos princípios da transparência, da boa governação e da responsabilização", afirmou o político do maior partido da oposição angolana na sessão plenária de discussão na generalidade da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2024.

Entretanto, o presidente da República, João Lourenço, lida pelo Ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, declarou chefe de Estado na sua mensagem ao Parlamento, que a conjuntura económica atual obrigou a limitação dos gastos públicos, nomeadamente os relacionados com investimentos dependentes dos recursos ordinários do tesouro, sofrendo um impacto negativo sobre o desenvolvimento do setor privado e a condição de vida dos angolanos, tendo, contudo, sido assegurado os apoios aos mais vulneráveis. Apesar do início da redução parcial dos subsídios aos combustíveis, João

Lourenço, referiu que estima-se que o custo para as contas públicas no ano em curso se situe no dobro do valor inserido no OGE 2023 "claramente um valor insustentável".

4.17 Executiva reserva 49 mil milhões de kwanzas para preparação e implementação das autarquias

Jornal O PAÍS

17 De Novembro de 2023

Com receitas e despesas estimadas em 24.7 biliões de wanzas, e rojeccoes feias com base no preco medio do barril de petróleo de 65 dólares, o OGE-2024 preve receitas para a construção de infra-estruturas autarquicas, com um valor estimado em 13. 549. 030. 650. 00, ao passo que o Executivo reserva para preparação e implementacao das Autarquias 49. 000. 000. 000. 00 (quarenta e nove mil milhões de Kwanzas).

Dado o cenário, sendo que o mesmo já foi aprovado na generalidade esta semana, políticos e analistas em questões politicas não antevem a realização delas para breve, uma vez que falta a aprovação da proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais em Angola, para completar o pacote legislativo, depois de já aprovadas a Lei sobre o Regime Geral de Cooperação Interautarquica e da Lei do Estatuto dos Titulares dos Orgãos Autarquicos.

Assim sendo, sem esse instrutivo legal fica condicionado a convocação das eleições, Assim, fica adiado o "sonho" para eleições em 2024, como aspiravam os partidos politicos com e sem assento parlamentar, assim como de cidadãos que auguravam em concorrer para uma camara municipal fora da ligação dos partidos políticos tal como acontece nas eleições gerais, em que estes devem integrar uma lista partidária.

Desse modo, sem aprovação da ultima lei ficam goradas as expectativas para a efectivação das eleições autarquicas. O Titular do Poder Executivo, João Manuel Goncalves Lourenço, por sua vez, e aquando da apresentação do Estado da Nação a propósito da abertura do IIº ano Parlamentar da Vª legislatura, atribuiu essa responsabilidade a Assembleia Nacional.

Do lado do Executivo, tal como referenciou o Chefe de Estado, há reformas na administração local do Estado para reforçar a sua organização e a sua capacidade institucional, para que promova uma governação cada vez mais participativa e para que esteja mais bem preparada para os desafios da

descentralização administrativa resultante do processo de institucionalização das autarquias locais. "Estão concluídas as primeiras duas infra-estruturas administrativas e autárquicas e mais seis estão em construção, assim como 34 complexos residenciais administrativos para facilitar a colocação de quadros nos municípios e 32 assembleias municipais", anunciou o Presidente da República, acrescentando que "estão em fase final os trabalhos para alteração da divisão político-administrativa, perspectivando-se, numa primeira fase, a criação de mais duas províncias, uma através do Moxico e outra pelo Cuando Cubango"

"Por sinal as duas maiores províncias do país, e o aumento do número de municípios em todas as províncias. Com este exercício teremos o poder administrativo mais próximo dos cidadãos e mais capaz de abordar a resolução dos problemas das comunidades", salientou João Lourenço.

Partidos políticos

Sem o pacote legislativo aprovado, o Presidente da República não pode convocar eleições autárquicas, referiu fonte deste jornal. Ainda assim, o presidente da Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), Manuel Fernandes, em declarações a O PAÍS, disse que o cenário não o surpreendeu, país não esperava que haveria eleições apesar de estar consagrado desde o primeiro projecto de Lei Constitucional de 1992.

Para o político, há falta de interesse do Titular do Poder Executivo para que esse desiderato ocorra. "O MPLA tem de partilhar o poder", sentenciou Manuel Fernandes, rebatendo que "a culpa pela não realização das eleições e do Chefe do Executivo e não da Assembleia Nacional", porque, segundo justificou o político, "os deputados do MPLA estão amarrados as ordens do Presidente da República".

UNITA

Já o deputado Alcides Sakala, da UNITA, lamentou o facto de o MPLA continuar a adiar a vontade do povo e de um direito constitucionalmente consagrado, no âmbito da descentralização político-administrativa, que compreende a existência de formas organizativas do poder local

Outro deputado da oposição, membro do Bloco Democrático, mas alistado a UNITA através da Frente Patriótica Unida (FPU), ouviu Kilumbu, entende que a construção de infra-estruturas autárquicas que o Executivo prioriza não tem legitimidade por não resultar de consulta aos cidadãos,

MPLA chefe de legalidade

o deputado do grupo parlamentar do MPLA e relator do Orçamento Geral do Estado- 2024, João Mpilamosi Domingos, esclareceu, em defesa do seu partido, que a Assembleia Nacional ao receber a proposta do OGE procura olhar apenas para os aspectos técnicos elegais.

Neste sentido, de acordo com o relatório do OGE-2024, na proposta não foram registadas irregularidades técnicas, nem ilegais. De resto, esclareceu mais uma vez, que quem controla as finanças e o Executivo, que também é o que define as prioridades do país.

"Se não há verbas para a realização das eleições autárquicas, e o Executivo que, em sede da discussão do Orçamento Geral do Estado, deve dar as devidas explicações a respeito", finalizou Mpilamosi Domingos.

Apmposta

A proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado 2024 concretiza as orientações de política económica do Executivo consagradas no Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027. É elaborada de acordo com as disposições do artigo 104º da Constituição da República de Angola e a Lei nº 15/10, de 14 de Julho de 2010, Lei do Orçamento Geral do Estado.

Apresenta a estimativa de todas as receitas a arrecadar pelo Estado e fixa o limite de despesas autorizadas para todos os serviços centrais, institutos públicos e órgãos locais, fundos autónomos e segurança social, em respeito aos princípios da unidade e da universalidade do OGE.

4.18 Impacto da redução dos subsídios aos combustíveis

Jornal Economia e finanças
17 De Novembro de 2023

o Chefe de Estado disse que, não obstante ter-se iniciado a redução parcial dos subsídios aos combustíveis, estima-se que, o custo para as contas públicas este ano se situe no dobro do valor inserido no OGE de 2023, "claramente um valor insustentável", João Lourenço sublinhou que "este contexto adverso" levou a um crescimento da economia inferior ao previsto, originando uma oferta menor de bens, aumento dos preços, subida de custos e a redução da arrecadação fiscal, limitação dos gastos públicos, nomeadamente os relacionados com os investimentos dependentes dos recursos

ordinárias do Tesouro, resultando num impacto negativo sobre o sector privado e a condição de vida dos cidadãos. Ainda assim acrescentou, foi assegurada a manutenção dos compromissos com os programas de apoio aos mais vulneráveis, o Presidente João Lourenço disse que, desde meados de 2014, se assiste a uma "enorme" volatilidade do preço do petróleo e o, devido as crises financeiras e económicas, guerras, pandemia da Covid-19, entre outros acontecimentos imprevistos, que acabam por originar também instabilidade nos investimentos no sector, com impacto negativo na produção, "Os choques resultantes desta volatilidade na economia nacional tem-se vindo a acumular", lamentou João Lourenço.

A mensagem do Chefe de Estado aos deputados sobre o OGE-2024 faz referência ao contexto em que se tem vindo a executar o orçamento Geral de Estado de 2023, realçando que a conjuntura serviu de ponto de partida para a preparação da proposta para 2024.

A economia global continua em 2023, a sua recuperação a um ritmo relativamente lento e a inflação, embora numa trajetória descendente, mantém-se em níveis superiores as metas estabelecidas pelos bancos centrais das maiores economias, lembrou o Presidente da República.

João Lourenço indicou, também, que a adopção de políticas monetárias mais restritivas se traduziu no agravamento das taxas de juro de referência

4.19 OGE/2024 centrado no sector social com peso de 20 por cento

Jornal Economia e Finanças
17 De Novembro de 2024

O orçamento Geral do Estado (OGE) 2024 atribuiu 20 por cento da fatia global para o sector social, reafirmando assim o compromisso do Governo com a estabilidade das famílias e a resolução dos principais problemas.

Apenas o serviço da dívida, que "come" 60 por cento do bolo orçamental supera a rubrica sector social.

Na mensagem do Presidente da República, João Lourenço, endereçada aos parlamentares, que foi lida pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, refere que o ano de 2024 será exigente. Manifesta, contudo, determinação em prosseguir com as reformas e programas necessários para, com o engajamento de todos, construir a prosperidade e o bem-estar social da população.

"O OGE-2024 presta uma atenção especial a redução das desigualdades sociais, procurando proteger o rendimento das famílias e dos trabalhadores", realça a mensagem do Presidente da República.

Os programas de assistência social aos mais vulneráveis, a melhoria do acesso a saúde e ao ensino, o combate a subnutrição, bem como o empoderamento económico da mulher também merece particular destaque na proposta do OGE para o próximo ano. "Apesar da necessidade de se ampliar a receita fiscal e diminuir as despesas, aumentou-se o valor a partir do qual os rendimentos dos trabalhadores são tributados, que agora passa a ser 100 mil Kwanzas", referiu o Chefe de Estado, que reafirmou a subida dos salários brutos dos funcionários públicos na ordem de 5,0 por cento.

Para dar sustentabilidade as políticas sociais e construir uma sociedade mais equilibrada e de oportunidades para todos, o Titular do Poder Executivo defende o "crescimento mais robusto e sustentável" da economia, particularmente do sector não petrolífero.

Lembrou a propósito, que foi anunciado um conjunto de medidas que ao longo de 2024 influenciarão o ritmo de crescimento da economia nacional, nas quais se incluem a obrigatoriedade de compra, por entidades públicas, de produtos "Feito em Angola", sempre que disponíveis, e a definição de preços mínimos garantidos para bens essenciais produzidos no país, cuja operacionalização o terá início com a Campanha Agrícola 2023/2024.

A mensagem do Presidente da República faz igualmente, menção ao Plano de Fomento da Cultura do Arroz já em curso, que permitirá reduzir, progressivamente, as necessidades de importação. O café e o algodão também fazem parte do caminho da diversificação económica, com acções específicas de apoio do Executivo.

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (DGE) para o exercício Económico de 2024 foi aprovada, quarta-feira, na generalidade, com 111 votos a favor, 74 contra e nenhuma abstenção. A mesma contempla receitas e despesas estimadas em 24,7 biliões de kwanzas.

Na ocasião, o Executivo garantiu prosseguir no próximo ano, com reformas estruturais "relevantes", incluindo a otimização progressiva de subsídios operacionais e subvenções aos preços, como forma de garantir o crescimento sustentável do país e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

A garantia vem expressa na mensagem do Presidente da República, João Lourenço, apresentada à Assembleia Nacional, durante a discussão e aprovação, na generalidade, da Proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2024.

"Quante a inflação esperamos um atenuar no próximo ano, mas esta devesse manter-se ainda acima de um dígito", refere a mensagem do Chefe de Estado apresentada pelo ministro de Estado.

4.20 Oposição considera «irrisório» percentual definido para aumento dos salários na função pública

Novo Jornal

17 De Novembro de 2023

Texto: Sebastião António e Jorge

Batalha

Dois dos três grupos parlamentares na oposição, ao Novo Jornal, reagiram a uma proposta apresentada pelo Executivo de João Lourenço, que prevê, até Janeiro de 2024, um aumento de 5% nos salários da

função pública, considerando, no entanto, tratar-se de um percentual supostamente irrisório, tendo em conta o valor da moeda nacional e a subida do custo de vida.

Trata-se do Grupo Parlamentar Misto, composto pelo PRS e pela FNLA, bem como a sua congénere, a UNITA (GPU), liderada por Liberty Shiyaka, que contrariam a percepção do Executivo sobre a previsão de aumento de 5% no salário da função pública.

Por exemplo, para o Executivo, que é o proponente, o aumento dos salários na ordem dos 5% devesse permitir que, no próximo exercício económico, os sectores da saúde, educação e Agricultura, supostamente, possam continuar a criar espaço para o recrutamento de mais profissionais, uma visão contrária à do Grupo Parlamentar da UNITA.

Para o 'grosso' que tem Liberty Shiyaka ao Ierme, a medida avançada pelo Executivo "não" se ajusta ao contexto económico do País. Para além disso, Liberty Shiyaka entende que a previsão do gráfico da inflação para o próximo exercício económico, conforme apresentado pelo Executivo, não corresponde à realidade.

"Para o ano 2023, o Governo previa que a inflação seria de 11%, mas a inflação real é de 18%. Para 2024, afirma que a inflação vai ficar nos 15,3%.

Ninguém acredita que a inflação vai descer dos actuais para 15,3%. Com base na previsão do valor da inflação, o mínimo de aumento devia ser de 18%", explica o parlamentar, questionando, para concluir, o critério utilizado pelo Executivo para definir 5% como valor de aumento do salário na função pública.

Use os preços vão subir e os salários da função pública só vão aumentar 5%, estamos diante de uma medida irrisória, insuficiente e, do ponto de vista económico e social, não concorre para a estabilização da vida das famílias", finalizou Liberty Shiyaka.

Aliás, igual posição é assumida pelo Grupo Parlamentar Misto, que se faz representar pelo deputado Benedito Daniel, que preside aquele 'grosso'. Para o parlamentar, tendo em conta o valor da moeda nacional, o recomendável era que o Executivo, ao pensar na percentagem que propôs, não anunciasse tal medida.

"Pelos anos que passaram, pela desvalorização do Kwanza, pela inflação que existe no País e pela inflação que se prevê, 5% não é nenhum aumento, nem sequer podemos considerá-lo reajuste. Acharmos que é insignificante para qualquer trabalhador. E, neste momento que se propala esse reajuste, as coisas já estão a subir", explica Benedito Daniel, adivinhando que, quando o aumento começar a reflectir-se nos salários dos funcionários públicos, a subida dos preços devesse disparar numa velocidade maior.

"Razão pela qual achamos que o Governo não devia anunciar este aumento de 5%, porque não estimula ninguém. Pensamos no estorço que o Governo queria fazer, mas podia fazer mais. Esses 5% vão resultar em mais prejuízos para o trabalhador", entende o parlamentar.

A mar gem das críticas sobre o aumento dos 5% no salário da função pública, Benedito Daniel apontou, também, a redução do IVA e a sua implicação na vida dos cidadãos, precisamente no poder compra.

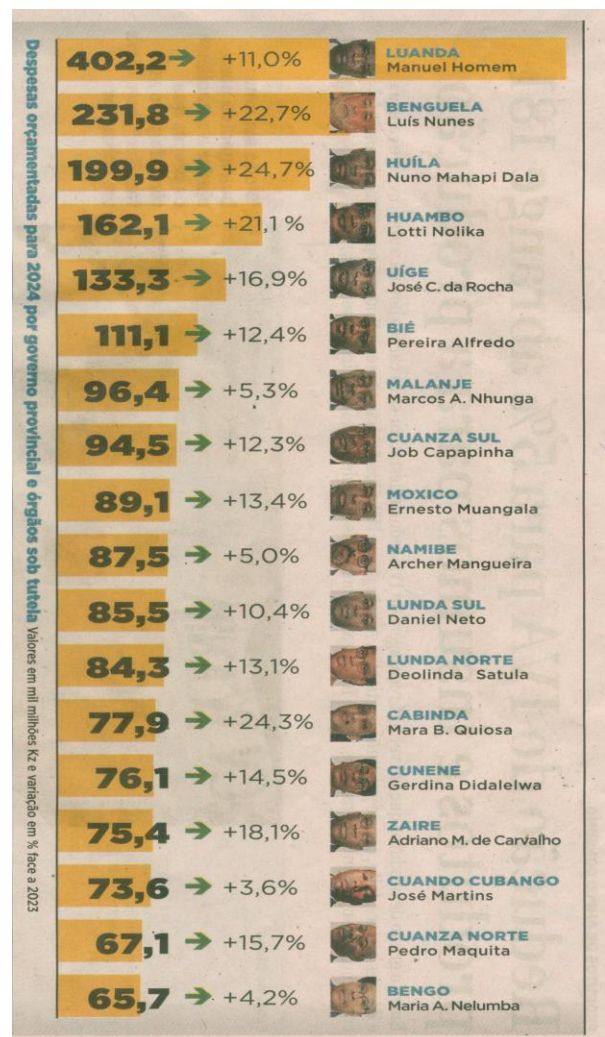
"Estas soluções todas estão a ser gizadas. Mas, ainda que o IVA possa descer na totalidade, vamos falar aqui do IVA zero, não vai contribuir para os preços dos produtos da cesta básica, porque esse é um problema conjuntural que envolve vários indicadores, outras coisas e outros cenários que não seja simplesmente o IVA ou o IRT. O estorço está a ser feito no sentido de minimizar. Mas não é para termos resultados imediatos quando se trata da baixa dos produtos da cesta básica. É um estorço. É compensativo quando o trabalhador acha ou vai ouvir que o seu Governo fez algum esforço para que ele pudesse ter o poder de compra. Mas,

infelizmente, nao conseguiu, nao resolve", finaliza o parlamentar.

4.21 Quem gere quanto do Orçamento Geral do Estado 2024

Jornal Expansão
 17 De Novembro de 2023
 Texto: Joaquim José Reis

Mais de duas décadas apos o fim da guerra, os ministérios da Defesa Nacional e do Interior continuarão a ser os que tem mais verbas atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado. João Ernesto dos Santos 'Liberdade', o ministro que tem a tutela dos militares, vai gerir 879,1 mil milhões Kz. Já o ministro dos polícias, Eugenio Laborinho, tem um orçamento de 782,9 mil milhões Kz. Já a ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias, saltou de 7º para o 3º lugar do ranking dos governantes que vão gerir mais 'kumbu' em 2024. Industria e Comercio, Pescas e Recursos Marinhos e o Ambiente são os 'parentes pobres' do OGE 2024. o maior trambolhão na lista foi o do Ministério da Energia e das Aguas, que sofreu um corte de 39,5% no seu orçamento e depois de vários-anos nos lugares cimeiros desceu agora para o 6º lugar dos ministérios com mais dinheiro. Sem surpresa, Luanda volta a ser a província que lidera o ranking provincial, seguindo-se Benguela e Huila. Proposta de OGE aprovada na generalidade seguem-se as discussões na especialidade.



4.22 Taxa do IVA passa para 5,0 por cento

Jornal Economia e Finanças

17 De Novembro de 2023

A Proposta de Lei que altera o Código do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) de 14 para 5,0 por cento foi aprovada, ontem, por 106 votos a favor, zero contra e 71 abstenções do grupo parlamentar da UNITA, na 2ª Reunião Plenária Ordinária da Assembleia Nacional.

O Executivo reduziu o Imposto do Valor Acrescentado (IVA) em 5,0 por cento para os produtos alimentares de amplo consumo, contra os 7,0 da proposta inicial.

Entre os produtos alimentares de amplo consumo propostos pelo Executivo, do pacote IVA, 5,0 por cento constam carnes e miudezas da espécie bovina, suína, ovina e caprina, aves (excepto peru e ganso), peixes (excepto tubarão, salmão e bacalhau), leite, iogurte e manteiga ou margarina.

O pacote inclui, igualmente, ovos, produtos hortícolas ou vegetais comestíveis, frutas, chá, cereais, farinha de milho e de trigo, óleo alimentar, actiçar, massa alimentar, pão e outros produtos de pastelaria, água e sal, entre outros.

O grupo parlamentar do MPLA disse que votou favoravelmente a proposta de alteração do IVA, por entender que a mesma traduz, de forma inequívoca, o compromisso de resolver os problemas do povo.

"Votamos favoravelmente por percebermos estarem incluídos, nesta proposta, um conjunto de benefícios que tem como objectivo normalizar a cobrança dos vários impostos dispersos que versam sobre o IVA, bem como um conjunto de estímulos à economia que irão permitir manter o Estado funcional", sustentou o deputado Kilamba Van-Diném.

Por seu turno, o deputado Florêncio Camjamba, da UNITA, justificou a abstenção do seu partido, na proposta em apreço, por entender que tributar os alimentos primários com uma taxa de 5,0 por cento é uma medida ineficaz que não melhora o acesso da população aos bens da cesta básica e por consequência não resolve o actual estado da fome generalizada".

4.23 imposto nas transferências suscita dúvidas

Jornal Economia e Finanças

17 De Novembro de 2023

No Parlamento, o tema foi levantado pelo deputado Benedito Daniel, da bancada mista PRS/ FNLA, e do outro lado os economistas e analistas também questionam se o Governo se propõe mesmo em taxar com 10 por cento cada transferência de dinheiro ao exterior a ser realizada pelos cidadãos, a partir de Janeiro de 2024.

Este tema paira no ar e as interpretações convidam a mais esclarecimentos do Ministério das Finanças, porquanto há quase um entendimento generalizado de os rendimentos das famílias com dependentes no exterior virem a ser penalizados com mais esta taxa, aliás um regresso a expediente ensaiado e também então já muito contestado.

Tal e como o deputado Benedito Daniel, o economista Carlos Rosado de Carvalho entende que os rendimentos

já tributados com 0 desconto do IRT ao pagarem mais 10 por cento para transferências ao exterior entram no campo da dupla tributação, sinalizando uma clara penalização aos rendimentos e aos projectos das famílias com dependentes no exterior em estudo ou razões de saúde, essencialmente.

Ao apresentar aos deputados a Proposta de OGE para o exercício económico de 2024, Vera Daves de Sousa referiu-se à necessidade de se racionalizar

mil barris por dia. Em relação à taxa de inflação, o executivo prevê uma taxa em torno dos 15,3 por cento.

O OGE tem uma receita e despesa estimadas em 24,7 biliões e suspender alguns direitos e regalias, cujos encargos são suportados com recursos ordinários do Tesouro. Na perspectiva de investir-se, cada vez mais, na economia e nas empresas, a ministra das Finanças defendeu a redução dos custos com consultorias externas e o reforço da actuação da gestão activa da dívida.

Aos parlamentares, a ministra lembrou sobre a necessidade de assegurar-se que os "filtros" do Plano Nacional

viços públicos gerais têm 2,2 biliões; defesa, segurança e ordem pública com 1,7 biliões, enquanto o sector económico recebe 1,2 biliões de kwanzas.

De acordo com a ministra, as oscilações do preço do barril de petróleo, a queda da produção, o mau crescimento do PIB, a de Desenvolvimento (PDN) funcionem em estreita articulação com o Ministério da Economia e Planeamento, sobretudo no capítulo da priorização da inclusão de projectos na carteira de investimentos públicos. "Queremos fazer uma forte aposta na produção nacional visando o reforço da segurança alimentar", declarou a ministra das Finanças, ao anunciar a liberação de liquidez para os fornecedores do Estado com um montante previsto de 238 mil milhões de kwanzas, direccionados, sobretudo, ao pagamento da dívida interna atrasada, constituída entre 2013-2019. Sublinhou que toda a dívida interna atrasada, constituída a partir de 2020, deverá ser regularizada com orçamento corrente das unidades orçamentais.

Vera Daves lembrou a propósito, que os projectos com execução física concluída e financeira por concluir devem também, ser pagos com recurso ao orçamento corrente das unidades orçamentais.

4.24 Finanças falam em OGE superavitário e com foco na estabilidade das famílias

Jornal Economia e Finanças
17 De Novembro de 2023

O OGE/2024 é "equilibrado e, ligeiramente, superavitário", considera a ministra das Finanças. Vera Daves de Sousa disse ainda, na quarta-feira, na Assembleia Nacional, quando apresentava aos deputados síntese da proposta do Orçamento Geral do Estado que a previsão é encerrar 2024 com um rácio das dívidas governamental (do Governo) e pública (incluindo as empresas) nos 69,2 e 72,6 por cento, respectivamente.

A ministra das Finanças disse ainda que se prevê um crescimento negativo do sector petrolífero, mas que o mesmo deverá ser compensado pelo aumento positivo do sector não-petrolífero. A taxa de crescimento do PIB deve situar-se em torno dos 2,8 por cento.

Prudente na sua concepção, Vera Daves d mil barris por dia. Em relação a taxa de inflação, o executivo prevê uma taxa em torno dos 15,3 por cento.

O OGE tem uma receita e despesa estimadas em 24,7 biliões de kwanzas, 22 por cento acima dos 20,1 biliões de kwanzas do actual OGE(2023).

Quanto à distribuição funcional, o sector social com 4.9 biliões de kwanzas só fica atrás dos mais de 50 por cento destinados para a dívida. Os serviços públicos gerais têm 2,2 biliões; defesa, segurança e ordem pública com 1,7 biliões, enquanto o sector económico recebe 1,2 biliões de kwanzas.

De acordo com a ministra, as oscilações do preço do barril de petróleo, a queda da produção, o mau crescimento do PIB, a depreciação cambial, as tensões geopolíticas e o baixo acesso ao financiamento externo, são tidos dos principais riscos à execução do OGE-2024.

4.25 Impacto da redução dos subsídios aos combustíveis

Jornal Economia e Finanças
17 De Novembro de 2023

O Chefe de Estado disse que, não obstante ter-se iniciado a redução parcial dos subsídios aos combustíveis, estima-se que, o custo para as contas públicas este ano se situe no dobro do valor inserido no OGE de 2023, "claramente um valor insustentável", João Lourenço sublinhou que "este contexto adverso" levou a um crescimento da economia inferior ao previsto, originando uma oferta menor de bens, aumento dos preços, subida de custos e a redução da arrecadação fiscal, limitação dos gastos públicos, nomeadamente os relacionados com os investimentos dependentes dos recursos ordinários do Tesouro, resultando num impacto negativo sobre o sector privado e a condição de vida dos cidadãos, Ainda assim acrescentou, foi assegurada a manutenção dos compromissos com os programas de apoio aos mais vulneráveis, o Presidente João Lourenço disse que, desde meados de 2014, se assiste a uma "enorme" volatilidade do preço do petróleo, devido as crises financeiras e económicas, guerras, pandemia da Covid-19, entre outros acontecimentos imprevistos, que acabam por originar também instabilidade nos investimentos no sector, com impacto negativo na produção, "Os choques resultantes desta volatilidade na economia nacional tem-se vindo a acumular", lamentou João Lourenço.

A mensagem do Chefe de Estado aos deputados sobre o OGE-2024 faz referenda ao contexto em que se tem vindo a executar o orçamento Geral de Estado de 2023, realçando que a conjuntura serviu de ponto de partida para a preparação da proposta para 2024.

A economia global continua em 2023, a sua recuperação a um ritmo relativamente lento e a inflação, embora numa trajetória descendente,

mantem-se em níveis superiores as metas estabelecidas pelos bancos centrais das maiores economias, lembrou o Presidente da República.

João Lourenço indicou, também, que a adopção de políticas monetárias mais restritivas se traduziu no agravamento das taxas de juro de referenda

4.26 O OGE; Aqui chegado, só um milagre

Novo Jornal

24 De Novembro de 2023

A Assembleia Nacional (AN) aprovou, na generalidade, no passado dia 15 de Novembro de 2023, a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o 2024. O OGE 2024 tem a despesa fixada e a receita estimada em Kz 24.715,26 mil milhões que, em termos nominais, significa um aumento de 22,9% face ao OGE 2023. A proposta aprovada pelos deputados da AN tem como pressupostos fundamentais a produção de petróleo estimada em 1,060 milhões barris/dia, abaixo dos 1,180 milhão de barris/dia previstos no OGE 2023, bem como um preço médio do barril de petróleo de USD 65 por barril, abaixo dos USD 75 previstos no OGE 2023.

Antes de analisarmos o algoritmo das projecções do OGE 2024, impõe-se fazer um ponto prévio. A Equipa Económica (EE) trabalhou na elaboração da proposta de OGE 2024, tendo como base de partida não o OGE 2023, mas, sim, a Programação Macroeconómica Executiva (PME) 2023. Ora, não se entende porque que o Executivo não aprovou uma Revisão do OGE 2023, quando, em Junho de 2023, já era garantido que as estimativas constantes do orçamento do corrente ano estavam desfasadas da realidade. Esse pormenor não é desvalorizável, uma vez que existem leis sobre o OGE e que se deve ao Povo, através dos seus deputados acomodados, na AN, a prestação de contas sobre a origem e a aplicação dos recursos financeiros públicos. Só podemos concluir que o Executivo não respeita a liturgia imposta pela lei e nem recebe eventuais consequências Jurídico-legais desta atitude - uma cruzada Unigénita.

Essa postura remete-nos para a necessidade de os especialistas e experts em práticas de boa governação reflectirem sobre a ausência de checks and balances no nosso ordenamento jurídico-constitucional.

A proposta de OGE 2024 estima um saldo fiscal global positivo de 0,02% e saldo fiscal primário de 6,4% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto o

défice fiscal primário não-petrolífero e projectado em 4,1% do PIE, abaixo dos 5% previstos na Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas. No entanto, para uma melhor análise da sustentabilidade e robustez das projecções e estimativas fiscais da proposta de OGE 2024, procedemos a elaboração de um mapa de origem e aplicações de fundos (ver anexo), para verificarmos a solidez e a consistência macroeconómicas do quadro fiscal.

Ora vejamos

O OGE 2024 estima uma receita petrolífera no valor de Kz 7:859,20 mil milhões e fixa a despesa com o serviço da dívida externa no valor Kz 8.341,30 mil milhões, ambas denominadas em moeda estrangeira. Assim, projecta-se um défice de tesouraria em moeda estrangeira no valor equivalente a Kz 482,1 mil milhões, Considerando os pressupostos que fundamentaram a elaboração da proposta de OGE 2024, quer para a produção, quer para o preço médio de referência do petróleo bruto, julgamos como moderado o risco de Angola não conseguir obter os valores necessários para pagar o serviço da dívida externa que representa 33,75% do total da despesa.

Os fluxos em moeda nacional apresentam um cenário inteiramente diferente e assombram com uma alucinante vertigem. O OGE 2024 prevê a arrecadação de moeda nacional de duas fontes: captação de financiamento interno e receita não-petrolífera. A verdade é que não se antecipam quaisquer dificuldades na mobilização de financiamento interno no valor de Kz 3.832,70 mil milhões junto da banca comercial local que tem na compra de títulos de dívida pública o seu segundo grande segmento de negócio depois das operações cambiais.

Radicalmente oposta e a nossa visão sobre a estimativa da receita não-petrolífera prevista no valor de Kz 6.833,50 mil milhões, em que os impostos sobre a actividade económica não-petrolífera representam Kz 5.191,10 mil milhões, o que significa um crescimento nominal de 20,36% face a previsão revista para 2023. Essa espectacular ou alucinante estimativa da receita está assente numa premissa pouco crível, o crescimento real do PIB não-petrolífero na ordem dos 4,6% em 2024 face a melhor estimativa do próprio Executivo para 2023 na ordem dos questionáveis 1,8%. Infelizmente, a apresentação do Angola Outlook para 2024, elaborado e apresentado pelo Ministério da Economia e Planeamento, não nos dá qualquer pista laudável sobre quais as fontes desta forte expansão do PIB não-petrolífero.

A soma do total da receita em moeda nacional (financiamento interno mais a receita não-petrolífera) está, então, estimada em Kz 10.666,20 mil milhões. No entanto, a despesa em moeda nacional está fixada em Kz 13.473,10, o que se traduz num défice de tesouraria no valor de Kz 2.806,90 mil milhões. Em nossa apreciação, não só a projecção da receita não-petrolífera esta assente em pressupostos com fraca consistência macroeconómica, mas também ela é manifestamente insuficiente para cobrir o gasto público com a despesa com pessoal, serviço da dívida interna, bens e serviço e transferências que incluem a capitalização dos fundos públicos para o apoio a economia não-petrolífera e os subsídios ao combustível.

Qual é, então, o milagre para cobrir o gap de financiamento do OGE 2024?

A proposta de OGE 2024 prevê a mobilização de recursos financeiros através do financiamento externo no valor de Kz 6.171,2 mil milhões (USD 7,45 mil milhões), dos quais Kz 2.576,8 mil milhões correspondem a aquisição de activos não-financeiros, ou seja, projectos constantes do Programa de Investimento Público (PIP). Conjecturamos que o PIP é integralmente financiado por desembolsos de linhas de crédito, bilaterais e multilaterais, contratados junto de entidades financeiras estrangeiras. Entretanto, dado que os pagamentos aos empreiteiros destes projectos ocorrem no estrangeiro, não há nenhum encaixe financeiro em moeda estrangeira para cobrir o gap de financiamento.

Partindo da observação do parágrafo anterior, deduz-se que o Executivo do Presidente João Lourenço prevê fechar o gap de financiamento com a contratação de empréstimos financeiros a tesouraria

no valor de Kz 3 594,40 mil milhões, aproximadamente USD 4,34 mil milhões junto do mercado de capitais internacional. As captações destes recursos financeiros podem ser realizadas através da emissão de Eurobonds ou de outros instrumentos de empréstimos a tesouraria.

Considerando o contexto económico internacional caracterizado pela manutenção em alta das taxas de juro nos Estados Unidos da América e na Zona Euro para fazer face a trajetória inflacionista naqueles mercados e tendo em atenção o fraco desempenho dos principais indicadores macroeconómicos da nossa economia, não é de todo crível que Angola vá ter sucesso na sua aventura de captar estes recursos financeiros. Assim, só podemos inferir que o Executivo pretende aprovar um OGE 2024 fictício (the fake one) para entreter os deputados na AN e fomentar algumas manchetes na imprensa nacional,

mas imediatamente a seguir a entrada em vigor do orçamento a EE sancionará uma nova PME (the real one) com os números reais que orientarão a condução da política económica do Governo em 2024.

Ora, a proposta de OGE 2024 parece ser um exercício de eufemismo platónico sem qualquer aderência com a realidade. Não é possível supor que o Executivo não soubesse que o OGE tem um enorme risco de insustentabilidade orçamental uma vez que o Fundo Monetário Internacional (FMI), em Setembro, alertou que era imperativo um aumento temporário das necessidades globais de financiamento em 2023 devido aos elevados pagamentos da dívida externa efectuados no primeiro semestre do ano (IMF, 2023). Na ocasião, o FMI estimava que estes aumentos das necessidades globais de financiamento poderiam prolongar-se para além de 2023. Pasmem-se!

Se o Executivo insistir em não promover uma verdadeira mudança da política económica, a começar pela reforma e emagrecimento do Estado, os bancos comerciais podem esfregar as mãos porque vão continuar a comprar dívida pública colocada com taxas de juro altas e não terão necessidade de se expor aos riscos do financiamento a economia real para garantir lucros robustos. A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) e a dos activos (ROA) dos bancos comerciais continuarão sólidas, enquanto a sustentabilidade das finanças públicas continuará dependente dos fluxos em moeda estrangeira provenientes da actividade petrolífera que caminha a passos largos para o declínio irreversível.

Como afirmou Paul Krugman, economista keynesiano e prémio Nobel da Economia em 2008, "As origens do nosso sofrimento são relativamente triviais na ordem do universo e poderiam ser corrigidas de forma relativamente rápida e fácil se houvesse um número suficiente de pessoas em posições de decisão que entendessem a realidade".

Professor Auxiliar de Economia e Investigador Business and Economic School- ISG

BIBLIOGRAFIA

Angola Outlook 2024, Ministério da Economia e Planeamento International Monetary Fund (2023): Angola, First Post Financing Assessment Discussions-Press Release; And Staff Report

4.27 Alterações fiscais no OGE tornam mais difícil "apagar" dívidas fiscais

Jornal Expansão
 24 De Novembro de 2023
 Texto: Isabel Costa Bordalo

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2024 vai tornar mais difícil 'apagar' o registo de dívidas fiscais, uma vez que passa a considerar que "não tem situação fiscal regularizada os contribuintes que tenham deixado de cumprir com qualquer obrigação prevista nas Leis 'tributárias", como estipula o Artigo 24^a da proposta aprovada no dia 15 de Novembro, na Assembleia Nacional, e que altera o Código das Execuções Fiscais.

Ao "alargar" o conceito de situação tributária não regularizada é de esperar "maiores restrições na obtenção de certidões de inexistência de dívidas fiscais", adverte Inês Cunha, Tax Director da PwC, numa análise ao Expansão sobre as alterações fiscais na proposta de OGE 2024, "na medida em que a existência de qualquer incumprimento poder a inviabilizar o contribuinte de obter a referida certidão".

A proposta de OGE 2024, aprovada na Assembleia Nacional, no dia 15 de Novembro, introduz ainda um novo tecto nas remunerações dos trabalhadores que beneficiam de isenção no Imposto sobre os Rendimentos de Trabalho (IRT). A partir de Janeiro de 2024 passam a estar isentos de IRT os trabalhadores com salários até 100.000 Kz e não 70.000 Kz, como previa o anterior regime. Uma folga nos trabalhadores com remunerações mais baixas, num contexto de crescente perda de poder de compra.

Esta é a única alteração feita no imposto que tributa os rendimentos de trabalho, na proposta de OGE para o próximo ano, que foi aprovada na generalidade, com 111 votos a favor, 74 votos contra e uma abstenção. As maiores alterações no diploma são feitas no Imposto Industrial, embora a mudança com maior impacto em matéria de fiscalidade incida sobre as transferências para o exterior, com a criação da Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais Invisíveis Correntes, um imposto criado em 2015 e extinto em 2020, que volta a ser aplicado com o alargamento da matéria colectada (ver página 26).

Alterações cirúrgicas

Nos restantes impostos são feitas alterações cirúrgicas, ajustes e clarificações daquilo que já foi transposto para a legislação fiscal, nomeadamente o Imposto Especial de Jogos, que "estende as máquinas automáticas o regime dos jogos bancados".

Pela primeira vez, nos últimos três anos, não há alterações ao IVA em sede de OGE. Com a proposta de lei que altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado do IVA, que baixa de 7% para 5% a taxa dos bens alimentares de amplo consumo, o governo dá letra de lei aos ajustes que tem sido feitos e consolida num mesmo diploma as mudanças introduzidas desde 2019, altura em que o imposto entrou em vigor, com uma taxa única de 14%. Excepção para a província de Cabinda, que tinha uma taxa inicial de 2%, entretanto reduzida para 1%, tendo em conta o regime especial em vigor naquela região (ver texto em caixa).

Ajuste fiscalmente neutro

No Imposto Industrial, a proposta de OGE 2024 prevê várias alterações com incidência na reavaliação dos activos fixos, que compreendem o "imobilizado corpóreo, o imobilizado incorpóreo e investimentos imóveis", mas com pouco impacto em termos de benefícios fiscais, segundo Inês Cunha.

A actualização dos activos fixos ao justo valor passa a ser "fiscalmente neutra, com impacto no exercício fiscal de 2023", não concorrendo "como proveitos ou custos para efeitos de determinação da matéria colectável do Imposto Industrial, como clarifica o número 1 do Artigo 21^o da proposta de OGE 2024.

Também "não serão aceites para efeitos fiscais os custos com amortizações do exercício que sejam calculados sobre elementos do activo fixo, na parte resultante da reavaliação nos termos do presente artigo, durante o tempo de vida útil do bem", refere o número 2 do mesmo artigo.

Ou seja, as variações patrimoniais e as mais ou menos-valias latentes resultantes da actualização de activos fixos passam a "não ser tributadas", embora "as depreciações desses activos não serão dedutíveis" na parte resultante da reavaliação, como nota a Tax Director da PwC, na análise para o Expansão, o que equivale a dizer que "não existe um benefício aqui". Isto porque "antes da alteração tributava-se a variação patrimonial e não se aceitavam as amortizações". Na prática, "apenas se retira uma penalização", resume Inês Cunha, notando que estas alterações têm sobretudo efeitos contabilísticos.

Os montantes resultantes da reavaliação serão "contabilizados em contas próprias nos termos a regulamentar", clarifica a proposta do OGE 2024, e, "caso a reavaliação seja reconhecida directamente no capital próprio, e vetada a sua utilização para distribuição de dividendos".

Fim de declarações em papel

A partir de 2024, os sujeitos passivos do Imposto Industrial inseridos no regime geral e no regime simplificado são obrigados a submeter as suas declarações por via electrónica, sendo vedada a remessa de declarações em formato físico, de acordo com a proposta do OGE, que introduz novos benefícios aos agricultores.

Os custos dos contribuintes do sector agrícola e pecuário, com investimentos em infraestruturas necessárias a produção e escoamento dos produtos, que beneficiem as comunidades onde se encontram inseridos, designadamente, de água, luz ou vias de acesso, passam a ser "amortizáveis nos cinco exercícios imediatamente seguintes aos da realização do investimento". Isto quer dizer que estes custos "deverão ser considerados fiscalmente dedutíveis, por um período de cinco anos, mediante aprovação prévia da Administração Geral Tributária (AGT)", esclarece Inês Cunha.

4.28 OGE/2024 propõe mais de 13 mil milhões em merenda

Jornal Economia e Finanças

24 De Novembro de 2023

Texto: Isaque Lourenço

A proposta de OGE/2024 concede uma verba total de 13,7 mil milhões de kwanzas (mais de 27 milhões de dólares) para a assistência com merenda escolar aos alunos do ensino primário de todo o país.

De acordo com o levantamento do JEF ao documento que está ainda em discussão na Assembleia Nacional, nas respectivas comissões de especialidade, as províncias de Benguela e Huíla são as que mais recebem, com um peso de 10 por cento para cada.

As duas totalizam mais de 2,7 mil milhões de kwanzas, através das quotas de 1,38 mil milhões de kwanzas para Benguela e 1,32 mil milhões para a Huíla.

Luanda é só a quinta mais beneficiada com 1,13 mil milhões, atrás do Uíge (1,28 mil milhões) e Malanje (1,14 mil milhões).

As outras treze províncias (conforme pode-se ver no gráfico ao lado) repartem a outra parte dos valores com o Huambo a cabeça, com uma fasquia de 904 milhões de kwanzas e a Lunda-Sul, com a menor de 299 milhões de kwanzas, respectivamente.

A política educacional no ensino primário, ligada a merenda escolar, deposita capital importância

principalmente nas zonas rurais e no seio das famílias mais desfavorecidas ou com renda económica baixa.

Em Agosto deste ano, Angola foi convidada a fazer parte do Programa McGovern-Dole, uma iniciativa do governo norte-americano para apoiar crianças angolanas com a merenda escolar e actividades associadas, tais como habitação e segurança alimentar.

São também muitos os países africanos e outros do universo CPLP que buscam experiências de Angola com a merenda escolar.

4.29 O OGE; Aqui chegado, só um milagre

Novo Jornal

24 De Novembro de 2023

A Assembleia Nacional (AN) aprovou, na generalidade, no passado dia 15 de Novembro de 2023, a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o 2024. O OGE 2024 tem a despesa fixada e a receita estimada em Kz 24.715,26 mil milhões que, em termos nominais, significa um aumento de 22,9% face ao OGE 2023. A proposta aprovada pelos deputados da AN tem como pressupostos fundamentais a produção de petróleo estimada em 1,060 milhões barris/dia, abaixo dos 1,180 milhão de barris/dia previstos no OGE 2023, bem como um preço médio do barril de petróleo de USD 65 por barril, abaixo dos USD 75 previstos no OGE 2023.

Antes de analisarmos o algoritmo das projecções do OGE 2024, impõe-se fazer um ponto prévio. A Equipa Económica (EE) trabalhou na elaboração da proposta de OGE 2024, tendo como base de partida não o OGE 2023, mas, sim, a Programação Macroeconómica Executiva (PME) 2023. Ora, não se entende porque que o Executivo não aprovou uma Revisão do OGE 2023, quando, em Junho de 2023, já era garantido que as estimativas constantes do orçamento do corrente ano estavam desfasadas da realidade. Esse pormenor não é desvalorizável, uma vez que existem leis sobre o OGE e que se deve ao Povo, através dos seus deputados acomodados, na AN, a prestação de contas sobre a origem e a aplicação dos recursos financeiros públicos. Só podemos concluir que o Executivo não respeita a liturgia imposta pela lei e nem recebe eventuais consequências Jurídico-legais desta atitude - uma cruzada Unigénita.

Essa postura remete-nos para a necessidade de os especialistas e experts em práticas de boa governação

reflectirem sobre a ausência de checks and balances no nosso ordenamento jurídico-constitucional.

A proposta de OGE 2024 estima um saldo fiscal global positivo de 0,02% e saldo fiscal primário de 6,4% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto o défice fiscal primário não-petrolífero e projectado em 4,1% do PIE, abaixo dos 5% previstos na Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas. No entanto, para uma melhor análise da sustentabilidade e robustez das projecções e estimativas fiscais da proposta de OGE 2024, procedemos a elaboração de um mapa de origem e aplicações de fundos (ver anexo), para verificarmos a solidez e a consistência macroeconómicas do quadro fiscal.

Ora vejamos,

O OGE 2024 estima uma receita petrolífera no valor de Kz 7:859,20 mil milhões e fixa a despesa com o serviço da dívida externa no valor Kz 8.341,30 mil milhões, ambas denominadas em moeda estrangeira. Assim, projecta-se um défice de tesouraria em moeda estrangeira no valor equivalente a Kz 482,1 mil milhões. Considerando os pressupostos que fundamentaram a elaboração da proposta de OGE 2024, quer para a produção, quer para o preço médio de referência do petróleo bruto, julgamos como moderado o risco de Angola não conseguir obter os valores necessários para pagar o serviço da dívida externa que representa 33,75% do total da despesa.

Os fluxos em moeda nacional apresentam um cenário inteiramente diferente e assombram com uma alucinante vertigem. O OGE 2024 prevê a arrecadação de moeda nacional de duas fontes: captação de financiamento interno e receita não-petrolífera. A verdade é que não se antecipam quaisquer dificuldades na mobilização de financiamento interno no valor de Kz 3.832,70 mil milhões junto da banca comercial local que tem na compra de títulos de dívida pública o seu segundo grande segmento de negócio depois das operações cambiais.

Radicalmente oposta é a nossa visão sobre a estimativa da receita não-petrolífera prevista no valor de Kz 6.833,50 mil milhões, em que os impostos sobre a actividade económica não-petrolífera representam Kz 5.191,10 mil milhões, o que significa um crescimento nominal de 20,36% face a previsão revista para 2023. Essa espectacular ou alucinante estimativa da receita está assente numa premissa pouco crível, o crescimento real do PIB não-petrolífero na ordem dos 4,6% em 2024 face a melhor estimativa do próprio Executivo para 2023 na ordem dos questionáveis 1,8%. Infelizmente, a apresentação do Angola Outlook para 2024,

elaborado e apresentado pelo Ministério da Economia e Planeamento, não nos dá qualquer pista laudável sobre quais as fontes desta forte expansão do PIB não-petrolífero.

A soma do total da receita em moeda nacional (financiamento interno mais a receita não-petrolífera) está, então, estimada em Kz 10.666,20 mil milhões. No entanto, a despesa em moeda nacional está fixada em Kz 13.473,10, o que se traduz num défice de tesouraria no valor de Kz 2.806,90 mil milhões. Em nossa apreciação, não só a projecção da receita não-petrolífera esta assente em pressupostos com fraca consistência macroeconómica, mas também ela é manifestamente insuficiente para cobrir o gasto público com a despesa com pessoal, serviço da dívida interna, bens e serviço e transferências que incluem a capitalização dos fundos públicos para o apoio a economia não-petrolífera e os subsídios ao combustível.

Qual é, então, o milagre para cobrir o gap de financiamento do OGE 2024?

A proposta de OGE 2024 prevê a mobilização de recursos financeiros através do financiamento externo no valor de Kz 6.171,2 mil milhões (USD 7,45 mil milhões), dos quais Kz 2.576,8 mil milhões correspondem a aquisição de activos não-financeiros, ou seja, projectos constantes do Programa de Investimento Público (PIP). Conjecturamos que o PIP é integralmente financiado por desembolsos de linhas de crédito, bilaterais e multilaterais, contratados junto de entidades financeiras estrangeiras. Entretanto, dado que os pagamentos aos empreiteiros destes projectos ocorrem no estrangeiro, não há nenhum encaixe financeiro em moeda estrangeira para cobrir o gap de financiamento.

Partindo da observação do parágrafo anterior, deduz-se que o Executivo do Presidente João Lourenço prevê fechar o gap de financiamento com a contratação de empréstimos financeiros a tesouraria no valor de Kz 3 594,40 mil milhões, aproximadamente USD 4,34 mil milhões junto do mercado de capitais internacional. As captações destes recursos financeiros podem ser realizadas através da emissão de Eurobonds ou de outros instrumentos de empréstimos a tesouraria.

Considerando o contexto económico internacional caracterizado pela manutenção em alta das taxas de juro nos Estados Unidos da América e na Zona Euro para fazer face a trajetória inflacionista naqueles mercados e tendo em atenção o fraco desempenho dos principais indicadores macroeconómicos da nossa economia, não é de todo crível que Angola vá ter sucesso na sua aventura de captar estes recursos

financeiros. Assim, só podemos inferir que o Executivo pretende aprovar um OGE 2024 fictício (the fake one) para entreter os deputados na AN e fomentar algumas manchetes na imprensa nacional, mas imediatamente a seguir a entrada em vigor do orçamento a EE sancionará uma nova PME (the real one) com os números reais que orientarão a condução da política económica do Governo em 2024.

Ora, a proposta de OGE 2024 parece ser um exercício de eufemismo platónico sem qualquer aderência com a realidade. Não é possível supor que o Executivo não soubesse que o OGE tem um enorme risco de insustentabilidade orçamental uma vez que o Fundo Monetário Internacional (FMI), em Setembro, alertou que era imperativo um aumento temporário das necessidades globais de financiamento em 2023 devido aos elevados pagamentos da dívida externa efectuados no primeiro semestre do ano (IMF, 2023). Na ocasião, o FMI estimava que estes aumentos das necessidades globais de financiamento poderiam prolongar-se para além de 2023. Pasmese!

Se o Executivo insistir em não promover uma verdadeira mudança da política económica, a começar pela reforma e emagrecimento do Estado, os bancos comerciais podem esfregar as mãos porque vão continuar a comprar dívida pública colocada com taxas de juro altas e não terão necessidade de se expor aos riscos do financiamento a economia real para garantir lucros robustos. A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) e a dos activos (ROA) dos bancos comerciais continuarão sólidas, enquanto a sustentabilidade das finanças públicas continuará dependente dos fluxos em moeda estrangeira provenientes da actividade petrolífera que caminha a passos largos para o declínio irreversível.

Como afirmou Paul Krugman, economista keynesiano e prémio Nobel da Economia em 2008, "As origens do nosso sofrimento são relativamente triviais na ordem do universo e poderiam ser corrigidas de forma relativamente rápida e fácil se houvesse um número suficiente de pessoas em posições de decisão que entendessem a realidade".

Professor Auxiliar de Economia e Investigador Business and Economic School- ISG.

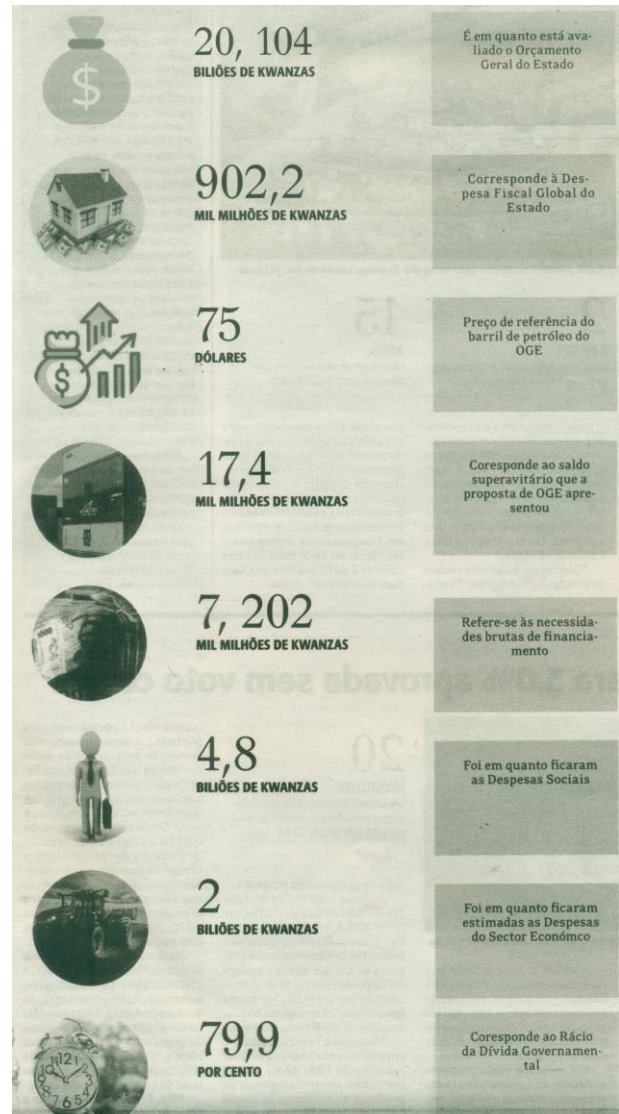
BIBLIOGRAFIA

Angola Outlook 2024, Ministério da Economia e Planeamento International Monetary Fund (2023):

Angola, First Post Financing Assessment Discussions - Press Release; And Staff Report

4.30 Orçamento Geral do Estado grandes números

Jornal Economia e Finanças
24 De Novembro de 2023





4.31 Executivo vai apresentar Plano Anual de Endividamento

Jornal de Angola

30 De Novembro de 2023

Texto: Pedro Ivo e António Gaspar

O Executivo pretende apresentar, publicamente, o Plano Anual de Endividamento, após a aprovação e publicação, em Diário da República, do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2024, informou, quarta-feira, em Luanda a ministra das Finanças.

Vera Daves, que falava durante a apreciação e discussão, na especialidade, da Proposta de Lei de Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, esclareceu que a disponibilidade do Governo em partilhar o referido documento dependerá da aprovação do OGE-2024.

Em reacção à questão levantada pela deputada Mihaela Webba, do grupo parlamentar da UNITA, a ministra considerou a Proposta de Lei em discussão uma condição "sine qua non" para a preparação do Plano Anual de Endividamento. "Sem o OGE aprovado, nós não temos condições de o fazer", declarou.

Vera Daves admitiu, entretanto, que o questionamento está em linha com o definido na Lei da Sustentabilidade Fiscal, que prevê a publicação de um conjunto de diplomas.

Relativamente ao relatório de fundamentação do OGE e as propostas de emendas apresentadas pelos deputados, disse constarem do mesmo documento (relatório de fundamentação).

A ministra disse ser necessário manter a disposição em relação aos mecanismos para a efectiva cobrança dos tributos, por existirem aspectos operacionais que, posteriormente, precisam de ser definidos, para que sejam efectivamente cobrados.

Na sessão de ontem estiveram presentes o ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, e os deputados das Comissões dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos (1ª) e de Economia e Finanças (5ª) da Assembleia Nacional.

Acolhidas recomendações

Sobre a Proposta do OGE que vai à aprovação final global no próximo dia 12 de Dezembro, e com despesas avaliadas em 24 biliões de kwanzas, foram,

ontem, discutidos sete capítulos da lei que deve aprovar aquele documento.

Os deputados apresentaram emendas, sugestões e recomendações que deverão ser introduzidas no relatório final da proposta.

A ministra das Finanças referiu que a maioria das sugestões e recomendações apresentadas pelos deputados foram acolhidas e outras vão merecer determinadas consultas adicionais.

Em declarações ao Jornal de Angola, o deputado João Mpilamossi Domingos, da 5ª Comissão, considerou o Orçamento Geral de Estado equilibrado e sem qualquer tipo de "exagero".

O deputado do MPLA considerou que o OGE para 2024 foi elaborado com um pouco mais de rigor, se comparado aos anteriores. "Temos que ter em consideração o contexto macroeconómico e financeiro mundial. Por isso, acreditamos que fizemos o nosso OGE em função, fundamentalmente, das receitas petrolíferas, apesar de termos também receitas fiscais com expectativa positiva", sublinhou.

Mpilamossi Domingos revelou que o artigo 10º da Proposta de Lei, que aborda a cativação da dotação financeira, ficou pendente durante a discussão. O Executivo, disse, propõe uma cativação na ordem dos 80%, enquanto os deputados consideram uma percentagem exagerada. "O Governo vai realizar uma consulta para poder encontrar consenso", adiantou.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 “As soluções dos problemas políticos, económicos, sociais e culturais estão na academia”

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2023

Texto: Francisco Pedro

Que apresentação faz desta obra, que resulta da sua tese de doutoramento?

"Descentralização Financeira - Perspectivas para Angola" é o título do livro escrito entre 2010 e 2016, resulta da minha tese de doutoramento defendida em 2018. Essa obra, de pendor científico, vai ser apresentada hoje, em Luanda, no Auditório Maria do Carmo Medina, da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, depois do lançamento feito dia 18, na cidade do Lubango, em que o Professor Doutor Carlos Feijó, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, procedeu a apresentação do livro.

A obra traz vários contributos do ponto de vista da doutrina das Ciências Jurídico-Económicas. Escreveu-se muito sobre a institucionalização do poder local autárquico e autónomo em Angola, na perspectiva política, mas, do ponto de vista académico-científico, essa obra é pioneira na compreensão da dimensão da descentralização financeira, ou seja, sobre as finanças locais como elemento fundamental da institucionalização do poder local autárquico e autónomo. Porque uma coisa é ter uma ideia vaga sobre o que é uma descentralização financeira e outra é ter fundamentos do ponto de vista académico-científico que darão suporte à implementação efectiva das autarquias locais. A obra serve de bibliografia fundamental, sobretudo para as Ciências Jurídico-Económicas e Jurídico-Políticas, não só em Angola, mas no mundo.

Tratando-se de uma obra científica, o que realmente traz de novo?

Conforme disse anteriormente, esta obra científica, no que tange à institucionalização do poder autárquico e autónomo em Angola é a primeira, ao nível de doutoramento, que aborda as finanças locais ("ius condendo"), por isso, o Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira, professor catedrático da

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ao prefaciá-la, sublinhou: "A dissertação do Doutor Ovídio Pahula vai precisamente nesse sentido, como resulta claramente da introdução em que o autor explicita que visa uma melhor compreensão do fenómeno da descentralização em geral e financeira em particular, para o que se propõe discernir os conceitos de descentralização e figuras afins, reconstruir o quadro legal atinente ao processo de descentralização, analisar como se devem desenvolver as relações entre o Estado e as entidades descentralizadas e discutir os caminhos para uma melhor descentralização financeira em Angola. Elenca, a este propósito, um conjunto de questões totalmente pertinentes, a que vai procurar dar respostas devidamente fundamentadas".

Que modelo de descentralização financeira apresenta essa obra para a realidade angolana?

Do ponto de vista académico-científico, a descentralização financeira pode tomar várias perspectivas que estão bem desenvolvidas na obra. Todavia, todas as formas de descentralização só são consistentes, perenes e eficazes, em qualquer parte do mundo, se forem acompanhadas, rigorosamente, da descentralização financeira que é, sem sombra de dúvidas, a menina de olho da autonomia financeira do poder local autárquico e autónomo.

No seu ponto de vista, quais as mudanças que poderão ocorrer na vida dos cidadãos com a descentralização financeira?

A desconcentração é a transferência de competências do poder central para as províncias e municípios dentro da mesma pessoa colectiva pública (Governo), concretamente de Luanda, por exemplo, para o interior do país mas dentro da mesma pessoa colectiva pública. Todavia, os governadores provinciais, administradores municipais e comunais, por exemplo, estes dependem de Luanda, porquanto, estamos em presença da desconcentração. Com efeito, as autarquias locais já não são o Estado. São pessoas colectivas públicas, distintas do Estado, de população e território, eleitas pelas comunidades e que vão defender os interesses próprios e específicos dessas mesmas comunidades. Quer dizer que os autarcas vão prestar contas às comunidades e não vão prestar contas ao Governo. Aqui, estamos perante a descentralização. Hoje, estamos perante a desconcentração, apenas, porque os governadores provinciais e os administradores municipais cumprem ordens do Governo Central, ainda que não satisfaçam os interesses próprios e específicos das comunidades dos territórios que dizem "governar".

A descentralização financeira terá impacto directo na qualidade da gestão das despesas públicas?

Sim, e repare que hoje em dia já se fala do orçamento participativo, porque a assembleia autárquica vai ser uma espécie de parlamento local. Então, vai defender os interesses próprios e específicos das comunidades locais. Portanto, os cidadãos irão dizer: "Agora, nós não queremos que se construam duas escolas, queremos que se construam dois hospitais". Como os recursos, do ponto de vista económico, são sempre escassos, serão as próprias comunidades, através das assembleias autárquicas, que vão sugerir, por exemplo, que no Orçamento (OGE) de 2024, queremos que se faça isso ou aquilo. Hoje, isso não se verifica.

Pode-se, realmente, ouvir o Conselho de Auscultação municipal, mas, as opiniões não são tão vinculativas como se fossem de uma assembleia autárquica.

Em relação ao controlo e responsabilidade financeira, como deverá ocorrer na perspectiva das autarquias locais?

O controlo e a responsabilidade financeira, na perspectiva das autarquias locais, ocorre em três níveis: a responsabilidade política, que é feita perante a assembleia autárquica, a responsabilidade administrativa e financeira, que ocorre com a actuação dos órgãos de inspecção do Ministério das Finanças, por exemplo, cuja missão incide sobre se a execução orçamental está em conformidade com as suas regras tradicionais e com a lei. E, depois, a intervenção jurisdicional, que se faz através do Tribunal de Contas. São esses os três níveis de controlo e responsabilidade financeira que vão estar perante as autarquias locais. Não haverá necessidade de o processo de controlo e fiscalização orçamental passar pelo Parlamento. A Assembleia Nacional não interfere no funcionamento das autarquias.

O Ministério das Finanças fica com intervenção reduzida?

O Ministério das Finanças vai zelar sempre pela gestão dos recursos financeiros do Estado. Agora, o que nós temos que aferir, aqui, é que na perspectiva da descentralização, as formas de alocação dos recursos serão diferentes da perspectiva actual da desconcentração. Porque a Lei das finanças locais é diferente do regime financeiro local que vigora hoje. A diferença é que o Ministério das Finanças, do ponto de vista jurídico-legal ("ope legis"), é obrigado a alocar os recursos às autarquias locais só que, agora, no âmbito da descentralização.

Não havendo liquidez, quais serão as implicações?

Muitos recursos que hoje são alocados à Conta Única do Tesouro, na perspectiva da desconcentração financeira, hão-de ficar retidos na fonte, ou seja, já não serão canalizados directamente para a Conta Única do Tesouro (CUT). Para a CUT irá uma só parte, depois, surgirão fundos, por exemplo, o designado por Fundo de Equilíbrio Municipal, entre outros.

O quê que lhe preocupa em relação às despesas públicas?

O maior problema que temos é a centralização excessiva. Porque a centralização excessiva do faz com que a qualidade da despesa pública seja deficiente, esta é a primeira preocupação. Em segundo lugar, nós temos um problema crónico que não conseguimos acertar desde a Independência até aos nossos dias, que é a política monetária, fiscal e cambial. Este é um desafio extremamente sério que o Governo tem de resolver. Há países em que especialistas, professores doutorados, são financiados pelo Estado só para dar soluções. Porquê que nós, desde a Independência, até hoje, não conseguimos estabilizar do ponto de vista económico e financeiro, o país? O que se passa? Porquê que não conseguimos ter uma política monetária, fiscal e cambial estável? Pode haver variações, mas não a um nível de inflação de 100 por cento, ou mais do que isto. Não há nenhuma sociedade que aguento.

E que soluções aponta para uma reviravolta?

As soluções dos problemas políticos, económicos, sociais e culturais estão na academia! Não podemos desprezar a academia. Não podemos desprezar aqueles que fazem Ciência. Porque os países desenvolvidos dão importância à academia, então a Ciência é que, seguramente, lhe dá a solução dos problemas políticos, económicos, sociais e culturais. Precisamos de potenciar as nossas instituições. E quando nós sabemos que um quadro Y, beta ou gama, que tenha nascido no Rivungo ou Dirico pode contribuir com o seu conhecimento, então teremos que potenciá-lo e aproveitá-lo ao máximo.

Se conhecemos o quadro que tem competência numa determinada área, porquê que não pode ser convidado para o aparelho central do Estado, não importa se vive no Norte, Sul ou Leste. E por outro, porquê que os salários mais baixos da SADC são de Angola, sendo o país que mais tem recursos naturais, a nível da região e, quiçá, do mundo. Então alguma coisa, aqui, está errada. A Ciência no nosso país está em último lugar no que tange às prioridades do Governo.

Do ponto de vista económico e social, se tiver que nos relatar de situações concretas que a obra foca, o que destacaria?

Por vezes, as pessoas se dirigem para a Administração Municipal – no interior do país - e não podem dar um passo sem que, realmente, haja ordens de Luanda. Vejamos, se um empreendedor apresentar um projecto agropecuário num dos bancos depara-se com o seguinte: "Você pode entregar aqui o teu projecto a solicitar financiamento, mas tudo vai ser decidido em Luanda". Estamos diante de uma centralização excessiva.

Por isso, com essa descentralização financeira vai ser possível descongestionar as principais cidades. Luanda, com cerca ou mais de 10 milhões de habitantes, efectivando-se a descentralização financeira os cidadãos hão-de abandonar as grandes cidades, incluindo Luanda, para se fixar noutras paragens do território nacional. Portanto, havendo efectiva descentralização financeira para as províncias e municípios, muitas pessoas que estão em Luanda deslocar-se-ão para o interior o que vai fazer que haja um desenvolvimento harmonioso e equilibrado, quer das próprias populações, quer do território.

Qual foi o custo da obra?

Esta obra orçou cerca de 14 mil euros. Repare que esta obra foi publicada pela colecção Teses, da Editora Almedina que, simplesmente, é a melhor editora portuguesa e uma das melhores do mundo. Só se publicam, nessa colecção, teses de doutoramento defendidas na Faculdade de Direito de Lisboa e na de Coimbra, fundamentalmente. Por isso, é que eu defendo a descentralização. Porquê é que o fundo de investigação e publicação de obras tem que ficar centralizado em Luanda?; não há necessidade. Tem que ser alocado nos conselhos científicos das faculdades de todas as províncias do país, pois, são esses organismos que produzem Ciência e que vão dizer que a obra do professor fulano está em condições de ser publicada.

Conteúdo do livro

"Descentralização Financeira – Perspectivas para Angola" pertence à colecção Teses das Edições Almedina, uma das mais prestigiadas em Portugal. Prefaciada pelo renomado professor catedrático Eduardo Paz Ferreira, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que destaca o seguinte: "Depois de uma aprofundada investigação pela história, o Doutor Ovídio Pahula define a descentralização como 'o acto pelo qual o Estado permite que determinados interesses e actividades administrativas e até políticas sejam prosseguidas e

realizadas por outras pessoas colectivas distintas do mesmo Estado. Significa que as populações residentes num determinado território (município e/ou comuna em Angola) elegem os seus órgãos representativos para realizarem actividades comuns e próprias no âmbito da defesa de interesses comuns específicos sem qualquer dependência hierárquica".

Com revisão editorial de Isaiás Hipólito, "Descentralização Financeira – Perspectivas para Angola" contém duas Partes, sendo a Parte I denominada Descentralização, contendo 3 capítulos, designadamente: "Noção, Conceito, Formas de Descentralização e Figuras Similares"; "Descentralização Financeira" e "A Descentralização em Portugal, Moçambique e Cabo Verde". A Parte II, denominada A Descentralização em Angola, contém 4 capítulos, designadamente: "Período Colonial", "Período da Independência", "Caracterização da Situação Actual" e "Perspectivas de Evolução da Descentralização Financeira em Angola".

5.2 As autarquias

Jornal O PAIS

17 De Novembro de 2023

Passam-se os meses, ouvimos dos políticos, sobretudo os da oposição, acusações de que não existira por parte do partido no poder, o MPLA, interesse de realizar, num curto espaço de tempo, as esperadas eleições autárquicas.

Passam-se os tempos, a convocação de muitos, incluindo até integrantes da própria sociedade civil, e a de que o Presidente da República, João Lourenço, verdade seja dita, trouxe à baila o assunto e deveria convocar estas eleições em cada pronunciamento que faz.

No último discurso sobre o Estado da Nação, houve quem também tivesse esperado do Presidente um pronunciamento mais concreto sobre as eleições autárquicas, vistas por muitos como urna suposta tabua de salvação para os inúmeros problemas económicos e sociais que vivem os municípios. Um dos entrevistados que encontrei, enquanto jornalista, tinha uma visão contrária, acreditando mesmo que as Autarquias também serão uma espécie de municipalização da corrupção, tráfico de influência e nepotismo, a semelhança do que ocorre em muitos países, incluindo os ditos desenvolvidos. Entretanto, e sabido que, enquanto não se ultrapassar o imbróglio a nível do Pacote Legislativo Autárquico, dificilmente haverá qualquer convocação, embora do outro lado, isto é, do Executivo, existam sinais de que se esteja a

criar condições com a construção e inauguração de estruturas autárquicas.

Por exemplo, para o Orçamento Geral de Estado do próximo ano de 2024, que vai agora a discussão nas comissões de especialidade, estão previstos 13 mil milhões de kwanzas para a construção de infra-estruturas autárquicas, assim como uma reserva de perto de 50 mil milhões de kwanzas para a criação de condições e implementação do pleito.

Felizmente, a maioria das leis que constam do Pacote Legislativo Autárquico acaba por ser aprovada com quase unanimidade entre os partidos políticos que compunham a anterior legislatura, incluindo os dois principais contendores, a UNITA e o MPLA. Desde Maio de 2020, isto é, há cerca de quatro anos, que se espera pela Lei de Institucionalização das Autarquias, o último documento é, por sinal, aquele em que se esperam maiores dificuldades de um consenso entre os grandes.

É sabido que o MPLA, por si só, pode muito bem fazer passar o referido documento. Se assim entender, devido à maioria que possui na Assembleia Nacional, mas ainda assim tem optado por um documento mais consensual ao lado dos seus adversários.

É expectável que na legislatura que agora começou, tarde ou cedo, se busque e conclua o referido pacote autárquico. Mais do que a apetência que se observa em se chegar ao poder, que é próprio nas organizações políticas, espera-se que se consigam entendimentos e concessões para que não se estenda a realização das autarquias para um período distante nem que seja um processo marcado pela desorganização em vários locais,

Afinal, a entrada em cena de novos municípios, como avançou o Presidente da República, vem acrescer novos entes nesta luta que ainda tem muito para mostrar até à sua real efectivação.

5.3 Executiva reserva 49 mil milhões de kwanzas para preparação e implementação das autarquias

Jornal O PAÍS

17 De Novembro de 2023

Com receitas e despesas estimadas em 24.7 biliões de kwanzas, e rojeções feitas com base no preço médio do barril de petróleo de 65 dólares, o OGE-2024 prevê receitas para a construção de infra-estruturas autárquicas, com um valor estimado em 13.549.030.650.00, ao passo que o Executivo reserva

para preparação e implementação das Autarquias 49.000.000.000.00 (quarenta e nove mil milhões de Kwanzas).

Dado o cenário, sendo que o mesmo já foi aprovado na generalidade esta semana, políticos e analistas em questões políticas não anteveem a realização delas para breve, uma vez que falta a aprovação da proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais em Angola, para completar o pacote legislativo, depois de já aprovadas a Lei sobre o Regime Geral de Cooperação Interautárquica e da Lei do Estatuto dos Titulares dos Órgãos Autárquicos.

Assim sendo, sem esse instrutivo legal fica condicionado a convocação das eleições. Assim, fica adiado o "sonho" para eleições em 2024, como aspiravam os partidos políticos com e sem assento parlamentar, assim como de cidadãos que auguravam em concorrer para uma câmara municipal fora da ligação dos partidos políticos tal como acontece nas eleições gerais, em que estes devem integrar uma lista partidária.

Desse modo, sem aprovação da última lei ficam goradas as expectativas para a efectivação das eleições autárquicas. O Titular do Poder Executivo, João Manuel Gonçalves Lourenço, por sua vez, e aquando da apresentação do Estado da Nação a propósito da abertura do II ano Parlamentar da V legislatura, atribuiu essa responsabilidade à Assembleia Nacional.

Do lado do Executivo, tal como referenciou o Chefe de Estado, há reformas na administração local do Estado para reforçar a sua organização e a sua capacidade institucional, para que promova uma governação cada vez mais participativa e para que estejam sempre bem preparadas para os desafios da descentralização administrativa resultante do processo de institucionalização das autarquias locais. "Estão concluídas as primeiras duas infra-estruturas administrativas e autárquicas e mais seis estão em construção, assim como 34 complexos residenciais administrativos para facilitar a colocação de quadros nos municípios e 32 assembleias municipais", anunciou o Presidente da República, acrescentando que "estão em fase final os trabalhos para alteração da divisão político-administrativa, perspectivando-se, numa primeira fase, a criação de mais duas províncias, uma através do Moxico e outra pelo Cuando Cubango".

"Por sinal as duas maiores províncias do país, e o aumento do número de municípios em todas as províncias. Com este exercício teremos poder administrativo mais próximo dos cidadãos e mais

capaz de abordar a resolução dos problemas das comunidades", salientou Joao Lourenco,

Partidos politicos

Sem o pacote legislativo aprovado, o Presidente da Republica não pode convocar eleições autárquicas, referiu fonte deste jornal. Ainda assim, o presidente da Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE), Manuel Fernandes, em declarações a o País, disse que o cenário não o surpreendeu, país não esperava que haveria eleições apesar de estar consagrado desde o primeiro projecto de Lei Constitucional de 1992.

Para o político, há falta de interesse do Titular do Poder Executivo para que esse desiderato ocorra. "o MPLA tem de partilhar o poder", sentenciou Manuel Fernandes, rebatendo que "a culpa pela não realização das eleições e do Chefe do Executivo e não da Assembleia Nacional", porque, segundo justificou o político, "os deputados do MPLA estão amarrados às ordens do Presidente da Republica".

UNITA

Já o deputado Alcides Sakala, da UNITA, lamentou o facto de o MPLA continuar a adiar a vontade do povo e de um direito constitucionalmente consagrado, no âmbito da descentralização político-administrativa, que compreende a existência de formas organizativas do poder local.

Outro deputado da oposição, membro do Bloco Democrático, mas alistado à UNITA através da Frente Patriótica Unida (FPU), ouviu Kilumbu, entende que a construção de infra-estruturas autárquicas que o Executivo prioriza não tem legitimidade por não resultar de consulta aos cidadãos.

MPLA chefe de legalidade

O deputado do grupo parlamentar do MPLA e relator do Orçamento Geral do Estado-2024, Joao Mpilamosi Domingos, esclareceu, em defesa do seu partido, que a Assembleia Nacional ao receber a proposta do OGE procura olhar apenas para os aspectos técnicos elegais.

Neste sentido, de acordo com o relator do OGE-2024, na proposta não foram registadas irregularidades técnicas, nem ilegais. De resto, esclareceu mais uma vez, que quem controla as finanças e o Executivo, que também é o que define as prioridades do país.

"Se não há verbas para a realização das eleições autárquicas, e o Executivo que, em sede da discussão do Orçamento Geral do Estado, deve dar as devidas

explicações a respeito", finalizou Mpilamosi Domingos.

A proposta

A proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado 2024 concretiza as orientações de política económica do Executivo consagradas no Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027. É elaborada de acordo com as disposições do artigo 104º da Constituição da República de Angola e a Lei nº 15/10, de 14 de Julho de 2010, Lei do Orçamento Geral do Estado.

Apresenta a estimativa de todas as receitas a arrecadar pelo Estado e fixa o limite de despesas autorizadas para todos os serviços centrais, institutos públicos e órgãos locais, fundos autónomos e segurança social, em respeito aos princípios da unidade e da universalidade do OGE.

5.4 Lançado projecto sobre divulgação do pacote legislativo autárquico

Jornal de Angola

19 De Novembro de 2023

Texto: Nicolau Vasco

Membros do Governo, representantes de partidos políticos, jornalistas, organizações da sociedade civil, entidades religiosas, autoridades tradicionais e estudantes universitários testemunharam, sexta-feira, na cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, o lançamento do projecto sobre divulgação do pacote legislativo autárquico junto das comunidades.

A iniciativa, denominada "Construindo Pontes para a Literacia Autárquica" está a cargo da ONG Missão de Beneficência Agropecuária do Kubango, Inclusão, Tecnologias e Ambiente (MBAKITA).

Em declarações à imprensa, o presidente do Conselho de Administração da MBAKITA, Pascoal Baptistiny, afirmou que o projecto visa disseminar o conhecimento do pacote autárquico junto das comunidades angolanas que, em breve, vão ver a sua implementação, uma vez que a Assembleia Nacional já aprovou nove leis das dez definidas.

Pascoal Baptistiny realçou que o projecto Construído Pontes para a Literacia Autárquica está avaliado em 300 mil dólares e é financiado pela ONG sul-africana "Fundação de Obras de Democracia", especializada na promoção de educação cívica para as eleições locais em vários países de África.

O responsável disse que o projecto será executado num período de 12 meses, nas províncias do Cuando Cubango, Cunene, Huíla, Moxico, Namibe, Lunda-Norte e Sul, com a realização de palestras sobre o processo autárquico.

Pascoal Baptistiny acrescentou que, para o Cuando Cubango, além de Menongue, o evento se estenderá aos municípios do Cuito Cuanavale, Calai, Cuangar e Dirico. Afirmou que o projecto, que conta com a parceria do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, numa primeira fase, abrange a classe jornalística, organizações da sociedade civil, membros do Governo, partidos políticos, entidades religiosas, estudantes universitários e autoridades tradicionais.

Baptistiny explicou que o tema possui vários objectivos específicos, sobretudo aumentar a capacidade de conhecimento e auto-estima dos cidadãos de participarem activamente nos processos eleitorais locais, adicionar a consciencialização dos cidadãos sobre a importância da administração local, entre outros propósitos.

"Neste sentido, precisamos levar a informação a toda a população das províncias seleccionadas para que possa ter, pelo menos, o ABC do que são autarquias ou simplesmente do que é o poder local, uma vez que os cidadãos são elementos-chave nas autarquias, pois têm o direito de se envolverem nas decisões e nos processos que afectam as suas comunidades", disse.

Formação de formadores

Pascoal Baptistiny realçou que a etapa da implementação do projecto de divulgação será antecedida de formação de formadores que vão levar a cabo uma série de palestras.

O alvo principal serão os candidatos independentes e filiados aos partidos políticos, bem como as mulheres em matérias sobre liderança política. Os jovens serão capacitados sobre o poder local, e os jornalistas e observadores eleitorais sobre Metodologia dos Direitos Democráticos.

O administrador adjunto de Menongue, Joaquim Samba, disse que os desafios das eleições autárquicas são enormes, sobretudo na gestão eficiente dos recursos financeiros, prestação de serviços públicos de qualidade, promoção da transparência e combate à corrupção, inclusão e participação de todos os segmentos da sociedade e adaptação às mudanças sociais económicas e ambientais.

Por isso, considerou imperioso que toda a sociedade seja chamada a participar para que as autarquias locais sejam determinantes no planeamento urbano e

ordenamento do território a nível dos municípios e comunas do país, abrandando as assimetrias.

No Cuando Cubango, em particular, referiu que a implementação das autarquias vai ser um facto, acreditando que as mesmas vão permitir a arrecadação de mais receitas, visando contribuir no desenvolvimento territorial, sobretudo nos municípios distantes da sede provincial. "Embora haja uma tímida divulgação, nota-se que a população carece de conhecimento e informação real e fundamental quanto aos benefícios do sistema autárquico que dará autonomia financeira aos municípios, cujos maiores beneficiários serão as comunidades", referiu.

5.5 Executivo quer transformar os municípios no núcleo do desenvolvimento nacional

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2023

Texto: Paulo Caculo

Ao discursar na cerimónia de abertura oficial das portas da infra-estrutura construída no âmbito da carteira de projectos do PIIM, o ministro assegurou que a transferência de competências não é um acto que se concretiza por si mesmo, considerando necessário potenciar a receita local e disponibilizar os recursos humanos e materiais, para que os órgãos e serviços cumpram a missão.

"Refiro-me a potenciar a receita local e não a disponibilização de recursos financeiros", acrescentou, realçando que essa última implica, em regra, um comportamento passivo, enquanto a primeira reclama a proactividade e pragmatismo.

Os órgãos locais, referiu ainda o ministro, devem cumprir sempre o primado da lei, serem "mais activos e engenhosos" na dinamização de iniciativas, capazes de aumentar a arrecadação de receitas próprias por via do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado.

"É preciso que cada administrador municipal consiga identificar e alavancar o potencial económico da circunscrição territorial que dirige e executa as políticas públicas de acordo com o contexto, sem deixar ninguém para trás", acrescentou, assegurando estar seguro de que, deste modo, se combateriam as assimetrias locais e se promoveria o desenvolvimento harmonioso do país. A Infra-Estrutura Administrativa Autárquica, construída num espaço de 50 mil metros quadrados, segundo o ministro, é a primeira de um total de oito em execução nos

municípios de Belas, Negage, Catumbela, Cuito, Menongue, Cacongo, Cuanhama e, logicamente, Saurimo.

Construído em 18 meses, o edifício, de um andar, comporta dois auditórios, quatro secretarias, escritórios, zona verde, iluminação exterior, guarita e um parque de estacionamento com capacidade para 90 viaturas.

"Visa acolher, numa primeira fase, os Serviços da Administração Municipal e, posteriormente, a Câmara e a Assembleia da Autarquia, que vierem a ser instituídas nessa circunscrição territorial", esclareceu o governante.

As infra-estruturas autárquicas, disse, são os projectos de maior dimensão da carteira do PIIM, sob responsabilidade do Ministério da Administração do Território, adicionadas a 36 Complexos Residenciais Administrativos e 33 Projectos de Reabilitação, Ampliação e Apetrechamento de Infra-Estruturas Municipais.

"Com a implementação do PIIM, procurámos alcançar dois objectivos estratégicos, nomeadamente: Governação de Proximidade e Desenvolvimento Harmonioso e Inclusivo do País", enfatizou Dionísio da Fonseca, justificando a estratégia de proximidade, por assegurar uma administração mais presente na vida do cidadão e permitir que o cidadão esteja mais presente.

O ministro defendeu, igualmente, uma administração mais eficiente e eficaz na resolução dos problemas dos cidadãos, destacando a participação dos órgãos e serviços municipais mais resilientes, face aos vários desafios e choques económicos, climáticos, políticos e sociais presentes e futuros.

O programa de desconcentração e descentralização administrativa e financeira implementado, segundo o governante, tem esta finalidade, de reforçar cada vez mais a execução dos projectos e assegurar que o município seja, efectivamente, o epicentro do desenvolvimento nacional.

Dionísio da Fonseca afirmou, ainda, que a desconcentração é uma locomotiva em sentido progressivo, sustentando o facto com as evidências do Despacho Presidencial n.º 237/23, de 18 de Outubro, que autoriza a transferência da competência da gestão dos perímetros irrigados para os governos provinciais do Bengo, Huíla, Cuando Cubango, Moxico, Cuanza-Norte e Cuanza-Sul.

"Ao afirmarmos que o cidadão deve estar mais presente no dia-a-dia da Administração, pretendemos apelar a um comportamento de todos que valorizem

mais a vida, preservem o bem-comum e contribuam para o desenvolvimento urbano das comunidades", referiu.

Potencial das cidades

O ministro da Administração do Território considerou as cidades do país detentoras de potencial para serem referência nacional. No que ao caso concreto de Saurimo diz respeito, Dionísio da Fonseca elogiou o facto de ser uma cidade em que os habitantes desenvolvem mais trabalho comunitário nos domínios da Limpeza Pública, da Preservação Ambiental, da Manutenção e Conservação dos Jardins e de todos os empreendimentos económicos e sociais postos à disposição.

"Precisámos engajar todas as comunidades na conservação dos bens. Não podemos continuar a observar impávidos e serenos os actos de vandalismo contra o património público", argumentou o governante.

Acidentes

A segurança rodoviária na Lunda-Sul preocupa o ministro. Como prova disso, Dionísio da Fonseca apelou para a necessidade de os mototaxistas exercerem o trabalho livres de riscos, alertando que a actividade pode e deve ser desenvolvida com maior segurança, por via da utilização dos capacetes e do respeito às regras de trânsito.

"Assumamos esse compromisso, não apenas por mera imposição legal ou administrativa, mas como uma medida de preservação da vida e da integridade física dos cidadãos", exortou o ministro, chamando a atenção para a gravidade dos números de vítimas de acidentes de viação por motociclo.

"Durante o último mês, foram registados 1.148 acidentes de viação, a nível nacional, que tiveram como consequências 227 mortes e 1.355 feridos, com média de 56 mortes por semana e 338 feridos", lamentou, ressaltando o facto de, entre Janeiro e Outubro deste ano, a Lunda-Sul ter registado 375 acidentes, entre os quais colisões de automóveis e motociclos, despistes seguidos de capotamento e atropelamentos.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Vizinhos da linha férrea cadastrados na Baía para novos destinos

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

Embora entre alguns moradores com as casas recentemente cadastradas pelo Caminho-de Ferro de Luanda (CFL) se partilhe a informação segundo a qual eles serão realojados na zona NGolombe, adstrita a comuna do Bom Jesus, município de leolo e Bengo, eles as seguraram a OPAÍS que não há nenhuma certeza em relação ao destino.

"Das poucas vezes que os homens das administrações municipal de Viana e distrital da Baía estiveram connosco para abordar sobre esta situação, não avançaram nenhum destino concreto.

Ora falavam do NGolome, ora do Zango Zero ou quilometro 38", disse o senhor Manuel, o morador proprietário de uma residência res-do-chão e primeiro andar, próximo da Administração Distrital da Baía.

Registada com o número 007, a sua residência de quatro quartos, duas salas, uma cozinha, quartos de banho, dispensa, um quintal grande e terrace foi apenas escriturada como compensação de duas casas sociais, o que o proprietário não aceita, reclamando que não há equivalência na oferta.

"Disse-lhes apenas para serem justos e seguirem a máxima que diz que "O Estado é uma pessoa de bem", referiu Manuel, para quem a comissão de negociação do CFL tem de ser mais aberta e conversar com os moradores, de forma directa.

Lembrou que as duas tentativas de contacto que a comissão de cadastramento fez consigo aconteceram por via de telefonemas.

Outro sinal da equipa do CFL mandatada no terreno da Baía foi uma notificação conjunta a que teve acesso, a partir dos vizinhos, que, de acordo com ele, era pouco explícita.

Manuel denunciou a tendência de os homens da administração em engendrar uma chantagem aos habitantes dessa circunscrição das redondezas do mercado do quilómetro 30, em Viana, que os obriga a

provar a titularidade das suas casas com direito de superfície de terra.

"Nessa altura, essa é uma questão que não se coloca, tudo isso porque muitos de nós já solicitaram, várias vezes, esse documento e, até a data, a administração municipal não lhes concedeu mesmo", referiu.

O entrevistado aconselha a equipa destacada para o cadastramento das residências da Baía a negociar, de forma aberta e sincera com os proprietários das referidas residências.

O espaço pertence à CFL e foi ocupado legalmente

A tentativa de contacto que este jornal fez com a companhia ferroviária, para obter um esclarecimento oficial sobre o cadastramento e o destino dos moradores das casas já registadas, não teve resposta de dirigentes que integram a comissão destacada no terreno.

Entretanto, o porta-voz do CFL, Augusto Osório, revelou que o objectivo da empresa é cadastrar, negociar e realojar mais de cem residências, de modo que se ganhe um espaço considerável da zona que facilite a visibilidade da estação, a partir da Estrada Nacional 12030 (EN 230).

Quando isso se concretizar, o local vai dar lugar a um parque de estacionamento, jardins e zonas de recreação ou lazer, soube OPAÍS da fonte, que se mostrou animada em ver, no futuro, o referido espaço mais urbanizado.

Até ao momento, a comissão do Caminho-de-Ferro de Luanda já cadastrou mais de 20 casas e, pelos indicativos que se podem ler, facilmente nas paredes das habitações visadas, confirma-se a intenção da companhia ferroviária de atingir uma ou mais centenas.

Por fim, o interlocutor deste jornal acusou os moradores dos arredores da estação de terem ocupado um espaço que já pertencia à estação ferroviária da Baía.

"Vivemos aqui há mais de 50 anos"

Antónia Simão, de 52 anos de idade, disse que nasceu mesmo na Baía, adiantando, por isso, que não faz algum sentido dizer-se que os moradores invadiram o espaço da estação. Ela contou que, há muito tempo, toda a área do caminho-de-ferro era cercada com barreiras metálicas para a delimitar.

"Nós vivemos aqui há mais de 50 anos e nunc a vimos a área da estação a chegar nos nossos espaços,

porque, se assim fosse, não nos deixariam construir aqui".

Quanto ao destino, alega ter sido informada que ela e os vizinhos com as casas cadastradas iriam ser realojados no quilómetro 38 de Viana, no condomínio Maqui. Mas o que Antónia Simão, seus familiares de casa e os vizinhos viram foram apenas fotografias de um centro habitacional.

"Eu gostei da planta das casas do tipo T3 que nos mostraram, mas vi tudo na fotografia, não sei se lá, no próprio local está mesmo assim", disse a actual proprietária de uma das casas ligadas ao limite da estação, que da cara com a esquadra policial do distrito da Baía.

Antónia Simão admitiu ter sido já informada sobre a oferta que vai corresponder ao seu quintal que comporta três residências, designadamente, a dela, a do seu filho e do seu irmão e um estabelecimento comercial. "Disseram-me que vamos receber três casas. Não se compara com o espaço e a casa que temos aqui, mas, se tiver água e luz, segurança e serviços, não há nada que fazer, senão aceitar", desabafou a senhora que consentiu já estar habituada ao barulho do comboio.

Seu irmão, Paulo Sande Domingos, informou que há coisa de três meses que certas equipas do CFL têm vindo a conversar com eles. Apenas numa ocasião tiveram contacto com uma equipa da área técnica da Administração Municipal de Viana, para tratar desse assunto.

Paulo considera que as negociações estão a correr de forma muito intermitente. Ao morador conforta o facto de saber o propósito da companhia ferroviária, mas preocupa-o facto de lhes terem sido mostradas as casas do destino por via de fotografias.

Por isso, aconselha os dirigentes do CFL a serem serios, sinceros e justos, a fim de se evitarem dissabores.

6.2 Presidente da República aguardado amanhã na província do Bengo

Jornal de Angola

5 De Novembro de 2023

Texto: António Canepa

Numa primeira fase, vão ser entregues, na nova centralidade, mil residências de tipologia T3, lojas, escolas primárias, secundárias, jardins de infância um

posto da Polícia Nacional, bem como um posto médico totalmente equipado.

Quanto ao Hospital, este terá capacidade para 200 camas e como novidade está o facto de, pela primeira vez, a província do Bengo contar com serviços de hemodiálise a funcionar na referida unidade hospitalar, além dos serviços de Medicina Geral, Pediatria, Cirurgia, e tantos outros, considerados essenciais nos cuidados médicos.

O novo Hospital vai contar, ainda, com 15 clínicas distribuídas em 24 blocos, várias valências que incluem um centro de investigação científica e de formação especializada dos técnicos.

Construído num espaço de 45 mil hectares, a nova infra-estrutura custou aos cofres do Estado mais de 60,1 milhões de dólares.

Enquanto isso, a euforia toma conta da cidade, onde tudo está a ser arrumado ao pormenor para receber o Chefe de Estado, que além das inaugurações, vai inteirar-se, também, da situação sócio-económica da província e baixar algumas orientações para que muitos problemas que atingem as populações, principalmente os jovens, sejam resolvidos.

A maioria dos jovens está preocupada com a habitação, e sonha com a casa própria, além de emprego. Logo, com a inauguração da nova centralidade, esperam ter uma boa oportunidade para realizar aquele sonho.

Portanto, todas as condições estão criadas à volta da recepção do Presidente da República e espera-se que venha a ser recebido por uma grande moldura humana e várias figuras e entidades, entre tradicionais, religiosas e da sociedade civil.

Por outro lado, as populações acreditam que a vinda do Chefe de Estado ao Bengo seja a oportunidade para exprimir as suas preocupações, como a melhoria das estradas para o escoamento de produtos do campo para a cidade, já que a província é potencialmente agrícola.

A aceleração das obras relacionadas com a distribuição da energia eléctrica em todo o território do Bengo, principalmente no triângulo dos Dembos e Nambuanguo, cujas empreitadas já tiveram início desde o princípio deste ano, bem como a situação do fornecimento da água potável a nível da cidade de Caxito e arredores, são outros assuntos que esperam apresentar ao Presidente.

O emprego é outro problema que as populações encaram com sérias preocupações, a tal ponto que muitas são as opiniões das pessoas que acham que a

entrada em funcionamento dos serviços do novo hospital, tal como a abertura da centralidade, devem ser portas de entrada para os jovens desta província conseguirem empregos.

Enquanto isso, na cidade são visíveis sinais de mudança, com ruas limpas, jardins reparados e um trânsito cada vez mais ordenado. Muitos edifícios foram pintados, ruas engalanadas e prontas para receber a visita do Chefe de Estado.

Com a entrada em funcionamento das duas infra-estruturas sociais ficam também garantidas as condições de mobilidade e habitabilidade a nível local.

Esta é a segunda centralidade que a província do Bengo dispõe, depois da do Capari.

Novo Hospital Regional

O novo Hospital Regional, localizado no Bucula, consta, também, da agenda de visita do Presidente João Lourenço, para a inauguração, nesta segunda-feira.

A população do Bengo acredita que o empreendimento vem para dar esperança de vida a muitos cidadãos, não só do Bengo, mas também de outras províncias, como por exemplo as mais próximas: Luanda, Uíge e Zaire.

Joana António, moradora daquela zona há dez anos, diz estar muito feliz por o hospital estar localizado no seu bairro. Mais do que isso, considerou ser uma mais-valia para os moradores e não só, por se tratar de uma estrutura de saúde de grandes dimensões.

Fez saber que, antes, tinha que apanhar uma mota ao preço de corrida de 250 kwanzas para chegar ao Hospital Geral do Bengo em busca de cuidados de saúde, mas, agora, com esta unidade sanitária, vai reduzir a distância e os gastos.

Diana Antónia tem três filhos e reside no bairro Mifuma há mais de 16 anos. Para a moradora, o novo hospital vai trazer vários benefícios por prestar serviços que necessitam, como o de hemodiálise para acudir os pacientes com insuficiência renal e encurtar a distância para Luanda à procura destes serviços. Agora, prosseguiu Diana Antónia, o Bengo está bem servido, pelo facto de ganhar duas novas infra-estruturas, sendo uma de habitação e outra de saúde.

O Hospital Regional do Bengo tem capacidade para 200 camas e, além da Hemodiálise, vai prestar serviços de Medicina Geral, Pediatria e Cirurgia.

As obras para a sua execução tiveram início em Agosto de 2021, num espaço de 45 mil hectares. A empreitada durou 18 meses e esteve a cargo da empresa Promed.

Para a construção do hospital, o Estado gastou um valor global estimado em 63,1 milhões de dólares.

Neste momento, o Hospital Regional está concluído e conta com 15 clínicas distribuídas em 24 blocos.

No Bengo, a rede sanitária é constituída por seis hospitais municipais, dois gerais, 22 centros de saúde, um materno infantil e 73 postos de saúde.

A província possui 105 médicos internos de especialidade, 26 médicos especialistas expatriados, 29 médicos especialistas nacionais, 1.477 enfermeiros, 398 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 158 em regime geral e 237 de apoio hospitalar, perfazendo um total de 2.430 técnicos de Saúde.

O complexo vai contar, ainda, com seis residências para profissionais de saúde e área de hemodiálise.

6.3 PR anuncia saída do governo na construção de centralidades

Jornal Expansão

10 De Novembro de 2023

O Governo vai deixar de construir centralidades futuramente, ficando apenas com a construção de casas sociais e a criação de condições para a auto-construção.

A informação foi avançada esta semana pelo Presidente da República durante a inauguração da primeira fase da centralidade Teresa Afonso Gomes, na província do Bengo. O "que chamamos de centralidades não são propriamente habitação social, portanto, há de chegar o momento, e não está muito longe; em que o Estado vai deixar de construir centralidades", disse João Lourenço.

Sem avançar um período concreto para concretização desta pretensão, o Chefe do Executivo explicou que apesar do anúncio do fim da construção de centralidades, ainda vão ser concluídas as que já estão anunciadas em algumas províncias do País.

"Há umas que já foram anunciadas, vamos manter o compromisso de construir. São os casos do Cuanza Norte, Malange, Mbanza Congo, Soyo e Cabinda. Mas depois disso não haver centralidades para mais ninguém", garantiu Presidente da República

Para Jolio Lourenco, a responsabilidade do Estado no sector criar políticas que facilitem a construção de habitação. Políticas que, por exemplo, tornem mais baratos os materiais de construção, de preferência produzidos localmente, e construir a chamada habitação social, que não são propriamente as centralidades.

"Portanto, o Estado vai fazer aquilo que lhe compete, que é construir habitação social e criar políticas para incentivar o sector privado nacional e estrangeiro a construir casas para venda, aluguer. E que surjam também cooperativas de habitação, bem como preparar e infraestruturar talhar, para a chamada auto-construção", defendeu

O presidente da República considera também que a questão da habitação e da responsabilidade de vários actores. "Deve haver outros actores do sector privado, cooperativo, cidadãos, cooperativas, assim como os homens de negócios de outras áreas, desde que queiram também investir neste sector construindo habitação para venda e arrendamento".

O anúncio da saída do Governo da construção de centralidades peca por tardia, segundo o presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola, que espera agora momentos com a banca no financiamento a construção de habitações,

"Aplaudimos esta medida que já deveria ser tomada antes. Com este pronunciamento do Presidente da República o sector privado deve assumir a construção de habitações, por isso esperamos que a banca tenha agora outra postura a nível de financiamentos", defendeu Massada Culembala, em entrevista a LAC. F.D.

6.4 Novo Aeroporto: um projecto de desenvolvimento ou um Elefante Branco

Novo Jornal

10 De Novembro de 2023

Segundo o que me foi dado a perceber, na realidade, o 'elefante branco' é uma espécie de elefante, que existe na Ásia e possui um grande valor simbólico entre os tailandeses. Espero muito sinceramente que o valor do nosso aeroporto não seja apenas simbólico, como afirmam as vozes mais cépticas!

Em linguagem coloquial, 'elefante branco' é o nome dado a obra ou projecto criado ou construído, que não possui quase nenhuma utilidade para a sociedade, ou caso possua, os benefícios palpáveis estão muito aquém dos gastos efectuados.

Na história recente de Angola, por exemplo, existem diversos 'elefantes brancos', como os estádios de futebol, pavilhões construídos para as Taças de África e Campeonato do Mundo em Hoquei em Patins (que Angola organizou), viadutos e estradas que não auxiliam no fluxo de trânsito, hospitais e outros investimentos públicos que foram construídos, equipados, mas que funcionam muito aquém da sua capacidade instalada, sem falar das muitas infra-estruturas e equipamentos que pura e simplesmente foram abandonados, sendo alguns até antes de serem terminados.

Normalmente, estes investimentos são bastante caros e alguns chegam a ser de utilidade nula ou reduzida. Como contribuinte, eu gostaria de que esse não fosse o caso do novo Aeroporto de Luanda!

Considerado por uns uma obra valiosa, por ser um importante ponto de conexão entre os diferentes modos de transporte, e uma infra-estrutura valiosa para o desenvolvimento económico que se pretende alcançar a breve trecho.

Considerado por outros mais uma daquelas infra-estruturas que custaram muito dinheiro, mas que não terá a utilidade ou os benefícios económicos que se está a atribuir-lhe, o Aeroporto Doutor Agostinho Neto tem vindo a ocupar um grande espaço no debate entre nós.

Para os mais entusiastas deste projecto, um aeroporto desta dimensão vai tornar Luanda numa importante placa giratória da nossa região, ao ponto de poder competir com outras grandes cidades que possuem infra-estruturas do mesmo calibre.

Para os menos entusiastas, ele não passa de mais uma daquelas infra-estruturas que custaram muito dinheiro, sem que, contudo, se possam retirar dela benefícios proporcionais a seu custo, daí que há quem use a expressão 'elefante branco', por suspeitar vir a tratar-se de mais um dos muitos projectos que vimos surgirem e desaparecerem do nada.

O entusiasmo justifica-se, em parte, porque, em outras paragens aeroportos com esta envergadura, são um importante impulso para as economias locais e fazem parte dos planos de desenvolvimento regional ou nacionais.

Em Angola, o cépticismo também tem a sua razão de ser, porque nos acostumamos a ver surgirem do nada projectos de grande envergadura, que não possuem qualquer serventia a médio e longo prazos, mas que não podem ser dispensados e, por isso, devem ser mantidos a todo o custo, devido aos recursos neles empregues.

Para mim, tão compreensível como o entusiasmo daqueles que acreditam que este aeroporto vai assumir um papel importante no desenvolvimento económico do País, e o cepticismo de algumas pessoas que consideram irrealistas as projecções que se fazem em relação aos benefícios económicos desta mega infra-estrutura.

O que me preocupa em tudo isto é o facto de não termos uma cultura de escutar e analisar (diferente de ouvir para contestar!) os argumentos de uns e de outros, pois é bem conhecida a forma como muitos de nos lidamos com quem pensa de modo diferente.

Porque, independentemente dos argumentos em favor ou contra, eu gostaria de perceber se, com o novo aeroporto, estão, de facto, criadas as condições para se impulsionarem os investimentos que induzirão o desenvolvimento económico e social do País, província e dos municípios que circundam este grande complexo aeroportuário, como se propala.

Em meu entender, a criação destas condições não se faz apenas com acções de propaganda, como temos vindo a assistir nestes dias que antecedem a sua inauguração.

Elas dependem de uma mudança de visão por parte do Estado angolano, proprietário e gestor desse e outros aeroportos no País, muitos deles inoperantes ou com resultados a quem do propalado, como foi o caso dos aeroportos de Ndalatando, Kuito Kuanavale e Luau, sem falar do Aeroporto da Catumbela, que foi equipado e preparado para servir como aeroporto internacional, mas, até hoje, só funciona como aeroporto doméstico, sem que tenhamos acesso a qualquer informação oficial em relação ao que realmente se passou.

Em meu entender, não podemos falar do novo aeroporto olhando exclusivamente para o edifício ou as infra-estruturas de service que ele comporta, e necessário que se pense no novo aeroporto como um equipamento que serve para aumentar a produtividade das empresas, gerar empregos estaveis e de longo-prazo, conectar as redes de transportes, valorizar os bairros que estão na sua periferia, recuperando as suas condições infra-estruturais e oferecendo oportunidades de negocio decente. Será que tudo isto vai acontecer? Há algum plano para tal que ainda não sabemos? Ou se espera que tudo isso venha a ocorrer de modo automatico?

Estando, a poucos dias da sua inauguração, devo confessar que dois sentimentos contraditórios me assolam. Por um lado, tenho vontade de ser optimista, mas também quando reflecto naquilo que

não me é dito ou me é informado em forma de propaganda, um certo cepticismo me assalta.

Em resumo, eu gostaria de ver este novo aeroporto transformar a realidade económica de Luanda e do País, em geral, sentir que o mesmo está integrado nos planos de desenvolvimento económico dos municípios mais próximos e que a sua imponente infra-estruturas seja adaptada às condições dos seus diferentes usuários e geridas de maneira adequada. •

6.5 Campus Universitário da UAN está a ser "engolido" por casas e condomínios

Jornal Expansão

17 De Novembro de 2023

Texto: Horácio Bapolo

O espaço reservado para o projecto de expansão do campus universitário da Faculdade Agostinho Neto (UAN), localizado no distrito urbano do Camama, em Luanda, ao & poucos está a ser 'engolido' pelas casas, casebres, e condomínios que vão surgindo ao redor, invadindo assim, o recinto académico.

Há quem diga que esta invasão é consequência da demora do início das obras que marcariam a segunda fase e conclusão das obras do Campus Universitário da Universidade Agostinho Neto, inaugurado em 2011 pelo então presidente José Eduardo dos Santos.

Em Outubro de 2021, no seu discurso sobre o "Estado da Nação" o Presidente da República garantiu que 2022 seria a data do início das obras de conclusão do Campus. Cinco meses depois, em março do ano passado, João Lourenço autorizava, por ajuste directo, a verba de 300 milhões USD para a empresa Globaltec Desarrollos e Ingeniería dar forma à empreitada de concepção, construção e apetrechamento de edifícios para as faculdades e institutos da UAN.

Mas, nem com isto as obras arrancaram. A Instituição garante que o projecto já foi remetido ao Ministério do Ensino Superior e vai avançar em breve, uma vez que já foi feito um levantamento e o estudo dos espaços em função das especificidades de cada faculdade.

"Tudo já está sob responsabilidade do ministério. Há uma equipa que está a trabalhar no levantamento sobre o projecto, concretamente a concepção dos edifícios e os laboratórios", avançou Pedro Magalhães, reitor da Instituição, acrescentando que "espera-se agora que a equipa termine o seu trabalho.

O projecto da UAN para as sete unidades orgânicas, segundo apurou o Expansão, está concebido para os campus A1 e A2. No primeiro caberão quatro unidades orgânicas, sendo que no segundo vão ser construídas três, nomeadamente a Faculdade de Medicina, o Instituto de Ciências de Saúde e Instituto de Educação Física e Desporto. Junta-se no mesmo espaço, o Hospital Universitário. "Pretende-se voltar ao espírito do campus e foram identificados os espaços onde vão os edifícios e laboratórios para as sete unidades orgânicas", realçou o responsável.

Mas enquanto as obras não avançam, assiste-se periodicamente ao litígio de posse das terras entre a faculdade, os responsáveis dos condomínios, e os camponeses, antigos moradores dos bairros à volta do campus.

Os espaços foram cedidos provisoriamente aos camponeses para a actividade agrícola, pela antiga gestão da instituição que cessou funções em 2015, com o argumento de que ainda não havia perspectivas para o início das obras de expansão do campus.

Passado este tempo, os camponeses foram despejados e à volta do espaço que pertence ao campus começaram a surgir condomínios, casas e empresas. No sentido Camàma-11 de Novembro, por exemplo, surgiram os condomínios Primavera, Residencial Samuel 1 e 2 com 47 casas, entre outros projectos. Já no sentido oposto das instalações do campus surgiram os condomínios Totuele, Villa Luz Vida, empresa Nsamba, comércio e serviços, Lda e entre outras infraestruturas privadas.

"São espaços que fomos adquirindo para este projecto de residências. Era uma zona do Estado pertencente ao campus universitário da UAN, mas que depois se privatizou a nosso favor", admitiu um responsável de um dos condomínios em construção.

De acordo com Reitor da UAN, esta é uma 'luta' antiga que vem desde o início das primeiras obras do campus. "O espaço reservado para a construção do projecto da UAN abrangia até aos espaços onde estão actualmente o Estádio 11 de Novembro, hotel Vitoria Garden, condomínios Pelicano e outras residências", lembra Pedro Magalhães.

Título do espaço só foi tratado em 2017

E através de sucessivas desanexões do espaço, que em 2017 o Ministério do Ensino Superior orientou que a gestão da universidade tratasse através do registo civil, o título de concepção de terra do campus da UAN. "O nosso guia, neste momento, é o Lei-Alte que está registado no cartório do registo

civil que nos permite controlar se está ou não haver invasão no espaço do campus", assegura o Reitor.

Nesta altura a prioridade da instituição tem sido encontrar uma forma de vedação do espaço reservado ao campus para evitar

tentativas de invasão. "Com ajuda da polícia e outras instituições do Estado como o Instituto Geográfico de Angola, temos tentado manter o controlo dos espaços", disse.

Ao Expansão, Pedro Magalhães alerta ainda que logo que começarem as obras no campus universitário os camponeses deverão abandonar os espaços que lhes tinham sido cedidos. "Tanto os camponeses que a universidade tem o controlo, como os oportunistas que acederam aos espaços da UAN, terão todos de sair", avisou. Isto pode implicar também demolições de muitas das casas que já estão construídas.

Terrenos à venda

Uma vez que muitos camponeses estão a 'perder' os espaços para outras pessoas que dizem ser os donos, muitos camponeses, no desespero de perder as terras em sua posse, estão a vendê-las.

Um terreno de 10/15 metros está a ser comercializado entre 1,5 a 2 milhões Kz e os mais espaçosos como por exemplo de 20/40 está no valor de 4 milhões de Kz.

"Aproveita em quanto estamos a despachar porque depois os preços vão subir. Podes construir à vontade e se alguém te chatear é só dizer que és sobrinho do Tio Matias", garantia uma das camponesas, quando o Expansão se fez passar por cliente no local.

6.6 Quando vão deixar a minha casa

Jornal Luanda

27 De Novembro de 2023

Havia uma família muito organizada que gostava de conversar, especialmente «durante as refeições Num domingo habitual, reuniram-se para a primeira refeição do dia discutindo a idade dos filhos que apesar de adultos, não pensavam em deixar a casa dos pais O responsável da família, preocupado, aproveitou o momento para questionar quando eles planeavam sair.

"Quando vão deixar a minha casa? Vocês já são adultos os filhos de vocês também estão nascendo aqui, numa casa que a cada ano fica menor. Não tem espaço suficiente a varanda não areja a sala é

apertada. Estamos vivendo amontoados como galos e galinhas na capoeira."

Um dos filhos questionou se a casa foi comprada ou ocupada após os colonos deixarem o país o que irritou o pai. Ele defendeu a aquisição da casa com sacrifício, ressaltando sua integridade como trabalhador.

O filho desculpou-se explicando que ouviu histórias na vizinhança sobre moradores aproveitando a saída dos colonos para ocupar as casas.

O pai, reflectindo sobre seus próprios erros admitiu que também se dirigiu mal ao filho. Ele prometeu contar a verdade sobre as casas na baixa da cidade em outra ocasião. O principal problema destacado foi a preocupação dos filhos em permanecer na baixa da cidade esquecendo-se de outros bairros e províncias. O pai expressou a necessidade de poder desfrutar da varanda, com a esposa, sentindo-se à vontade para conversar.

Dizendo Estamos encurralados e deveríamos começar a pensar em explorar outros lugares para alugar ou comprar uma casa. ou terreno.

Os jovens que acreditaram nisso hoje vivem muito melhor e respiram um ar saudável.

A esposa respondeu: É uma verdadeira distração para nossos filhos pensarem que nossa casa é a dos filhos deles e também das nossas noras.

6.7 Zango ganha três novos acessos

Jornal Luanda

27 De Novembro de 2023

Texto: Fula Martins

O Distrito Urbano do Zango, pertencente ao município de Viana, tem apenas uma via de acesso. Para a situação ser melhorada, o GPL projectou, para os próximos dois anos, três vias de acesso para o Distrito do Zango, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção a Luanda (PIIL).

Doze ruas, numa extensão de 38 quilómetros, vão ser reabilitadas. São elas; Muxima Moxi, Pomobel, Kassocola, Olix, Condomínio da Polícia, Maxi, Triângulo, Floresta, Instituto Reprovado, Tanque da Odebrecht, Petroff e Capapinha.

O Jornal Metropolitano de Luanda (JML) soube, durante a visita do governador, que as referidas ruas vão contar com tapete asfáltico, drenagem pluvial e residual, passeios e iluminação pública. Esta empreitada, aprovada por Despacho Presidencial,

custará aos cofres do Estado mais de um bilião de dólares americanos.

O arquitecto Kalunga Kissanga, director de Infra-estrutura do GPL, disse que, "do ponto de vista técnico, as premissas para a execução da empreitada estão acauteladas", Presentemente, referiu que o contrato para o envio ao Tribunal de Contas para sua homologação está em fase de formalização. O trabalho vai consistir na intervenção das vias estruturantes para que o Distrito do Zango tenha mais acessos de ligação a Via Expressa.

Actualmente, os técnicos trabalham na identificação das vias que dão garantia para o descongestionamento do trânsito.

Ao JML, o também director de Infra-estruturas do GPL, Kalunga Kissanga precisou que a nível de Viana, as obras nas ruas da Suave e Kimbangu estão em curso, incluindo os trabalhos de macro drenagem.

Com relação a Rua Beto Carneiro, hoje conhecida como rua "Quebra Mola", no Distrito Urbano da Estalagem, o responsável assegurou que a mesma não está esquecida e que a administração de Viana já apresentou um plano de intervenção. É de realçar que a Rua Beto Carneiro dá acesso ao Ulengo. Kalunga Kissanga assegurou que com a verba aprovada, esta estrada será alargada. O arquitecto adiantou que naquela rua existe urna conduta de água, que, infelizmente, não fornece água potável a população da área, uma situação que considerou preocupante."

Já se faz uma intervenção na macro-drenagem para ligar as bacias de retenção. São obras que vão contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas residentes no perímetro, e não só", referiu o arquitecto.

6.8 Governo Provincial de Cabinda entrega casas para 70 cidadãos

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2023

Texto: Pedro Vicente

O Governo Provincial de Cabinda realizou, terça-feira, no estádio municipal do Tafe, o sorteio de 70 apartamentos da Centralidade Santana André Pitra Petroff, num acto presidido pelo vice-governador para o Sector Político e Social.

Miguel de Oliveira felicitou os contemplados e encorajou os que não foram sorteados. O processo de construção da centralidade Santana André Pitra Petroff, avançou, vai continuar. "Esta é apenas a

primeira fase”, afirmou, além de pedir aos contemplados para cuidarem bem da infra-estrutura e tratarem da documentação junto da comissão organizadora.

O coordenador da centralidade, Manuel Guilherme, mostrou-se satisfeito pela forma como os cidadãos tiveram acesso ao imóvel.

"O sorteio foi a forma mais justa de atribuir os apartamentos, porque o processo de cadastramento começou em Outubro deste ano e já haviam rumores de as casas já terem donos”, disse, acrescentando que a transparência no processo foi uma das preocupações da organização.

A centralidade Santana André Pitra "Petrof" dista a 19 quilómetros da cidade de Cabinda e está a ser construída em duas fases, sendo que a primeira, já finalizada culminou na edificação de 494 apartamentos, incluindo outros serviços, entre os quais centro médico, esquadra de polícia, escola, uma subestação eléctrica e uma estação de tratamento de águas e outra de águas residuais (ETAR).

Satisfação

Emeri António, um dos sorteados, não escondeu a satisfação e deu nota positiva a comissão organizadora do sorteio pela transparência no processo. "Não tive nenhuma dificuldade desde a fase da inscrição até a realização do sorteio”, salientou.

Jorge Capita, outro contemplado, apontou, também, a questão da clareza como um dos métodos que credibiliza o processo. Casado e pai de três filhos, confessou que reside, actualmente, num anexo na casa dos progenitores. "O sorteio veio em boa hora. Que venham mais sorteios para que a maioria dos cidadãos possa concorrer, pois um grande número de candidatos ficaram de fora”.

Paulino Lídio, que por via do sorteio também conseguiu um apartamento para pagamento na modalidade de renda resolúvel, disse que a princípio não acreditou que seria um processo credível, por isso chegou a hesitar em candidatar-se. Mas, contou, a esposa e alguns amigos o persuadiram a concorrer. "Realmente não é o que pensei. O processo foi transparente”.

A selecção

Ao sorteio concorreram mais de cinco mil cidadãos para um universo de setenta apartamentos, tendo obedecido quatro modalidades de selecção, nomeadamente: Pronto pagamento a 100 por cento,

pronto pagamento a 50 por cento, arrendamento e renda resolúvel.

Na primeira modalidade concorreram 12 candidatos para uma residência, na segunda, 86 candidatos para cinco apartamentos. A terceira concorreram 496 cidadãos para um universo de 22 apartamentos enquanto a última a mais concorrida teve uma participação de 4.940 candidatas que disputaram 42 casas.

6.9 “Existe um plano estratégico de intervenção para os edifícios com mais de cinquenta anos”

Jornal de Angola

Texto: Helma Reis

16 De Novembro de 2023

Durante a conversa, Amílcar Lutucuta disse que já foi feito, desde 2009, ano em que arrancou o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, e avançou algumas das perspectivas do sector.

O Executivo vai disponibilizar, até 2027, um total de 910 mil lotes infra-estruturados, para a auto-construção dirigida, a fim de reduzir o défice habitacional. Qual é, actualmente, o défice?

Estima-se que o país apresenta, segundo o Instituto Nacional de Estatística e o Banco Mundial, um défice habitacional na ordem de 2,2 milhões, número resultante, por um lado, do crescimento da população e, por outro, da insuficiente disponibilidade de habitações. As projecções actuais mostram que Angola possui cerca de 34 milhões de habitantes e, considerando a taxa de crescimento actual, estimada em três por cento ao ano, prevê-se que, até 2050, o défice habitacional atinja a cifra de quatro milhões de unidades habitacionais, se for mantido o actual cenário, segundo o Instituto Nacional de Estatística.

Quais são as causas da crise habitacional e em que momento se pode localizar a sua origem?

As causas estão ligadas a estes principais factores: crescimento acelerado da população, num período temporal muito curto, e o fenómeno da emigração do campo para a cidade, principalmente, para os grandes centros urbanos, que tem ocorrido em grande escala, originado pelo conflito armado e, também, pelo crescimento natural da população.

O êxodo rural continua a ocorrer em grande escala?

O fenómeno da emigração do campo para a cidade, principalmente, para os grandes centros urbanos,

ainda tem ocorrido em grande escala, por diversos factores, como o crescimento natural da população e a concentração nas cidades da maior parte das actividades económicas, da riqueza, do emprego, da competitividade e da inovação.

O que representa o número de 910 mil lotes infra-estruturados para um país que vive uma explosão demográfica nos grandes centros urbanos?

Aqui devemos entender o défice habitacional como um determinado número de famílias que vivem em condições de habitação sem dignidade. A disponibilização de 910 mil lotes referidos no Projecto de Auto-construção Dirigida, para o quinquénio 2022-2027, poderá representar uma contribuição, para a redução do défice habitacional, na ordem dos 46 por cento.

Na sua opinião, que outros factores sociais contribuem para a crise habitacional e o que deve ser feito mais, para que seja travada a explosão demográfica nos centros urbanos?

Neste processo, existem vários factores que impactam e podemos destacar os seguintes: a relativamente alta taxa de fertilidade em Angola e o crescimento não ordenado dos centros urbanos, que dá lugar à formação de bairros sem infra-estruturas. Relativamente à explosão demográfica, o Estado, para resolver esta problemática, tem implementado políticas públicas, com a criação de novos centros urbanos com infra-estruturas e serviços.

Quatro anos depois do alcance da paz definitiva, o Governo, na pessoa do ex-Presidente José Eduardo dos Santos, anunciou a construção de um milhão de casas. Como avalia o que foi feito até hoje?

O ex-Presidente José Eduardo dos Santos, à luz da sua candidatura à reeleição, em 2008, lançou o desafio de construção de um milhão de casas em todas as províncias, no período 2009-2012. Esta estratégia foi implementada por meio do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH), lançado pelo Executivo, em 2009, com o fim único de garantir a melhoria do bem-estar e condições de habitabilidade das populações e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país. Segundo projecções estatísticas, desde 2009, ano em que foi lançado o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, já foram construídas, aproximadamente, 130 mil habitações, tendo o Estado investido em diversos projectos habitacionais, tais como centralidades e urbanizações (habitação social para o realojamento das populações).

Não terá cometido uma imprecisão quando disse que, desde 2009, já foram construídas, aproximadamente, 130 mil habitações? Só este número de habitações em 14 anos?

Não, porque este número de 130 mil habitações entra no escopo do Programa do Urbanismo e Habitação, que começou, em 2009, e terminou, em 2016, com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 -2017. Com o surgimento do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, o sector da Habitação traçou novas metas, que são: disponibilizar 648 lotes em reservas fundiárias infra-estruturadas e de 89 hectares de reservas fundiárias infra-estruturadas; auto-construção dirigida de 62.322 fogos habitacionais; construção de 11 urbanizações e de 22 centralidades; alcançar a cifra de 20.505 imóveis habitacionais do Estado arrendados e de 37.870 imóveis habitacionais do Estado alienados e a conclusão de 128.401 fogos de habitação social.

Foram ou não alcançadas as metas definidas para até 2022?

Estivemos muito próximo das metas definidas. No domínio da habitação, das 22 centralidades previstas, foram construídas 14 centralidades. No que diz respeito à construção de 11 urbanizações, foram concluídas seis urbanizações. No período de 2018 a 2022, foram cedidos 1.708 lotes para a auto-construção dirigida, o que corresponde a um grau de execução de 11,6 por cento em relação à meta de 14.770 lotes, prevista para o referido quinquénio.

Que parcerias ou articulações existem entre os sectores públicos e privados, para que se atenda o direito à habitação das pessoas que não têm possibilidade de comprar uma moradia?

O sector privado exerce um papel fundamental neste processo, onde a cada um dos entes cabe as seguintes responsabilidades: o sector público tem a responsabilidade de promover e criar novas reservas fundiárias; registar e promover a publicação das novas reservas fundiárias; promover e desenvolver projectos-piloto de loteamentos de terrenos; implementar as infra-estruturas; garantir segurança jurídica dos terrenos; monitorizar e avaliar o grau de execução do projecto e o cumprimento das metas definidas e garantir a disponibilização das infra-estruturas. Já o sector privado (promotores imobiliários, cooperativas, empresas de construção e outros) tem a responsabilidade de construir infra-estruturas internas, obedecendo aos padrões definidos nos Planos de Urbanização e de Ordenamento Rural; de promover e construir habitações e equipamentos aprovados no seu plano de loteamento. Por sua vez, as instituições financeiras

(Banca Comercial e outros investidores) têm a garantia de que os lotes a serem financiados estão devidamente regularizados, com direito fundiário e o devido registo na Conservatória do Registo Predial e Matricial, permitindo, assim, que sirvam de garantia real para as instituições financeiras interessadas no projecto. Ao cidadão cabe requerer o lote que deseje para a auto-construção dirigida e proceder à construção da respectiva habitação, obedecendo aos procedimentos legais, técnicos e administrativos estabelecidos. Na ausência de recursos financeiros próprios, pode recorrer à obtenção de crédito junto das instituições bancárias, para a construção da respectiva habitação e pagar as taxas urbanas previstas (título de ocupação, licença de construção, etc.).

Dentro daquilo que é o domínio da Gestão Fundiária e Habitação, qual é a situação geográfica dos municípios?

Relativamente à situação geográfica nos vários municípios do país, está em curso um processo de cadastramento das mais variadas parcelas no país, para se dar lugar a um processo de regularização fundiária dentro do Sistema Nacional de Cadastro, o que vai evitar a duplicação de afectação de parcelas de terrenos aos investidores.

Estatisticamente, quantos prédios urbanos e rústicos já foram cadastrados, no âmbito da Política Nacional de Ordenamento do Território e do Urbanismo?

Neste âmbito, a estratégia da Política Nacional de Ordenamento do Território e do Urbanismo, que está a ser desenvolvida, tem por objecto o espaço biofísico constituído pelo conjunto dos solos urbanos e rurais, do subsolo, da plataforma continental e das águas interiores, com vista a acautelar as acções que se traduzem na ocupação, uso e na utilização dos espaços supramencionados, através da implementação dos instrumentos de ordenamento do território e do urbanismo, visando a localização, organização e gestão correcta das actividades humanas. O Executivo, dentro das suas políticas de modernização do seu aparelho, por meio do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), órgão que faz gestão técnica da propriedade, conta com o instrumento de gestão da propriedade, a que chamamos Sistema Nacional de Cadastro (arquivo central da propriedade). Já se procedeu ao cadastro de, aproximadamente, 500 mil parcelas e de 26 centralidades. Dentro da cooperação entre os ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos e das Obras Públicas, Urbanismo e habitação, está a acontecer a regularização fundiária e o registo das mesmas.

Que medidas estão a ser tomadas para a conservação do parque habitacional e qual é a província onde reside a maior preocupação do Executivo?

Dentro da Política Nacional de Habitação, a conservação do parque habitacional é uma prioridade. Devemos lembrar que o parque habitacional está constituído por edifícios antigos, a maioria dos quais construída na época colonial, e os erguidos recentemente, no âmbito do Programa Nacional de Habitação. Os recentes não carecem de grandes intervenções de reabilitação. Para os edifícios com mais de cinquenta anos, o sector das Obras Públicas elaborou um Plano Estratégico de Intervenção dos Edifícios, cujo objectivo consiste em assegurar a actuação atempada das autoridades nos casos de risco de ruína, visando a salvaguarda da vida das pessoas e bens patrimoniais; realizar inventário dos edifícios em mau estado de conservação, caracterizando as condições de ocupação e a situação jurídica relativamente à propriedade; estabelecer e executar um programa de avaliação técnica; apresentar as propostas de solução para cada um dos edifícios e promover, em parceria com outros sectores, o desenvolvimento de competências técnicas para avaliação de edifícios. As províncias que constituem maior preocupação, até ao momento, são as de Luanda, Huambo, Bié e Cabinda.

Já existe uma calendarização para a realização de trabalhos de manutenção preventiva e correctiva a prédios com sinais de degradação a nível nacional?

O plano estratégico tem uma previsão de intervenção responsável, equilibrada e paulatina até 2027 e está a ser coordenado pela Direcção Nacional dos Edifícios e Monumentos do Ministério da Obras Públicas, Urbanismo e Habitação.

Angola está entre os países africanos que tiveram, no período colonial, um assinalável desenvolvimento urbanístico. Os planos directores deixados pela administração colonial portuguesa têm sido aproveitados?

O crescimento das cidades foi acompanhado por alterações significativas na rede urbana, como a constituição de novos aglomerados e o rápido crescimento dos principais centros urbanos, que são, frequentemente, sujeitos a novos planos urbanísticos, para o planeamento da expansão urbana e integração dos novos empreendimentos. Desde o período colonial até ao momento, várias transformações aconteceram no território (factores económicos, sociais, ambientais e urbanos). No período colonial não existia uma cobertura total de planos territoriais. Hoje o Executivo tem trabalhado para a elaboração de Planos Directores Municipais. O país conta com

28 Planos Directores Municipais aprovados e publicados. Para o presente quinquénio, vai promover a elaboração de mais 33 Planos Directores Municipais.

"É alto o grau de incumprimento de pagamento de rendas ao Estado"

Um município deve ter quantas habitações?

Quanto à quantificação do número de habitações existente por município, o mesmo depende do Plano Director Municipal. O Executivo está a trabalhar numa política de massificação dos Planos Directores, com a finalidade de fazer o levantamento do parque habitacional e, assim, conseguir responder às necessidades existentes.

Acredita que a regularização jurídica do parque imobiliário do Estado pode ser uma alavanca para a diminuição da pobreza e o crescimento financeiro das famílias angolanas, contribuindo, desta forma, para a transformação do país num mercado mais atractivo e diversificado?

Com a regularização jurídica do parque imobiliário, o Estado ganha nos seguintes segmentos: criação de novas oportunidades de emprego; impulsionar a economia local; criação de oportunidades de negócios e arrecadação de receitas públicas.

Que políticas de habitação estão a ser gizadas, no âmbito da implementação dos programas de regularização fundiária, qualificação e reconversão?

O Executivo tem em carteira, no âmbito da implementação dos programas de regularização fundiária, a qualificação e reconversão de bairros construídos em zonas de risco, bem como a infra-estruturação de bairros que surgiram em detrimento de uma operação de loteamento. Existe, também, uma estratégia nacional de melhoria dos assentamentos informais, em articulação com o projecto de Programa da Auto-construção Dirigida e Assistida. O urbanismo aparece como marco essencial preponderante para o desenvolvimento económico e social do país, cujos alicerces vão assentar sobre uma estrutura de planeamento territorial, tornando possível a edificação de infra-estruturas adequadas e com qualidade.

Que estudos científicos estão a ser desenvolvidos sobre o sistema construtivo de habitação?

O Executivo está a elaborar um instrumento reitor, a que chamamos Política Nacional de Habitação, instrumento este que vai agrupar um conjunto de normas/directrizes, planos, programas, projectos e acções, de âmbito nacional ou local, com a finalidade

de promover a construção de habitações e melhorar os assentamentos informais. Este documento trará a proposta de um Perfil de Habitação para Angola. Esta política terá como objectivo a criação de bases para formular e implementar uma Política Nacional de Habitação, bem como os seus instrumentos associados. Este diagnóstico terá os seguintes subsistemas de habitação, por meio de pesquisa e análise: Estruturas políticas e institucionais; estruturas legais e regulatórias; financiamento de mercado imobiliário; infra-estrutura/serviços urbanos básicos; cadeia de acesso à terra e materiais de construção; indústria da construção (incluindo resiliência às mudanças climáticas, materiais de construção acessíveis e sustentáveis e tecnologias de construção verde).

Apesar de a maior parte dos imóveis abrangidos no processo de confisco não ter sido registada a favor do Estado, é possível a sua aquisição por via do instituto da usucapião?

A lei explica os procedimentos administrativos que estavam no âmbito da Resolução n.º 8/95, [de 1 de Setembro, sobre o registo dos imóveis abrangidos pelas leis n.º 3/76 e 43/76], em função da situação socio-política que se vivia no país. O Estado devia acautelar a paz e o bem social das populações. Foi com este espírito que nortearam as políticas públicas desta resolução de confisco, com a finalidade de acautelar e salvaguardar os direitos da população.

Pode, actualmente, o Estado registar a seu favor os imóveis que não pôde registar no momento do acto de confisco e alienar a seu favor?

A lei é clara. O que chama aqui atenção é o bem social das populações. O Estado salvaguarda a habitação condigna, que é um direito fundamental consagrado na Constituição. O Estado pode registar os imóveis a seu favor a qualquer momento.

A Comissão Nacional para a Venda do Património Habitacional do Estado, criada à luz da Lei 19/91, de 19 de Maio, continua a trabalhar ou já foi extinta?

Esta comissão já foi extinta. Tudo passou para a esfera jurídica do Instituto Nacional da Habitação (INH).

É alto o grau de incumprimento de pagamento de renda de casas ao Estado por cidadãos que vivem em moradias que passaram para a esfera jurídica do Estado angolano, depois da Proclamação da Independência?

A Direcção Nacional de Gestão Fundiária não é o gestor do parque imobiliário. Esta tarefa está sob a responsabilidade do Instituto Nacional da Habitação.

Muitos dos ocupantes ainda continuam a pagar as rendas deste património, mas o grau de incumprimento é muito elevado. Mas o Executivo está a criar uma campanha de sensibilização para levar a população a honrar com os seus compromissos.

Como é feita a cobrança e o pagamento das rendas? Poderá um dia ser cobrada de forma coerciva?

Para todos os cidadãos que possuem os seus processos regulares, o pagamento é feito através da RUPE (Referência Única de Pagamento ao Estado), emitida pelo Instituto Nacional da Habitação. O Estado é um ente de bem e está sempre à procura de uma solução equilibrada neste processo.

O que pode acontecer às pessoas que deixaram de pagar?

Para os cidadãos incumpridores, podem ser submetidos a sanções legalmente estabelecidas e, em última instância, o despejo, por meio de um processo judicial.

Em que pé ficou o processo daqueles cidadãos que compraram casas ao Estado, ao abrigo da Lei 19/91, de 19 de Maio, e que ainda não possuem o título/escritura que comprova a titularidade do imóvel?

O Instituto Nacional da Habitação tem trabalho arduamente para dar respostas aos cidadãos que se encontram nesta situação.

Segundo o artigo nº 875, do Código Civil, a compra de bens imóveis só é válida por via da existência de uma escritura pública. Qual é o cunho jurídico do "Termo de Quitação", que é concedido aos cidadãos que compraram moradias ao Estado?

O termo de quitação é o documento que comprova que o pagamento do imóvel está feito na totalidade. Que o inquilino honrou com o seu compromisso, que dá lugar à escritura pública.

Do total de inquilinos do Estado nestas condições, qual é a percentagem dos que tiveram acesso ao "termo de quitação"?

A percentagem de cidadãos que possuem o termo de quitação ainda é muito baixa.

Que critérios são usados para a definição de preços de venda de habitações nas centralidades?

Para cada Centralidade, o Estado, através dos ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, elabora um despacho

conjunto, onde definem os preços dos imóveis.

Que políticas existem sobre os programas e projectos relacionados com o realojamento e reassentamento das populações?

No âmbito das políticas sociais públicas, o Executivo tem, em carteira, a "Melhoria dos Musseques ou Assentamentos Informais" como vector preponderante para o fomento habitacional", por meio da construção de habitações sociais, para a reabilitação urbana, da criação de novos espaços urbanos, da realização de programas ou projectos habitacionais nas zonas urbanas/rurais e da protecção das comunidades locais que vivem em extrema vulnerabilidade e em zonas de risco, respeitando as boas práticas, por meio dos seguintes projectos: Reconversão Urbana do Distrito do Sambizanga (projecto Marconi), com duas mil casas sociais, em Luanda; Urbanização do Cazenga (Kalawenda), em Luanda; Urbanização Mayé-Mayé, no distrito urbano do Sequele, em Luanda; Urbanização com 500 casas sociais e Infra-estrutura na cidade do Uíge; Urbanização com 450 casas sociais e infra-estruturas na cidade de Ondjiva; Urbanização com 500 casas sociais e infra-estruturas na cidade de Malanje; Urbanização com 450 casas sociais e infra-estruturas na cidade de Moxico e Urbanização com 500 casas sociais e infra-estruturas na cidade do Bié. Assim sendo, as operações de realojamento consistem em mover para outro lugar, mediante atribuição de um imóvel ou outra forma de compensação, determinados agregados familiares que vivem num determinado território de riscos (cheia, inundações, linhas de água e lagoas) ou por causa da implementação de projectos de reabilitação e reconversão urbana, com a finalidade de implementar as infra-estruturas básicas (água, esgoto e electricidade), equipamentos sociais e espaços públicos e verdes.

Não é novidade para ninguém que há cidadãos que, imbuídos pela ganância, constroem, propositadamente, casas em áreas de risco para serem depois realojados. A impressão que se tem é de que não há um controlo das pessoas que já foram realojadas. Existe uma base nacional de dados, com os nomes dos chefes de famílias já realojadas?

O Estado tem o controlo de todo o processo de realojamento. Possui uma base de dados única, monitorizada pela Direcção Nacional de Gestão Fundiária, pelo Instituto Nacional de Habitação e pelo Fundo de Fomento Habitacional. Por esta razão, quando há um processo de realojamento, é fácil detectar os cidadãos oportunistas que já foram contemplados nos processos anteriores.

6.10 Dedução de imposto na construção de infra-estruturas

Jornal Economia e Finanças
17 De Novembro de 2023

Como medidas de estímulo no domínio da Agricultura Empresarial, o Executivo propõe a dedução, em sede de imposto industrial, de custos incorridos pelo sector privado na construção de infra-estruturas, nomeadamente estradas, pontes, mini-hídricas, estações eléctricas ou canais de irrigação, que por norma, seriam de responsabilidade pública. Para apoiar o sector empresarial privado e facilitar o acesso ao crédito, além da capitalização do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e do Fundo de Desenvolvimento Agrícola, serão disponibilizadas garantias soberanas, num total de 330 mil milhões de Kwanzas, para apoiar as iniciativas que concorram directamente para a criação de postos de trabalho e a resiliência da economia.

O Corredor do Lobito terá uma abordagem diferenciada, estando em fase de conclusão estudos que irá delinear o caminho para a criação de oportunidades de negócio para investidores privados nacionais e estrangeiros, sobretudo nas áreas do Agronegócio e da Indústria Transformadora, refere o Presidente da República, na mensagem dirigida aos parlamentares.

João Lourenço promete, também, prosseguir com o programa de privatizações, mantendo o compromisso de prossecução de uma economia de mercado, com o sector empresarial privado a assumir um "papel determinante" na oferta de bens e serviços em quantidade e qualidade adequadas.

Para continuar a melhorar as infra-estruturas de apoio à vida social e ao sector empresarial, o Executivo vai prosseguir com a conclusão dos projectos inseridos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), bem como das obras públicas de grande dimensão, com vista para os sectores da Saúde, Educação, Energia e Águas, Transportes, Estradas, Urbanismo e Habitação.

"As várias iniciativas referidas contribuirão para a dinamização das cadeias produtivas nacionais com impacto positivo no crescimento da economia e, consequentemente, na oferta de postos de trabalho", declarou o Presidente João Lourenço, que prevê, em 2024, o crescimento do sector não petrolífero em torno de 4,6 por cento. Sublinhou que o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 2,8 por cento, devido ao impacto negativo do sector Petrolífero que deverá recuar 2,5 por cento.

6.11 Huíla abre Concurso Público para o sorteio de 700 casas

Jornal de Angola
25 De Novembro de 2023
Texto: Domingos Mucuta

Para garantir lisura e transparência, o governador provincial da Huíla exarou, segunda-feira, um despacho no qual sublinha que o acesso às casas deve ser feito por meio de sorteio público.

Nuno Mahapi Dala criou, através do mesmo despacho, uma Comissão composta por 15 membros independentes para acompanhamento do sorteio.

A referida comissão, coordenada pela delegada provincial da Justiça e dos Direitos Humanos, Cláudia Natacha de Sousa, tem a missão de definir os requisitos e modalidades de acesso e validar a lista dos nomes dos cidadãos sorteados, para ser remetida ao Fundo de Fomento Habitacional.

A Comissão, segundo o despacho do governador provincial da Huíla, tem, também, a competência de velar pela execução das actividades programadas, constituir grupos de trabalhos técnicos específicos para atender questões administrativas pontuais, prestar informações e acompanhar o processo de inscrição e sorteio para acesso às habitações, bem como enviar as listas ao Fundo de Fomento Habitacional.

Em reunião com os membros da referida Comissão, o governador orientou-os a trabalhar de forma autónoma e sem interferência de membros do Governo Provincial, acrescentando que se espera lisura do processo de sorteio e atribuição de casas aos cidadãos que de facto precisam.

Nuno Mahapi Dala afirmou que a Comissão deve garantir a entrega das moradias aos cidadãos que nunca beneficiaram de residências do Estado. "Devem trabalhar sem interferência de membros do Governo. Façam tudo para que, até Dezembro, tenhamos este caso resolvido, porque a população precisa de residências e a missão é entregar para que cada cidadão cuide da sua. Queremos que o processo seja transparente, para evitar reclamações", exortou.

7. TERRA

7.1 Executivo central desdobra-se na prevenção

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

Diante a preocupação que estas zonas de risco representam, esta semana o Executivo deu a conhecer que um total de 145 mil famílias, em todo o país, identificadas como residentes em zonas de risco, esta a beneficiar das medidas de prevenção implementadas pelo Executivo, tendo em vista dar resposta as situações de inundações e outros desastres em épocas chuvosas.

A informação foi avançada, estase- mana, em Luanda, pelo porta-voz da Comissão Nacional de Proteção Civil, comissario bombeiro Manuel Lutango, a saída da reunião orientada pelo ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da Republica e coordenador da comissão, Francisco Pereira Furtado.

No encontro, analisou-se algumas propostas da agenda feita pelo secretariado executivo, no que concerne as acções preventivas a serem tomadas, tendo em conta as questões de desastres, em alinhamento com a estratégia internacionalmente estabelecida para o quinquénio.

"Todas estas estratégias tem em conta as ferramentas internacionais, como e o quadro de Sendai, que da conta das medidas internacionais de gestão de desastres. Estamos a ver o alinhamento com o PDN e com as ferramentas do continente africano, concretamente o PUA, que e o Plano de Accção 2030", esclareceu Manuel Lutango.

Uma das recomendações saídas da reunião, segundo ainda o porta-voz da comissão de proteção civil, prende-se com a necessidade de os departamentos ministeriais que integram o organismo identificarem as accções, para que se possa ter um orçamento das medidas e dar-se resposta as questões de chuva.

7.2 GPL consciente dos riscos, mas sem condições para alojar as famílias

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

O Governo Provincial, por via do administrador adjunto do município de Luanda para Área Técnica, Cláudio

Revelas, reconhece o problema, mas assegura não ter, para já, um espaço para alojar as famílias que vivem nestas zonas de riscos.

Segundo o governante, o que se fez, ate ao momento, foi um inventario das famílias que vivem nestas condições, cujo total e de mil e 774 agregados.

Estes, frisou, estão destacados nas zonas de Samba (na Coreia), montanhas da Samba, Povoado. Cabo Ledo, Cerâmica (rua da escola Heróis de Cangamba) e vala do Rocha Pinto, todos pertencentes ao município de Luanda.

"Temos o levantamento feito e os dados estão sectorizados por distritos. Mas programas em curso, como tal, não temos ainda nenhum", disse.

O que peca é o reassentamento

Também o director provincial de Infra-estruturas do Governo Provincial de Luanda, Kalunga Quissanga, reconheceu que já houve varies planos de retirada dos populares destes morros, mas, frisou, o grande problema consiste no processo de reassentamento. Conforme explicou, apesar da situação critica, o Governo Provincial de Luanda não dispõe de casas para realojar a quantidade de agregados que vivem sobre os morros e que tem necessidade de la saírem devido aos riscos que correm.

"Esta previsto um programa conjunto com o Ministério da Construção, que e de infra-estruturar lotes já com energia e agua para onde parte desse pessoal será transferida. Mas, para já, ainda não há nada definido", adiantou.

7.3 O drama das mil e 774 famílias que arriscam a vida nos morros de Luanda

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

Num dos pontos críticos do Morro da Luz, Maria Cassule, 34 anos de idade, partilha a casa com cinco filhos, todos menores de 15 anos.

A casa não é dela. Foi do falecido tio, irmão da mãe, que, antes mesmo de morrer, lhe deu como parte da herança.

Desfavorecida e sem muitas opções, Maria aceitou a morar porque não tinha outro sítio, sobretudo depois de o pai das crianças fugir a paternidade.

Desde que o marido se foi, já la contam mais de quatro anos, igual período que ela abraçou o Morro da Luz para morar.

Desempregada, Maria está consciente dos perigos que corre ao morar aí, ainda mais com crianças menores, que tem sempre o perigo a espreita a cada passo que dão.

O tempo chuvoso é o período mais crítico porque o morro é escorregadio e a todo instante pedaços de pedras que compõem a zona fragmentam-se, representando, assim, enorme perigo.

Por falta de condições, as crianças não podem brincar no interior da residência que tem parte da sua estrutura na eminência de desabar, cenário que não aconteceu até ao momento porque Maria considera estar a viver sob um milagre divino.

"Se não caímos até ao momento, lá em baixo é porque Deus nos protege dia e noite. Se não, já estar falamos a passar no 'Fala Angola' ou no 'Telejornal'", desabafou a moradora.

No corre-corre das subidas e descidas pelo morro, Maria já perdeu a conta das vezes que os filhos tiveram quedas e ferimentos que, felizmente, não causaram lesões graves a semelhança de outros vizinhos em situações mais gravosas, os quais foram retirados forçadamente do local pelas autoridades.

"Algumas pessoas que viviam mais aí em baixo foram retiradas porque já estavam mesmo muito mal. Deixaram-nos com a esperança de um dia nos retirarem, mas até agora nada. Se acordamos todos os dias, e graças a Deus", frisou Maria, que implora que seja retirada daquele aguçado morro, situado no distrito urbano da Samba.

Mais de 774 agregados em risco

Ela não é a única nessas condições. A semelhança, são centenas as famílias que vivem cima a baixo dos morros de Luanda. Dados passados a O PAÍS pela Administração Municipal de Luanda indicam que, só a nível do município de Luanda, o número total e de mil e 774 agregados que vivem sobre os morros. Na Samba (zona da Coreia) vivem 135, montanhas da Samba, 915, zona do Povoado, 327. Cabo Ledo, 115, Vala do Rocha Pinto, 57, e Cerâmica (rua da escola Heróis de Cangamba) com um número de 225 famílias.

Todos esses agregados consideram que as suas vidas estão "quase por um fio" devido as condições precárias de habitabilidade nestes Morros, sobretudo no actual período chuvoso, em que os casos de incidentes, desabamentos e deslizamentos de terras são constantes e podem ceifar vidas.

Quanto aos registos dos últimos anos, em 2016 as fortes chuvas que se abateram sobre Luanda causaram varies estragos e desgraça as populações que vi- viam no morro da Samba.

Além de ceifar vidas humanas, a chuva inundou residências na área da Cerâmica e destruiu parcialmente a estrada que liga o largo da Santa Barbara, bairro da Coreia, passando pela área do Kim Ribeiro até ao bairro do Antigo Controlo, tornando-as intransitáveis.

Na época, o cenário foi desolador e obrigou o desdobramento de forcas e meios num ambiente triste cujas lembranças ficaram marcadas na memória dos habitantes daquela zona de Luanda.

Avelino Francisco, 56 anos de idade, teme viver os mesmos cenários tristes que presenciou, Foi no morro da Samba que há mais de vinte anos construiu a sua casa, que, hoje, se encontra parcialmente destruída devido a força das chuvas, a precariedade da construção e ao terreno argiloso.

O infortúnio bateu a sua porta no princípio do ano, tendo o desabamento causado a destruição da cozinha, do quarto do casal e da casa de banho.

A casa esta situada num dos pontos de maior perigo do morro e, num olhar leigo, pode perceber-se a proximidade do risco que Avelino e a sua família vivem. Ainda assim, eles insistem em estar aí porque dizem que não tem para onde ir.

"Desde que a casa desabou, a minha família anda dispersa. Os miúdos tiveram de sair porque a casa ficou menor. o problema e que eu não tenho dinheiro

para me mudar para um outro local nem mesmo para reabilitar as paredes que cafram", lamentou.

A vida sofrida de Fernando Santos De lamentações também anda a vida de Fernando Santos, 50 anos de idade, igualmente morador do morro do Samba.

Quatro filhos e urna esposa, esta desempregada, compõem o agregada de Fernando, homem de estatura alta, físico magro e que ganha a vida concertando telefones, ai mesmo no morro".

Diariamente factura, com os concertos, entre 3 e 5 mil kwanzas, valor que considera in suficiente para alugar uma casa ou comprar terreno num espaço mais seguro para albergar a família.

Todo o dinheiro que ganha vai para a cozinha, nem sobra, sequer, para pagar as propinas dos filhos, parte deles fora do sistema de ensino.

"Os lucros do telefone vão todos parar a cozinha. E mesmo assim não chega. E impossível conseguir juntar dinheiro para tirar a família deste local. Por isso e que até agora ainda continuamos a viver nessas condições de riscos.

Tudo deixamos só já nas mãos do Governo. só ele e que sabe quando vai nos tirar daqui", apontou.

As promessas 'fastidiosas' a Maria Salomio

Maria Salomão, 49 anos de idade, esta, igualmente, a aguardar por "uma mão caridosa" de quem de direito para safar-se do perigo no morro da Corimba, onde vive desde 2002.

Casada e com sete filhos, Maria diz-se farta das tantas promessas que ao longo destes anos recebeu da parte do Governo Provincial, mas que não foram realizadas.

Assim como outros moradores, ela assegura que tem noção dos perigos que corre ao viver naquele sitio, mas que não vê alternativas por falta de condições.

Conforme contou, em declarações a OPAIS, a sua grande preocupação consiste, fundamentalmente, na segurança das crianças que volta e meia vagueiam pelo morro cima a baixo.

Apesar de se ambientarem com espaço, os incidentes e quedas são varias, situação que a agasta devido ao olhar impávido das autoridades.

"Além de corrermos riscos, a forma como as casas estão amontoadas descaracteriza ate a própria cidade. Em tempos houve a transferência de alguns moradores, mas foram apenas os que estavam mais abaixo. Não sei por que razão fomos esquecidos se

todos vi- vemos em péssimas condições", lamentou a dona de casa.

7.4 Os morros da Boavista que 'escondem' criminalidade e miséria

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

Já na Boa Vista, distrito urbano do Sambizanga, o morro, atravessado de um lado para o outro por casas de chapa e outras de precárias construções, da de caras com uma das zonas mais nobres de Luanda, o Miramar. A partir de um dos pontos desta área da cidade, e possível ver o morro da Boavista, onde os moradores lameitam da vida precária, criminalidade e miséria que os assola.

Vado Quintas, Maezinha Domingos e Paulo Chitongo vivem no perímetro há mais de dez anos e ambos partilham os mesmos problemas e riscos que o morro da Boavista apresenta. Maezinha Domingos e residente da parte de baixo. E conta que os pedaços de pedras, terras e aguas das chuvas invadem sempre a sua casa, representando, assim, um perigo, enorme que, para a sua felicidade, ate ao momenta ainda não terminou em tragedia.

"A todo instante só assustamos pedras a caírem nos nossos tetos. Os que outros deitam de cima nós aqui em baixo e que recebemos. E mesmo um perigo enorme viver aqui", alertou.

Perigo que por pouco furava as vistas de Paulo Chitongo Paulo Chitongo queixa-se de ter sido ferido varias vezes com os resíduos que saem da parte de cima para baixo devido a insalubridade do morro, repleto de casas de chapas velhas.

o último ferimento que o jovem teve foi nas vistas, quando a chapa de uma das casas da parte de cima se desprende e feriu-lhe. Só não teve danos piores devido ao pronto-socorro medico que teve. "Se não me tivessem levado ao hospital rapidamente, por pouco perdia a visão. E que todos os lixos que saem de cima nós e que recebemos. E uma vida difícil", deplorou.

Delinquência em alta

Por seu lado, Vado Quintas falou da onda de criminalidade que o morro da Boavista 'esconde' e que faz, diariamente, novas vitimas.

Conforme referiu, pelo interior do morro os marginais sentem-se a vontade para realizarem as

suas ações por ser um perímetro onde a Polícia tem dificuldades de chegar devido a precariedade de acesso a zona.

"Muitos dos jovens que fazem isso são mesmo nossos irmãos. Mas fazer o que, se aqui eles não tem nada de interessante, senão sofrimento e miséria? É triste, mas é a nossa realidade", notou.

7.5 PGR alertava há nove anos sobre os perigos

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

Agravidade da situação destes moradores já levou a Procuradoria-Geral da República (PGR), em 2015, a exarar um documento em que defendeu a urgente evacuação de encostas na cidade de Luanda, onde moradores estão em situação de "perigo iminente" devido as fortes chuvas.

Na altura, o comunicado da PGR apontava as encostas dos morros da Kinanga e 40 bairro do Morro da Luz, no distrito urbano da Samba, que estavam em situação de risco "dada a frequência e intensidade das quedas pluviométricas e os possíveis deslizamentos de terras".

"A semelhança do que esta a ser feito na encosta da Boavista, urge evacuar-se a zona onde residem os cidadãos", lia-se no mesmo comunicado, assinado pelo então procurador-geral da República, João Maria de Sousa.

A nota surgiu depois das "tragédias" do mês de Marco daquele ano, cujas chuvas provocaram, só no Lobito, província de Benguela, mais de 80 mortos, além de várias vítimas mortais em Luanda.

"Deverão merecer de toda a sociedade uma atitude seria e firme em matéria de reflexão, porque a sua prevenção não é uma tarefa que cabe apenas ao Estado", afirmava, na época, a PGR, numa alusão a ocupação ilegal de terrenos, em zonas de risco, utilizados para construção de casas.

Nesse sentido, e tendo em conta as "atribuições constitucionais e legais", a PGR exortou os governos provinciais a "desencorajem os cidadãos que teimosos e resolutamente insistem em construir as suas residências em zonas inseguras e de risco iminente".

o mesmo apelo foi dirigido as administrações municipais, neste caso, para "exercerem uma fiscalização permanente e mais actuante, visando impedir que se construam residências provisórias ou definitivas, sem a obtenção da licença respectiva".

7.6 Vizinhos da linha férrea cadastrados na Baía para novos destinos

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

Embora entre alguns moradores com as casas recentemente cadastradas pelo Caminho-de Ferro de Luanda (CFL) se partilhe a informação segundo a qual eles serão realojados na zona NGolombe, adstrita a comuna do Born Jesus, município de leolo e Bengo, eles asseguram a OPAis que não há nenhuma certeza em relação ao destino.

"Das poucas vezes que os homens das administrações municipal de Viana e distrital da Baía estiveram connosco para abordar sobre esta situação, não avançaram nenhum destino concreto.

Ora falavam do NGolome, hora do Zango Zero ou quilómetro 38", disse o senhor Manuel, o morador proprietário de uma residência res-do-chão e primeiro andar, próximo da Administração Distrital da Baía.

Registada com o número 007, a sua residência de quatro quartos, duas salas, uma cozinha, quartos de banho, dispensa, um quintal grande e terrace foi apenas escriturada como compensação de duas casas sociais, o que o proprietário não aceita, reclamando que não há equivalência na oferta.

"Disse-lhes apenas para serem justos e seguirem a máxima que diz que "o Estado é uma pessoa de bem", referiu Manuel, para quem a comissão de negociação do CFL tem de ser mais aberta e conversar com os moradores, de forma directa.

Lembrou que as duas tentativas de contacto que a comissão de cadastramento fez consigo aconteceram por via de telefonemas.

Outro sinal da equipa do CFL mandatada no terreno da Baía foi uma notificação conjunta a que teve acesso, a partir dos vizinhos, que, de acordo com ele, era pouco explícita.

Manuel denunciou a tendência de os homens da administração em engendrar uma chantagem aos habitantes dessa circunscrição das redondezas do mercado do quilómetro 30, em Viana, que os obriga a provar a titularidade das suas casas com direito de superfície de terra.

"Nessa altura, essa é uma questão que não se coloca, tudo isso porque muitos de nós já solicitaram, várias

vezes, esse documento e, até a data, a administração municipal não lhes concedeu mesmo", referiu.

O entrevistado aconselha a equipa destacada para o cadastramento das residências da Baía a negociar, de forma aberta e sincera com os proprietários das referidas residências.

o espaço pertence 80 eFL e foi ocupado legalmente

A tentativa de contacto que este jornal fez com a companhia ferroviária, para obter um esclarecimento oficial sobre o cadastramento e o destino dos moradores das casas já registadas, não teve resposta de dirigentes que integram a comissão destacada no terreno.

Entretanto, o porta-voz do CFL, Augusto Osório, revelou que o objectivo da empresa é cadastrar, negociar e realojar mais de cem residências, de modo que se ganhe um espaço considerável da zona que facilita a visibilidade da estação, a partir da Estrada Nacional 12030 (EN 230).

Quando isso se concretizar, o local vai dar lugar a um parque de estacionamento, jardins e zonas de recreação ou lazer, soube OPALS da fonte, que se mostrou animada em ver, no futuro, o referido espaço mais urbanizado.

Até ao momento, a comissão do Caminho-de-Ferro de Luanda já cadastrou mais de 20 casas e, pelos indicativos que se podem ler, facilmente nas paredes das habitações visadas, confirma-se a intenção da companhia ferroviária de atingir uma ou mais centenas.

Por fim, o interlocutor deste jornal acusou os moradores dos arredores da estação de terem ocupado um espaço que já pertencia à estação ferroviária da Baía.

"Vivemos aqui há mais de 50 anos"

Antónia Simão, de 52 anos de idade, disse que nasceu mesmo na Baía, adiantando, por isso, que não faz algum sentido dizer-se que os moradores invadiram o espaço da estação. Ela contou que, há muito tempo, toda a área do caminho-de-ferro era cercada com barreiras metálicas para a delimitar.

"Nos vivemos aqui há mais de 50 anos e nunca vimos a área da estação a chegar nos nossos espaços, porque, se assim fosse, não nos deixariam construir aqui".

Quanto ao destino, alega ter sido informada que ela e os vizinhos com as casas cadastradas iriam ser realojados no quilómetro 38 de Viana, no

condomínio Maqui. Mas o que Antónia Simão, seus familiares de casa e os vizinhos viram foram apenas fotografias de um centro habitacional.

"Eu gostei da planta das casas do tipo T3 que nos mostraram, mas vi tudo na fotografia, não sei se lá, no próprio local está mesmo assim", disse a actual proprietária de uma das casas ligadas ao limite da estação, que dá cara com a esquadra policial do distrito da Baía.

Antónia Simão admitiu ter sido já informada sobre a oferta que vai corresponder ao seu quintal que comporta três residências, designadamente, a dela, a do seu filho e do seu irmão e um estabelecimento comercial. "Disseram-me que vamos receber três casas. Não se compara com o espaço e a casa que temos aqui, mas, se tiver água e luz, segurança e serviços, não há nada que fazer, senão aceitar", desabafou a senhora que consentiu já estar habituada ao barulho do comboio.

Seu irmão, Paulo Sande Domingos, informou que há coisa de três meses que certas equipas do CFL têm vindo a conversar com eles. Apenas numa ocasião tiveram contacto com uma equipa da área técnica da Administração Municipal de Viana, para tratar desse assunto.

Paulo considera que as negociações estão a correr de forma muito intermitente. Ao morador conforta o facto de saber o propósito da companhia ferroviária, mas preocupa o facto de lhes terem sido mostradas as casas do destino por via de fotografias.

Por isso, aconselha os dirigentes do CFL a serem serios, sinceros e justos, a fim de se evitarem dissabores.

7.7 Realojamento da população da "Ilha Seca" com dias contados

Jornal de Angola

18 De Novembro de 2023

Texto: António Cristóvão

Os moradores, provenientes da Ilha do Cabo, actualmente a residir em condições precárias no distrito do Zango vão ser realojados, dentro de dias, numa área mais cómoda na localidade de Icolo e Bengo.

A decisão saiu do último dia de visita do governador de Luanda, Manuel Homem, ao município de Viana, onde auscultou a população local.

Para o governante, o realojamento, em especial dos moradores do corredor central da estrada Zango-

Calumbo, vai ser fundamental, para o início das obras naquela via.

Manuel Homem disse, à imprensa, que as obras das vias alternativas da estrada principal do Zango-Calumbo começam no próximo mês de Janeiro, acrescentando que estão na fase da assinatura do contrato com a empreiteira da obra. "Tomamos a decisão de não fazer ainda um realojamento das pessoas, provenientes da Ilha do Cabo. Não vamos reparar a estrada do corredor central do Zango, enquanto não retirarmos essas pessoas da área de risco", explicou.

A obra, garantiu, vai incluir trabalhos de macro drenagem e eliminação das vias duplas existentes para a circulação do trânsito. "Já estamos a construir as 1.500 casas para aquelas famílias que estão a viver no corredor central do Zango. Não vamos dar mais casas para pessoas que não estão cadastradas. Temos uma lista. Quem tem casa no corredor central e veio da Ilha, o nome está na lista", garantiu.

O governador prometeu realojar as pessoas, paulatinamente, após a construção das casas. "Havia um esquema de negócios. As comissões de moradores estavam a fazer novos cadastros. Mas temos uma lista, feita em 2009, com o nome das pessoas seleccionadas. Caso haja algum falecido, o filho deste vai receber a casa", esclareceu.

Pedido de desculpas

Em relação ao tratamento dado aos jornalistas, na quinta-feira, durante a visita do governador de Luanda na Administração Municipal de Viana, Zona Económica Especial (ZEE), Hospital Materno Infantil Mãe Jacinta Paulino e Rua da Dira, no Zango, Manuel Homem pediu desculpas públicas ao grupo de jornalistas, devido algum excesso demonstrado pelos colaboradores aos membros da Comunicação Social.

"Tenho procurado esclarecer sempre aos meus colegas para perceberem que vocês estão a trabalhar, por isso têm de criar condições para laborarem. Então, quero agradecer a todos pelo empenho e o trabalho demonstrado", referiu, além de pedir aos jornalistas para continuarem a esclarecer a verdade com base nos factos de terem ouvido as partes.

7.8 Governo provincial trabalha na legalização de terrenos dos municípios de Luanda

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2023

Texto: António Cristóvão

O Governo Provincial de Luanda está a trabalhar para acelerar a concessão de direitos de superfície e fundiários aos municípios da capital, através do projecto "Governar Juntos", que já permitiu legalizar 200 casas em Talatona, anunciou, no final de semana, à imprensa, Manuel Homem.

O governador informou, ainda, que o projecto, cujo arranque foi no Talatona, com o registo das residências dos bairros Benfica e Kifica, vai permitir dar uma ideia de como tornar o processo de legalização mais célere para os municípios.

"O processo está em curso. Estamos a ensaiar ainda. A ideia é ver como vai funcionar para depois alargar às outras administrações municipais da província de Luanda", garantiu.

O GPL, esclareceu, está a encerrar um processo com o Ministério da Administração do Território (MAT) para a legalização de propriedades na sequência dos trabalhos de melhoria dos procedimentos de concessão de direitos de superfície de terrenos e fundiários, com a inserção de dados no portal do município.

O objectivo, explicou, é criar uma janela única para a concessão de direitos de superfície e fundiários. O passo seguinte, referiu, é implementar uma tabela de emolumentos a serem pagos pelos municípios por categorias no processo de concessão de direitos de superfície e fundiários.

"Estamos a terminar um acordo com o Ministério da Administração do Território (MAT) para a legalização de propriedades. Actualmente já não queremos saber como as pessoas têm acesso aos terrenos, pois há municípios que construíram casas e não têm nenhum documento a indicar que a casa é deles. Porém, estas pessoas não têm conflitos com ninguém e a residência é dele, só não sabem como a legalizar", esclareceu.

Realojamento

O governador de Luanda anunciou, também, na ocasião, o início da construção de 1500 casas no município de Icolo e Bengo para o realojamento das famílias residentes no corredor central na via Zango-Calumbo, transferidos da Ilha do Cabo.

Manuel Homem garantiu que estas pessoas vão ser transportadas, faseadamente, para poder dar início às obras naquele troço do distrito urbano do Zango.

7.9 «A população tomou de assalto as áreas de exploração do ouro»

Novo Jornal

24 De Novembro de 2023

Texto: Ilídio Manuel

Com uma população de 12 mil e 613 almas, a pequena localidade não possui luz da rede pública, apesar de os cabos de alta de tensão de energia eléctrica cruzarem os céus do M 'bave em direcção ao município vizinho do Bailundo. Em relação a água, o administrador-adjunto comunal, Evaristo dos Santos Cachiaia, afirma que a mesma não tem faltado.

Nenhuma das ruas da comuna é asfaltada e, das acções visíveis do PIIM, sobressai uma escola de 12 salas e um posto de saúde que estão em construção.

Segundo o entrevistado, a comuna possui terras férteis, vários cursos de água e os camponeses estão motivados para desenvolver a agricultura, mas limitados pela falta de insumos, sobretudo fertilizantes.

Evaristo dos Santos Cachiaia admite que o M 'bave tem vivido dificuldades no escoamento dos produtos do campo para os centros urbanos.

"As vias de acesso as cooperativas e escolas agrícolas limitam a circulação de pessoas e bens", reconhece, ao mesmo tempo que adverte para a necessidade da reposição de quatro pontes que ligam a comuna ao município-sede do Huambo.

Queixa-se da falta de energia eléctrica na comuna e mostra-se, por outro lado, esperançado de que as obras da escola em construção venham a ser em breve concluídas.

Aproveitou a ocasião para apelar as autoridades a quem de direito para a instauração de pára-raios na comuna, que, segundo o responsável, não possui esse tipo de equipamentos de prevenção das descargas eléctricas.

As obras da escola, apurou o NJ, tiveram início em 2012, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos, mas, devido aos vários constrangimentos de ordem financeira, as mesmas não foram concluídas, tendo o PIIM dado continuidade a execução do projecto escolar.

Em relação ao garimpo de ouro, Evaristo Cachiaia disse que a Administração Comunal "está a par da situação", tendo já accionado os mecanismos afins para estancar o fenómeno, mas nem sempre com o sucesso desejado, por se tratar de uma área bastante porosa. "A Polícia tem ido as zonas de garimpo e feito detenções, mas, volvido pouco tempo, os garimpeiros voltam ao local".

Conforme o entrevistado do NJ, a população invadiu a zona do vale do Keve, depois de a mesma ter tornado conhecimento de que uma empresa iria proceder a prospecção de ouro na zona.

Na margem esquerda do rio uambata, próximo da única escola existente, que foi construída no tempo colonial, a empresa Ravela ergueu um edifício, que e protegido por seguranças privados, mas que se mostram impotentes para travar as acções de garimpo.

Geólogo defende estudos de impacto ambiental

Amarildo Cavinda, geólogo de profissão, com experiencia no sector mineiro, afirma que "toda e qualquer exploração mineira causa impacto ao meio ambiente e muito mais quando não tem um acompanhamento geológico".

No caso concreto do ouro, que, de acordo com o especialista, é considerado um metal pesado, dentre os vários impactos causados, destacou os seguintes: contaminação do solo e da água assoreamento de rios, poluição do ar, redução da biodiversidade, aumento da turbidez e variação da qualidade da água provocando a alteração do seu pH (a água pode ficar mais ácida).

O geólogo defende que a exploração de inertes deve ser precedida de estudo de impacto ambiental, visto que "qualquer movimento na terra deve obedecer as regras ambientais".

Revela que os geólogos não têm sido chamados para emitir o seu parecer sobre a exploração de inertes ou, se ocorre, têm sido de "forma esporádica". "Infelizmente, grande parte dessa exploração é feita por cooperativas ou pequenos grupos organizados", lamenta.

Sobre as consequências da agressão ao meio ambiente, enumera as seguintes: perda da qualidade de vida das sociedades humanas, extinção das espécies nativas de animais e plantas e alteração dos padrões climáticos globais e regionais, surgimento de várias doenças e epidemias, diminuição da cobertura vegetal e das fontes de água".

Questionado sobre as ravinas, admitiu que ocorrem como resultado do desmatamento ou de escavações que levam a grandes acumulações de água, pelo que defende a exploração sustentável dos recursos naturais.

À pergunta sobre se a falta de empregos justificava a prática do garimpo, Amarildo Cavinda respondeu que "não se justifica", embora entenda a necessidade que os leva a praticar tal acto. "Como profissional da área, devo combater a ilegalidade e defender uma exploração sustentável, de maneira que não venham a prejudicar ou a destruir a natureza, preservando e evitando o máximo possível qualquer impacto negativo ao meio ambiente".

O geólogo diz que não é aceitável que os próprios garimpeiros coloquem em risco as suas vidas, pelo que toda a exploração "deveria ser legal, para que sejam cumpridas as normas estabelecidas, principalmente o compromisso social que deve ser observado por toda e qualquer entidade ou instituição que tenha algum interesse em explorar a terra".

7.10 O precioso mineral que atrai milhares de garimpeiros ao M'bave

Novo Jornal

24 De Novembro de 2023

Texto: Ilídio Manuel e Edson Fortes

As escarpas esverdeadas da cadeia montanhosa do M'bave, uma das três comunas do município da Tchicala Tchologhanga, província do Huambo, descem suave mente sobre o vale do Keve, que se abre numa espécie de banheira.

A imponente cordilheira faz-nos recuar no tempo, trazendo a memória o fatídico dia 19 de Janeiro de 2008, quando uma pequena aeronave da empresa Tropicana, na qual viajavam o empresário angolano Valentim Amões e mais de 12 passageiros, dentre os quais dois empresários lusos, embateu contra uma das montanhas circundantes. Ninguém sobreviveu a queda do avião que estava a poucos minutos do aeroporto Albano Machado, na cidade capital do Planalto Central.

À boca pequena, diz-se que o malogrado patrão do Grupo Valentim Amões (GVA) terá sido um dos responsáveis pelo acidente, por alegadamente ter dado "ordens" ao piloto para que ele baixasse em demasia o avião, de forma a permitir que os demais ocupantes, mormente empresários portugueses, enxergassem as potencialidades agrícolas e minerais daquela região.

Verdade ou mentira, o facto é que o pequeno Beechcraft-200 chocou contra uma das montanhas do M'bave, uma pequena e quase desconhecida localidade que rapidamente saltou para as páginas dos jornais e noticiários das televisões de todo o mundo. Infelizmente, por trágicos motivos!

Localizada a 42 quilómetros do Huambo, a comuna do M'bave, a semelhança do Samboto, tem atraído muitos forasteiros ou, por outras palavras, garimpeiros, sobretudo depois da recente repressão a extracção ilegal de diamantes e de outros minerais na vizinha província do Bié.

Fonte da Administração do Município da Tchicala Tchologhanga estima em mais de dois mil indivíduos, dentre homens e mulheres, que migraram para as margens dos rios, em busca do precioso metal.

Chega-se a aldeia de Catete, que dista aproximadamente 20 quilómetros da comuna-sede, por um troço de terra batida, polvilhado de buracos e lama vermelha.

O rio uambata, que serpenteia entre as montanhas do M'bave, e o riacho da Napupa foram convertidos em minas a céu aberto de extracção do ouro, numa região que, no passado da colonização português foi foi uma das mais prósperas em matéria de agricultura.

A entrada da aldeia, são ainda visíveis os sinais da presença colonial naquela região do antigo colonato do vale do Keve, não obstante o estado avançado de degradação de uma dezena de casas de construção definitiva, da pequena igreja, escola e de um tanque de água.

Por falta de chuvas, o caudal do rio estava baixo, que, segundo os garimpeiros no terreno, lhes facilitava o trabalho e reduzia os riscos de afogamento.

No leito do rio Uambata, há um muro de cimento do que terá sido uma pequena represa para a contenção das águas e, provavelmente, fonte de geração de energia.

Entre os enormes buracos abertos a força dos braços, com ajuda de picaretas, pás e outros objectos contundentes, sobressaía um jovem de 22 anos, que,

pelo seu dinamismo, chamou a atenção da equipa de reportagem do NJ.

Ele, que falou em anonimato, disse que concluiu há um ano o curso médio de Enfermagem, mas, por falta de vagas no sector, não teve outra saída, senão o garimpo de ouro, uma actividade que, revelou, já faz "há alguns meses".

Natural do Huambo, o jovem, que opera equipamentos artesanais para a extracção do ouro, justifica a sua acção com o argumento de que não tinha outra forma para o seu sustento e da sua família. " Faço este trabalho duro por extrema necessidade", ajunta.

O interlocutor do NJ articula bem as palavras, tem uma boa retórica, dicção e um discurso fluído, fazendo a diferença entre os demais garimpeiros que, dia sim, dia também, esventram as entranhas do leito do rio Uambata.

Confessa que, caso tivesse uma oportunidade para ganhar a vida de "forma legal", teria largado o garimpo e escolhido uma profissão que lhe permitisse viver, "sem sobressaltos nem coração na mão".

"Quando a Polícia aparece, temos de largar tudo e fugir, para não sermos apanhados", refere. Diz-se sorteado por nunca ter sido perturbado pela Polícia, mas já teve colegas seus que foram detidos devido a extracção ilegal de ouro.

Admite que não hesitaria em trabalhar numa empresa legal de extracção de inertes, para não "andar a fugir sempre da Polícia, mas trabalhar com segurança".

Declara que o trabalho que fazia era de grupo e que, no final de cada mês, cada elemento ganhava a volta dos 80 mil Kz. "O trabalho é duro! Durante uma semana, recolhemos o cascalho, para, depois, ser lavado e peneirado, até conseguirmos o ouro", explica, ao mesmo tempo que faz uma demonstração de como se obtinha o precioso mineral.

Questionado sobre se estava consciente dos danos que a sua actividade causava ao ambiente, responde que sim, mas justificou, afirmando que não tinha outra forma de contornar o desemprego e a fome.

Pede, por fim, que o trabalho que fazia seja legalizado por via de cooperativas, ainda que, para tal, tivesse de pagar impostos ao Estado.

Dionísia Nuandi Antunes, 23 anos, natural da Caála, é uma das jovens que fixaram residência temporária na aldeia de Catete, depois de ter sido atraída pelo brilho do ouro.

Afirma que chegou ao M'bave há alguns meses, porque ouvira dizer que, no local, onde assentara arraiais, podia ganhar "entre os mil e dois mil kwanzas por dia".

Mãe solteira, diz a jovem que fez o curso de Professores, mas, devido a falta de emprego no ramo em que se formou, aliada a incapacidade de sustentar os filhos decidiu-se a "arriscar a vida" naquelas paragens.

Dionísia não usa a força dos seus braços para cavar a terra, mas, com auxílio de uma peneira, executa a tarefa de lavar e filtrar o cascalho, um trabalho extenuante e que, segundo a jovem, exige "muita paciência".

De acordo com a entrevistada do NJ, ganha em média entre os 4 e os 6 mil Kz/dia, dinheiro que reparte com a pessoa que a ajuda na lavagem do cascalho.

Reconhece que, graças a extracção de ouro, tem conseguido alimentar a sua família e segreda, com alguma satisfação, que já conseguiu comprar um terreno na sua terra natal.

Apesar de estar consciente dos danos que a sua acção ilegal causa ao meio ambiente, bem como poluição das águas dos rios, espera que a actividade de extracção venha a ser autorizada, para garantir o sustento dos seus filhos e progenitores, um dos quais "doente e cego".

José Nassule, 38 anos, tem sete filhos, diz ser agricultor, mas sem meios para desenvolver a actividade agrícola por falta de adubos. Justifica a sua presença no local com a necessidade de arranjar "algum dinheiro" para comprar um saco de adubo que, conforme ele, custa 48 mil Kz.

Perguntado sobre se os seus filhos estavam a estudar, respondeu que apenas três frequentavam a escola, porque os demais eram muito pequenos.

Sem que lho perguntassem, apontou em direcção a um edifício bastante degradado e envelhecido pelo tempo como sendo a escola onde estudam os seus 'rebentos'.

A pergunta se a escola tinha carteiras, respondeu com um categórico "não", tendo acrescentado que os alunos se sentavam sobre os adobes.

Numa das margens do rio, a reportagem do NJ deu de caras com Felícia Rosa, 42 anos, que vendia pacotitos de ginguba.

Confessa que não foi a procura de ouro, mas para fazer negócio, a fim de "conseguir algum dinheiro para comprar um pouco de sabão e sal".

Rosa revela que é camponesa e que tem seis filhos, alguns dos quais deixaram de estudar por falta de dinheiro.

A jovem, que vive numa das aldeias próximas, mostra-se pouco confiante numa boa safra para o presente ano agrícola, devido ao "atraso das chuvas e a falta de adubos".

7.11 Provedora de Justiça propõe regime legal para resolver conflitos de terras

Novo Jornal

24 De Novembro de 2023

Texto: Leonel Zamba

Dentre as preocupações que levam a provedora de Justiça a propor a alteração da Lei de Terras, Lei n.º 09/04, de 09 de Novembro, consta "a criação de um regime que colmata problemas de ausência de um cadastro de terras, o que resolveria o problema da usurpação de terras por parte dos que detêm poder político e/ou económico".

A provedora de Justiça, Antónia Florbela de Jesus Rocha Araújo, propõe ao Governo de João Lourenço a alteração da Lei de Terras, Lei n.º 09/04, de 09 de Novembro, por entender estar desactualizada.

Florbela Araújo aponta, entre outras razões, a ausência de um quadro legal de terras adequadamente harmonizado, com as demais legislações sobre os recursos naturais, ambiente, ordenamento do território, práticas de gestão e administração de terras.

Sugere ao Executivo angolano a criação de um regime legal que colmata problemas de ausência de um cadastro de terras, "o que resolveria o problema de usurpação de terras por parte dos que detêm poder político e/ou económico".

As preocupações foram manifestadas em reacção a um questionário enviado por este semanário para a Provedoria de Justiça, sobre as constantes inquietações daquele órgão de Justiça, em relação a actual Lei de Terras. Num documento de três páginas, a responsável destaca um conjunto de constrangimentos, desde a falta de um quadro legal que se adegue a actual legislação e a necessidade de existir uma entidade de administração e de gestão de terras.

Constam ainda das preocupações de Florbela Araújo a falta de clarificação do papel dos diferentes intervenientes na gestão e administração das terras e a não-elucidação dos mecanismos de aquisição do direito de uso e aproveitamento de terras.

"A não-clarificação dos mecanismos de aquisição do direito de uso e aproveitamento de terras, relativamente as normas e práticas costumeiras, ocupação por pessoas singulares ou pelas comunidades locais", lê-se no documento.

Para se ultrapassarem estas questões, a provedora sugere um conjunto de medidas a serem inseridas no actual diploma (Lei 09/04), como a necessidade de se adicionar um regime legal que diminua o elevado índice da usurpação de terras por parte dos que detêm o poder político e/ou económico, "Com isso, resolveria o problema da usurpação de terras por parte dos que detêm o poder político e/ou económico, gerando, algumas vezes, processos de disputas intermináveis entre investidores, quer sejam eles nacionais ou estrangeiros", sublinha o documento.

A provedora sugere, igualmente, um documento que confira maior consistência e significado prático ao direito de uso e aproveitamento das terras, que encoraje o investimento na terra pelas famílias e pelos agentes económicos privados; a clarificação do conceito de comunidades rurais, previsto na alínea c) do artigo 2.º e 9.º da Lei de Terras; alargar e garantir os direitos das mulheres angolanas sobre a terra, sem prejuízo dos princípios da universalidade.

"Produzir um quadro legal e operacional que estanque o açambarcamento, reduza o risco de conflitos fundiários nos termos dos artigos 60.º e 61.º, ambos da Lei de Terras; controlar a especulação e a corrupção, bem como combater a existência de terras ociosas, sem prejuízo do artigo 5.º da mesma lei", conclui o documento.

7.12 Ocupação ilegal de terrenos

Jornal Luanda

27 De Novembro de 2023

NOS ULTIMOS DIAS, várias parcelas de terrenos, algumas reservas fundiárias, outras cedidas a pessoas singulares e colectivas, tem sido ocupadas e vendidas por indivíduos de má-fé. em quase todos os municípios de Luanda. A situação e do conhecimento do Governo Provincial de Luanda.

Manuel Homem durante a sua visita ao município de Viana, garantiu que os indivíduos, que assim agem,

fazendo-se passar por ronronamos do GPL. tem os dias contados.

Sem avançar mais detalhes, o governador assegurou que se esta a preparar um órgão que vai trabalhar arduamente para par cobro a essa situação que tem tirado o sono de cidadãos com a posse legal de terrenos terra.

FH

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 RECLIMA leva água a um milhão de pessoas

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2023

Texto: Domingos Mucuta

Manuel Quintino falava na cerimónia de lançamento oficial do RECLIMA, uma iniciativa do Governo de Angola, co-financiado pelo Banco Mundial (BM) e a Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD), num orçamento avaliado em cerca de 450 milhões de dólares.

O governante revelou que o Banco Mundial disponibilizou 300 milhões de dólares e a Agência Francesa para o Desenvolvimento os restantes 150 milhões para, entre outras tarefas, a construção de infra-estruturas e reforço da resiliência hídrica nas regiões afectadas pela seca.

Manuel Quintino explicou que o projecto tem como mutuário o Ministério da Energia e Águas e visa estabelecer bases para o crescimento sustentável e a melhoria dos serviços de água e gestão dos recursos hídricos para a resiliência climática.

O governante esclareceu que a materialização do RECLIMA resulta do Despacho Presidencial que aprovou a linha de financiamento para a cobertura financeira do projecto, mediante acordos entre Angola e o Banco Mundial e a Agência Francesa para o Desenvolvimento.

O secretário de Estado das Águas detalhou que o projecto tem quatro componentes estratégicas, sendo a primeira, a melhoria dos serviços de abastecimento de água, assegurando um aumento da confiabilidade na segurança hídrica nas zonas urbanas e peri-urbanas.

A segunda componente, de acordo com Manuel Quintino, está relacionada com o fornecimento da gestão de recursos hídricos, visando a resiliência climática.

O governante acrescentou que esta inclui a reabilitação de infra-estruturas que garantem reservas de água, tendo em vista a criação de condições para fazer face a futuros eventos de seca. "Importa salientar que haverá aqui uma grande intervenção por parte dos Gabinetes de Gestão de Bacias Hidrográficas do Cubango, do Cunene e Cuvelai, bem como do Instituto Nacional de Recursos

Hídricos e abrange outras entidades que lidam com a gestão das águas nas províncias em referência", sublinhou.

O secretário de Estado das Águas referiu também que a componente três abrange a colaboração na gestão do projecto, através da unidade de coordenação. Já a quarta componente define um conjunto de estratégias para dar respostas a emergências. "O projecto tem um grande foco para o fortalecimento de estruturas institucionais e da capacidade de monitorização do sector das Águas, bem como a capacitação de empresas de prestação de serviços de abastecimento de água. O RECLIMA tem uma incidência sobre o aumento dos aspectos ligados à resiliência às alterações climáticas e ao acesso a recursos hídricos confiáveis", disse.

O RECLIMA, referiu, inclui ainda acções de complementaridade aos programas de combate à seca no Sul de Angola. "Este tem acções complementares para que possamos criar sinergias tendo em vista o estabelecimento da dignidade do ser humano a nível da região e de outras partes do país que enfrentam os eventos cíclicos da seca", frisou.

O lançamento do projecto acontece em simultâneo com a abertura de um seminário técnico que, até hoje, recolheu contribuições de especialistas para enriquecer as estratégias e soluções para os problemas do sector.

Prioridade para a AFD

O apoio ao sector das Águas e Saneamento em Angola é uma das prioridades da Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD), disse a representante da instituição no país.

Valérie Tehto sublinhou que o RECLIMA é uma oportunidade de estender o apoio para a melhoria do sector das Águas, sobretudo nas regiões mais assoladas pela seca e melhorar a gestão dos recursos hídricos do país.

A representante da AFD afirmou que o RECLIMA também é uma prioridade para o Governo de Angola e para a sua agência, no sentido de reduzir a vulnerabilidade das pessoas. "É em projectos como estes que a Agência Francesa para o Desenvolvimento investe em Angola para, ao mesmo tempo, atender as necessidades essenciais das populações. O projecto é importante porque respeita compromisso, atende às populações que já sofrem com a escassez de água e com as mudanças climáticas, representando soluções que sirvam a nível local e das instituições", assinalou.

"Angola está entre 20 países no mundo mais expostos aos efeitos das alterações climáticas e a parte Sul do país é a mais afectada, pelo que a gestão do potencial dos recursos hídricos é primordial", referiu Valérie Tehto.

Desafio da Huíla

O vice-governador da Huíla para a Área Técnica e Infra-estruturas, Hélio de Almeida, afirmou que a província é das que tem maiores desafios do ponto de vista de resiliência climática, mas porque deriva dos últimos anos de seca severa.

A província da Huíla sofre mais porque é a que tem a maior densidade populacional na região Sul, a população tem sofrido o impacto da seca, sobretudo nos municípios. Hélio de Almeida acrescentou que o Governo da província elencou as principais localidades e situações que devem ser priorizadas para que nos próximos anos os efeitos da seca tenham menos impacto na vida das comunidades.

"As soluções para combater os efeitos e criar resiliência à seca deverão ser sentidas directamente no seio das populações e que possam criar condições para um melhor desenvolvimento e sustentabilidade das comunidades".

Gestão de recursos hídricos

Ao intervir na cerimónia de lançamento, o representante do Banco Mundial para Angola e São Tomé e Príncipe, Juan Carlos Alvarez, frisou que o RECLIMA é um projecto de angolanos para Angola, com vista a promover o desenvolvimento.

O projecto, acrescentou, reforça a parceria estratégica entre o Governo de Angola, Banco Mundial e a Agência Francesa para o Desenvolvimento, que, de forma concertada, unem esforços para a promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo para o país e os angolanos.

Os apoios do Banco Mundial no sector das Águas em Angola têm-se centrado nas empresas provinciais de Água e Saneamento e nas instituições de nível nacional. Apesar deste envolvimento ser muito produtivo, a seca no Sul de Angola mostrou a necessidade urgente de prestar mais atenção à gestão de recursos hídricos e variações climáticas a nível provincial e municipal.

"O enfoque estende-se ao abastecimento de água rural e à gestão de recursos hídricos na região do Sul do país, a mais afectada pela seca. Do ponto de vista técnico, é importante entender como o projecto vai atingir o número de beneficiários previstos. A equipa técnica do Banco Mundial e o Governo de Angola

realizaram um óptimo trabalho para desenhar um projecto que vai beneficiar um milhão de pessoas", notou.

O representante do BM anunciou que, além da Huíla, o RECLIMA vai expandir o apoio às empresas provinciais de água e saneamento não contempladas pelos programas anteriores, tais como as do Cuanza-Sul, Benguela, Zaire e Cuando Cubango.

Nas províncias da região Sul, o RECLIMA vai apoiar os governos provinciais e as administrações municipais na criação de resiliências e segurança hídrica, através de programas, infra-estruturas comunitárias e assistenciais para o desenvolvimento da capacidade para planear e gerir pontos de água e planos locais.

O projecto vai prestar apoio técnico ao Gabinete de Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cuvelai e Cubango na gestão das águas e resiliência climática, bem como um apoio contínuo ao Instituto Nacional de Recursos Hídricos.

No âmbito deste projecto, o representante do Banco Mundial anunciou a reabilitação da barragem do Sendi, na província da Huíla, augurando que o trabalho seja dinâmico para ser concluído dentro de três anos.

"Antes de sair de Angola quero terminar o meu mandato com a inauguração desta barragem. Do nosso lado temos o compromisso de trabalhar arduamente no sentido de ter esta infra-estrutura pronta antes de deixar Angola", augurou.

"É com a colaboração coordenada de todos os actores nacionais que a segurança hídrica será reforçada. O sucesso da implementação do projecto irá depender dos governos locais", disse, reafirmando o compromisso da instituição em apoiar projectos do sector.

8.2 Milhares de habitantes de Nancova contam com mais água potável

Jornal de Angola

17 De Novembro de 2023

Texto: Nicolau Vasco

Mais de dois mil habitantes da sede municipal de Nancova, a cerca de 350 quilómetros da cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango, contam com mais água potável, com a entrada em funcionamento de um sistema de captação, tratamento e distribuição.

Orçado em 465 milhões de kwanzas, o equipamento social foi construído no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e tem capacidade para bombear 7,5 mil litros de água por hora e conta, também, com um reservatório de 30 mil metros cúbicos.

A inauguração foi feita pelo governador José Martins, que explicou que o bem público foi projectado para beneficiar, dentro de cinco anos, mais de cinco mil habitantes.

José Martins deu a conhecer que o sistema de captação, tratamento e distribuição de água permitiu já 81 ligações domiciliárias, das 200 previstas numa primeira fase, assim como a construção de quatro chafarizes acoplados com lavandarias e balneários públicos.

"As ligações domiciliárias permitem que vários edifícios públicos, ligados à Administração Local do Estado, com realce para o Hospital Municipal, escolas e residências construídas no âmbito do programa dos 200 fogos habitacionais e ocupadas por funcionários públicos, beneficiem de água canalizada, para que os utentes deixem de consumir água inapropriada", disse.

O governante acrescentou que o projecto, que esteve a cargo da empresa de construção civil "Nova Coproe", foi executado num prazo de 12 meses e conta com uma conduta de quatro quilómetros, que, além de interligar a zona centro da sede municipal, abrange, também, vários bairros periféricos, na sua maioria com residências precárias.

Segundo o responsável máximo da província, a entrada em funcionamento do primeiro sistema de captação, tratamento e distribuição de água na sede municipal de Nancova é um grande ganho, uma vez que os habitantes, durante várias décadas, consumiam água retirada directamente do rio Cuito.

Com a construção do equipamento social no município do Nancova, que antes da Independência Nacional era conhecido como Vila Nova Armada, a população vai deixar de percorrer longas distâncias em busca de água para o consumo diário ou depender de rios e cacimbas, onde são frequentes ataques de jacarés e hipopótamos.

José Martins realçou que, no âmbito do PIIM, a sede municipal de Nancova vai beneficiar de um projecto de fornecimento de energia eléctrica, com a instalação de uma central térmica, que será suportada por dois grupos geradores, com capacidade de dois megawatts, cuja inauguração está prevista para o primeiro trimestre do próximo ano.

"A efectivação deste projecto vai melhorar, também, a vida dos munícipes de Nancova, que, actualmente, vivem sem energia e não conseguem adquirir electrodomésticos para, por exemplo, conservar os alimentos", referiu.

José Martins pediu aos habitantes no sentido de preservarem os bens públicos, para que o Executivo direcione as verbas em outros projectos de impacto social.

Administradora destaca esforços do Executivo

A administradora municipal de Nancova destacou os esforços do Executivo e em particular do Governo Provincial que permitiram a construção de um sistema de abastecimento de água, que visa melhorar a qualidade de vida da população.

Segundo Marta Cacuhu, o equipamento social que Nancova ganha, após 48 anos da conquista da Independência Nacional, vai ajudar a evitar que vários cidadãos sejam atacados por jacarés, tendo explicado que, nos últimos três anos, a Administração Municipal tem o registo de mais de dez vítimas mortais.

"Saúdamos a iniciativa do Governo pela construção deste grande empreendimento que fazia muita falta, porque as pessoas eram obrigadas a consumir água turva, que não é recomendável, uma vez que contribui para o surgimento de várias doenças, com destaque as respiratórias e diarreicas agudas, febre tifóide, infecção urinária e sarna", disse.

Marta Cacuhu sublinhou que a sede comunal do Rito e algumas aldeias mais populosas do município beneficiaram, nos últimos anos, de furos de água, que estão acoplados com reservatórios de dez mil metros cúbicos.

A administradora de Nancova fez saber que, no âmbito do PIIM, o município, além da construção do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e de fornecimento de energia eléctrica, vai beneficiar, brevemente, de mais três projectos ligados aos sectores da Saúde e Educação.

Marta Cacuhu lembrou que o município do Nancova, que possui uma extensão territorial de 10.310 quilómetros quadrados, conta com mais de cinco mil habitantes, que se dedicam, maioritariamente, à agricultura, pecuária e pesca.

8.3 As culpas próprias de uma nova crise de água em Benguela

Novo Jornal

24 De Novembro de 2023

Texto: João Marcos

Em reacção a uma crise que leva já mais de um mês, milhares de cidadãos manifestam sentimento de revolta devido a falta de água nas cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, associada, pela terceira vez no mesmo ano, a problemas técnicos no sistema de produção e distribuição.

Esta semana, quando famílias de várias zonas periféricas e urbanas faziam contas a vida em função dos gastos, aumentou o tom da crítica, tendo a Empresa Provincial de Águas e Saneamento de Benguela (EPASB) vindo a público com uma justificação conhecida.

"Gastamos dinheiro, diariamente, para conseguir água. Há pessoas que não banham porque não há água. As dirigentes devem fazer qualquer coisa".

São algumas das frases ouvidas em semana de protestos, com munícipes indiferentes as acções inscritas no Programa Integrado de Obras Emergenciais, o trunfo usado pela EPASB para acalmar os ânimos. Vários bairros levantaram a voz da revolta, incluindo aqueles que ganharam, há 15 anos, com o sistema de captação, tratamento e distribuição, construído pela brasileira Odebrecht.

No município-sede, Benguela, pelo menos cinco bairros, para lá dos edifícios em zonas urbanas, ficam sem água entre três e cinco dias.

"Nem sequer, agora, temos água a madrugada, ainda que em poucas horas, como habitualmente", indica Aníbal Santos, morador de um prédio situado no centro da cidade das Acácias Rubras.

O cenário, neste ou naquele ponto, é de mulheres e crianças com cantis e bacias a cabeça, a saída das fontes alternativas.

Quem não se faz as ruas, como é o caso de Ruth Margarida, tem de pagar a lavadores de carros 100 kwanzas por cada cantil.

"Estamos com gastos diários até dois mil kwanzas, valor que ajuda a abastecer a cozinha e a casa de banho", conta a senhora.

Todas as críticas são dirigidas ao Governo Provincial de Benguela, que continua a ter no Programa Emergencial o caminho para uma crise minimizada.

É que as obras, orçadas em 80 milhões de euros, são, como vem sendo explicado, apenas para repor os níveis perdidos por falta de manutenção e substituição de equipamentos no sistema, que compreende, entre outras infra-estruturas, uma Estação de Bombeamento de Água Bruta (EBAB) e uma Estação de Tratamento de Água (ETA).

A avaria numa electrobomba, a principal causa do novo cenário de crise, juntam-se, numa demonstração de que, efectivamente, um mal nunca vem só, os altos níveis de turbidez da água do rio Catumbela, a fonte de um sistema de distribuição que absorveu mais de 500 milhões de dólares norte-americanos.

"Estamos a espera de uma peça para resolver o problema, aguardamos por soluções locais nas próximas horas", disse o director de Comunicação da EPASB, Lunguila de Almeida.

De acordo com o responsável, a avaria e os níveis de turbidez baixaram a produção em 1000 metros cúbicos por hora, estando a cifra actual em 3000 mil metros cúbicos.

"Esperamos, como disse, regressar rapidamente aos quatro mil, que estão, mesmo assim, aquém do passado", frisou o director, lembrando que o equipamento (eléctrico e mecânico) está há 15 anos no sistema, sem renovação.

As obras em curso minimizaram, há alguns meses, a crítica situação na zona alta da cidade do Lobito, mas, se analisada a generalidade do litoral da província, não disfarçam o caos.

O Projecto de Águas de Benguela (PAB), uma iniciativa de subordinação central, não avançou, por alegada falta de dinheiro, para a terceira fase, desenhada em resposta ao aumento de zonas habitacionais.

As centralidades, não previstas no PAB, agora a precisar de uma verba superior a 300 milhões de dólares para a última etapa, estão a pressionar o já caótico sistema de distribuição.

Alguns especialistas, entre arquitectos e engenheiros, avisam que, paralelamente as obras para a recuperação de níveis perdidos por falta de manutenção, e precisa a construção de uma barragem no rio Catumbela, no quadro da continuidade do projecto de Águas, para que certos problemas desapareçam.

Eles indicam que Benguela (rios) continua a perder muita água para o mar por falta de retenção, sublinhando que uma barragem seria também a

solução para o aumento da turbidez, apontado pela EPASB como uma contrariedade.

Energia também aos soluços

A dimensão do problema não é a mesma, longe disso, mas os constantes cortes de energia nas cidades do litoral também irritam, chegando a ser colocada em causa a utilidade das centrais fotovoltaicas, as maiores do País até ao momento, conforme os levantamentos feitos pelo NJ.

Quem acompanhou a inauguração das centrais fotovoltaicas do Biópio e da Baía Farta, capazes de fornecer 285 megawatts, acima do dobro da capacidade da província, não quer ouvir, agora neste 'vaivém' da luz, que as centrais solares são para o País, estando ligadas a rede nacional através de linhas de transmissão e subestações.

O argumento técnico tem sido apresentado, mas vários populares insistem em questionamentos relativos aos empreendimentos, que custaram ao Estado angolano 386 milhões 818 mil euros.

Trata-se de um cenário muito semelhante ao do município do Cubal, onde a população, como reportou a NJ, não beneficia da barragem hidroeléctrica ali instalada, a de Lomaum, também 'desviada' para o sistema nacional.

Nas cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, a justificação reside na pressão sobre a rede, bastante antiga e com cabos subterrâneos. "Está tudo velho, estes cabos e todo o resto do equipamento. As famílias, nesta fase, querem ter tudo ligado, claro que é muita pressão", disse ao NJ fonte da Empresa Nacional de Electricidade.

O dado a reter, semelhante à realidade no sector das Águas, é que a província de Benguela precisa de renovar a sistema e estender a rede em resposta ao crescimento demográfico.

Benguela terá, de resto, uma boa parte das mais de 200 mil ligações domiciliárias até 2027, o ano previsto para uma taxa de electrificação do País na ordem de 50 por cento, mais dez em relação ao quadro actual.

Estas projecções foram feitas recentemente, precisamente nesta província, pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, no Conselho Consultivo do seu pelouro.

8.4 Mucari aposta no reforço do abastecimento de água

Jornal de Angola

19 De Novembro de 2023

Texto: Sónia Maria

Habitantes do Bairro Bombo, comuna de Caxinga, a 15 quilómetros da sede municipal de Mucari, província de Malanje, contam com mais um sistema de abastecimento de água potável.

As obras ficaram orçadas em mais de dez milhões de kwanzas, no âmbito do Programa "Água para Todos", visando a melhoria da qualidade de vida da população, que, antes, percorria grandes distâncias à procura de água.

Durante a inauguração do equipamento social, terça-feira, o regedor do Bairro Bombo agradeceu a iniciativa da Administração Municipal de Mucari, acrescentando que o sistema de abastecimento de água potável vai ajudar a diminuir as doenças causadas pelo consumo de água imprópria.

Segundo Joaquim Balanga, a instalação do sistema de abastecimento de água potável demonstra a vontade do Governo em resolver os problemas da população.

O administrador municipal de Mucari, Inácio Cabedal Augusto, anunciou que o Bairro Muanha-Teca vai, também, ser contemplado com um sistema de captação, tratamento e abastecimento de água, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Inácio Cabedal Augusto apelou à população a conservar o bem público e garantir a sua durabilidade.

8.5 Luanda vai contar com mais sistemas de abastecimento de água à população

Jornal de Angola

Texto: António Cristóvão

22 De Novembro de 2023

João Baptista Borges disse que os subsistemas vão ter capacidade de 750 mil metros cúbicos de água, para beneficiar 7.500.000 habitantes da província de Luanda.

Outro desafio no abastecimento de água para Luanda, explicou João Baptista Borges, prende-se com a expansão da rede de distribuição.

Neste momento, revelou, além das 160 mil ligações do projecto Bita, serão efectuadas mais de 500 mil no Kilonga, para permitir a chegada de água às residências dos municípios do Zango e bairros periféricos.

João Baptista Borges deu a conhecer que as obras anunciadas vão ser executadas num prazo mínimo de três anos. "Estamos a fazer acções de melhoria gradual, como foi o caso da construção da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Candelabro, no município de Cacuaco".

À ETA de Candelabro, em Kifangondo, esclareceu João Baptista Borges, foram adicionados mais 90 mil metros cúbicos de água, para acima de 900 mil habitantes da zona norte de Luanda.

O ministro da Energia e Águas anunciou, também, a construção do sistema de Captação no Cassaquí, que vai permitir que a água seja transportada numa conduta subterrânea, ao contrário das anteriores ao ar livre, para evitar contaminação.

8.6 “Garimpo” de água causa danos de 250 milhões de kz

Jornal de Angola

Texto: António Cristóvão

25 De Novembro de 2023

Vladimir Bernardo informou que as zonas com o maior número destes casos são os municípios de Talatona, Kilamba Kiaxi, Viana e Cacuaco. "O Talatona e o Kilamba Kiaxi são as principais zonas de referência. A EPAL localiza os pontos de garimpo e desactiva as ligações. A outra responsabilidade compete à Polícia Nacional e aos órgãos de justiça. Naturalmente, acompanhamos os casos", disse.

O director explicou que para desencorajar os municípios no exercício desta actividade, a EPAL-EP tem trabalhado com o Serviço de Investigação Criminal (SIC), numa tarefa conjunta que já permitiu desactivar mais de 40 ligações de água em moradias que praticavam o "garimpo" e a venda ilícita deste líquido.

O director do GCMRI da EPAL defende, como forma de desencorajar esta actividade, uma moldura penal mais pesada. "Achamos que é imperioso o agravamento das medidas disciplinares, porque as práticas tendem a aumentar", alertou.

Aos municípios da província de Luanda, aconselhou a evitarem esta prática, que tem afectado na distribuição da quantidade e qualidade da água. "O desvio da água impede que a mesma chegue aos Centros de Distribuição e, conseqüentemente, os clientes deixam de receber a água pela via convencional", esclareceu.

Pena

A destruição de um bem público, como são os casos das condutas da EPAL-EP, é punível, com uma pena de prisão de 1 a 6 anos, de acordo com o n.º 1 da alínea a) e e), do artigo 290º, do Código Penal vigente.

Novas ligações

Mais de 500 mil ligações domiciliárias vão ser feitas pela Empresa Pública de Águas (EPAL-EP) na província de Luanda, anunciou, esta semana, na Centralidade do Kilamba, o ministro da Energia e Águas (MINEA).

João Baptista Borges revelou que as acoplagens vão ser efectuadas no Zango e outros bairros da província de Luanda, no quadro do projecto da EPAL-EP até final de 2026. "Vamos fazer todas as ligações ao domicílio até final de 2026", garantiu.

Actualmente, admitiu, existe um défice no abastecimento de água para as populações. "Mais da metade dos municípios de Luanda consomem o produto distribuído dos camiões cisternas. Por isso, estamos a viver um défice no abastecimento. Portanto, a capacidade actual não atende mais da metade daquilo que são as necessidades", disse.

8.7 Centralidade do Kilamba vai ter contadores de água pré-pagos

Jornal de Angola

27 De Novembro de 2023

Texto: António Cristóvão

As habitações da Centralidade do Kilamba vão ter, a partir de Janeiro, do próximo ano, contadores de água pré-pagos instalados, como forma de ter um maior controlo e respeito pelo cumprimento do pagamento dos serviços.

O anúncio foi feito pelo ministro da Energia e Águas, para quem a medida vai levar os moradores do Kilamba a pagarem o consumo à Empresa Pública de Águas (EPAL-EP). "Não temos, ainda, os contadores instalados nas casas. É um investimento a ser feito. Mas, antes, vamos instalar os contadores pré-pagos",

garantiu o ministro, preocupado com os actuais prejuízos financeiros da instituição.

João Baptista Borges disse que a Centralidade do Kilamba tem 22 mil fogos, com igual número de famílias, mas o registo de pagamento do consumo de água está ainda muito abaixo do número de pessoas residentes.

A Centralidade, referiu, tem uma estação de captação e tratamento que abastece apenas o Kilamba e uma outra para o trato de água residual. "Este serviço tem de ser remunerado", esclareceu, acrescentando que com o pagamento do consumo mensal da água, a EPAL-EP vai ter a capacidade para cobrir e assegurar todos os serviços na Centralidade.

Em relação à qualidade da água que chega aos consumidores, o dirigente admitiu que precisa melhorar, mas garantiu que o problema já está identificado. "O controlo da qualidade da água nos Centros de Distribuição (CD) é feito em locais onde existem produtos químicos. Por isso, é muito importante manter os cuidados recomendados, como ferver a água ou desinfectar com lixívia".

As redes de distribuição de água, explicou, estão próximas das condutas de saneamento e, nem sempre, consegue-se manter a estanqueidade destes tubos. "Desta forma, a água chega às casas das pessoas, às vezes, sem a qualidade necessária", esclareceu.

Ligações domiciliare

Luanda conta com 725 mil ligações domiciliare de água, feitas entre 2012-2022, anunciou o administrador para a área de Engenharia e Desenvolvimento da EPAL-EP, Kelson Domingos, que destacou, também, o aumento na capacidade de distribuição para os 389 mil metros cúbicos.

O assessor do administrador de rede de distribuição da EPAL, Daniel Nunes, disse que o projecto Candelabro, custou 122 milhões de dólares e possui sete bombas para a sucção de água bruta. A Estação de Tratamento de Água permitiu alcançar uma produção diária de 210 mil metros cúbicos e beneficiar dois milhões de habitantes.

Actualmente, de acordo com o registo oficial, a EPAL-EP conta com 34 Centros de Distribuição de Água (CD) e 14 Estações de Tratamento de Água (ETA). Em Cacuaco estão a ETA Kifangondo e Candelabro. As demais encontram-se no projecto Luanda-Sul e Sudeste, Kikuxi I e II, Bom Jesus, Calumbo, Centralidade do Kilamba, Muxima e Caquengue.

8.8 Mais de 70 “cisternas calçada” em construção na Huíla e Cunene

Jornal de Angola

Texto: Alberto Quiluta

28 De Novembro de 2023

Carlos Cambuta explicou que as cisternas em construção têm a capacidade de conter 58 mil litros de água cada, para o benefício de mais de três mil famílias.

"As cisternas calçada vão preservar água, de forma sustentável, por via da captação das chuvas. Após a recolha, o líquido é filtrado e tratado, para acudir os mais necessitados", explicou.

A solução para os grandes problemas, realçou, não passa apenas pela implementação de grandes acções. "As pequenas também impactam positivamente na vida de muitas famílias, com destaque as da região Sul, em especial do Cunene e da Huíla", lembrou.

O director da ADRA reconheceu os esforços do Executivo, com a construção do Canal de Cafu, Sistema de Transferência de Água do Rio Cunene, que precisa de mais acções para complementar a infra-estrutura. "Há toda uma necessidade de se desenvolver acções que possam ajudar as comunidades, de modo a estarem melhor preparadas para as alterações climáticas".

Outros projectos

A ADRA, adiantou, tem desenvolvido outras acções, com especial realce para a promoção e a protecção do género e dos direitos da mulher, com a participação de 317 Organizações da Sociedade Civil (OSC), das províncias de Benguela, Huambo, Malanje, Huíla, Namibe, Cunene e Luanda.

Na cidade capital, apontou, o projecto está a ser desenvolvido nos municípios do Cazenga, Kilamba Kiayi, Cacuaco, Viana e Belas.

Famílias controladas por mulheres

A representante do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Tatiana Morais, destacou a importância de estratégias de protecção dos direitos das mulheres e meninas no país, em especial da região Sul, pelo facto de 30 por cento das famílias, actualmente, serem chefiadas por mulheres.

A técnica para a área de Igualdade de Género explicou que têm trabalhado, dentro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para

melhorar a saúde materna e neonatal, assim como reduzir a propagação do VIH.

8.9 ENDE diz que PTs privados não são para vender energia na comunidade

Jornal O PAÍS

24 De Novembro de 2023

Texto: Jaime Tabo

A revelação foi feita pelo administrador executivo da ENDE, Sérgio Dindanda, que explicou que o termo PT privado surgiu por via dos requerentes que solicitam uma determinada potência de energia superior a 49,9 kVa, momento a partir do qual se deixa de ser um cliente de baixa tensão e instala-se um PT.

Porém, foi constatado, segundo este responsável, que ao longo dos anos, estes clientes que requereram um PT para alimentar uma determinada instituição, por exemplo uma grande empresa, após a sua falência, em vez de entregarem o equipamento a gestão da ENDE, passaram a vender energia as populações.

Sérgio Dindanda esclareceu que, embora a ENDE saiba da ilegalidade do acto, a empresa não procede a desactivação do meio pelo facto de reconhecer a sua incapacidade para atender determinadas zonas de Luanda e do país.

O administrador contou que, das vezes que a empresa tentou cortar o fornecimento de energia por via dos PTs privados, as populações e administrações deslocam-se a ENDE para protestar.

Por isso, acrescentou, enquanto não fizer chegar energia a estas zonas, permite a situação.

"Não é prática dos PTs privados distribuírem energia eléctrica as populações. O objectivo de se ter um PT privado é, somente, atender as suas instalações, tendo em conta a potência que este solicita. Os PTs privados não são para fornecer energia a outras pessoas", revelou, referindo que "o monopólio está com a ENDE".

"A ENDE é a única empresa vocacionada para a distribuição de energia eléctrica em todo o país", disse.

"Temos o mapeamento de todos os PTs que vedem energia eléctrica"

O administrador executivo da ENDE adiantou que a sua instituição não está cega quanta a existência dessa

actividade, cuja extinção está dependente do aumento da capacidade da empresa para acelerar a distribuição do bem.

Sérgio Dindanda garantiu que a empresa nacional tem mapeado todos os PTs que estão a dedicar-se ao exercício de venda de electricidade, mas que, quando a ENDE chegar a estas comunidades, serão desactivados os equipamentos.

"Nós temos o mapeamento de todos os PTs que fazem a venda de energia eléctrica, sempre que chegamos a estas zonas, solicitamos que eles desactivem", adiantou.

Nesta altura, o responsável referiu que a empresa tem necessidade de cobrir com energia eléctrica parte dos municípios de Cacuaco, Cazenga, Viana e de Belas, começando pela zona dos Ramiros.

Os esforços estão direccionados, também, para levar o bem até as zonas de Cabo Ledo, Quissama e da Barra do Kwanza, onde, apesar de já estar instalada energia eléctrica da rede pública, há a necessidade de se aumentar a taxa de electrificação.

"Nessas zonas, existem PTs privados, principalmente na Zona Verde. Em Viana, no quilómetro 30, Cacuaco-Funda, ainda temos alguns PTs a comercializar energia eléctrica", pontualizou.

ENDE nega colaboração de funcionários

O administrador executivo da empresa negou qualquer envolvimento de funcionários nesse tipos de práticas, sustentando a sua posição com o facto de estes serem desencorajados por conta das normas internas, cuja violação pode resultar em expulsão.

Por outro lado, refutou ainda a tese segundo a qual existem pessoas influentes a frente desses negócios, e que dificultam o processo de instalação de energia eléctrica da rede pública.

O responsável explicou que a ENDE tem metas para atingir, e que a sua missão é a de manter a regularidade e a qualidade de fornecimento de energia eléctrica.

"Não há esta questão de que estas entidades privadas impedem a ENDE de fazer chegar a energia a estas comunidades", disse.

Sérgio Dindanda referiu também que as construções desordenadas têm peso negativo no processo de distribuição, explicando que existem zonas em que precisariam apenas de seis postos, mas, tendo em conta a configuração dos próprios bairros, a ENDE tem de colocar dez postos. "Isso aumenta o custo".

8.10 Falta de urinóis na cidade de Luanda transforma espaços públicos em mictórios

Jornal de Angola

27 De Novembro de 2023

Texto: Dumilde Manuel

Cidadãos sugerem ao Governo da Província de Luanda a encontrar, com urgência, uma solução para contornar o actual quadro, que ensombra a imagem da cidade da Kianda

A escassos metros da Igreja Sagrada Família, no Maculusso, numa das zonas privilegiadas da cidade de Luanda, uma zungueira caminha em direcção a uma viatura. Sem se importar com os olhares, em plena luz do dia, pousou a banheira que carregava à cabeça, abriu o fecho da saia, cobriu-se com o seu pano, inclinou-se ao lado de uma das rodas de frente da viatura e, num ápice, o chão ficou completamente molhado.

O odor provocado pela urina da zungueira e de outras pessoas antes dela começou a atacar de imediato o olfacto de quem por aí passasse. Indagada sobre o motivo que a levou a urinar naquele local, a mulher não deu voltas: "Mijei aí porque não tive outra opção. Os urinóis públicos estão todos estragados", justificou.

A poucos metros do local em que se encontrava há uma casa de banho pública que já não funciona há muito tempo.

Para constatar o estado dos urinóis públicos, o Jornal de Angola efectuou uma ronda pela cidade de Luanda.

O resultado foi assustador. Todos estão inoperantes e, nalguns casos, vandalizados. Por não terem outra opção, os transeuntes estão sujeitos a urinar e a defecar em qualquer lugar, poluindo o ambiente, o que constitui um atentado à saúde pública.

"Com as casas de banho públicas encerradas, não temos outra saída que não seja urinar nos cantos das paredes", disse Manuel Patrício.

À semelhança de Manuel Patrício, outros cidadãos admitiram terem passado pela mesma situação, sempre que se deslocam ao centro e noutras partes da cidade de Luanda. No seu entender, o Governo da Província de Luanda devia encontrar, com urgência, uma saída para contornar o actual quadro, que ensombra a imagem da cidade da Kianda.

"Este problema não é novo", indicou António Fidel, um vendedor ambulante que trabalha nas imediações da Igreja Sagrada Família.

Esclareceu que a paralisação das casas de banho públicas aconteceu no momento em que a empresa gestora abandonou-as, depois de ficar vários meses sem receber, do Governo da Província de Luanda, os pagamentos.

"Com a crise económica e financeira, a empresa viu-se impedida de receber os pagamentos durante vários meses. Como consequência, deixou de fazer a gestão das casas de banho públicas. É por essa razão que os banheiros estão entregues à sua sorte", garantiu.

Pelo uso dos urinóis públicos, prosseguiu, o usuário pagava um valor simbólico, mas não era com o dinheiro daí arrecadado que a empresa vivia.

Para muitos, devido à ausência de urinóis, Luanda transformou-se num "urinol a céu aberto", como facilmente comprova quem anda pela cidade, por mais desatento que seja.

O cidadão, ao virar de uma esquina, pode esbarrar com homens ou mulheres de qualquer idade, encostados ou agachados a uma parede ou árvore a urinar.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Congresso de Direito da Família realça a figura de Maria do Carmo Medina

Jornal de Angola

18 De Novembro de 2023

Texto: Pedro Ivo

O encerramento da actividade realizada por ocasião do 35º aniversário do Código de Família, foi, sexta-feira, em Luanda, marcado pela homenagem a título póstumo de Maria do Carmo Medina, pelos seus feitos no ramo jurídico.

Os especialistas do direito consideraram Maria de Carmo Medina a maior figura de representação do Direito da Família em Angola.

Em declarações ao Jornal de Angola, o presidente do Núcleo Angola do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), Arlindo Castro, considerou a homenagem como o ponto mais alto do congresso promovido pela instituição, pois a jurista foi a responsável pela elaboração do Código da Família no país.

"Nada mais do que merecido homenagear quem muito fez para que esse código existisse e que trabalhou arduamente naquilo que é a configuração actual", disse Arlindo Castro, que fez igualmente a entrega de uma placa à advogada e docente universitária Ana Paula Godinho, enaltecendo a figura.

Para a advogada, foi um momento gratificante ver os feitos de Maria do Carmo Medina sendo reconhecidos, porque era uma pessoa com uma "sensibilidade acima da média", sobretudo para questões relacionadas com a família e a criança.

Relativamente ao último dia do Congresso Internacional de Direito da Família, Arlindo Castro salientou que as expectativas foram alcançadas, de maneira que os conferencistas pedem a realização de um próximo congresso, adiantando na ocasião que esta solicitação foi aceite e a próxima edição pode ser realizada em 2024.

O tema que marcou o dia de encerramento, destacou, foi a Adopção Internacional em Angola, que a sub-procuradora geral da República, Carla Patrícia Correia, considerou que em Angola ainda não existe.

Arlindo Castro frisou, também, que a temática União de Facto em Angola, apresentada pela docente universitária Joaquina do Nascimento, é um dos temas fracturantes a nível do ordenamento jurídico angolano, por conta da sua efectivação prática.

"A prelectora confirmou que pela estrutura que a União de Facto hoje apresenta e pelo conjunto de requisitos que se vai exigindo para reconhecer a união de factos a nível das conservatórias, estamos diante de um casamento até mais vantajoso do que o casamento em razão de fazer retroagir aquilo que são os efeitos patrimoniais da relação que as pessoas tiveram", comentou.

Maria Berenice Dias, juíza desembargadora do Rio Grande do Sul e representante da delegação brasileira presente no congresso, afirmou que foi surpreendente a forma como os angolanos receberam a actividade, pela quantidade de magistrados e advogados comprometidos com o Direito da Família.

9.2 As culpas próprias de uma nova crise de água em Benguela

Novo Jornal

24 De Novembro de 2023

Texto: João Marcos

Em reacção a uma crise que leva já mais de um mês, milhares de cidadãos manifestam sentimento de revolta devido a falta de água nas cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, associada, pela terceira vez no mesmo ano, a problemas técnicos no sistema de produção e distribuição.

Esta semana, quando famílias de várias zonas periféricas e urbanas faziam contas a vida em função dos gastos, aumentou o tom da crítica, tendo a Empresa Provincial de Águas e Saneamento de Benguela (EPASB) vindo a público com uma justificação conhecida.

"Gastamos dinheiro, diariamente, para conseguir água. Há pessoas que não banham porque não há água. As dirigentes devem fazer qualquer coisa".

São algumas das frases ouvidas em semana de protestos, com munícipes indiferentes as acções inscritas no Programa Integrado de Obras Emergenciais, o trunfo usado pela EPASB para acalmar os ânimos. Vários bairros levantaram a voz da revolta, incluindo aqueles que ganharam, há 15 anos, com o sistema de captação, tratamento e distribuição, construído pela brasileira Odebrecht.

No município-sede, Benguela, pelo menos cinco bairros, para lá dos edifícios em zonas urbanas, ficam sem água entre três e cinco dias.

"Nem sequer, agora, temos água a madrugada, ainda que em poucas horas, como habitualmente", indica Aníbal Santos, morador de um prédio situado no centro da cidade das Acácias Rubras.

O cenário, neste ou naquele ponto, é de mulheres e crianças com cantis e bacias a cabeça, a saída das fontes alternativas.

Quem não se faz as ruas, como é o caso de Ruth Margarida, tem de pagar a lavadores de carros 100 kwanzas por cada cantil.

"Estamos com gastos diários até dois mil kwanzas, valor que ajuda a abastecer a cozinha e a casa de banho", conta a senhora.

Todas as críticas são dirigidas ao Governo Provincial de Benguela, que continua a ter no Programa Emergencial o caminho para uma crise minimizada.

É que as obras, orçadas em 80 milhões de euros, são, como vem sendo explicado, apenas para repor os níveis perdidos por falta de manutenção e substituição de equipamentos no sistema, que compreende, entre outras infra-estruturas, uma Estação de Bombeamento de Água Bruta (EBAB) e uma Estação de Tratamento de Água (ETA).

A avaria numa electrobomba, a principal causa do novo cenário de crise, juntam-se, numa demonstração de que, efectivamente, um mal nunca vem só, os altos níveis de turbidez da água do rio Catumbela, a fonte de um sistema de distribuição que absorveu mais de 500 milhões de dólares norte-americanos.

"Estamos a espera de uma peça para resolver o problema, aguardamos por soluções locais nas próximas horas", disse o director de Comunicação da EPASB, Lunguila de Almeida.

De acordo com o responsável, a avaria e os níveis de turbidez baixaram a produção em 1000 metros cúbicos por hora, estando a cifra actual em 3000 mil metros cúbicos.

"Esperamos, como disse, regressar rapidamente aos quatro mil, que estão, mesmo assim, aquém do passado", frisou o director, lembrando que o equipamento (eléctrico e mecânico) está há 15 anos no sistema, sem renovação.

As obras em curso minimizaram, há alguns meses, a crítica situação na zona alta da cidade do Lobito, mas,

se analisada a generalidade do litoral da província, não disfarçam o caos.

O Projecto de Águas de Benguela (PAB), uma iniciativa de subordinação central, não avançou, por alegada falta de dinheiro, para a terceira fase, desenhada em resposta ao aumento de zonas habitacionais.

As centralidades, não previstas no PAB, agora a precisar de uma verba superior a 300 milhões de dólares para a última etapa, estão a pressionar o já caótico sistema de distribuição.

Alguns especialistas, entre arquitectos e engenheiros, avisam que, paralelamente as obras para a recuperação de níveis perdidos por falta de manutenção, e precisa a construção de uma barragem no rio Catumbela, no quadro da continuidade do projecto de Águas, para que certos problemas desapareçam.

Eles indicam que Benguela (rios) continua a perder muita água para o mar por falta de retenção, sublinhando que uma barragem seria também a solução para o aumento da turbidez, apontado pela EPASB como uma contrariedade.

Energia também aos soluços

A dimensão do problema não é a mesma, longe disso, mas os constantes cortes de energia nas cidades do litoral também irritam, chegando a ser colocada em causa a utilidade das centrais fotovoltaicas, as maiores do País até ao momento, conforme os levantamentos feitos pelo NJ.

Quem acompanhou a inauguração das centrais fotovoltaicas do Biópio e da Baía Farta, capazes de fornecer 285 megawatts, acima do dobro da capacidade da província, não quer ouvir, agora neste 'vaivém' da luz, que as centrais solares são para o País, estando ligadas a rede nacional através de linhas de transmissão e subestações.

O argumento técnico tem sido apresentado, mas vários populares insistem em questionamentos relativos aos empreendimentos, que custaram ao Estado angolano 386 milhões 818 mil euros.

Trata-se de um cenário muito semelhante ao do município do Cubal, onde a população, como reportou a NJ, não beneficia da barragem hidroeléctrica ali instalada, a de Lomaum, também 'desviada' para o sistema nacional.

Nas cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, a justificação reside na pressão sobre a rede, bastante antiga e com cabos subterrâneos. "Está tudo

velho, estes cabos e todo o resto do equipamento. As famílias, nesta fase, querem ter tudo ligado, claro que é muita pressão", disse ao NJ fonte da Empresa Nacional de Electricidade.

O dado a reter, semelhante à realidade no sector das Águas, é que a província de Benguela precisa de renovar a sistema e estender a rede em resposta ao crescimento demográfico.

Benguela terá, de resto, uma boa parte das mais de 200 mil ligações domiciliárias até 2027, o ano previsto para uma taxa de electrificação do País na ordem de 50 por cento, mais dez em relação ao quadro actual.

Estas projecções foram feitas recentemente, precisamente nesta província, pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, no Conselho Consultivo do seu pelouro.

9.3 Mulheres podem reformas nas políticas dos governos para inclusão do género

Jornal O PAIS

24 De Novembro de 2023

Para as oradoras que debateram, ontem, "o Papel das Mulheres nos Processos de Paz, Segurança e Desenvolvimento", a participação da mulher nestes constitui ainda um grande desafio no continente africano.

O painel sobre o papel da mulher nos processos de paz contou com figuras como Luzia Inglês, general reformada das Forças Armadas Angolanas, Bineta Diop, enviada especial do presidente da Comissão da União Africana para as Mulheres, Paz e Segurança, Lindiwe Sisulu, ex - ministra da Defesa da África do Sul, e Suzi Carla Barbosa, conselheira do Presidente da Guiné-Bissau para Política Externa.

Na ocasião, as participantes defenderam a criação de uma resolução que irá empoderar as mulheres no continente.

Para Suzi Carla Barbosa, todos os países devem respeitar ao máximo a Carta Africana, que estabelece a inclusão da mulher em todos os processos da vida política, económica, social e cultural.

Já a veterana angolana Luzia Inglês "Inga" considera as mulheres as principais embaixadoras pela paz e sublinha que, apesar dos vários feitos já alcançados, os resultados continuam distantes do esperado.

As mulheres entendem que as políticas sobre a inclusão do género devem ser implementadas na sua plenitude e não pela metade.

A comissária da União Africana para Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável, Josefa Sacko, considerou a paridade a melhor ferramenta para se atingir o progresso.

"É um processo que estamos a percorrer. Aconselho as nossas jovens raparigas para que tenham a educação como sua prioridade. As nossas meninas têm que se capacitar, porque o segredo de chegar a lugares cimeiros é a qualificação", disse, defendendo reformas nos sistemas de ensino africanos.

A terceira edição da Bienal de Luanda encerra hoje, tendo decorrido sob o lema "Educação, Cultura de Paz e Cidadania Africana como Ferramentas para o Desenvolvimento Sustentável".

O evento, organizado pela União Africana, UNESCO e pelo Governo angolano, reuniu chefes de Estado e antigos chefes de Estado de vários países africanos, servindo de voz permanente da União Africana para a construção do diálogo intergeracional, o encontro de culturas e povos e o intercâmbio de visões entre os seus diferentes actores, nomeadamente políticos, jovens mulheres, académicos, cientistas, artistas, sociedade civil e agentes económicos, proporcionando uma oportunidade enriquecedora de debates, ideias e reflexões, no quadro do pluralismo dos cidadãos de todo o continente africano.

10. AMBIENTE

10.1 Executivo central desdobra-se na prevenção

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

Diante a preocupação que estas zonas de risco representam, esta semana o Executivo deu a conhecer que um total de 145 mil famílias, em todo o país, identificadas como residentes em zonas de risco, esta a beneficiar das medidas de prevenção implementadas pelo Executivo, tendo em vista dar resposta as situações de inundações e outros desastres em épocas chuvosas.

A informação foi avançada, estase- mana, em Luanda, pelo porta-voz da Comissão Nacional de Protecção Civil, comissario bombeiro Manuel Lutango, a saída da reunião orientada pelo ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da Republica e coordenador da comissão, Francisco Pereira Furtado.

No encontro, analisou-se algumas propostas da agenda feita pelo secretariado executivo, no que concerne as acções preventivas a serem tomadas, tendo em conta as questões de desastres, em alinhamento com a estratégia internacionalmente estabelecida para o quinquénio.

"Todas estas estratégias tem em conta as ferramentas internacionais, como e o quadro de Sendai, que da conta das medidas internacionais de gestão de desastres. Estamos a ver o alinhamento com o PDN e com as ferramentas do continente africano, concretamente o PUA, que e o Plano de Acção 2030", esclareceu Manuel Lutango.

Uma das recomendações saídas da reunião, segundo ainda o porta-voz da comissão de protecção civil, prende-se com a necessidade de os departamentos ministeriais que integram o organismo identificarem as acções, para que se possa ter um orçamento das medidas e dar-se resposta as questões de chuva.

10.2 GPL consciente dos riscos, mas sem condições para alojar as famílias

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

O Governo Provincial, por via do administrador adjunto do município de Luanda para Área Técnica,

Cláudio Revelas, reconhece o problema, mas assegura não ter, para já, um espaço para alojar as famílias que vivem nestas zonas de riscos.

Segundo o governante, o que se fez, ate ao momento, foi um inventario das famílias que vivem nestas condições, cujo total e de mil e 774 agregados.

Estes, frisou, estão destacados nas zonas de Samba (na Coreia), montanhas da Samba, Povoado. Cabo Ledo, Cerâmica (rua da escola Heróis de Cangamba) e vala do Rocha Pinto, todos pertencentes ao município de Luanda.

"Temos o levantamento feito e os dados estão sectorizados por distritos. Mas programas em curso, como tal, não temos ainda nenhum", disse.

O que peca é o reassentamento

Também o director provincial de Infra-estruturas do Governo Provincial de Luanda, Kalunga Quissanga, reconheceu que já houve varies planos de retirada dos populares destes morros, mas, frisou, o grande problema consiste no processo de reassentamento. Conforme explicou, apesar da situação critica, o Governo Provincial de Luanda não dispõe de casas para realojar a quantidade de agregados que vivem sobre os morros e que tem necessidade de lá saírem devido aos riscos que correm.

"Esta previsto um programa conjunto com o Ministério da Construção, que e de infra-estruturar lotes já com energia e agua para onde parte desse pessoal será transferida. Mas, para já, ainda não há nada definido", adiantou.

10.3 Municípios do Cuando Cubango vão beneficiar de energia eléctrica limpa

Jornal de Angola

3 De Novembro de 2023

Texto: Nicolau Vasco

Os municípios de Menongue, Cuchi e Cuito Cuanavale, no Cuando Cubango, vão beneficiar até 2027 do fornecimento de energia eléctrica limpa, produzida a partir dos aproveitamentos hidroeléctricos de Capanda, Laúca e Cambambe, anunciou o presidente do Conselho de Administração da Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT).

Rui Gourgel explicou, quarta-feira, no final de um encontro de cortesia com o vice-governador do Cuando Cubango para os Serviços Técnicos e Infra-

Estruturas, Bonifácio Cassanga, que a execução do projecto, que tem início no decorrer do próximo ano, vai beneficiar os três municípios com 220 kilovolts (KV).

Os demais municípios, como o Cuangar, Calai, Dirico, Mavinga, Nancova e Rivungo, avançou, vão ser contemplados numa segunda fase, a ser implementada depois de 2027.

A energia, continuou, vai sair da subestação do Gove, na província do Huambo, e consta de um conjunto de projectos que o Executivo está a realizar em todo o país, enquadrado no Plano de Desenvolvimento do Sector Eléctrico, a ser implementado até 2027, com o objectivo de interligar todas as capitais provinciais.

Para a energia eléctrica chegar até ao Cuando Cubango, adiantou, é necessário construir novas quatro subestações e igual número de linhas modernas de transmissão de 220 KV, em especial nas localidades de Chipindo e Cuvango, na Huíla, assim como no Cuchi e Menongue.

O projecto eléctrico, acrescentou, beneficia actualmente dez províncias do Norte e Centro do país. Até 2027, a iniciativa vai ser estendida para as regiões Sul, Leste e Norte, como a Huíla, Cunene, Namibe, Cuando Cubango, Moxico, Lunda-Sul e Cabinda.

Depois da conclusão do projecto da Rede de Transporte, afirmou, os trabalhos de distribuição de electricidade domiciliar ficam a cargo da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE).

O PCA da RNT, que chefiar uma equipa técnica em serviço por três dias no Cuando Cubango, vai fazer o levantamento técnico dos locais onde vão ser construídas as novas linhas de transmissão e das referidas subestações, com vista a permitir a expansão da rede de transporte à província.

A iniciativa, recordou, de ligar os municípios de Menongue, Cuchi e Cuito Cuanavale ao sistema nacional da rede eléctrica, foi autorizado por Despacho Presidencial nº 240/23, de 16 de Outubro, uma despesa no valor de 222,9 milhões de euros.

Para o efeito, disse, foi igualmente autorizada a formação da abertura do procedimento de contratação simplificada, pelo critério material para celebração de contrato de empreitada. De acordo com o Despacho Presidencial, compete ao Ministério das Finanças inscrever o projecto no Programa de Investimento Público (PIP) de 2023, bem como assegurar os recursos financeiros necessários para a execução.

10.4 O drama das mil e 774 famílias que arriscam a vida nos morros de Luanda

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

Num dos pontos críticos do Morro da Luz, Maria Cassule, 34 anos de idade, partilha a casa com cinco filhos, todos menores de 15 anos.

A casa não é dela. Foi do falecido tio, irmão da mãe, que, antes mesmo de morrer, lhe deu como parte da herança.

Desfavorecida e sem muitas opções, Maria aceitou a morar porque não tinha outro sítio, sobretudo depois de o pai das crianças fugir a paternidade.

Desde que o marido se foi, já la contam mais de quatro anos, igual período que ela abraçou o Morro da Luz para morar.

Desempregada, Maria está consciente dos perigos que corre ao morar aí, ainda mais com crianças menores, que tem sempre o perigo a espreita a cada passo que dão.

O tempo chuvoso é o período mais crítico porque o morro é escorregadio e a todo instante pedaços de pedras que compõem a zona fragmentam-se, representando, assim, enorme perigo.

Por falta de condições, as crianças não podem brincar no interior da residência que tem parte da sua estrutura na eminência de desabar, cenário que não aconteceu até ao momento porque Maria considera estar a viver sob um milagre divino.

"Se não caímos até ao momento, lá em baixo é porque Deus nos protege dia e noite. Se não, já estar falamos a passar no 'Fala Angola' ou no 'Telejornal'", desabafou a moradora.

No corre-corre das subidas e descidas pelo morro, Maria já perdeu a conta das vezes que os filhos tiveram quedas e ferimentos que, felizmente, não causaram lesões graves a semelhança de outros vizinhos em situações mais gravosas, os quais foram retirados forçadamente do local pelas autoridades.

"Algumas pessoas que viviam mais aí em baixo foram retiradas porque já estavam mesmo muito mal. Deixaram-nos com a esperança de um dia nos retirarem, mas ate agora nada. Se acordamos todos os dias, e graças a Deus", frisou Maria, que implora que seja retirada daquele aguçado morro, situado no distrito urbano da Samba.

Mile 774 agregados em risco

Ela não é a única nessas condições. A semelhança, são centenas as famílias que vivem cima a baixo dos morros de Luanda. Dados passados a O PAÍS pela Administração Municipal de Luanda indicam que, só a nível do município de Luanda, o número total é de mil e 774 agregados que vivem sobre os morros. Na Samba (zona da Coreia) vivem 135, montanhas da Samba, 915, zona do Povoado, 327. Cabo Ledo, 115, Vala do Rocha Pinto, 57, e Cerâmica (rua da escola Heróis de Cangamba) com um número de 225 famílias.

Todos esses agregados consideram que as suas vidas estão "quase por um fio" devido às condições precárias de habitabilidade nestes Morros, sobretudo no actual período chuvoso, em que os casos de incidentes, desabamentos e deslizamentos de terras são constantes e podem ceifar vidas.

Quanto aos registos dos últimos anos, em 2016 as fortes chuvas que se abateram sobre Luanda causaram vários estragos e desgraça as populações que vivem no morro da Samba.

Além de ceifar vidas humanas, a chuva inundou residências na área da Cerâmica e destruiu parcialmente a estrada que liga o largo da Santa Bárbara, bairro da Coreia, passando pela área do Kim Ribeiro até ao bairro do Antigo Controlo, tornando-as intransitáveis.

Na época, o cenário foi desolador e obrigou o desdobramento de forças e meios num ambiente triste cujas lembranças ficaram marcadas na memória dos habitantes daquela zona de Luanda.

Avelino Francisco, 56 anos de idade, teme viver os mesmos cenários tristes que presenciou. Foi no morro da Samba que há mais de vinte anos construiu a sua casa, que, hoje, se encontra parcialmente destruída devido à força das chuvas, à precariedade da construção e ao terreno argiloso.

O infortúnio bateu à sua porta no princípio do ano, tendo o desabamento causado a destruição da cozinha, do quarto do casal e da casa de banho.

A casa está situada num dos pontos de maior perigo do morro e, num olhar leigo, pode perceber-se a proximidade do risco que Avelino e a sua família vivem. Ainda assim, eles insistem em estar aí porque dizem que não têm para onde ir.

"Desde que a casa desabou, a minha família anda dispersa. Os miúdos tiveram de sair porque a casa ficou menor. O problema é que eu não tenho dinheiro

para me mudar para um outro local nem mesmo para reabilitar as paredes que caíram", lamentou.

A vida sofrida de Fernando Santos De lamentações também anda a vida de Fernando Santos, 50 anos de idade, igualmente morador do morro da Samba.

Quatro filhos e uma esposa, esta desempregada, compõem o agregado de Fernando, homem de estatura alta, físico magro e que ganha a vida concertando telefones, aí mesmo no morro".

Diariamente factura, com os concertos, entre 3 e 5 mil kwanzas, valor que considera insuficiente para alugar uma casa ou comprar terreno num espaço mais seguro para albergar a família.

Todo o dinheiro que ganha vai para a cozinha, nem sobra, sequer, para pagar as propinas dos filhos, parte deles fora do sistema de ensino.

"Os lucros do telefone vão todos parar à cozinha. E mesmo assim não chega. É impossível conseguir juntar dinheiro para tirar a família deste local. Por isso é que até agora ainda continuamos a viver nessas condições de riscos.

Tudo deixamos só já nas mãos do Governo. só ele é que sabe quando vai nos tirar daqui", apontou.

As promessas 'fastidiosas' a Maria Salomão

Maria Salomão, 49 anos de idade, esta, igualmente, a aguardar por "uma mão caridosa" de quem de direito para safar-se do perigo no morro da Corimba, onde vive desde 2002.

Casada e com sete filhos, Maria diz-se farta das tantas promessas que ao longo destes anos recebeu da parte do Governo Provincial, mas que não foram realizadas.

Assim como outros moradores, ela assegura que tem noção dos perigos que corre ao viver naquele sítio, mas que não vê alternativas por falta de condições.

Conforme contou, em declarações a OPALS, a sua grande preocupação consiste, fundamentalmente, na segurança das crianças que volta e meia vagueiam pelo morro cima a baixo.

Apesar de se ambientarem com espaço, os incidentes e quedas são várias, situação que a agasta devido ao olhar impávido das autoridades.

"Além de corrermos riscos, a forma como as casas estão amontoadas descaracteriza até a própria cidade. Em tempos houve a transferência de alguns moradores, mas foram apenas os que estavam mais

abaixo. Não sei por que razão fomos esquecidos se todos vivemos em péssimas condições", lamentou a dona de casa.

10.5 Os morros da Boavista que 'escondem' criminalidade e miséria

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

Já na Boa Vista, distrito urbano do Sambizanga, o morro, atravessado de um lado para o outro por casas de chapa e outras de precárias construções, da de caras com uma das zonas mais nobres de Luanda, o Miramar. A partir de um dos pontos desta área da cidade, e possível ver o morro da Boavista, onde os moradores lameitam da vida precária, criminalidade e miséria que os assola.

Vado Quintas, Maezinha Domingos e Paulo Chitongo vivem no perímetro há mais de dez anos e ambos partilham os mesmos problemas e riscos que o morro da Boavista apresenta. Maezinha Domingos e residente da parte de baixo. E conta que os pedaços de pedras, terras e águas das chuvas invadem sempre a sua casa, representando, assim, um perigo, enorme que, para a sua felicidade, até ao momento ainda não terminou em tragédia.

"A todo instante só assustamos pedras a caírem nos nossos textos. Os que outros deitam de cima nós aqui em baixo e que recebemos. E mesmo um perigo enorme viver aqui", alertou.

Perigo que por pouco furava as vistas de Paulo Chitongo Paulo Chitongo queixa-se de ter sido ferido várias vezes com os resíduos que saem da parte de cima para baixo devido a insalubridade do morro, repleto de casas de chapas velhas.

O último ferimento que o jovem teve foi nas vistas, quando a chapa de uma das casas da parte de cima se desprende e feriu-lhe. Só não teve danos piores devido ao pronto-socorro médico que teve. "Se não me tivessem levado ao hospital rapidamente, por pouco perdia a visão. E que todos os lixos que saem de cima nós e que recebemos. É uma vida difícil", deplorou.

Delinquência em alta

Por seu lado, Vado Quintas falou da onda de criminalidade que o morro da Boavista 'esconde' e que faz, diariamente, novas vítimas.

Conforme referiu, pelo interior do morro os marginais sentem-se a vontade para realizarem as suas ações por ser um perímetro onde a Polícia tem dificuldades de chegar devido a precariedade de acesso a zona.

"Muitos dos jovens que fazem isso são mesmo nossos irmãos. Mas fazer o que, se aqui eles não tem nada de interessante, senão sofrimento e miséria? É triste, mas é a nossa realidade", notou.

10.6 PGR alertava há nove anos sobre os perigos

Jornal O PAÍS

3 De Novembro de 2023

Agravidade da situação destes moradores já levou a Procuradoria-Geral da República (PGR), em 2015, a exarar um documento em que defendeu a urgente evacuação de encostas na cidade de Luanda, onde moradores estão em situação de "perigo iminente" devido as fortes chuvas.

Na altura, o comunicado da PGR apontava as encostas dos morros da Kinanga e 40 bairro do Morro da Luz, no distrito urbano da Samba, que estavam em situação de risco "dada a frequência e intensidade das quedas pluviométricas e os possíveis deslizamentos de terras".

"A semelhança do que esta a ser feito na encosta da Boavista, urge evacuar-se a zona onde residem os cidadãos", lia-se no mesmo comunicado, assinado pelo então procurador-geral da República, João Maria de Sousa.

A nota surgiu depois das "tragédias" do mês de Março daquele ano, cujas chuvas provocaram, so no Lobito, província de Benguela, mais de 80 mortos, além de várias vítimas mortais em Luanda.

"Deverão merecer de toda a sociedade uma atitude seria e firme em matéria de reflexão, porque a sua prevenção não é uma tarefa que cabe apenas ao Estado", afirmava, na época, a PGR, numa alusão a ocupação ilegal de terrenos, em zonas de risco, utilizados para construção de casas.

Nesse sentido, e tendo em conta as "atribuições constitucionais e legais", a PGR exortou os governos provinciais a "desencorajem os cidadãos que teimosos e resolutamente insistem em construir as suas residências em zonas inseguras e de risco iminente".

O mesmo apelo foi dirigido as administrações municipais, neste caso, para "exercerem uma fiscalização permanente e mais actuante, visando impedir que se construam residências provisórias ou definitivas, sem a obtenção da licença respectiva".

10.7 Ravinas travam avanço das obras de terraplanagem na província do Uíge

Jornal de Angola

4 De Novembro de 2023

Texto: Valter Gomes

A terraplanagem de 42 quilómetros no troço que liga a regedoria do Quibocolo à sede da comuna do Alto Zaza, no município do Quimbele, província do Uíge, estão paralisadas há mais de um ano.

O motivo da paralisação são duas ravinas de grande dimensão que cortaram a via, situação que está a impossibilitar a circulação de viaturas e máquinas da empresa responsável pela execução dos trabalhos.

As ravinas localizadas próximo das aldeias Kihipi e Bulamacatende, além de impedir a circulação de viaturas, estão também a colocar em risco várias residências habitadas que estão na iminência de desabarem.

Os moradores estão a clamar pela ajuda das autoridades governamentais. O soba grande da aldeia de Kihipi, Pedro Kevuadioco, disse ao Jornal de Angola, que as chuvas caem constantemente e agravam o aumento das ravinas em direcção as casas dos populares.

Por este motivo, adiantou, os moradores já não deixam as crianças brincarem sozinhas, tendo em atenção o perigo que se vive. "Esperamos que o Governo ajude a travar a progressão, que está a deixar também isolada a aldeia do resto do município".

A terra é arenosa, acrescentou, e a chuva tem sido frequente na região ao ponto de os 15 quilómetros já reabilitados também estarem a se degradar, criando pequenas ravinas e valas, que inviabilizam à normal circulação de pessoas.

A obra

A empreitada, enquadrada no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), teve início em Março do ano passado e, está sob responsabilidade da empresa China Western Power, num projecto orçada

em 289.854.000 de kwanzas, valor que já foi pago em até 50 por cento.

O fiscal da obra, Lussevikueno Kilenga explicou que os trabalhos paralisaram, por força das ravinas, tendo em conta a dimensão que ultrapassa a capacidade interventiva e orçamental da empresa China Western Power. Por isso, a referida empresa está a negociar com o Governo local para reajustar o orçamento, visando estancar primeiro as ravinas, e só depois dar seguimento a obra, até a comuna do Alto Zaza.

10.8 Mais de duas mil pessoas são formadas em Gestão Florestal

Jornal de Angola

6 De Novembro de 2023

Texto: Engrácia Francisco

Um total de duas mil pessoas foi formado, durante seis anos, em matéria de Gestão Florestal, pelo Ministério do Ambiente, no quadro do projecto "Promoção do carvão vegetal sustentável em Angola através de uma abordagem da cadeia de valor", informou, ontem, a assistente de coordenação da iniciativa.

Luna Fortunato adiantou ainda que o projecto, criado para ajudar na redução das emissões dos gases de efeito estufa, já está implementado nas províncias de Luanda, Huambo e Cuanza-Sul. "A população corta as árvores de forma desordenada para produzir o carvão, o que prejudica a floresta", afirmou.

Para combater esse problema ambiental, adiantou, a Direcção Nacional de Acção Climática e Desenvolvimento Sustentável, em colaboração com a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), a Faculdade de Ciências Agrárias, a Universidade José Eduardo dos Santos, o Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFOP) e o Instituto de Desenvolvimento Florestal, estão a trabalhar para uma boa gestão ambiental.

"Os parceiros estão no campo a ensinar às comunidades técnicas para o melhoramento da florestação, de forma que quem cortar uma árvore plante dez mais", disse, acrescentando que foram realizadas actividades em mais de 40 aldeias, num total de mais de 35.000 habitantes, de diferentes comunidades, entre as quais 32 por cento eram mulheres.

As actividades de formação nas comunidades, disse, incluem a criação de métodos mais sustentáveis para a exploração madeireira, para produção de carvão

vegetal mais eficientes em fornos, a replantação, assim como a obtenção de rendimentos alternativos, através da apicultura e plantação de árvores de frutas para a produção de marmeladas.

Fogareiros melhorados

A assistente de coordenação do projecto "Promoção do carvão vegetal sustentável em Angola" disse que, nos últimos anos, mais de 10 mil fogareiros melhorados foram fabricados para ajudar na redução das emissões dos gases de efeito estufa. "O fogareiro melhorado é considerado amigo do ambiente e é feito com uma tecnologia para a redução de emissões dos gases de efeito estufa", explicou Luna Fortunato.

O forno melhorado, acrescentou, possibilita a criação do carvão vegetal sustentável, feito a partir de técnicas que não prejudicam o ambiente. "O carvão vegetal sustentável não é feito no forno tradicional. O projecto facilita no treinamento e obtenção de novas técnicas para a produção do carvão em fornos com chaminés, criados para a redução das emissões de efeito estufa", disse.

10.9 Angola vai investir 11,7 mil milhões de dólares em energias renováveis

Jornal Economia e Finanças
17 De Novembro de 2023

O Executivo angolano preve para os próximos cinco anos, um investimento na ordem dos 11,7 mil milhões de dólares em energias renováveis, numa altura em que as centrais eléctricas do sector no país, registam um decréscimo de consumo anual de 568 milhões de litros de gasóleo.

"Esses dados foram avançados esta semana, em Luanda, pelo engenheiro João Fernandes, da Direcção Nacional de Energia e Renováveis e Electrificação Rural, do Ministério da Energia e Águas (MINEA).

João Fernandes, que falava em representação do ministro da Energia e Águas, numa con-

ferência organizada entre o Standard Bank e a PLMJ Colab - Angola Advogados, adiantou que o progresso foi fruto da estratégia do Executivo para permitir que, de forma mais eficiente, houvesse redução do consumo anual do gasóleo nas centrais eléctricas, de 1,36 mil milhões de litros, em 2015, para 568 milhões de litros consumidos no ano de 2022, um decréscimo de quase 60 por cento, em oito anos.

Para fazer face aos desafios da realidade actual e projectar o crescimento do sector, foi elaborado um plano de acção, para o horizonte 2023-2027, com uma aposta na ordem de 11,7 mil milhões de dólares, dos quais 41 por cento para novos projectos e 59 por cento para projectos de Produção Privado Independente (PIP) 2023.

De acordo com o representante, as energias renováveis representam um importante apoio para a ampliação da estratégia do sector eléctrico, porque contribui para a sustentabilidade e robustez do sector.

"Quando bem dimensionadas colmatam a dependências de factores como, com sumo de combustível, pouca afluência no caudal dos rios, pouca irradiação solar, intermitência dos ventos", disse.

Por outro lado, a inclusão vai facilitar a poupança de milhões de metros cúbicos de combustível, todos os anos, ao reduzir os altos custos de operação e manutenção, com as centrais, térmicas, e sobretudo, poderá alavancar o acesso a milhões de angolanos e empresas, localizadas nas áreas afectadas.

10.10 Angola aposta no Plano de Adaptação aos Efeitos das Alterações Climáticas

Jornal de Angola
Texto: Nilza Massango
22 De Novembro de 2023

Depois de participar na 1ª Reunião da Comissão Nacional para as Alterações Climáticas e Biodiversidade, orientada pela Vice-Presidente da República, Esperança da Costa, a ministra justificou que "como o país já sente as alterações climáticas", o foco é trabalhar mais na questão da adaptação aos efeitos, um dos pilares da Estratégia Nacional sobre as Alterações 2022-2035, além da mitigação, financiamento climático, capacitação e observação sistemática e análise.

Ana Paula de Carvalho referiu que na reunião foram abordados, entre outros temas, a participação de Angola na 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP28).

Ao falar sobre a importância de Angola ratificar o Acordo de Paris, que prevê a diminuição de 1,5°C nas temperaturas a nível do mundo, Ana Paula de Carvalho, baseando-se nos estudos feitos no país, apontou que o aumento das temperaturas implica mais calor, seca e escassez de água. Por isso, ressaltou

a necessidade de se fazer um trabalho para reverter o quadro.

"Em relação à Estratégia, precisamos partir para o plano de acção, que envolve acções de todos os departamentos ministeriais, fazer o Plano Nacional de Adaptação aos Efeitos das Alterações Climáticas", disse, destacando que já existem as "contribuições nacionalmente determinadas e períodos para fazer a comunicação, depois da última, feita em 2021".

A governante destacou a necessidade de se fazer um balanço sobre o que foi feito, pois um dos compromissos é reduzir as emissões de gases de efeito estufa até 35 por cento, em 2030.

"Há a questão da mitigação que se faz antes, mas, como o país já vivencia as alterações climáticas, existe a necessidade de se trabalhar num plano de adaptação", realçou Ana Paula de Carvalho.

Passos significativos

Sobre os passos significativos para a redução das emissões de gases de efeito estufa, a ministra sublinhou que o Ministério da Energia e Águas, com a "transição energética justa", estima maiores progressos por via das energias limpas. "Desde a criação, o nível de implementação da estratégia é baixo, mas em termos energéticos, estamos a superar, porque a maior parte dos municípios que consumiam energia gerada a partir dos grupos de geradores, hoje, tem energia solar e hídrica", sublinhou.

Entre outros sectores, além dos que intervêm nas alterações climáticas, Ana Paula de Carvalho citou o dos Transportes, com a descarbonização dos veículos e menos emissões no ramo aéreo. "Tem, também, a reflorestação ou repovoamento das florestas, com o Ministério da Agricultura e Florestas", apontou.

Face à desflorestação, por causa dos períodos de guerra e das queimadas, o Presidente da República, João Lourenço, preocupado com a situação, criou um Decreto para, temporariamente, suspender a exportação de madeira, no sentido de se preservar as florestas.

Com o Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás está prevista a assinatura de uma iniciativa sobre metano, na qual trabalha para a redução, cujo projecto será apresentado na COP28, a decorrer de 30 de Novembro a 12 de Dezembro, no Dubai, Emirados Árabes Unidos, assim como o outro sobre hidrogénio verde.

Com a organização Otchiva, o mesmo ministério tem o projecto de reflorestação dos mangais, que melhora os ecossistemas marinhos, fixa as terras, impede o

avanço do mar e com o aumento das temperaturas, que contribui para a elevação do nível do mar.

Ana Paula de Carvalho referiu-se a um outro subsídio saído da reunião, que tem a ver com a necessidade de se trabalhar com as comunidades para encontrar soluções locais e ultrapassar as questões em torno das alterações climáticas. Entre as necessidades, apontou a certificação das florestas e programas de reflorestação.

"É uma preocupação de o país reverter o quadro actual das áreas de conservação", disse, mencionando a existência de 14 áreas de conservação, mas que quase todas carecem de infra-estruturas. "Temos estudos para a criação de novas áreas de conservação, mas a prioridade é a melhoria das que já existem para garantir melhor a biodiversidade e pensar no futuro na questão do turismo", justificou a ministra.

Assim como a questão da perda da biodiversidade e da desflorestação, as ravinas, segundo Ana Paula de Carvalho, também preocupam, pois já se assistem a situações de sismos, embora sejam de magnitude baixa: "É uma novidade para Angola, (mas) tudo não deixa de ser um efeito daquilo que são as alterações climáticas", disse.

Abordou-se, igualmente, a necessidade da implementação do Observatório Climático, cujo diploma existe. De acordo com a governante, trata-se de um observatório onde vão convergir os dados e estudos ligados ao clima.

COP como meio de captação de financiamento

Este ano, na COP28, Angola conta com stand e uma sala para encontros bilaterais, uma vez que é nessas conferências onde se tem a possibilidade de conseguir financiamentos, fazer acordos e dar os primeiros passos para acções positivas, disse a ministra do Ambiente.

Ana Paula de Carvalho lembrou que, na COP26, ficou patente que os países mais industrializados, os que emitem mais gases com efeito estufa, devem financiar os menos desenvolvidos. Facto é que, até a COP27, no Egipto, nada se cumpriu.

A ministra espera que, no próximo encontro, seja cumprida a promessa, pois o Dubai acolheu a pré-COP28, onde estiveram os países mais industrializados.

Estratégia Nacional da Electromobilidade

Segundo o ministro dos Transportes, Ricardo D'Abreu, na reunião de ontem, falou-se sobre a Estratégia Nacional da Electromobilidade, da

descarbonização e da redução de veículos poluentes no país.

A Electromobilidade, esclareceu Ricardo D'Abreu, enquadra-se na Estratégia Nacional das Alterações Climáticas, como do Plano Director Nacional dos Transportes e Infra-Estruturas Rodoviárias, prevendo-se a definição de uma estratégia para a introdução da electromobilidade no país, assim como todo o quadro jurídico legal e regulamentar para o efeito.

"Temos o pacote quer da estratégia como dos instrumentos regulamentares já preparados. A orientação nesta reunião foi de partilha com a Comissão Nacional para as Alterações Climáticas, para termos uma última validação e, então, submetermos ao Conselho de Ministros, em Dezembro, deste ano ou Janeiro de 2024", referiu.

A estratégia do sector, segundo o ministro dos Transportes, prevê uma implementação faseada da electromobilidade, seja do ponto de vista das infra-estruturas para o carregamento de veículos seja dos segmentos de veículos automóveis, procurando priorizar os centros populacionais maiores no país e que tenham condições de transporte e distribuição de energia mais regular.

10.11 Equipas técnicas mobilizadas para acudir vítimas da chuva

Jornal de Angola

22 De Novembro de 2023

Texto: António Cristóvão

Equipas técnicas dos municípios de Luanda estão em estado de alerta para assistir a população com dificuldades nesta época de chuva, garantiu, ontem, na Centralidade KK5000, o governador da capital do país, após a inauguração de uma Agência da Empresa Pública de Águas (EPAL-EP).

Manuel Homem disse que em Viana uma equipa da Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda (UTGSL) está a trabalhar nas bacias de retenção de água, para se evitar o transbordo, com bombas de sucção.

"Muitas bacias de retenção estão a atingir os seus limites e para permitir o escoamento das águas para os canais naturais existentes no perímetro de Viana foram colocadas bombas de sucção", declarou à imprensa, realçando que na equipa integram, também, membros do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação.

O governador provincial informou que já foram identificadas as áreas que ficam inundadas quando chove, tendo assegurado que a UTGSL tem estado à procura de soluções, sobretudo nas avenidas Fidel Castro e Deolinda Rodrigues (ex-Estrada de Catete), para a drenagem da água das chuvas.

Manuel Homem reconheceu que existem outras áreas na capital que precisam, também, de drenagem das águas das chuvas. "Temos outras zonas, onde estamos a realizar obras, mas continuamos a ver ainda assentamentos de água. Temos pontos de estrangulamento que estão identificados e vamos trabalhar para diminuir a pressão causada pela chuva".

EPAL arrecada no Kilamba 15 milhões de kwanzas anuais

A Agência da Empresa Pública de Águas (EPAL-EP) arrecada 15 milhões de kwanzas, anualmente, com a cobrança do consumo aos moradores da Centralidade do Kilamba, em Luanda.

A informação foi avançada, ontem, na Centralidade KK 5000, no município de Belas, pela responsável do balcão da EPAL - EP, inaugurado pelo ministro João Baptista Borges, no quadro da visita do governador provincial de Luanda, Manuel Homem, às infra-estruturas da Empresa Pública de Águas.

Segundo Eloísa Cortez, o montante é proveniente do pagamento regular do consumo de água de 4.588 clientes, com uma receita diária de 509 mil kwanzas.

O antigo balcão, explicou, está localizado no Kilamba e atende, em média, 44 clientes por dia.

O atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 16h00, e aos sábados das 8h00 às 12h00, por quatro trabalhadores.

Segundo dados oficiais, na Centralidade KK5000 existem 3.475 habitações entre vivendas e apartamentos de tipologia T3. A centralidade foi inaugurada em 2011, tendo sido construída para acolher uma população estimada em 120 mil habitantes, nos mais de 20 mil apartamentos, distribuídos em 710 edifícios.

10.12 Bombeiros continuam buscas por cidadão que caiu em vala de drenagem

Jornal de Angola

24 De Novembro de 2023

Texto: Engrácia Francisco

A porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda, Maina Panzo, afirmou, quinta-feira, que os efectivos da corporação continuam a trabalhar nas buscas para localizar o corpo do cidadão, de 39 anos, que caiu, ontem, na vala de drenagem e foi arrastado pelas águas da chuva.

A inspector-chefe bombeiro alegou, além de confirmar o desaparecimento, que tudo está a ser feito para a localização do corpo do cidadão, identificado por Sadraque Luís, que é cobrador de táxi.

O incidente ocorreu ontem, por volta das 9h00, na rua dos quartéis, próximo ao Velório da Polícia Nacional de Angola. De acordo com o cidadão Moisés Luís, que se encontrava a trabalhar a escassos metros do local, a vítima desequilibrou-se e acabou por cair na vala de drenagem e daí para o esgoto.

Imediatamente, contou, a população contactou os agentes do Serviço de Protecção Civil e Bombeiro, que, infelizmente, não conseguiram chegar a tempo de realizar o resgate da vítima.

Moisés Luís adiantou que a vítima estava próximo da viatura, de marca Toyota Hyace, depois desta apresentar uma avaria durante o exercício do serviço de táxi. "Quando a chuva começou, a via ficou toda alagada. O cobrador, ao descer da viatura, descuidou-se e caiu na vala de drenagem. A água era tanta que não deu tempo de o salvar e este foi levado pela correnteza", lamentou.

Familiares inconsoláveis

Por volta das 15h00, os familiares da vítima, todos aos prantos, no local onde tudo aconteceu, ajudaram a realizar as buscas pela vala de drenagem junto dos efectivos dos Bombeiros. A esposa de Sadraque Luís, aos prantos, contou que estava em Viana quando recebeu a notícia do desaparecimento do marido.

Sadraque Luís, residente no bairro da Calemba, próximo da Tourada, é pai de um filho de um ano.

10.13 Campanhas florestais produzem 506.273 m3 de madeira

Jornal Economia e Finanças

24 De Novembro de 2024

Nas campanhas florestais de 2019 a 2022, foram produzidos um total de 506.273 metros cúbicos (m³) de madeira, tendo resultado na arrecadação de mais de 2 mil milhões de kwanzas de receitas para o Estado.

No mesmo período, de acordo com dados do Ministério da Agricultura e Florestas, foram produzidas 308.121 m³ de madeira em toro de 488 empresas licenciadas.

Quanto a comercialização e exportação, as 304 empresas registadas entre 2018 e 2022, efectuaram um volume de 316.049,31 m³, resultando em mais de 60,7 milhões de euros, bem como 92,6 milhões de dólares.

Exploração florestal

No quadro dos regimes de exploração florestal, existe a licença anual que prevê volumes até 500 metros cúbicos e áreas de exploração não superiores a 1000 hectares, válidas para cada campanha florestal.

Existe ainda o contrato de concessão para áreas superiores a 1000 hectares e volumes superiores a 500 metros cúbicos.

O Contrato tem validade até 45 anos e baseia-se na apresentação do Plano de Gestão Sustentável da Concessão Florestal (PGSF). Inclui obrigatoriedade de florestação e reflorestação.

No quadro das acções em curso, o sector está a fomentar a exploração e gestão sustentável de recursos florestais, designadamente de madeiras e plantas. Está igualmente em curso o fomento e modernização da apicultura tradicional, visando o aumento da produção de mel e de outros produtos apícolas.

10.14 Chuvas matam perto de 60 pessoas só em Novembro

Jornal O PAÍS

24 De Novembro de 2023

Texto: Jaime Tabo

O saldo actual das últimas chuvas que caíram sobre Luanda está contabilizado em pelo menos quatro mortes causadas pelas correntezas das águas que arrastaram as vítimas até deixá-las sem vida. Entre os mortos, três eram membros de uma mesma família.

Os dados foram avançados, ontem, pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), em Luanda, que anunciou as primeiras três mortes ocorridas na capital do país por conta das chuvas serem de uma mãe que foi arrastada pelas águas com os seus filhos.

O facto aconteceu, no município de Cacuo, quando a progenitora tentou realizar, sem êxito, a travessia de uma vala de drenagem, mas, ao meio do percurso, "foram arrastados pelas correntezas das águas", segundo a porta-voz do SPCB- Luanda, Maina Panzo.

"A semana passada, tivemos três mortes. Foi uma mãe e os seus dois filhos com idades compreendidas entre 3 e 5 anos. Desta época chuvosa, já evoluímos para quatro mortes a nível da província de Luanda", avançou.

A responsável esclareceu que a quarta morte foi registada na Terça-feira, 21, pela mesma causa. As chuvas que caíram sobre a província de Luanda, na referida data, mataram uma menor de 10 anos, depois de ter sido, igualmente, arrastada por urna forte corrente, no município de Belas.

A porta-voz aconselhou, por isso, as pessoas a permanecerem nas suas residências sempre que possível, enquanto estiver a chover. Porém, sublinhou, se forem surpreendidas devem abrigar-se em locais seguros e evitar permanecer debaixo de árvores.

Mais de 800 residências inundadas e rastos destruição

As quedas pluviométricas deixaram mais de 800 residências inundadas, na presente época chuvosa, além de mores que cederam aos fortes ventos e caíram, das mas alagadas, principalmente as secundárias e terciárias.

Os registos destas ruas são do distrito urbano do Zango, município do Cazenga e no município de Cacuo. Nestas zonas, algumas valas de drenagem

chegaram a ultrapassar a sua capacidade e a transbordar.

"De residências inundadas, tivemos um total de 800. Algumas ruas da província ficaram mesmo intransitáveis", disse.

No distrito urbano de Vila Flor, o SPCB apontou a queda de nove árvores, enquanto nos municípios de Viana e de Talatona as chuvas provocaram a inundação de uma escola pública e dois deslizamentos de terra, respectivamente.

Quando Cubango: quatro mortes e mais de 300 pessoas ao relento

As chuvas, na província do Cuando Cubango, mataram quatro pessoas por descargas atmosféricas e deixaram outras 14 feridas pelas mesmas causas, bem como por desabamento de paredes, segundo o porta-voz do SPCB-Quando Cubango, terceiro subchefe Albano Cutarica.

"Desde o início da presente época chuvosa, no passado dia 15 de Agosto do corrente ano, nós temos o registo, ate ao momento, de 18 vítimas humanas, entre as quais quatro resultaram em óbito por descarga atmosferas e 14 ficaram feridas", informou. Segundo o chefe do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do SPCB-Quando Cubango, além dos mortos e feridos, as chuvas deixaram ainda 300 pessoas ao relento, depois da destruição das suas residências.

Os dados fazem parte de um registo de 145 residências afectadas, desde o princípio da época. As lavras não foram poupadas, sendo que 65 ficaram alagadas, no município do Dirico.

"Nós temos 95 residências destruídas totalmente e mais de 50 destruídas parcialmente, o que perfaz 675 pessoas que foram afectadas, das quais mais de 300 ficaram ao relento", adiantou.

Para o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, naquela província, os dados reflectem as preocupações do comando, que assume o objecto social de garantir a protecção da vida, do património e do ambiente. Albano Cutarica avançou que, quando as vidas que devem ser protegidas são ceifadas pelo fenómeno natural, constitui um acréscimo a preocupação do SPCB, pelo que, antes do início da época, desenvolveu uma campanha de sensibilização sobre os riscos de desastres decorrentes das chuvas.

Huambo: 26 mortes

Na madrugada da última Quinta-feira, a região de Bailundo registou fortes chuvas, que causaram a morte de uma criança de dois anos de idade e ferimentos a outras duas da mesma família. Dois dias antes, na Terça-feira, um casal, no município da Caala morreu vítima de descarga atmosférica. Ainda por conta da chuva, no mesmo município (Caala), duas crianças perderam a vida em consequência do desabamento de uma parede da casa na qual viviam.

Refira-se que as chuvas que caem um pouco por toda a província do Huambo provocaram, na semana finda, 18 mortos, dos quais 11 por descarga eléctrica, além de 21 feridos graves e ligeiros. E, no primeiro dia de Novembro, três pessoas morreram, na cidade do Huambo em consequência da chuva.

Huíla: cinco mortes

Cinco pessoas morreram e outras oito ficaram feridas, em consequência das primeiras chuvas da temporada, acompanhadas de descargas atmosféricas, que se abateram sobre a Huíla nos últimos sete dias.

A informação foi avançada, na Quarta - feira, pelo porta-voz em exercício do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros da Huíla, Francisco Matias, realçando que ao todo, de 15 a 21 deste mês, foram registadas 45 ocorrências, com o registo de 13 vítimas com idades entre os sete e os 35 anos, cujos locais de incidência são os municípios de Caluquembe e do Lubango.

Malanje: 12 mortes

As últimas enxurradas causaram nove mortes em Malanje, divididas em seis no município sede, duas em Calandula e uma em Cacusó, bem como o desalojamento de mil e 731 famílias, segundo a porta-voz da Comissão Provincial de Protecção Civil, Paulina Dimuna. Nos dias 7 e 6 de Novembro choveu torrencialmente e três pessoas perderam a vida.

Com 621 casas destruídas, o município de Malanje e, até ao momento, o mais afectado, seguido por Mucari, com 78 e Calandula 74.

Uíge: três mortes

Três pessoas morreram e 85 outras ficaram desalojadas, na província do Uíge, em consequência das fortes chuvas que caíram na região. Tratam-se de dois menores de cinco e 14 anos, respectivamente, que estavam a banhar-se a chuva e foram arrastadas pela correnteza das águas, o facto ocorreu nos bairros Mbemba Ngango e Dunga, na cidade do Uíge.

A outra vítima (cidadã de 42 anos) morreu soterrada devido ao desabamento da parede da sua residência, no município do Bungo.

Moxico: duas mortes

Dois pessoas morreram e mil e 365 ficaram desalojadas desde o início da presente época chuvosa nos municípios do Alto-Zambeze e Bundas, de acordo com os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros locais.

As duas pessoas morreram vítimas de descarga atmosférica, enquanto 273 famílias perderam as suas residências em consequência das fortes chuvas.

Cuanza Sul duas mortes

Dois pessoas morreram e 43 residências ficaram parcialmente destruídas em consequência das fortes chuvas que se abateram, nos últimos sete dias, na província do Cuanza Sul.

Uma das mortes ocorreu no município do Mussende, quando um cidadão, de 19 anos de idade, foi atingido por uma descarga atmosférica, enquanto a outra registou-se no Libolo, tratando-se de um idoso, de 71 anos, que foi arrastado pela correnteza das águas pluviais.

10.15 Vítimas da chuva solicitam apoios

Jornal de Angola

Texto: Venâncio Victor

25 De Novembro de 2023

A preocupação foi manifestada durante a visita que o governador provincial, Marcos Nhunga, efectuou às famílias sinistradas.

A munição Domingas Dêmbue, abordada pelo Jornal de Angola, apontou várias dificuldades enfrentadas durante os dias que se encontram no Pavilhão Palanca Negra, ligadas, sobretudo, à falta de alimentação.

Domingas Dêmbue manifestou-se satisfeita com a visita do governador Marcos Nhunga, tendo solicitado realojamento urgente, pois, referiu, "é preocupante partilhar a latrina com 60 a 80 pessoas".

Destacou o apoio do Go-verno Provincial em termos de vestuário e outros haveres e lamentou a falta de material didáctico para as crianças, porque tudo que tinham foi destruído pela chuva.

A cidadã Maria de Oliveira, proveniente do bairro da Catepa Zona, conta que a chuva que destruiu todos

os seus haveres começou por volta das 19h00 do passado dia 8 e durou horas.

Segundo Maria de Oliveira, no primeiro dia foram bem recebidas no Pavilhão Palanca Negra, com direito a lençóis, vestuário e boa alimentação, mas, sublinhou, depois as condições começaram a piorar.

Disse temer que as vítimas das chuvas alojadas no Pavilhão Palanca Negra contraíam certas patologias, como doenças diarreicas, apesar de estar garantida a assistência médica e medicamentosa.

Outro problema apresentado tem a ver com a inoperância de algumas latrinas, criando constrangimentos. "Estamos à espera que o Governo nos retire daqui o mais rápido possível, porque estamos a dormir num sítio sem condições".

Em resposta, o governador de Malanje disse estar consciente do momento difícil que as vítimas da chuva enfrentam, pois, referiu, "não é fácil alguém que tinha a sua casa estar a dormir num lugar inadequado".

Marcos Nhunga lembrou que a chuva é uma calamidade natural difícil de controlar e que é obrigação do Governo resolver o problema da população. "Estamos a interagir com o Executivo no sentido de encontrarmos uma solução definitiva e sustentável. A ideia não é voltar nos locais onde viviam, o Governo vai arranjar um lugar seguro, onde podem construir e dedicar-se à actividade agrícola".

10.16 Descarga eléctrica mata seis pessoas no Bailundo

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2023

Texto: Justino Victorino

No total, seis pessoas morreram no Huambo, em consequência de descargas atmosféricas, resultantes das fortes chuvas que caem na região. Além de vítimas mortais, as descargas atmosféricas feriram, também, 20 pessoas.

O inspector-chefe do Comando da Polícia Nacional no Huambo explicou, ao Jornal de Angola, que a província é susceptível a receber descargas eléctricas durante a época das chuvas.

José Armindo assegurou que tudo está a ser feito para acudir situações que possam ocorrer nos próximos tempos. Neste período, disse, orientam a população a não abrigarem-se próximos dos cabos eléctricos enquanto estiver a chover. "Os adultos devem evitar que as crianças frequentem ou se aproximem das

valas de drenagem, ou abrigar-se debaixo das árvores".

Outro caso apontado por aquele responsável como uma das causas das mortes são as ligações anárquicas de cabos de energia eléctrica e a fixação de residências nas zonas consideradas de grande risco, como a beira de rios ou em terrenos inclinados.

À população do Huambo, advertiu para realizar campanhas de plantação de árvores em zonas consideradas de risco, com intuito de combater as ravinas.

Os municípios mais abrangidos com as fortes chuvas, realçou, são do Bailundo, Mungo, Londuimbali, Ecunha, Cachiungo, Longonjo, Chinjenje e Chicala Chohanga.

O responsável disse que os efectivos e meios afectos ao Serviço de Protecção Civil e Bombeiros estão prontos para acudir eventuais casos que possam ocorrer na província nesta época de chuvas.

Na região do Planalto Central as autoridades tradicionais, frisou, têm aconselhado, também, as populações a plantar árvores, sobretudo eucaliptos, em zonas consideradas de risco.

Ineficácia dos para-raios

O director do Gabinete dos Serviços Técnicos e Infra-Estruturas do Governo do Huambo, Francisco Neto, reconheceu a ineficácia dos pára-raios pois referiu, muitos foram instalados na era colonial e estão danificados.

O dirigente avançou que a maior parte dos pára-raios instalados na província, está inoperante, o que periga a integridade física de muitas famílias quando chove.

10.17 Famílias em situação de vulnerabilidade beneficiam de material de construção

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2023

Texto: José Chaves

Cento e cinquenta e nove famílias que perderam as suas residências em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a sede do município do Andulo beneficiaram de material de construção, entregue pelo Governo Provincial do Bié, para recuperar os imóveis perdidos.

As famílias, maioritariamente em condição de vulnerabilidade, receberam chapas de zinco, cimento e blocos, segundo a administradora do Andulo.

Celeste Adolfo garantiu que ações de apoio às famílias que perderam os seus bens durante as chuvas que se abateram, na semana passada, sobre o município do Andulo vão estender-se às comunas de Chivaúlo, Calussinga e Cassumbi.

A administradora apelou às famílias a erguerem as casas em zonas seguras, garantindo que a Administração Municipal vai acompanhar o processo de autoconstrução dirigida.

Dados avançados pelo Governo Provincial dão conta que 701 residências foram destruídas pela chuva no primeiro trimestre do ano em curso, tendo sido, também, afectadas, no mesmo período, 13 escolas, 11 igrejas, cinco postes de iluminação pública e igual número de estabelecimentos comerciais, bem como uma antena repetidora da Rádio Bié, afecta ao grupo Rádio Nacional de Angola.

10.18 Milhares de famílias estão desalojadas em consequência de chuvas intensas

Jornal de Angola
26 De Novembro de 2023
Texto: Engrácia Francisco

Um total de 16 pessoas morreram, uma está desaparecida, 2.203 residências ficaram inundadas, como consequência de chuvas que se registaram, sábado, em todo o país, de acordo com o balanço do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

O porta-voz dos Bombeiros, Félix Domingos, disse que em Luanda registou-se o falecimento, por afogamento do menor Acácio Lombo, de 15 anos. O incidente ocorreu quando este mergulhou na vala de drenagem para apanhar uma bola de futebol, no município do Kilamba Kiayi.

Outro caso, avançou, é o do cidadão Sadraque Luís, de 39 anos, desaparecido desde quinta-feira, depois de ter caído numa vala de drenagem, no bairro Calemba, arredores da Tourada.

Além disso, referiu, na província do Moxico, um cidadão, de 22 anos, morreu vítima de descarga eléctrica, durante as chuvas, quando jogava uma partida de futebol com os amigos.

As mortes por descargas atmosféricas, adiantou, são um fenómeno incomum, que nos últimos dias tem se

tornado bastante regular. Por isso, disse, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros tem feito várias campanhas de sensibilização.

Famílias ao relento

O serviço de Bombeiros registou, igualmente, um total de 1.384 residências inundadas, que afectou 1.384 famílias, num conjunto de 6.920 pessoas, em todo o país.

De acordo com os dados dos bombeiros, seis escolas ficaram inundadas, muitas vias principais, secundárias e terciárias ficaram alagadas e houve o aumento do nível de água nas bacias de retenção, assim como o alastramento das ravinas.

Na província do Zaire, realçou, concretamente nos municípios do Soyo e Nzeto, 295 residências ficaram inundadas, 24 vias intransitáveis e uma igreja inundada. "Das 295 residências, igual número de famílias ficaram sem tecto, o que corresponde perto de mil pessoas com dificuldades de acomodação".

No município do Sumbe, província do Cuanza-Sul, a escola primária Boa Nova ficou completamente inundada e uma ponte ficou parcialmente destruída.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, disse, o porta-voz, vai continuar a fazer o registo das ocorrências e trabalhar para evitar situações piores.

10.19 Recomendações em casos de inundação

Jornal de Angola
26 De Novembro de 2023

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros alertou a população para em casos de inundação desligar, imediatamente, o quadro eléctrico. "Se a água subir até ao nível das tomadas, o risco de electrocução é maior".

Outro alerta, apontou, é o facto de existirem nas cidades, principalmente, muitos portões eléctricos. "Em caso de chuva é preciso que as pessoas, ao circularem pela via pública, evitem, ao máximo, o contacto com os portões, postes de electricidade ou paredes, para que não haja, também, a probabilidade de electrocução".

Actualmente, criticou, ocorre, um pouco por todo o país, os actos de vandalização dos bens públicos. Os cidadãos, disse, retiram as tampas das sarjetas, algo que agora, com as chuvas, se torna um factor de risco. "Durante as chuvas, o condutor ou peão fica

impedindo de verificar como está o solo e a probabilidade de cair num esgoto é bem maior".

Os Bombeiros, acrescentou, têm recomendado a máxima prudência a todos os condutores durante a condução em época de chuvas.

Estatísticas

A província de Luanda, de acordo com o porta-voz dos Bombeiros, foi a mais afectada com as últimas chuvas que se registaram por todo o país.

Entretanto, em termos de vítimas humanas, a província da Huíla, registou o maior número, num total de 11 pessoas.

Em termos de infra-estruturas, disse, a província do Zaire foi a mais afectada. "Continuamos a registar danos por todo o país, por isso, recomendamos maior prudência e a colaboração de todos".

10.20 Investimento no sector da madeira pode criar 300 mil empregos

Jornal de Angola

Texto: Nádia Dembene

28 De Novembro de 2023

Essa preocupação foi manifestada pelo presidente da Associação, José Veríssimo, em declarações ao Jornal de Angola, defendendo a importância de se criar um fundo de apoio para as pequenas e médias empresas do sector.

Segundo José Veríssimo, o sector precisa de "aproximadamente 550 milhões de dólares para assegurar o desenvolvimento da produção e do processamento da madeira", além de gerar mais riqueza e possibilitar a criação de mais empregos. "O investimento nesse sector pode gerar mais de 300 mil postos de trabalho por ano a nível nacional", ressaltou.

Em relação às exportações, o líder da ANIMA afirmou que elas chegam a mais de 300 mil metros cúbicos por ano, tendo como destinos Portugal, Espanha, Emirados Árabes Unidos e Turquia.

José Veríssimo ressaltou também os planos da associação. Segundo o presidente, a ANIMA tem algumas propostas em andamento que estão sendo discutidas com o Instituto de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (IDIITA), mas escusou-se enunciar-las.

Quanto as políticas do Governo, José Veríssimo detalhou que a classe ficou satisfeita com a nova medida do Executivo que permite a exploração de até 50 metros cúbicos. "Estamos muito contentes com o decreto presidencial 45/2023", sublinhou, acrescentando que o documento "veio dar esperança às principais preocupações da classe, a concessão de licitação para exploração da madeira."

Para o responsável, a madeira nacional possui alta qualidade e é um recurso valioso para o país.

Plano Nacional de Incentivo Florestal

Veríssimo disse ao Jornal de Angola que a organização elaborou um plano nacional de incentivo florestal, onde foram plantadas milhares de árvores de diferentes espécies (Eucaliptus, Acácio Maggio entre outras), nas províncias de Benguela, Bié, Cuando Cubango, Huambo e Uíge, num investimento de cerca de 50 milhões de dólares.

"Um projecto deste porte requer muito investimento, porque este é o caminho para o futuro. Claramente que não está abaixo de 50 milhões de dólares", atirou.

Quanto ao tempo de colheita, José Veríssimo sublinhou que depende da espécie e da utilidade. Por exemplo, para o uso de carvão demora menos tempo em relação a colheita para extração da Madeira, podendo durar até sete anos.

Nessa iniciativa de larga escala, estão também envolvidos organismos do Estado, nomeadamente a Caixa Social e Forças Armadas, além de empresas privadas.

10.21 Chuva causa transtornos na rua Beto carneiro e deixa moradores aflitos

Jornal Luanda

27 De Novembro de 2023

Luanda voltou a revelar que não esta preparada para receber a bênção de São Pedro. Esta realidade está patente na rua Beto Carneiro, também conhecida como do "Quebra Molas", no distrito urbano da Estalagem, município de Viana, onde muitas casas ficaram inundadas e as vias intransitáveis.

A rua Beto Carneiro beneficiou de obras de reabilitação, em 2010, por ocasião do Campeonato Africano de Nações (CAN) que o país albergou, mas por falta de manutenção regular esta degradada.

José Panzo, morador naquelas imediações, disse que a chuva de quinta-feira causou danos profundos na rua, uma situação que agravou a mobilidade neste troço da Estalagem, com alguns automobilistas a terem que deixar as viaturas distantes de casa. "Quando chove e uma desgraça para as pessoas que vivem por aqui. Chegar a casa e uma 'ginástica' que nem imagine", disse.

A aflição e partilhada por Celestino Cambiete, acrescentando que "quando chove, como está a acontecer agora, até a esquadra da Polícia não é poupada". O mesmo teme pela intensificação das chuvas, em virtude de vir a agravar a degradação da rua e dificultar a circulação das pessoas.

O também morador do KM 12 frisou que o Governo da Província de Luanda e a Administração Municipal de Viana, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), deveriam melhorar a via para facilitar a circulação.

A rua Beto Carneiro, vulgo rua do "Quebra Molas", foi reabilitada para desafogar o trânsito das Avenidas Deolinda Rodrigues e Fidel Castro (Via Expressa). Anacleto Manuel disse, ao Jornal Metropolitano, que "a rua é estratégica por interligar várias zonas" da cidade de Luanda.

A moradora é de opinião que a administração municipal de Viana devia prestar uma maior atenção ao actual estado da via. "Se assim o fizessem, os responsáveis dariam mostras de que são excelentes servidores dos munícipes", rematou.

As últimas enxurradas, em Luanda, não causaram estragos apenas nesta parcela do município de Viana. Há relatos que inúmeras casas, no distrito urbano do Zango, ficaram inundadas, onde centenas de famílias perderam os seus bens.

Waldemar Jorge, residente no bairro Boa Esperança disse que está, por estes dias, em casa da mãe, no município do Cazenga, por dificuldades de acesso a rua, tendo se manifestado preocupado devido as aulas dos filhos. "Espero que não volte a chover, tão cedo, como esta acontecer agora", destacou.

Alguns munícipes, ouvidos pela nossa reportagem, reconheceram os esforços realizados para mitigar os efeitos negativos das chuvas, mas afirmam haver necessidade de o Governo Provincial de Luanda efectuar um estudo técnico aturado, em todos os municípios e distritos, para atenuar os estragos.

"A chuva e obra da natureza. Quando ocorrem precipitações de chuva, de forma do anormal, pouco ou nada há a fazer, mas, em todo o caso, podem ser realizadas obras que contribuam para a mitigação dos

danos", comentou um engenheiro de construção civil, de uma empresa construtora privada, com carteira profissional há mais de 15 anos.

INAMET PREVÊ MAIS CHUVA

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) prevê chuvas para os próximos dias e a ocorrência de descargas atmosféricas isoladas em quase todo o país.

A província de Luanda registará temperatura máxima de 29 graus celsius e 24 de mínima. As províncias de Cabinda, Sumbe, Uíge, Malanje, Dundo, Benguela, vão registar temperaturas máximas de 28 graus celsius.

10.22 Fúria das águas em Luanda

Jornal Luanda

27 De Novembro de 2023

Moradores das diferentes partes da cidade de Luanda sofrem com a "fúria das águas da chuva", que se abateu sobre a cidade durante a semana finda. Casas inundadas, ruas intransitáveis, edifícios destruídos são alguns dos cenários vividos pelos habitantes da cidade capital.

As fortes chuvas que caíram na quarta e quinta-feira provocaram sérios problemas aos luandenses. Imagens divulgadas nas diferentes plataformas digitais, depoimentos de ouvintes dos diferentes canais radiofónico da capital mostraram o elevado grau de destruição que "são Pedro mandou" a cidade da Kianda.

Uma pessoa morreu apes ter sido arrastada pela correnteza na zona do Bairro da Calemba, Distrito Urbano da Maianga, durante as chuvas de quinta-feira à tarde, confirmou o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB). A vítima encontrava-se numa viatura que exercia o serviço de táxi, quando decidiu abrir a porta junto a vala de drenagem da rua Senado da Camara, na zona da Tourada. Ao descer da viatura, terá caído, tendo sido arrastado pela correnteza.

"O cidadão em causa era cobrar da viatura do tipo Toyota Hiace, vulgo Quadrado. Abriu a porta para desembarcar um passageiro. Escorregou, bateu com a cabeça no lancil e foi levado pela força da água", informou o SPCB.

Conforme o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, a segunda vítima, foi um menor de 15 anos, arrastado pelas águas da chuva, enquanto tentava fazer a travessia numa zona de passagem de água. Na rua

Garcia Neto, bairro Operário, registou-se o deslizamento de terra.

Em poucas horas de chuva sobre a cidade de Luanda, 40 mm de precipitação, segundo o SPCB, quase um terço da média da precipitação total para o mês de Novembro em Luanda, foi o suficiente para causar danos na cidade e arredores.

As zonas mais afectadas a nível do município de Luanda, segundo o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, são o Distrito Urbano do Rangel, com sete residências completamente inundadas, e a zona do Talatona, propriamente no Bairro da Fubu, com urna residência.

O Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), por intermédio de imagens de videovigilância, mostrou as zonas mais afecta as da cidade.

Segundo o seu porta-voz, Roberto Talaia, a chuva e as inundações provocaram a interdição de várias ruas, dificultando o acesso ao centro da cidade, bem como a saída, para outros bairros periféricos, causando caos entre os automobilistas e usuários do serviço de táxi, candongueiros.

Roberto Talaia exemplificou o caso da Avenida 21 de Janeiro, na conhecida via de serviço, no sentido Rocha Pinto - Aeroporto 4 de Fevereiro, que ficou completamente intransitável, por conta da quantidade de água e lixo, a rua 11 de Novembro, na zona da Igreja Católica em Viana, que ficou interditada por conta do nível das águas.

Um pouco por toda a cidade, o cenário e de ruas inundadas e de estradas onde e quase impossível circular.

De acordo com dados fornecidos pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), a Morgue Central de Luanda ficou danificado por conta do desabamento do seu tecto.

Por outro lado, segundo ainda o GPL, ocorreu o desabamento parcial do tecto da Sala de Investigação Criminal, em consequências das últimas chuvas. Numa visita efectuada pelo governador provincial de Luanda, Manuel Homem, na manhã de quinta-feira, 23, as autoridades encontraram uma sala alternativa, onde foram criadas as condições para a continuidade dos trabalhos.

Numa nota divulgada na sua página oficial, o GPL informa que, em decorrência dos danos criados pelas chuvas, foram criadas equipas que se tem desdobrado nos locais de maior preocupação, como os municípios de Viana, Cacucaco, Talatona, Luanda, Belas, Cazenga e Kilamba Kiaxi, de modo a prestar

solidariedade e ajudar, com máquinas e outros meios, a minimizar os constrangimentos.

O Serviço da Administração Municipal de Luanda e o GPL realizaram acções de acompanhamento e redução dos impactos causados pelas chuvas de quinta-feira, 23, realizando trabalhos de intervenção imediata para descongestionamento na via principal da Samba, sentido Antigo Controlo - Zamba 2.

10.23 Chuva e sinistralidade rodoviária

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2023

Numa altura em que as condições meteorológicas não são as melhores, sobretudo por força das chuvas, da degradação do pavimento e da diminuição da aderência dos pneus na estrada, é mais do que recomendável que os automobilistas e pessoas que se fazem às vias observem toda a prudência.

Variadas vezes, temos repetido, neste espaço, que, relativamente à sinistralidade rodoviária, se por um lado não temos todas as condições criadas para uma condução excelente, por outro lado, não faz sentido que, ainda assim, haja excessos na velocidade e manobra nas estradas. Esperemos que as chuvas que caem, ultimamente quase numa base diária, não contribuam para o aumento da taxa de sinistro nas nossas estradas. Dito de outra maneira, é importante que, por força dessa realidade, haja mais prudência na condução por parte dos automobilistas e caminhada por parte dos peões.

A atenção deve ser redobrada, inclusive, por causa de situações inesperadas nalgumas estradas em que os buracos e crateras, além das enxurradas que, muitas vezes, acabam por arrastar viaturas e pessoas.

Felizmente, as previsões do INAMET continuam a "bater certo", razão pela qual não faz sentido que as pessoas saiam à rua desprevenidas sobre as intempéries, nos dias que correm.

Independentemente das condições no espaço em que nos encontramos inseridos, vale lembrar que o problema nunca é da chuva, mas da nossa (in)capacidade individual ou colectiva de nos adaptarmos à chuva.

E numa altura como esta, a atenção e vigilância devem ser redobradas por parte dos que se fazem às estradas do país, porque a "mistura" entre as chuvas e a condução, muitas vezes, com a inobservância das regras do Código de Estrada, acaba por se transformar numa equação nefasta.

10.24 Dez mil pessoas afectadas pelas chuvas registadas na província de Luanda

Jornal de Angola

Texto: António Cristóvão

29 De Novembro de 2023

Dez mil pessoas foram afectadas pelas chuvas que caíram no final da noite de segunda-feira, durante a madrugada e todo dia de terça-feira, na província de Luanda.

Os dados foram divulgados, ontem à noite, na sede do Governo da Província de Luanda (GPL), pelo sub-comissário e comandante provincial-adjunto para a Gestão de Protecção Civil, Bravo Pereira Mendes, durante a leitura de um comunicado de imprensa sobre os danos causados pela chuva na capital do país.

"Foram 12 horas de chuva entre moderada e intensa, que afectou praticamente todo o território da província de Luanda", disse aos jornalistas.

Segundo o sub-comissário, 2.056 famílias ficaram desalojadas devido à inundação das suas residências.

Bravo Mendes revelou à imprensa que o município de Viana foi o mais afectado pela chuva, seguido pelo Kilamba Kiaxi e Talatona, acrescentando que 92 vias ficaram obstruídas, intransitáveis e alagadas com a água que dificultou o trânsito.

O sub-comissário e comandante provincial adjunto para a Gestão de Protecção Civil explicou que a chuva atingiu, também, equipamentos sociais, infra-estruturas públicas e privadas, igrejas, hospitais, Esquadras de Polícia e escolas.

De acordo com o sub-comissário Bravo Mendes, os números apresentados são preliminares e estão a ser actualizados pelo Centro de Coordenação Operacional da Comissão Provincial de Protecção Civil, coordenada pelo governador de Luanda, Manuel Homem.

Estrada n° 100

A ligação pela estrada n° 100, entre Luanda e o Sul do país, está garantida, revelou, ontem, o vice-governador para a Área Técnica e Infra-Estrutura, durante a comunicação à imprensa na sede do GPL, para o ponto de situação sobre a chuva na capital do país.

Cristino Mário Ndeitunga deu a conhecer que a garantia foi dada pelo ministro das Obras Públicas,

Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos, que visitou o referido troço nacional para avaliar o surgimento de ravinas, bem como a Centralidade do KK5000, para constatar os danos causados pelas chuvas na província de Luanda.

O vice-governador de Luanda anunciou que o governador Manuel Homem reúne-se, hoje, com os membros do Comité Operativo da Comissão Provincial de Protecção Civil.

Em relação às famílias afectadas pela chuva, Cristino Mário Deitunga disse que a Comissão de Protecção Civil da Província de Luanda está a trabalhar para prestar assistência às vítimas. Grupo técnico

Um grupo técnico constituído por membros do Governo Provincial de Luanda (GPL) e do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação (MINOPUH) inspeccionou, segunda-feira, as obras em curso em ruas do Distrito Urbano da Samba e no município do Cazenga, no âmbito do melhoramento das vias secundárias e terciárias da capital do país.

De acordo com uma nota de imprensa do GPL, a equipa, coordenada pelo vice-governador Cristino Mário Ndeitunga, percorreu, demoradamente, as ruas do Sun Set, Silêncio e Augusta, no Distrito Urbano da Samba, com o intuito de avaliar o andamento e execução das empreitadas.

Segundo o comunicado, o grupo técnico passou, também, por algumas artérias do Cazenga, onde verificou o funcionamento das bacias de retenção de Cambambe, no Distrito Urbano de Kalawenda, do Tunga, no Tala Hady, ambas no âmbito do programa de manutenção da macro e micro drenagem do GPL.

Capital do país

Reportagem do Jornal de Angola percorre zonas mais críticas

Casas inundadas, ruas intransitáveis e deslizamento de terras é o cenário registado, ontem, na sequência das fortes chuvas que se abatem sobre a província de Luanda.

Os municípios de Viana, Belas, Cacuaco, Talatona, Kilamba Kiaxi e Cazenga têm as zonas mais críticas.

As últimas quedas pluviométricas começaram na madrugada de ontem e duraram quase toda a manhã e tarde, deixando um rasto de destruição e falta de meios de transportes públicos, segundo constatou a equipa de reportagem do Jornal de Angola.

No Distrito Urbano do Sambizanga, por exemplo, além de casas inundadas, os moradores tinham

dificuldades de se deslocar, porque as ruas estavam alagadas.

Em declarações ao Jornal de Angola, Edgar Domingos, morador da rua do Betão do Zaire, disse que sempre que chove o cenário é desolador.

"Sempre que chove vivemos períodos difíceis e enfrentamos inúmeras dificuldades. A título de exemplo, não fomos trabalhar, porque temos que retirar a água que entrou em nossas casas", explicou, visivelmente aborrecido.

Edmilson Vunge, outro morador, corroborou as declarações de Edgar Domingos, acrescentando que "somos obrigados a ficar em casa para evitar males maiores nas nossas residências. Se a gente se ausentar, a coisa pode vir a ser pior".

No município do Talatona a dificuldade, ontem, era a quantidade de água nas ruas, cenário visível, também, no Distrito Urbano 11 de Novembro, bem como na rotunda da Fubu.

Rangel com ruas intransitáveis

As ruas secundárias e terciárias do Distrito Urbano do Rangel, como as das Comissões, Alentejo, Precol, do Povo, Terra Nova e a via que dá acesso à Escola Ngola Mbandi estavam, ontem, inundadas, dificultando a circulação rodoviária.

Devido à falta de valas de drenagem e esgotos, a água da chuva fez com que muitas casas ficassem inundadas, tendo-se registado o desabamento de outras tantas.

Alguns moradores, agastados com a situação, retiravam a água que entrava em suas residências, atirando-a para a rua, onde crianças brincavam, sem noção do perigo dos charcos causados pelas últimas chuvas, que provocaram, também, muita lama e tornaram o piso escorregadio.

Circulação difícil no Cazenga

A equipa de reportagem do Jornal de Angola constatou, no município do Cazenga, logo à entrada do Mercado dos Kwanzas, a existência de um charco de água, que dificultava o trânsito e a circulação de peões.

Lixo nas faixas de rodagem, famílias a tirarem água das suas residências e munícipes a circularem com dificuldades era o cenário mais visível, ontem, no Cazenga.

Nas imediações do Mercado dos Kwanzas, ao lado de um Centro Médico, a entrada da rua estava toda

alagada e os moradores tinham muitas dificuldades para circular.

Uma das moradoras disse, ao Jornal de Angola, que a água da chuva cria muitos constrangimento ao trânsito e à circulação da população, provocando, por outro lado, o surgimento de muitos insectos.

"Anteriormente, tínhamos uma electrobomba, mas está estragada, e a água pode ficar parada aqui durante meses", explicou.

Na 6ª Avenida (IFA), na rua da Quiçanga, encontramos um lago, onde os habitantes estavam a retirar a água com uma electrobomba, atirando-a para a via principal.

Paulo Manuel, morador, explicou que os charcos de água são provocados devido ao baixo nível da estrada. "A Administração deveria colocar uma ponte ou uma vala de drenagem, para a passagem das águas".

Neste momento, continuo, estamos impedidos de sair para cumprir as nossas tarefas laborais, porque, para diminuir a água parada, precisamos de, pelo menos, dois a três dias, mesmo com a electrobomba.

Via do Ramiro corre o risco de ficar intransitável

Parte da faixa de rodagem da via Benfica/Sumbe, na Estrada Nacional número 100, corre o risco de ficar intransitável, devido ao acumular da água da chuva, impedida de circular por inoperância da vala de drenagem.

O responsável de obras da empresa Omatapalo, Rui Adriano, explicou que está a ser feito um trabalho paliativo para que a circulação rodoviária não seja interrompida.

"Estamos a tentar fazer passar a água no túnel que dá descarga para o mar, senão vai procurar caminho e derrubar as paredes que protegem a estrada. A água deve passar do outro lado da ponte. O trabalho que está a ser feito é provisório, para que os automobilistas possam transitar em segurança", sublinhou.

Ernesto Mucombe, morador, contou à nossa reportagem que quando eram 9h00 deu conta que a via estava a ceder. "Quando notei o que estava a acontecer chamei os vizinhos para me ajudarem a fazer a sinalização, para que os veículos pesados não passassem por essa faixa de rodagem, para não provocar muitos danos".

O administrador distrital do Ramiro, Alberto Lumete, explicou que o constrangimento é devido à

construção de um muro perto da vala de drenagem. "Durante estes dias de chuva, o lixo arrastado pela água provocou o impedimento da passagem das águas na vala de drenagem, fazendo com que ficasse acumulada num único lugar".

Alberto Lumete disse que as últimas chuvas provocaram três mortes no distrito que lidera e as ruas secundárias e terciárias estão intransitáveis. "Estamos a registar as ocorrências para apresentarmos ao município, para que se possa dar solução aos problemas", referiu.

Falta de transportes públicos

A falta de transportes públicos tem sido um problema quase sempre que chove. Ontem, por exemplo, os poucos taxistas que saíram às ruas optaram por "linhas curtas", criando inúmeras dificuldades aos que precisavam de se deslocar de um ponto para o outro. Armino Canda, Miguel Brás e Sandra da Silva Desabamento de moradia Ndalatando regista a morte de cinco membros de uma família. Cinco membros de uma família, pai e quatro filhas, morreram na madrugada de terça-feira, em Ndalatando, província do Cuanza-Norte, devido ao desabamento de uma moradia, provocado pelas fortes chuvas que se abateram sobre a região, desde às 17 horas de segunda-feira, segundo o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

O subinspector bombeiro Hélder Milagre explicou, ontem, que a moradia havia sido construída com adobes no bairro da Comarca e desabou porque o alicerce ficou fragilizado devido à força da água da chuva.

Segundo Helder Milagre, presume-se que, durante a hora do infortúnio, as vítimas se encontravam a dormir.

Devido à complexidade da zona do sinistro, agravada com a água da chuva, explicou, só foi possível remover os corpos das vítimas às 11h30 de ontem. O Governo no Cuanza-Norte lamenta o infortúnio e garante apoio às famílias para a realização dos funerais.

Nos últimos trinta dias, além das vítimas mortais, as chuvas danificaram várias infra-estruturas e estradas, segundo o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no Cuanza-Norte, entrevistado pela Rádio Nacional, que aconselha a população no sentido de redobrar os cuidados.

Outras áreas afectadas

Além de Luanda, Cuanza-Norte e Lunda-Sul, choveu, também, no Zaire, tendo-se registado cenário

semelhante: famílias desalojadas, casas inundadas e vias alagadas.

No município do Kuimba, província do Zaire, a administradora municipal, Isabel Fineza Queba, confirmou, à Rádio Nacional, a destruição de uma ponte na via da Serra da Canda.

As primeiras ajudas para acudir as famílias no Loge Pequeno já chegaram ao local, segundo o director do Gabinete de Comunicação Social, Agnelo Alberto.

De referir que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros continua a recolher dados dos danos causados pelas chuvas que se registam um pouco por todo o país.

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Félix Domingos, disse, ontem, que os prejuízos causados pela chuva são enormes em todo o território nacional.

Félix Domingos aconselha as famílias a redobram os cuidados, principalmente, quando estiver a chover, e a evitar construir em zonas de risco.

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

II.1 “Os investidores chineses mostraram interesse no sector das pescas”

Jornal de Angola

Texto: Joaquim Suami

5 De Novembro de 2023

Na recente Feira Internacional de Macau, onde o país se fez representar por uma missão empresarial, a Câmara aproveitou a ocasião para convidar os investidores presentes a visitarem e tirar proveitos das vantagens oferecidas por Angola. A mensagem foi de que o país está aberto ao investimento privado e que Agricultura, Turismo, Transporte e o Comércio, são os principais sectores para cooperar, sem esquecer a aquisição de conhecimento, tecnologia e também a instalação de fábricas para assegurar emprego aos cidadãos.

Qual é a avaliação que faz da participação do país, na 27ª Feira Internacional de Macau?

A nossa participação, neste evento, foi positiva. Angola esteve representada pela Câmara de Comércio e Indústria, e com oito empresas, que actuam nos sectores da agricultura, pescas, indústria, comércio, produção de mel, café, batata frita, cosméticos e estatuetas. A Feira contou com a participação de 1.200 expositores, dos quais, 260 são de países da Língua Portuguesa, incluindo a Guiné Equatorial. O evento reuniu empresas da China, Macau e dos nove países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) ligadas à indústria, finanças, turismo, pescas, agricultura, gastronomia e bebidas. Durante a feira foram realizadas sessões de intercâmbio, fóruns, conferências industriais, comerciais e económicas, bem como a selecção e avaliação de bebidas e grãos de café, entre outras actividades.

Houve mais realizações nesta feira?

Sim, e no âmbito do protocolo de cooperação, entre Câmara de Comércio da China, Macau e dos países de Língua Portuguesa, foi realizada a cerimónia de assinatura da adesão da Câmara de Comércio da Guiné Equatorial, como novo membro do grupo na plataforma de Macau. Em Julho do próximo ano, Angola irá acolher o "Encontro de Empresários", entre a China e os países da língua portuguesa, incluindo a Guiné Equatorial. A nossa Câmara

responsabilizou-se, para nos próximos 15 dias, indicar a data, o tema e o local onde irá decorrer actividade. Esta Feira de Macau tem o pendor de servir como plataforma dos países da Comunidade da Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e da China. Como sabe, Macau é uma colónia portuguesa, e na relação que a China tem com a CPLP, entendeu que Macau se transformaria numa plataforma para mobilizar negócios, parcerias de investimento, entre a China continental e os países da Língua Portuguesa, onde Angola está inserida por intermédio da Câmara de Comércio e Indústria.

A presença de Angola despertou algum interesse de negócios?

Claro que sim, porque pessoalmente, fui convidado para participar, numa sessão de esclarecimento, onde abordei as oportunidades de negócios que o país oferece aos investidores estrangeiros, inseridas na Nova Lei de Investimento, promovido pelo Consulado de Angola. Durante os meus esclarecimentos, os empresários e vários líderes associativos manifestaram interesse em estabelecer relações comerciais com Angola, sobretudo, nos sectores da agricultura, comércio, mineiros, petróleos e gás, indústria farmacêutica, instalação de fábricas químicas e na área financeira.

Como isso vai funcionar?

Bem, devido o interesse demonstrado pelos empresários macaenses, chineses e outros, a Câmara de Comércio e Indústria de Angola vai disponibilizar-se em constituir a respectiva manifestação de interesse, em oportunidade de negócios, junto da classe empresarial angolana e partilhar com a Associação Comercial Internacional para os Mercados Lusófonos de Macau e a Pauta Aduaneira Nacional.

Existe alguma área específica para investimento?

Olha, Macau é uma região autónoma e possui um Governo que responde pela China. É uma região vista como prestadora de serviços, ou seja, Macau não produz nada, apenas produz serviços. Qualquer país da CPLP, como é o caso de Angola, se quiser estabelecer negócios com a China, deve ser por via de Macau. É nesta condição que Macau intermediou vários empresários da China, que foram ter com a Câmara de Comércio e Indústria de Angola, no Consulado de Angola, que manifestaram o interesse de cooperar nos ramos do Café, mineiro (ouro, cobre, diamante), serviços aeroportuários e pesca. São essas as áreas de interesse manifestadas pela classe empresarial da China, no quadro da política de intermediação, onde Macau é o ponto e a plataforma.

Qualquer interesse por parte dos países da CPLP para com a China, deve ser feito por via de Macau.

Porquê?

A China tem a sua especificidade, como Angola está a apostar na diversificação da sua produção. A China tem receio de receber produtos acabados e está mais apta em recepcionar matéria-prima. Angola, também, tem a sua estratégia, como é o caso do PRODESI, porque queremos diversificar a nossa economia, olhando para a empregabilidade. A nossa tendência não é receber produtos acabados, mas sim, conhecimento, tecnologia e instalação de fábricas, com o objectivo de dar emprego aos jovens. Mas, a China pode receber produtos acabados, a partir de Macau, por isso é que os macaenses constituem essa plataforma para os países da CPLP. Se Angola quiser enviar produtos acabados para China, deve ser feito por via de Macau.

Dos temas discutidos, quais interessam o país, no quadro do programa de diversificação económica?

A feira de Macau existe há 28 anos, e a maior atenção foi dada aos países da Língua Portuguesa. É a primeira vez que Macau dedica esta edição para os países da CPLP, ou seja, a feira esteve nas nossas mãos. Levamos produtos diversos, o que nos permitiu partilhar a nossa experiência com as empresas da China continental, do Vietname e de outros países. Este ano, o ponto alto foi a exposição dos produtos produzidos nos países da CPLP sob apetência da China, por isso tivemos a ousadia de levarmos o nosso café. Nos interesses que fomos alvos, um empresário chinês solicitou-nos a exportar 400 toneladas por mês, para atender a província de Guizhou. Vamos trabalhar, nos próximos tempos, com as empresas angolanas, que produzem esta cultura, para estarmos em condições de responder à procura.

Que sectores interessam Angola?

Nos dois encontros que tivemos à margem da Feira, manifestamos o interesse no sector de agronegócio, pelo facto de termos áreas férteis, como terra e água. Precisamos investimentos nesses sectores. Mas no geral, informamos aos investidores chineses e de outros países que Angola, como qualquer outro país, está aberta ao investimento privado directo ou por via de qualquer parceria. Os sectores de interesse dão-nos garantias de maior empregabilidade no seio dos jovens. Macau por ser uma região que não produz, mas que atrai serviços, podemos colocar à disposição dos macaenses toneladas de peixe. Angola está em condições de exportar peixe para Macau e a empresa angolana presente na Feira conseguiu

estabelecer contactos, com 28 empresas interessadas em estabelecer negócios no sector das pescas.

A par do café e peixe, existem outros sectores?

O turismo. Macau, hoje, vive do turismo. O PIB de Macau é baseado no turismo. Angola possui condições favoráveis para qualquer agente bem acompanhado e com uma experiência internacional, fazer do turismo, algo rentável. Os sectores da agricultura, turismo, pescas, transportes e comércio, são prioritários. Mas, acima das prioridades, estão outros sectores que acompanham os sectores prioritários. A nossa procura de investimento começa do primário até ao terciário....

11.2 Maior agência de notícias da China apronta acordo com Edições Novembro

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2023

Texto: Manuela Gomes

A intenção foi manifestada, ontem, pelo director-geral da Xinhua Agency News, para África, Ying Qiang, que visitou, na companhia de uma delegação, a Edições Novembro, onde manteve um encontro com o presidente do Conselho de Administração, Drumond Jaime, e efectuou uma visita às instalações do Jornal de Angola.

Durante o encontro os representantes das duas delegações fizeram uma breve apresentação sobre as empresas de comunicação e analisaram algumas das alíneas que vão reger o acordo entre as partes, a ser rubricado em breve.

Drumond Jaime disse que o Jornal de Angola está interessado na troca de serviços com a agência chinesa e espera o mesmo da Xinhua Agency News. "Estamos lisonjeados por sermos escolhidos para essa parceria", disse.

O PCA da Edições Novembro considerou interessante a existência de uma cooperação com a agência de notícias. "Por estar entre as maiores do mundo vai ajudar na divulgação de matérias relacionadas ao país, em especial ligadas à economia e turismo, na República Popular da China", disse.

O PCA da Edições Novembro lamentou, igualmente, o facto de alguma imprensa internacional vir a África, particularmente Angola, e divulgar, apenas, aspectos negativos sobre o país. "Queremos, a partir de agora, contar com a Xinhua Agency News para divulgação, também, dos grandes feitos alcançados

por Angola, como a construção de hospitais de referência, escolas e outras grandes infra-estruturas como o novo aeroporto Dr. António Agostinho Neto”.

Relações bilaterais

O director da Xinhua Agency News, Ying Qiang, considerou o futuro acordo como resultado das boas relações entre Angola e a República Popular da China. "É a primeira vez que venho para Angola e estarei cá por poucos dias, por isso não queria perder a oportunidade de firmar acordo com um dos maiores órgãos noticiosos do país, o Jornal de Angola", disse.

O maior interesse, disse, é estreitar a cooperação com a imprensa angolana. "Temos apenas um funcionário em Angola, então queremos esse acordo com o Jornal de Angola para divulgar mais as histórias sobre os dois países”.

A agência

Com sede africana em Nairobi, Quênia, a agência criou o canal "Olá África”, onde são divulgadas histórias sobre o continente. A Xinhua News Agency é a agência oficial de notícias e a maior da República Popular da China. Fundada em 1931, tem hoje uma rede de 10.000 jornalistas, em 144 escritórios por todo o mundo, incluindo 33 na China, para cobrir todas as províncias daquele país asiático.

11.3 China pode retrair crescimento de países da África Subsaariana

Jornal de Angola

11 De Novembro de 2023

A desaceleração da economia chinesa poderá afectar o crescimento de alguns países da região da África Subsaariana em função dos laços de cooperação que o país asiático tem com essas nações.

De acordo com as últimas projecções do Fundo Monetário Internacional, a China criou laços económicos profundos com os países da África Subsaariana ao longo dos últimos 20 anos, tornando-se no maior parceiro comercial da região.

Os dados apontam que a China compra um quinto das exportações da região (metais, minerais e combustíveis) e fornece a maior parte dos bens manufacturados e maquinaria importados pelos países africanos. No entanto, a recuperação da China da pandemia abrandou recentemente devido a uma recessão no sector imobiliário e à diminuição da

procura pelos seus bens manufacturados, à medida que o crescimento global também abrandou.

Isto é importante para África.

Um declínio de um ponto percentual na taxa de crescimento da China poderia reduzir o crescimento médio na região em cerca de 0,25 pontos percentuais no prazo de um ano, de acordo com as últimas Perspectivas Económicas Regionais.

Para os exportadores de petróleo, como Angola e Nigéria, a perda poderá ser de 0,5 pontos percentuais, em média. Os efeitos em cascata do abrandamento da economia da China estendem-se aos empréstimos soberanos à África Subsaariana, que caíram para menos de mil milhões de dólares no ano passado – o nível mais baixo em quase duas décadas.

O corte marca um afastamento do financiamento de grandes infra-estruturas, à medida que vários países africanos lutam com a escalada da dívida pública. Os empréstimos chineses à região aumentaram rapidamente na década de 2000, com a percentagem do país no total da dívida pública externa da África Subsaariana a saltar de menos de 2 por cento antes de 2005 para 17 por cento em 2021.

Isto faz da China o maior credor oficial bilateral aos países da região. Contudo, a parte da dívida à China permanece relativamente pequena, pouco menos de 6 por cento da dívida pública global da região, e é maioritariamente devida por cinco países – Angola, Camarões, Quênia, Nigéria e Zâmbia.

Adaptando-se à mudança

Com o aumento da fragmentação geoeconómica, os países da África Subsaariana terão de se adaptar ao abrandamento do crescimento da China e ao declínio dos compromissos económicos, criando resiliência através do aumento do comércio inter-africano e da reconstrução de reservas, nomeadamente através de reformas da política fiscal e melhorias na administração de receitas.

Os esforços para diversificar as economias africanas são também vitais para sustentar o crescimento futuro. A forte procura de minerais que apoiam o desenvolvimento de energias renováveis poderia constituir uma oportunidade para os países estabelecerem novas relações comerciais e desenvolverem mais capacidades de processamento local.

Os países podem melhorar a sua competitividade criando um ambiente empresarial favorável, investindo em infra-estruturas e aprofundando os mercados financeiros nacionais.

11.4 Primeiras 19 mil toneladas de ferro gusa exportadas para China e Estados Unidos

Jornal de Angola

16 De Novembro de 2023

Este é o primeiro carregamento do minério exportado para os maiores mercados mundiais a partir do Porto do Namibe.

O carregamento de ferro gusa verde, proveniente do Cuchi teve a duração de cinco dias, num navio atracado no Porto Mineraleiro do Saco Mar.

O director-geral da Siderurgia do Cuchi, Wilton Oliveira, afirmou que com esta operação, Angola entra no mercado mundial de venda de matéria-prima de qualidade para a indústria de produção de vários bens e serviços.

Wilton Oliveira disse também que o objectivo da sua empresa é aumentar os níveis de produção para o país ter mais capacidade de arrecadação de receitas, assim como criar mais postos de trabalho.

"Angola hoje entra no cenário internacional com mais uma commodity. Desta maneira tem a possibilidade de diversificação industrial, pois o ferro gusa é uma commodity muito usada mundialmente e traz vários benefícios para os seus países produtores, no caso Angola entra nessa selecção", aponta.

Energias renováveis

Segundo avançou, o objectivo de produzir um valor muito maior do que os actuais níveis.

"Esse produto é do primeiro alto forno que foi instalado como forno-escola para formação dos profissionais angolanos, para trabalharem nas outras unidades maiores", disse.

O gestor destacou que Angola se torna assim no segundo país do mundo, depois do Brasil, a produzir a matéria-prima com recurso às energias renováveis na indústria de ferro gusa.

"Assim, Angola é o segundo país que vai produzir o guza de uma fonte renovável. O primeiro país é o Brasil. Isso significa que a fonte de energia é o carvão vegetal, que é uma fonte renovável de energia, então a degradação do meio ambiente é quase zero a partir dessa matéria prima e do reflorestamento que estamos a fazer", frisou.

A unidade, destaca, é a primeira fábrica de produção de ferro gusa verde em África, utilizando carvão

vegetal como redutor no processo de fundição de minério.

O empreendimento criou um total de 1.700 postos de trabalho, dos quais 45 são expatriados.

Porto do Namibe arrecada 20 milhões de kwanzas

O carregamento, ontem, para a China e os Estados Unidos da América, do minério de ferro gusa, gerou ao Porto do Namibe um encaixe de 20 milhões de kwanzas.

Em declarações à imprensa, o presidente do Conselho de Administração do Porto do Namibe, Nazareth Neto, disse que a estratégia do Executivo angolano e da empresa é de que as operações continuem a ser realizadas de forma articulada, de modos a contribuir e aumentar as receitas para os cofres do Estado.

"Só com esta operação conseguimos arrecadar cerca de 20 milhões de kwanzas, mas a preocupação não está na aquisição desses valores. Estão sim criadas as condições para que este processo seja contínuo, e não pare, porque o país está a produzir, e esta produção precisa de ser exportada. Daí a razão do nosso trabalho, neste momento da reabilitação do terminal Mineraleiro do Saco Mar, para que esta operação seja feita com a maior celeridade possível", disse.

Nazareth Neto, lamentou o facto de se levar ainda muito tempo para este tipo de operação, mas acredita que quando terminar o processo de reabilitação e modernização do Porto Mineraleiro do Saco Mar, o carregamento do minério nos navios poderá durar 24 horas no máximo.

"Estamos no quinto dia e não era necessário levar cinco dias para esta operação, pois se nós tivéssemos as condições técnicas criadas no Saco Mar", sublinhou.

Nazareth Neto destacou que dentro de dois anos o Porto do Namibe terá outras condições criadas e as operações do género serão realizadas em um dia o máximo.

De acordo com o gestor, a empresa está a trabalhar com várias instituições, com realce para o CFM e o Porto do Namibe para que o processo de exportação e transporte do minério seja célere.

11.5 " O modelo da China não é de cooperação é de exploração pura e dura"

Jornal Expansão

17 De Novembro de 2023

Ao nível das grandes obras e dos grandes projectos, é natural que actores internacionais, de várias origens, estejam presentes em Angola. Mas esses negócios são olhados pela sociedade com desconfiança, com suspeitas sobre a actuação dessas grandes empresas. É preciso reforçar a fiscalização e a monitoria para limitar a corrupção de alto nível?

É algo importantíssimo, são áreas onde estamos a trabalhar, como no reforço da governação das instituições angolanas, para garantir que, se for necessário, a justiça vai funcionar, entre outros aspectos. A elevada transparência, bem como a prestação de contas, também pode ser uma forma de criar um ambiente de confiança para os investidores.

Em Angola há a sensação que, por vezes, o branqueamento de capitais também está associado a cooperação internacional.

Nós queremos transparência, e por isso que trabalhamos no PRO.REACT e noutros programas. A facilidade de diálogo entre a UE e Angola também tem sido utilizada para promover a concorrência, com o envolvimento de instituições europeias e angolanas. Sobretudo nós fazemos a diferença porque não só trabalhamos nesse sentido, com a promoção de instituições mais fortes e uma justiça funcional, mas os nossos projectos, em qualquer parte do mundo, são auditados e monitorados, todos sabem que quem trabalha para a UE vai ter de prestar contas.

Os cidadãos angolanos podem ter acesso às auditorias sobre projectos financiados pela EU no País?

Sim, hoje mesmo chegam a Luanda quatro ou cinco auditores do Tribunal de Contas da UE para auditar alguns dos parceiros com quem trabalhamos em Angola. Não somos nós que implementamos os nossos próprios financiamentos, para isso temos as agências das Nações Unidas e outros parceiros, e eles vêm auditá-los. Este é um ponto fulcral do nosso apoio e em muitos sítios não somos o parceiro preferido porque sabem que o nosso dinheiro tem de ir mesmo para os cidadãos, tem de ser mesmo para a causa e tem de ser utilizado correctamente.

Falou várias vezes em confiança ao longo da conversa. Pensa que, no caso de Angola e na sua

relação com a comunidade internacional, tem faltado confiança? É um sentimento que existe em relação a Angola?

Penso que Angola transmite confiança aos parceiros internacionais ao nível da estabilidade e segurança regional e mesmo continental. Sobretudo a maneira como a Paz foi feita. A guerra poderia ter continuado depois de 2002, mas a maneira como fizeram essa transição é um exemplo para o mundo inteiro.

Curiosamente, esse reconhecimento não tem passado para a área económica e não se reverte em investimento. São áreas completamente diferentes. A vertente económica precisa de bases diferentes, de alinhar as questões jurídicas as infra-estruturas, por exemplo. Tem de haver essa confiança entre os diferentes actores, que se vai ganhando e ainda não se conseguiu atingir.

A relação entre boa parte dos membros da UE e África é antiga mas, nos últimos séculos, foi marcada sobretudo pelo colonialismo, sistema que ainda mantém várias estruturas e formas de reprodução. Se olharmos para o caso do Mali, pegando num exemplo recente, considera que há um crónico problema de confiança entre a UE e África devido a memória colonial?

Obviamente que a UE não colonizou ninguém, alguns Estado-membros é que são antigos colonizadores.

Mas é uma instituição que é herdeira dessa memória e dessas políticas.

Sem dúvida, mas o nosso papel é ultrapassar essa fase. A história é importante para se perceber o presente, mas não podemos viver no passado. Eu acho que neste momento já houve tempo para fazer essa transição e iniciar outra fase. A UE e os seus Estados-membros oferecem um pacote interessante de cooperação, que vai desde o nível político até ao nível diplomático, económico ou comercial, para poder mostrar que esse tempo já passou e que estamos numa fase completamente diferente. Há que fazer esta evolução, não podemos ficar agarrados ao passado.

O passado acaba por influenciar o presente de forma decisiva.

O caso do Mali é um bocadinho diferente, porque há obviamente interferências internacionais nesses países que procuram influenciar diferentes actores, baseadas num histórico que já passou. Isto depois tem uma influência muito negativa e também há poderosos interesses económicos por trás devido aos minérios críticos e ao terrorismo. O terrorismo dá dinheiro, faz

dinheiro nos países que referi e noutros. Há quem pretenda usufruir de todas as riquezas naturais dos países africanos.

Não é o caso da UE?

Essa não é, de todo, bem pelo contrário, a nossa ideia. Queremos ajudar África a não ter essa exploração, esse avanço do terrorismo, que se está a alastrar. O papel da UE é tentar ajudar os países a desenvolverem-se por eles próprios e de forma sustentável, algo que nada tem a ver com a exploração pura e dura de recursos naturais e de retirar daqui tudo o que for possível.

Mas quando se fala em transição energética, está-se a falar também de uma corrida aos recursos naturais. A UE também se está a movimentar nesse sentido, tal como a China, os EUA (sobretudo desde o início da guerra na Ucrânia) e outros actores importantes, o que de certa forma associa a cooperação internacional ao acesso a recursos naturais. Conhece estas críticas?

Temos noção, mas não concordamos. Não estamos numa guerra desenfreada para tentar usufruir dos recursos naturais africanos sem contrapartidas. Toda a gente tem interesses, seja Angola, seja a Holanda, a França ou a Inglaterra, seja quem for. Agora, os interesses podem surgir de forma desenfreada ou podem ser trabalhados em forma de parceria, de igual para igual e para que todos possam sair beneficiados, para melhor desenvolver as populações europeias, africanas e angolanas. É esse o posicionamento da UE. E é essa a diferença entre a UE e outros parceiros.

Em que sentido?

O que fazemos é sustentável e não queremos deixar depauperado o povo que aqui está. O nosso interesse é desenvolver o País, para todos os efeitos, inclusive para os interesses europeus e para evitar, por exemplo, os conhecidos fluxos migratórios que também colocam a Europa sobre pressão.

Os fluxos migratórios acabam por ter uma relação com a história.

Há uma relação histórica entre a UE e África mas que também é algo actual, porque a UE é o maior doador internacional em ajuda ao desenvolvimento. A UE representa 58% desses fundos, segundo os marcadores da OCDE, isso é muito significativo. A UE tem 8% da população mundial.

Sente que são críticas injustas sobre o modelo de cooperação da UE?

Exactamente, porque nos estamos. Já sempre que é preciso. Sempre que há conflitos, sempre que há necessidades humanitárias, independentemente da relação que tivermos com esse país ou região. Isto de não haver condicionalismos para ajudar em caso de necessidade é único, não existe em mais lado nenhum.

O cidadão comum em Angola, por exemplo, não tem essa percepção. Porquê?

Porque eu represento 27 Estados-membros e é muito difícil falarem nome de todos, em ter uma só voz. É muito difícil coordenar isto tudo. No caso da UE - eu sou uma europeísta de sangue, mais do que convicta - penso que o bloco regional europeu é um caso de sucesso inacreditável. Não há mais nenhum assim. Mas agora imagine, em muitas áreas, ter um consenso ou unanimidade.

As vezes, parece uma missão impossível.

Já fiz negociações no Conselho Europeu que as vezes são mais difíceis do que as internacionais e também já estive em negociações para os acordos do clima. Na UE, cada país tem o seu interesse, mas conseguimos mostrar unidade em relação a Ucrânia e mostrar que, quando e mesmo necessário, conseguimos falar a uma só voz. Essa unidade viu-se durante a Covid, na forma como fizemos um mercado único para a compra de vacinas, algo que era impensável. Por causa da invasão da Rússia a Ucrânia, desenvolvemos a parte da defesa e segurança da UE de uma forma que era impensável. E nas épocas de crise que se vê a unidade, e nessa altura que mostramos que somos um bloco que conta e que podemos fazer a diferença quando é necessário.

Do lado de Angola também há essa solicitação, de construir uma cooperação mais equilibrada com a UE?

Sem dúvida, foi-me dito pelo Chefe de Estado e pelo ministro das Relações Exteriores, que o reforço da parceria com a UE é uma prioridade para Angola. Estamos em consonância nesse ponto.

Alguns académicos angolanos (e africanos) defendem que o modelo de cooperação desenvolvido pela China está melhor adaptado as necessidades de países como Angola e que o modelo de cooperação europeu falhou totalmente em África. Concorda com esta visão?

Não concordo, discordo plenamente e por uma razão: a China fez empréstimos e neste momento há dívidas assombrosas, em vários países. Isto é muito grave, e realmente motivo para uma grande reflexão. A China fê-lo estrategicamente, sem dúvida, e soube fazer as coisas a sua maneira, que não é a que nós acreditamos. Falamos de um tempo em que a UE apenas fazia desenvolvimento, ou seja, não fazíamos investimentos e não promovíamos a economia. Só mudamos de visão em 2017, até essa altura nos actuávamos só como um parceiro de desenvolvimento, tudo o que fazíamos era em doações, apenas nos envolvíamos em pequenos projectos, que não faziam a diferença.

Também não investiam no sector privado, que é um importante actor económico.

Não fazia parte da nossa maneira de pensar e de fazer cooperação, a nossa ideia de cooperação era desenvolver doando. Mas, desde 2017, que criamos o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável que envolve exactamente o sector privado, o BEI e outras instituições financeiras dos Estados-membros. Depois, em 2021, veio a estratégia Global Gateway a defesa do investimento sustentável nos sectores que já foram referidos.

Nessa altura, a UE também começou a fazer empréstimos.

Mas quando a China estava a fazer isso, nós não podíamos acompanhar porque não fazia parte do ADN da UE. Agora estamos numa fase completamente diferente, eu própria faço diplomacia económica, que não podia fazer até 2017. Essa é a grande diferença. Sobre o modelo chinês, basta olhar para Angola e para a dívida que o País vai pagar este ano e nos anos a seguir. Todo esse dinheiro podia estar a ser utilizado para investir em Angola mas está a ser devolvido, com juros elevados, a China. Este não é um modelo de desenvolvimento, nem de cooperação, nem de parceria, acho que é um modelo de exploração pura e dura.

Após o fim da guerra, em 2002, Angola procurou fazer uma conferência internacional de doadores para financiar a reconstrução nacional. E os parceiros ocidentais recusaram participar, o que abriu as portas a China e permitiu a Angola diversificar as suas relações diplomáticas.

Claro, mas agora Angola tem de decidir qual é o parceiro que mais interessa e que mais pode ajudar no desenvolvimento do País.

Esse papel está em vias de ser ocupado pela UE e pelos EUA?

Isso tem de perguntar a Angola. É verdade que a seguir ao fim da guerra, perante a tal conferência de doadores, foi a China que se chegou a frente. E a UE aí não esteve a altura, nem outros parceiros internacionais.

Foi um equívoco da diplomacia europeia e ocidental?

Foi, mas temos de ultrapassar isso. Estamos agora a tentar não só reforçar a parceria com Angola, mas também a demonstrar que percebemos e aceitamos essa crítica. Não vamos é ficar em 2002. Estamos em 2023, vamos evoluir, já passaram 21 anos. Estamos numa outra fase, onde temos algo para trabalhar conjuntamente e entre pares.